

ROSA MARIA CHAVES DA CUNHA E SOUZA

**O IMPACTO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO NA LOCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS
BANCÁRIOS E SUA RELAÇÃO COM A ESTRUTURA
INTRAURBANA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará, para a obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Orientador: Professora Dr^a. Simaia do Socorro Sales das Mercês.

Belém
2012

Dados Internacionais de Catalogação de publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Souza, Rosa Maria Chaves da Cunha e
O Impacto das tecnologias da informação e comunicação na localização dos serviços bancários e sua relação com a estrutura intraurbana da Região Metropolitana de Belém; orientadora Simaia do Socorro Sales das Mercês. – 2012.

181 p.: il.; 30 cm
Inclui Bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012.

1. Tecnologias da informação – Aspectos econômicos. 2. Inovação tecnológica. 3. Espaço Urbano. 4. Belém, Região Metropolitana de (PA). I. Mercês, Simaia do Socorro Sales das. II. Título.

CDD: 21. ed. 303.483098115

ROSA MARIA CHAVES DA CUNHA E SOUZA

**O IMPACTO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO NA LOCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS
BANCÁRIOS E SUA RELAÇÃO COM A ESTRUTURA
INTRAURBANA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos Estudos
Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará, para
a obtenção do título de Mestre em Planejamento do
Desenvolvimento.

Aprovada em: 01/02/2012.

Banca Examinadora:

Prof.^aDr.^a. Simaia do Socorro Sales das Mercês
Orientadora - NAEA/UFPA.

Prof.^a. Dr.^a. Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Examinadora - NAEA/UFPA

Prof. Dr. José Júlio Lima
Examinador - FAU/ITEC/UFPA

Aos meus pais Anna Maria e Philadelpho (*in memoriam*), com gratidão e eterno amor.

Às minhas filhas Carolina, Manuela, Juliana e Anna Laura, e aos meus netos Yasmin, Marcel e (???), meus grandes amores, cujas existências justificam a minha vida.

Ao meu marido Guilherme, companheiro e solidário, reafirmo meu amor e gratidão pelo incentivo, compreensão, cuidado e carinho.

À minha grande e amada família e, em especial aos manos José Carlos e Myriam, meus verdadeiros “padrinhos” nesta jornada, agradeço os conselhos e as expressões de carinhosa preocupação com o meu desenvolvimento acadêmico.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Simaia, pela orientação segura e por ter aceitado o desafio que o tema desta dissertação representou.

Aos professores Dr^a. Rosa Elizabeth Acevedo Marin e Dr. José Júlio Lima, agradeço o atencioso exame desta dissertação e as contribuições oferecidas.

Aos amigos Helena Tourinho e Antônio Lamarão, não encontro palavras para expressar minha enorme gratidão pelas preciosas contribuições a este trabalho e pelo exemplo de ética e compromisso acadêmico.

À direção, aos professores, e aos funcionários do NAEA, pela oportunidade oferecida de iniciar uma nova etapa na minha vida profissional: a vida acadêmica.

Aos meus colegas, professores e funcionários da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, pelo apoio e incentivo ao meu aperfeiçoamento profissional.

Às bibliotecárias, Sras. Eliana Pereira Dias e Vanessa S. Inácio, da FEBRABAN, e Sra. Elsa Machado Maglio, da EMPLASA, pelo envio de materiais bibliográficos importantes para este trabalho.

Ao amigo Mário Ribeiro, agradeço as entrevistas e as “aulas” sobre o sistema financeiro que muito me ajudaram a adentrar esse complexo mundo.

Ao Sr. Nelson Jassé, da Caixa Econômica Federal, pela esclarecedora entrevista.

À amiga Sonia Celia, agradeço a carinhosa atenção e a competente revisão deste trabalho.

Aos amigos Cláudia Macedo, Marco Aurélio e Paulo Ribeiro, pelos valiosos materiais e bibliográficos.

Aos meus colegas de turma agradeço a amizade e a prazerosa convivência.

Aos amigos não nominados, mas que se fizeram silenciosamente presentes, meu muito obrigado.

[...] todos nos tornamos ignorantes. Esse é um grande dado do nosso tempo. Pelo simples fato de viver, somos, todos os dias, convocados pelas novíssimas inovações a nos tornarmos, de novo, ignorantes; mas também a aprender tudo de novo. Trata-se de uma escolha cruel e definitiva. Nunca, como nos tempos de agora, houve necessidade de mais e mais saber competente, graças à ignorância a que nos induzem os objetos que nos cercam e as ações de que não podemos escapar.

(Santos, 2008, p. 87)

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa exploratória sobre a relação entre novas tecnologias da comunicação e informação (TICs), serviços bancários e estrutura intraurbana, mediante a análise das transformações observadas nesses serviços nas três últimas décadas e na distribuição espacial de seus canais de atendimento na Região Metropolitana de Belém (RMB). A partir de análises conceituais sobre as novas TICs, são abordadas as relações que vêm sendo estabelecidas entre essas tecnologias e o espaço urbano, situando os serviços bancários no contexto das transformações por elas induzidas e analisando-as em relação ao Brasil. Entre os trabalhos que discutem a estrutura do espaço urbano, não foram identificados estudos abordando especificamente os reflexos das TICs sobre esse espaço; tampouco foram identificadas análises sobre o processo de estruturação intraurbana da RMB. Buscou-se apoio em teorias de localização da firma bancária em espaço intraurbano, busca que também resultou infrutífera. Decidiu-se desenvolver uma pesquisa empírica a partir dos endereços dos canais de atendimento em duas etapas: a que trata das agências no período de 1980 a 2010 e a que abrange todos os canais de atendimento no ano de 2010. A análise dos mapas, gráficos e tabelas, elaborados a partir desses endereços, permitiu concluir que as novas TICs possibilitaram o incremento quantitativo e qualitativo dos serviços bancários, bem como a diversificação dos canais de atendimento, destacando-se o acesso virtual aos serviços. Constatou-se que a localização espacial dos pontos de atendimento bancário sofreu um significativo processo de descentralização e, por meio dos *Automated Teller Machines* (ATMs) e dos correspondentes bancários, alcançou as áreas de comércio e serviços de bairro, onde se acham predominantemente localizados, em detrimento das subcentralidades identificadas. São questionadas as repercussões da desnecessidade do deslocamento para o processo de estruturação do espaço intraurbano das metrópoles brasileiras e apontados desdobramentos para pesquisas futuras.

Palavras-chave: Novas tecnologias da informação e comunicação (TICs), serviços bancários, espaço urbano, Região Metropolitana de Belém.

ABSTRACT

It is an exploratory research on the relation between new Information and Communication Technologies (ICT), banking and intra-urban structures through the analysis of the changes observed in these services in the last three decades and spatial distribution of their channels of service in the Belém Metropolitan Region (BMR). From conceptual analysis on the new ICTs, it is discussed the relations that have been established between these technologies and the urban space, placing banking services in the context of changes induced by them and analyzing them in relation to Brazil. Among the works that discuss the structure of urban space, it was not identified studies about the consequences of ICTs on this space specifically, nor analysis on the process of intra-urban structuring of BMR. It was searched support in theories of the bank firm location in intra-urban space, which also resulted in a fruitless search. It was decided to conduct an empirical research from the addresses of service channels in two stages: one that deals with the agencies in the period from 1980 to 2010 and the other that covers all the service channels during the course of 2010, for which was developed a sample. The analysis of the maps, tables and graphs, which were created from those addresses, allowed to conclude that new ICTs have enabled the increased quantity and quality of banking services, as well as the diversification of customer service channels, highlighting the virtual access to services. It was found that the spatial location of bank services points has suffered a significant process of decentralization and, through the Automated Teller Machines (ATMs) and correspondent banks, reached the areas of trade and services of neighborhood, where they are predominantly located, at the expense of sub-centralities that were identified. It is questioned the consequences of the unnecessary displacement to the structuring process of the intra-urban Brazilian metropolises and pointed future research developments.

Key-words: New Information and Communication Technologies (ICT), banking, urban space, Belém Metropolitan Region.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Brasil Metropolitano: domicílios que possuem microcomputador, por quintil de renda domiciliar* (%) - 2001 e 2009.....	47
Gráfico 2 - Brasil Metropolitano: domicílios com acesso à <i>Internet</i> , por quintil de renda domiciliar* (%) - 2001 e 2009.....	48
Gráfico 3 - RMB: Relação entre o número de bancos e agências em 1980, 1990, 2000 e 2010 e o crescimento da população.....	125
Gráfico 4 - RMB: Agências bancárias na estrutura intraurbana nos anos 1980, 1990, 2000 e 2010.....	127
Gráfico 5 - RMB: Agências bancárias no Centro Metropolitano Expandido (CME) em 1980, 1990, 2000 e 2010.....	128
Gráfico 6 - RMB: Canais de atendimento dos bancos selecionados por elemento da estrutura urbana em 2010.....	145
Gráfico 7 - Local de acesso à <i>Internet</i> : Área Urbana 2010 (%). Percentual sobre o total de usuários de <i>Internet</i>	163
Gráfico 8 - Motivos mais citados para a falta de acesso à <i>Internet</i> no domicílio: áreas urbana e rural, 2010 (%)......	164

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Organização espacial da cidade latino-americana.....	85
Imagem 2 - Belém: Bacias hidrográficas.....	99
Imagem 3 - Belém: Áreas industriais dos bairros da Campina e do Reduto....	100
Imagem 4 - RMB: Bloqueio institucional.....	102
Imagem 5 - Belém: Núcleo principal de comércio e serviço em 1966.....	103
Imagem 6 - RMB: Localização do conjunto Nova Marambaia.....	105
Imagem 7 - RMB: Processo de conurbação.....	107
Imagem 8 - RMB: Conjuntos habitacionais.....	113
Imagem 9 - RMB: Invasões na área conturbada.....	114
Imagem 10 - RMB: Condomínios horizontais fechados.....	115
Imagem 11 - RMB: Centralidades terciárias da área conturbada.....	118
Imagem 12 - RMB: Renda média <i>per capita</i> , 1991.....	138
Imagem 13 - RMB: Densidade demográfica, 1991.....	138
Imagem 14 - RMB: Renda média <i>per capita</i> , 2000.....	138
Imagem 15 - RMB: Densidade demográfica, 2000.....	138

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - RMB: Centro Principal Metropolitano (CPM).....	110
Mapa 2 - RMB: Composição, 2010.....	111
Mapa 3 - RMB: Centro Metropolitano Expandido (CME), 2010.....	121
Mapa 4 - RMB: Agências Bancárias, 1980.....	129
Mapa 5 - RMB: Agências Bancárias, 1990.....	131
Mapa 6 - RMB: Agências Bancárias, 2000.....	133
Mapa 7 - RMB: Agências Bancárias, 2010.....	136
Mapa 8 - RMB: Agências Bancárias, 1990, e Média de Renda por Domicílio, 1991.....	140
Mapa 9 - RMB: Agências Bancárias e Média de Renda por Domicílio, 2000.....	141
Mapa 10 - RMB: Agências bancárias dos bancos selecionados, 2010.....	148
Mapa 11 - RMB: Postos de Atendimento Bancário (PABs) dos bancos selecionados, 2010.....	149
Mapa 12 - RMB: Correspondentes Bancários dos bancos selecionados, 2010.....	150
Mapa 13 - RMB: Atendimento copresencial dos bancos selecionados, 2010.....	151
Mapa 14 - RMB: <i>Automated Teller Machines</i> (PAEs e Banco 24 Horas) dos bancos selecionados, 2010.....	155
Mapa 15 - RMB: Postos de Atendimento Eletrônico (PAEs) dos bancos selecionados, 2010.....	156
Mapa 16 - RMB: Banco 24 Horas dos bancos selecionados, 2010.....	157

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sumário dos diferentes tipos de exclusão financeira.....	45
Quadro 2 - Canal de atendimento bancário segundo as características do acesso.....	67
Quadro 3 - Os núcleos secundários de comércio e serviços.....	82
Quadro 4 - Resumo dos estudos desenvolvidos por Silva (2009) e Sicsú e Crocco (2003).....	95
Quadro 5 - RMB - Evolução da população dos municípios da Região Metropolitana de Belém 1970-2010.....	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Domicílios com computador (%) na área urbana (2005 a 2010) e Total Brasil (2008 a 2010).....	52
Tabela 2 - Domicílios com acesso à <i>Internet</i> (%) na área urbana (2005 a 2010) e Total Brasil (2008 a 2010).....	52
Tabela 3 - Proporção da população que é usuária de <i>Internet</i> (%) na área urbana (2005 a 2010) e Total Brasil (2008 a 2010).....	53
Tabela 4 - Quantidade de transações por canal de acesso no Brasil, 2006-2010.....	65
Tabela 5 - Pagamento de conta/tributo e transferência de crédito - canal de acesso utilizado pelo usuário, no Brasil 2006-2010.....	66
Tabela 6 - Uso dos Instrumentos de Pagamento*: Brasil, 2005-2010 - quantidade de transações (milhões).....	66
Tabela 7 - Bancos com maior número de agências e de postos de atendimento em dezembro de 2010.....	123
Tabela 8 - RMB: Quantidade de Bancos e Agências em 1980 - 2010.....	125
Tabela 9 - RMB: Agências bancárias na estrutura intraurbana nos anos 1980, 1990, 2000 e 2010.....	126
Tabela 10 - RMB: Agências bancárias na estrutura intraurbana nos anos 1980, 1990, 2000 e 2010, resumo e participação percentual.....	127
Tabela 11 - RMB: Canais de atendimento dos bancos selecionados por elementos da estrutura urbana em 2010.....	143
Tabela 12 - RMB: Canais de atendimento dos bancos selecionados por elementos da estrutura urbana em 2010. Resumo e participação percentual.....	145
Tabela 13 - Pagamento de conta/tributo e transferência de crédito - canal de acesso utilizado pelo usuário, Brasil.....	152
Tabela 14 - ATM: Quantidade de transações, Brasil.....	158
Tabela 15 - Rede de terminais ATM: Quantidade de transações, Brasil.....	158
Tabela 16 - Acesso remoto: Quantidade de transações ¹ , Brasil.....	160
Tabela 17 - Acesso remoto: Valor das transações ¹ , Brasil.....	161
Tabela 18 - Acesso remoto: Utilização, Brasil.....	161
Tabela 19 - Acesso remoto: Transações por usuário, Brasil.....	161
Tabela 20 - Pagamento de conta/tributo e transferência de crédito – Canal de acesso utilizado pelo usuário, Brasil.....	162

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATM -	<i>Automated Teller Machine</i>
BACEN -	Banco Central do Brasil
CPD -	Centro de Processamento de Dados
CGI.br -	Comitê Gestor da <i>Internet</i> no Brasil
CETIC.br -	Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PAB -	Posto de Atendimento Bancário
PAE -	Posto de Atendimento Eletrônico
PNAD -	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROER -	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro nacional
PROES -	Programa de Incentivo à Redução do Estado na Atividade Bancária
RMB -	Região Metropolitana de Belém
SFN -	Sistema Financeiro Nacional
TIC -	Tecnologia da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) E CIDADE: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL.....	21
2.1 SURGIMENTO, CONCEITOS E DESENVOLVIMENTO DAS NOVAS TICs.....	21
2.2 AS NOVAS TICs E O ESPAÇO URBANO.....	27
3 AS NOVAS TICs E OS SERVIÇOS BANCÁRIOS NO BRASIL.....	36
3.1 AS NOVAS TICs NO BRASIL.....	36
3.2 O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E A AUTOMAÇÃO BANCÁRIA.....	54
3.3 NOVOS SERVIÇOS E NOVOS VEÍCULOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS.....	59
4 ESPAÇO URBANO E LOCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS: EXPRESSÃO DE RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS.....	68
4.1 PREMISSAS DE ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	68
4.2 A LOCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS NA ESCALA DO ESPAÇO URBANO REGIONAL.....	86
5 A ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM.....	98
5.1 HISTÓRICO DO PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DA RMB ATÉ A DÉCADA DE 1980.....	98
5.2 O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO RECENTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (1980-2010).....	110
6 AS NOVAS TICs, A REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS E A ESTRUTURA URBANA DA RMB.....	123
6.1 O SISTEMA BANCÁRIO NA RMB: AS AGÊNCIAS BANCÁRIAS DE 1980 A 2010.....	124
6.2 BANCOS SELECIONADOS: SITUAÇÃO ATUAL.....	142
6.2.1 O atendimento copresencial: as agências bancárias, seus postos de atendimento bancário (PABs) e os correspondentes bancários.....	146
6.2.2 O autoatendimento parcial: <i>Automated Teller Machine (ATM)</i> e Atendimento Telefônico Personalizado.....	153
6.2.3 O autoatendimento integral - Acesso Remoto e Atendimento Telefônico Eletrônico.....	159
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
REFERÊNCIAS.....	175

1 INTRODUÇÃO

A utilização simultânea de recursos das telecomunicações e da informática, como resultado de avanços tecnológicos, deu origem, por volta da década de 1970, às novas tecnologias da informação e da comunicação, notadamente a *Internet*¹. A constante inovação e a crescente disponibilidade desses recursos vêm incrementando um processo de transição, caracterizado por profundas transformações em todos os setores de atividades, sejam elas de natureza social, econômica ou cultural. O fato tecnológico não determina, por si só, o surgimento de novas formas e processos sociais, assim como a sociedade, em si, também não determina o curso da transformação tecnológica, sobretudo neste caso, em que “muitos fatores, inclusive criatividade e iniciativa empreendedora, intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo” (CASTELLS, 2010, p. 43).

Trata-se, portanto, de uma transformação que ainda requer acompanhamento, tendo em vista que suas repercussões ainda não são suficientemente conhecidas, aí incluídos os possíveis impactos sobre o processo de estruturação urbana. Os trabalhos consultados apontaram para a existência de uma Revolução Tecnológica com o surgimento de uma nova sociedade a se articular em redes de interação. Embora surja a partir de um mesmo conjunto de eventos tecnológicos, essa sociedade adquire características diferenciadas em função do processo interativo que se estabelece entre a mudança tecnológica, o ambiente institucional e a evolução das relações entre capital e trabalho em cada contexto social específico.

É uma mudança profunda, de natureza conjuntural. Conjuntural porque depende da conjunção de circunstâncias envolvendo a ação reflexiva e monitorada dos agentes sociais na construção e utilização das novas tecnologias da informação e comunicação; profunda, porque a intensidade e extensividade com que se manifesta têm provocado alterações substanciais nas estruturas de significação

¹ *Internet*, segundo Takahashi (2000, p. 171) é o “sistema mundial de computadores – uma rede de redes – que pode ser utilizado por qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo, onde haja ponto de acesso, e que oferece um amplo leque de serviços básicos, tais como correio eletrônico, acesso livre

(ordens simbólicas), de dominação (instituições políticas e econômicas) e de legitimação (instituições legais) da sociedade (GIDDENS, p. 36-37).

A magnitude e a penetrabilidade dessa revolução, e também a grande velocidade de sua propagação, fez com que o volume e a qualidade das transformações que já provocou, em relação ao tempo de existência, não encontrem paralelo na história da humanidade. Sobre essa revolução, Castells, na segunda metade dos anos 1990, afirmava que

vivemos um desses raros intervalos na história [*representados por eventos importantes que ocorrem com grande rapidez e ajudam a estabelecer a próxima era estável*]. Um intervalo cuja característica é a transformação de nossa 'cultura material' pelos mecanismos de um novo paradigma tecnológico que se organiza em torno da tecnologia da informação (2010, p.67).

A complexidade e a abrangência dessa nova realidade e suas relações com o espaço urbano têm demandado a ampliação de conhecimentos e a busca de novos referenciais explicativos, já que as categorias intelectuais utilizadas no passado, cunhadas em circunstâncias diferentes das atuais, revelaram-se insuficientes para apreendê-la.

Lemos, por exemplo, afirma ser necessário e urgente compreender a relação entre cidades e telecomunicações, porém, tendo o cuidado de superar “o determinismo tecnológico e o futurismo utópico/distópico tão típicos das análises dos ‘impactos’ das tecnologias na sociedade e na cultura” (LEMOS, 2004, p. 130).

Para Castells (2010) a “era da Informação” introduziu uma nova forma urbana – a cidade informacional, caracterizada pelo domínio estrutural do espaço de fluxos. Nela, às redes físicas de interação humana, se acrescentam e ganham importância as redes virtuais. A utilização das redes digitais flexibilizam a noção de espaço dos lugares, reduzindo, redefinindo ou mesmo substituindo fluxos que tradicionalmente colaboravam para a estruturação do espaço da cidade. Mas, em que medida a emergência das redes virtuais, como *Internet*, e de outras novas Tecnologias de Informação e Comunicações (TICs) colaboram para a alteração, não só desses fluxos, mas também dos usos do solo, da distribuição das camadas de renda da população e das redes materiais que configuram o espaço urbano nas suas diversas

escalas de estruturação, enfim, a estrutura urbana? Se essas alterações existem é possível percebê-las na Região Metropolitana de Belém² (RMB)?

Essas são perguntas sobre as quais a literatura acadêmica ainda não se debruçou sistematicamente de forma exaustiva. Nos trabalhos que discutem a estrutura do espaço urbano, os levantamentos bibliográficos não registram estudos abordando especificamente os reflexos das TICs sobre esse espaço, o mesmo ocorrendo com relação à análise do processo de estruturação intraurbana da RMB.

A presente dissertação constitui-se, assim, em um trabalho exploratório que busca, em linhas gerais, identificar se existe alguma relação entre o processo de “desmaterialização” de relações sociais proporcionado pelas TICs, expresso na volatilidade das redes telemáticas que dão apoio, entre outros, aos fluxos, em tempo real, do capital financeiro e dos serviços bancários, e as transformações experimentadas pela estrutura intraurbana da RMB.

O segmento dos serviços bancários foi a atividade pioneira no desenvolvimento de pesquisa e inovação tecnológica, coerentemente com o capitalismo financeiro vivenciado na atualidade. Daí decorreu o recorte temporal dos dados da pesquisa que se decidiu realizar, estabelecido para iniciar em 1980, quando as novas TICs começam a ter repercussão nos serviços bancários no Brasil, e ir até o ano de 2010, que registra as mais recentes transformações que, ressalte-se, seguem ocorrendo.

Quanto ao recorte espacial, a escolha da RMB resultou do fato de Belém ser uma metrópole de grande importância para a região Amazônica que, tanto em termos geográficos quanto econômicos, está localizada na periferia dos circuitos financeiros capitalistas mundiais e nacionais mais avançados. Um dos reflexos desta condição é o fato de que os indicadores de existência e de uso de equipamentos e de serviços bancários situam-na abaixo das médias nacionais, conforme é apontado por diversas instituições, nesta dissertação. É oportuno refletir que relações podem ser estabelecidas entre as novas TICs e o desenvolvimento desta região, na medida em que “o fator motor [do desenvolvimento] deixa de ser a indústria e passa a ser a

² A RMB é constituída pelos municípios de Belém, capital do Estado do Pará, Ananindeua, Benevides, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel, conta com 2.101.883 milhões de habitantes e está situada na região Amazônica, no Norte do Pará (IBGE, 2010).

informação”, inaugurando “novas lógicas centro-periferia” (SANTOS, 2010, p. 265, 267).

O estudo, portanto, permitiria vislumbrar se e como o processo de inserção das novas TICs e sua relação com a estrutura intraurbana têm se manifestado em uma metrópole amazônica. Assim sendo, a pesquisa exploratória objetivou responder às questões relacionadas a seguir.

a) Que tipo de impacto as novas TICs causaram na prestação dos serviços bancários?

b) Os serviços bancários tiveram sua rede física de atendimento alterada por conta das novas TICs? Em caso positivo, quais foram essas alterações e de que forma elas ocorreram?

c) Qual a relação entre essa nova localização da rede de atendimento bancário e a estrutura intraurbana da RMB?

No que concerne à metodologia, num primeiro momento, procurou-se, do ponto de vista teórico, conceituar novas Tecnologias Informação e Comunicação – TICs e identificar as condições e contextos sociais e históricos de seu surgimento e desenvolvimento no mundo e no Brasil. Especial atenção foi dada às repercussões da integração das TICs ao setor bancário. Para isso, foram pesquisadas também referências sobre teorias de localização dos bancos³ (firma bancária) com o objetivo de verificar quais as suas premissas e de que maneira as novas TICs poderiam relacionar-se a elas. Foram identificados apenas dois estudos voltados à localização de agências bancárias no espaço regional que ensejaram o desenvolvimento de algumas reflexões, num esforço de aproximação com o espaço intraurbano.

Visando a análise da estrutura intraurbana, recorreu-se às contribuições teóricas dos seguintes autores: Villaça (2001), que elege o controle do tempo de deslocamento como a força com maior poder na estruturação do espaço urbano, sob o domínio dos interesses de consumo das camadas de mais alta renda da sociedade; Corrêa (1999), que apresenta a abordagem denominada produção social do espaço, analisando os processos de centralização, descentralização, coesão,

³ Para efeito desta dissertação, bancos são as instituições financeiras que, de acordo com definição do BACEN (2011) apresentam-se no arranjo do sistema financeiro nacional, constituídas sob a forma de bancos múltiplos (banco universal), que oferecem ampla gama de serviços bancários e caixa econômica, que capta depósitos à vista e depósitos de poupança e atua mais fortemente no crédito habitacional. Outras instituições que apresentam certo grau de especialização não serão consideradas.

segregação e inércia; Gottdiener (1993) que, ao estudar a forma dispersa da cidade americana, também chamada de policêntrica, situa a produção do espaço dentro do contexto geral de uma teoria emergente de organização social que estuda o papel da ação, de um lado, e da estrutura, de outro, na produção de fenômenos e formas espaciais, inserindo-se no estruturacionismo de Giddens (2009).

Como nenhum dos autores antes referidos trata especificamente das TICs, a abordagem da relação entre os impactos das novas tecnologias no setor bancário e a estrutura intraurbana foi feita com base em outros autores como Ascher (2010), Firmino (2011), Guerreiro (2006), Haesbaert (2011) e Lemos (2004), entre outros, que analisaram alguns dos processos que envolvem o espaço urbano a partir de possibilidades viabilizadas pelas novas TICs, como a ação a distância, sem deslocamento, determinando uma nova forma de viver esse espaço. Essas contribuições foram fundamentais, na medida em que, no desenvolvimento do trabalho, observou-se a crescente utilização da forma virtual de prestação de serviços bancários como uma das consequências da adoção das novas TICs. Essa constatação oportunizou uma discussão preliminar sobre esse tema, que será feita com a contribuição teórica dos autores já referidos.

Destaca-se ainda a realização de duas entrevistas, uma com o ex-presidente do Banco do Estado do Pará (BANPARÁ) e ex-presidente da Associação de Bancos da Amazônia (ASBAN), de quem foram obtidas informações de caráter geral acerca do contexto em que se realizaram as mudanças no sistema financeiro e nos serviços bancários. A outra foi realizada com o Supervisor de Canais de Atendimento da Caixa Econômica (CEF) da Agência Museu Emilio Goeldi, que agregou informações sobre as especificidades dos serviços prestados pelos correspondentes bancários⁴ contratados pela CEF.

Dando sequência aos procedimentos metodológicos, decidiu-se levantar dados secundários sobre a localização das agências bancárias⁵ na RMB nos anos

⁴ De acordo com a Resolução nº. 3954, de 24 de fevereiro de 2011, **correspondentes bancários** são as sociedades empresárias e as associações, definidas na Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e os prestadores de serviços notariais e de registro de que trata a Lei nº. 8.953, de 18 de novembro de 1994, que, contratados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, fornecem produtos e serviços de responsabilidade da instituição contratante a seus clientes e usuários. (BACEN, 2011).

⁵ De acordo com o Art. 2º do Capítulo I do Anexo II à Resolução CMN 2.099, de 17 de agosto de 1994, **agência** é a dependência de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a

de 1980, 1990, 2000 e 2010 a fim de obter informações quantitativas e visuais sobre a dinâmica locacional desse canal de atendimento bancário⁶ e relacioná-las à incorporação das novas TICs nos serviços bancários e às características estruturais da RMB.

Optou-se por organizar este estudo em seis outros capítulos, além desta Introdução. No segundo é feito um histórico do surgimento e desenvolvimento das novas TICs e suas interfaces com o espaço urbano em geral.

No capítulo 3 discorre-se sobre o desenvolvimento das novas TICs no contexto brasileiro e são apresentadas informações sobre os processos de automação bancária e sobre os impactos dessas tecnologias nos serviços bancários brasileiros.

O espaço urbano e a localização dos serviços bancários, como expressões de relações socioespaciais, são objeto das discussões do capítulo 4, onde são abordadas premissas de estruturação do espaço intraurbano e teorias de localização da firma bancária.

Com os subsídios teóricos oferecidos no capítulo anterior, expõe-se, no capítulo 5, a evolução da estruturação da RMB em dois momentos: o primeiro, que abrange o período de fundação da cidade até a década de 1980, e o segundo, que trata do processo de estruturação recente da RMB. No Capítulo 6, apresentam-se os resultados da pesquisa empírica e, a seguir, as considerações finais.

funcionar pelo Banco Central do Brasil destinada à prática das atividades para as quais a instituição esteja regulamentarmente habilitada. Nas análises procedidas pelo BACEN, as agências são denominadas de **postos tradicionais** e incluem o movimento dos Postos de Atendimento Bancário (PABs) a elas vinculados. (BACEN, 2011)

⁶ Denomina-se **canal de atendimento bancário** a qualquer das formas pelas quais os serviços bancários referidos nesta dissertação são disponibilizados: agências (postos tradicionais), ATMs (Postos de Atendimento Eletrônico e Banco 24 Horas), correspondente bancário e acesso remoto.

2 NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) E A CIDADE: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

Este capítulo contempla aspectos de fundamental importância para a compreensão do fenômeno das novas tecnologias da informação e da comunicação, quais sejam: o surgimento das TICs e o desenvolvimento de suas interfaces com o espaço urbano em geral. Trata de uma abordagem que se entende necessária para subsidiar as análises que serão feitas no capítulo seguinte, que versa sobre a relação entre as novas TICs, os serviços bancários e o espaço urbano no Brasil, nas escalas da rede urbana e da estrutura intraurbana.

2.1 SURGIMENTO, CONCEITOS E DESENVOLVIMENTO DAS NOVAS TICs

A tecnologia, compreendida como a incorporação do conhecimento nos processos produtivos, sempre esteve presente como recurso de inovação e aperfeiçoamento das práticas das sociedades humanas. Recentemente, passaram a ser chamadas novas tecnologias de informação e comunicação

aquelas produzidas com base na acumulação do conhecimento de informática e de materiais com maior capacidade de transmissão de energia e, portanto, com base na ampliação da memória virtual, da velocidade de transmissão e do volume de dados ou de informações geográficas(SPOSITO, 2008, p. 152).

Para Firmino, as expressões tecnologias da informação e comunicação (TICs) e telemática se equivalem e ambas são utilizadas para designar “sistemas de comunicação que utilizam simultaneamente a tecnologia de telecomunicação e a da informática, resultando uma significativa convergência de mídias e sistemas de informação e comunicação” (FIRMINO, 2011, p.7).

Neste trabalho, a expressão “novas tecnologias da informação e comunicação”, ou simplesmente “novas TICs”, será utilizada para designar os sistemas de comunicação que fazem uso concomitante da tecnologia da telecomunicação e da informática.

Castells (2010) identifica, no paradigma tecnológico baseado na informação, os princípios organizadores de um novo “modo de desenvolvimento” que, sem

substituir o modo de produção capitalista, dá-lhe nova face. Para ele, trata-se da Revolução Tecnológica de importância equiparada à da Revolução Industrial iniciada no século XVIII, que induz um padrão de descontinuidade nas bases materiais da economia, sociedade e cultura, ressaltando o fato de que “pela primeira vez na história a mente humana é uma força direta de produção e não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo.” (CASTELLS, 2010, p. 69).

O surgimento desse novo sistema tecnológico poderia ser considerado uma reação do sistema capitalista para superar suas contradições internas ou uma forma de assegurar a superioridade militar americana sobre os rivais soviéticos em resposta ao desafio tecnológico na corrida espacial e nuclear, conforme contexto desenhado por Castells (2010). Entretanto, Castells afirma que,

de fato, parece que o surgimento de um novo sistema tecnológico na década de 1970 deve ser atribuído à dinâmica autônoma da descoberta e difusão tecnológica, inclusive aos efeitos sinérgicos entre todas as várias principais tecnologias(CASTELLS, 2010, p. 97).

Para Castells (2010), essa primeira revolução em tecnologia da informação baseou-se nos progressos alcançados nas duas décadas anteriores e sob a influência de vários fatores institucionais, econômicos e culturais. Assim, a revolução

não se originou de qualquer necessidade preestabelecida. Foi mais o resultado de indução tecnológica que de determinação social. Todavia, uma vez que começou a existir como sistema com base na concentração descrita, o desenvolvimento dessa revolução, suas aplicações e, em última análise, seu conteúdo foram decisivamente delineados pelo contexto histórico em que se expandiu (CASTELLS, 2010, p. 98).

Em 1980, as principais empresas e os governos dos países membros do G-7, ou seja, os agentes do capitalismo mundial passaram por substancial reestruturação organizacional e econômica – entre elas a desregulamentação e liberalização – e os avanços tecnológicos tiveram um importante papel nesse processo como, por exemplo, o fato de favorecerem a integração dos mercados financeiros e a articulação segmentada da produção e do comércio. Para Castells,

o surgimento da sociedade em rede [...] não pode ser entendido sem a interação entre duas tendências relativamente autônomas: o desenvolvimento de novas tecnologias da informação e a tentativa da antiga sociedade de reaparelhar-se com o uso do poder da tecnologia para servir a tecnologia do poder. Contudo, o resultado histórico dessa estratégia parcialmente consciente é muito indeterminado, visto que a interação da tecnologia e da sociedade depende de relações fortuitas entre um número excessivo de

variáveis parcialmente independentes. Sem necessidade de render-se ao relativismo histórico, pode-se dizer que a revolução da tecnologia da informação dependeu cultural, histórica e espacialmente de um conjunto de circunstâncias muito específicas cujas características determinaram sua futura evolução(2010, p. 98).

Assim, as novas tecnologias representaram um grande salto qualitativo e quantitativo no que se refere à acessibilidade e ao custo de utilização, este cada vez menor. As descobertas já referidas anteriormente (o microprocessador em 1971, o microcomputador em 1975 e o comutador digital, concebido em meados da década e comercializado a partir de 1977) definiram um contexto histórico muito específico das trajetórias tecnológicas marcado pela ampla interação destas com a sociedade e com penetrabilidade em todas as esferas da atividade humana.

Por meio de seus estudos, Castells demonstra que

vivemos um desses raros intervalos na história [representados por eventos importantes que ocorrem com grande rapidez e ajudam a estabelecer a próxima era estável]. Um intervalo cuja característica é a transformação de nossa 'cultura material' pelos mecanismos de um novo paradigma tecnológico que se organiza em torno da tecnologia da informação (CASTELLS, 2010, p. 67).

Castells observa a ação transformadora das novas tecnologias sobre a sociedade e afirma que, como tendência histórica, as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em redes assim definidas:

Estruturas abertas, capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação. [...] são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada. (CASTELLS, 2010, p. 566).

Essa nova sociedade – a sociedade em rede – traduz-se em novas práticas e em mudanças da própria vivência do espaço e do tempo. É globalizada, “centrada no uso e aplicação da informação e na qual a divisão do trabalho se efetua, não tanto segundo jurisdições territoriais (embora isso também continue a ocorrer), mas, sobretudo segundo um padrão complexo de redes interligadas” (CASTELLS, 2010, p. 37).

As transformações sociais para Giddens (2009) são explicadas por meio do teorema da dualidade da estrutura: aspectos estruturais dos sistemas sociais são

reproduzidos ou transformados pelos agentes que, em suas atividades cotidianas, refazem ou alteram o que já está feito na continuidade da práxis. Para ele, estrutura não equivale à restrição ou à coerção, mas é sempre, ao mesmo tempo, restritiva e facilitadora.

Os sistemas sociais em que a estrutura está recursivamente implicada [...] compreendem as atividades localizadas de agentes humanos, reproduzidas através do tempo e do espaço. A estruturação significa os modos como tais sistemas, fundamentados nas atividades cognoscitivas de atores localizados que se apoiam em regras e recursos na diversidade de contextos de ação, são produzidos e reproduzidos em [permanente] interação. (GIDDENS, 2009, p. 29-30).

Para Giddens, “a história humana é criada por atividades intencionais, mas não constitui um projeto deliberado: ela se esquia persistentemente dos esforços para colocá-la sob direção consciente” (2010, p. 32). Afirma também que as necessidades sociais existem como fatores causais implicados na reprodução social somente quando são reconhecidas como tal, ou seja, como necessidades, pelos que são diretamente afetados por elas.

Portanto, de acordo com a teoria da estruturação de Giddens (2009), pode-se inferir que os avanços tecnológicos que culminaram com as novas TICs são resultado evolutivo da estruturação de eventos, no tempo e no espaço, a partir da contínua interação entre agentes e estrutura. Infere-se também que propiciam mudanças conjunturais e profundas na sociedade contemporânea: conjunturais, porque dependeram da conjunção de circunstâncias e eventos envolvendo a ação reflexiva e monitorada dos agentes sociais na construção e utilização das novas tecnologias da informação e comunicação; profundas, porque a intensidade e extensividade com que se manifestam têm provocado alterações substanciais nas estruturas de significação (ordens simbólicas), de dominação (instituições políticas e econômicas) e de legitimação (instituições legais) da sociedade.

Giddens (2009) ressalta que as novas TICs ampliam as possibilidades de integração social, pois permitem contato audiovisual em tempo real entre os agentes sociais e não mais necessária ou exclusivamente em contextos de copresença. Afirma também que “os meios eletrônicos separam a presença no tempo da presença no espaço, um fenômeno de importância decisiva para as formas contemporâneas de coletividade” (GIDDENS, 2009, p. 239). As limitações da

“presença individual”, relacionadas à questão do tempo, são transcendidas pela “extensão” das relações sociais através do tempo e do espaço.

Castells (2010) historia a emergência das novas TICs, situando-a nos anos 1970, na Califórnia, Estados Unidos da América, mais precisamente no Vale do Silício. Castells observa que nessa região ocorreu a formação de ambiente propício ao surgimento e ao desenvolvimento das bases dessa revolução: a concentração espacial de centros de pesquisa, instituições de ensino superior, empresas de tecnologia avançada, redes auxiliares de provisão de bens e serviços e redes de empresas com capital de risco para financiar novos empreendimentos.

A sequência histórica que resultou dessa revolução é apresentada por Castells (2010), segundo os principais eixos da transformação das tecnologias relacionadas com a geração, o processamento e a transmissão da informação.

Apesar dos antecessores industriais e científicos das tecnologias da informação com base em microeletrônica já poderem ser observados anos antes da década de 1940 [...], foi durante a Segunda Guerra Mundial e no período seguinte que se deram as principais descobertas tecnológicas em eletrônica: o primeiro computador programável e o transistor, fonte da microeletrônica, o verdadeiro cerne da revolução da tecnologia da informação no século XX (CASTELLS, 2010, p. 76).

Castells ressalta a importância da invenção do transistor⁷ em 1947, mas afirma que a invenção do circuito integrado (CI)⁸ foi o passo decisivo da microeletrônica. Em 1971, com a invenção do microprocessador⁹, inicia-se a “disputa pela capacidade de integração cada vez maior dos circuitos contidos em apenas um *chip*, e a tecnologia de produção e *design* sempre excedia os limites da integração antes considerada fisicamente impossível sem abandonar o uso do silício”. (CASTELLS, 2010, p. 77).

⁷ O transistor foi inventado na empresa *Bell Laboratories*, em *Murray Hill*, no estado da Nova Jersey, pelos físicos Bardeen, Brattain e Shockley, ganhadores do prêmio Nobel pela descoberta. O transistor possibilitou o processamento de impulsos elétricos em velocidade rápida e em modo binário de interrupção e amplificação, permitindo a codificação da lógica e da comunicação com e entre as máquinas: esses dispositivos têm o nome de semicondutores, mas as pessoas costumam chamá-los de *chips* (na verdade, agora constituídos de milhões de transistores) (CASTELLS, 2010, p. 76).

⁸ O circuito integrado (CI) foi inventado por Jack Kilby, engenheiro da *Texas Instruments* (que o patenteou) em parceria com Bob Noyce, um dos fundadores da *Fairchild* (CASTELLS, 2010, p. 77).

⁹ O microprocessador foi inventado por Ted Hoff, engenheiro da Intel. É o computador em um único *chip* com o qual se tornou possível instalar a capacidade de processar informações em todas as máquinas (CASTELLS, 2010, p. 77).

Castells (2010) relata detalhes técnicos da evolução dos chips com o objetivo de evidenciar a grande velocidade e a enorme extensão dessa transformação tecnológica. Refere que o advento do microprocessador em 1971 foi a base da máquina Altair¹⁰ que, por sua vez, fundamentou o *design* do *Apple I* e do *Apple II*, com os quais a empresa *Apple Computers*, lançada em 1976, deu início à era da difusão dos microcomputadores ou computadores pessoais (PCs). Contudo, a condição para que a difusão se efetivasse só foi alcançada com o desenvolvimento de um *software* específico para o mercado de microcomputadores, o que foi realizado por Bill Gates e Paul Allen que, depois de adaptarem o BASIC para operar a máquina Altair, criaram a *Microsoft* em 1976.

Cada grande avanço em um campo tecnológico específico amplifica os efeitos das tecnologias da informação conexas. A convergência de todas essas tecnologias eletrônicas no campo da comunicação interativa levou à criação da *Internet*, talvez o mais revolucionário meio tecnológico da Era da Informação (CASTELLS, 2010, p. 82).

Takahashi (2000) afirma que a convergência da base tecnológica para as novas TICs está na origem dessa revolução. Ele ressalta que “ao longo de sua trajetória, as tecnologias de informação e comunicação deram origem a um grande número de inovações, dentre as quais a *Internet* é, sem dúvida, a mais revolucionária” (TAKAHASHI, 2000, p. 17).

Para o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) essa convergência consiste em um

processo iniciado a partir do surgimento da *Internet* e da digitalização dos conteúdos, fazendo com que uma única rede ou tecnologia possa ser usada para transportar, armazenar e redistribuir som, vídeo, voz e dados, tornando essas redes ou tecnologias capazes de oferecer diferentes serviços ao consumidor (INSTITUTO..., 2011).

A dinâmica da indústria de equipamentos de informática e o crescimento da *Internet* são fenômenos apontados por Takahashi (2000) que, combinados com a convergência da base tecnológica, concorrem para as transformações em curso. O desenvolvimento da indústria tem proporcionado contínua queda nos preços dos computadores relativamente à potência computacional, permitindo a popularização crescente do uso dessas máquinas. É inegável que o crescimento da *Internet* vem ampliando a conectividade em todo o mundo e a disseminação cada vez mais veloz

¹⁰ Altair foi o nome atribuído à “caixa de computação” criada em 1975, pelo engenheiro Ed Roberts, no Novo México, construída como um computador de pequena escala com um microprocessador.

da rede mostra que sua utilização se tornou um padrão de fato, mesmo que em alguns países ainda seja um serviço restrito a poucos. A propósito, a extensão do serviço à maioria das pessoas pode ser considerada fator estratégico fundamental para o desenvolvimento das nações (TAKAHASHI, 2000).

A partir da disseminação do uso das TICs, tempo e espaço, sempre relacionados e correspondentes, passam a requerer outra forma de análise. O acesso virtual, ao contribuir para o processo de formação de uma nova sociedade – a sociedade em rede – traz para a discussão a necessidade de diferentes abordagens que permeiam a nova forma de organização espacial dessa sociedade.

A separação da presença no tempo da presença no espaço, permitida pelos meios eletrônicos, constitui-se em fenômeno considerado por Giddens como “de importância decisiva para as formas contemporâneas de coletividade” (2009, p. 239). Para esse autor, as limitações da “presença individual”, relacionadas à questão do tempo, são transcendidas pela “extensão” das relações sociais através do tempo e do espaço, permitindo contato audiovisual em tempo real entre os agentes sociais e não mais necessária ou exclusivamente em contextos de copresença.

A seguir são discutidos autores que analisam alguns dos processos que envolvem o espaço urbano a partir de possibilidades viabilizadas pelas novas TICs, como a ação a distância, sem deslocamento, determinando uma nova forma de viver esse espaço.

2.2 AS NOVAS TICS E O ESPAÇO URBANO

A sociedade urbana contemporânea convive com a *Internet*, considerado um fenômeno hegemônico e cada vez mais enraizado no cotidiano dessa sociedade, permitindo-lhe interagir de forma intensa e crescente com o espaço virtual e nele projetar e representar sua vida material. Considerando que “sociedade e espaço são dimensões gêmeas” (HAESBAERT, 2011, p. 20), é possível inferir que as cidades, *habitat* dessa nova sociedade, podem reconfigurar-se para assim expressar de alguma forma essas novas práticas sociais. Firmino alerta:

A associação entre espaço e sociedade é um passo fundamental se desejamos entender as relações entre espaço e tecnologia. As tecnologias são parte de um processo de construção sociotécnica. O

que se pode aprender desta associação, é que a única maneira de se entender o trinômio espaço-tempo-tecnologia é através da compreensão de suas relações políticas e sociais, assim como sua realidade física e territorial (FIRMINO, 2005, p. 3).

É importante considerar que, conforme afirma Castells (2010), o espaço é tempo cristalizado, isto é, constitui-se herança das estruturas socioespaciais anteriores, o que é fator relevante quando se tem a expectativa de que transformações físico-espaciais, decorrentes de grandes transformações sociais, como as que são observadas na contemporaneidade, ocorram de forma simultânea às mudanças sociais.

Os conceitos e as teorias que têm sido construídos por estudiosos do tema ainda não apontam claramente que aspectos podem ser distinguidos no espaço urbano em decorrência do uso das novas tecnologias. Assim, sem descuidar da carga metafórica e especulativa que, segundo Firmino (2005), permeia a maioria desses esforços, foram identificados alguns conceitos, reflexões e teorias a seguir expostos que, espera-se, ajudem na compreensão da relação entre essas novas tecnologias e o espaço urbano contemporâneo.

A visão de Firmino (2011, p.15) é que “as dificuldades em precisar os efeitos e infraestruturas associados às TICs tornam suas relações com as cidades um fenômeno duvidoso e incerto, do ponto de vista teórico e empírico”.

Para Castells (2010) a era da Informação está introduzindo uma nova forma urbana: a cidade informacional que, entretanto, “não se constitui numa forma e sim num processo caracterizado pelo domínio estrutural do espaço de fluxos” (2010, p. 488). A cidade informacional deve ser analisada a partir de uma visão holística que aborde seus aspectos materiais – redes físicas de estrutura urbana – e virtual – espaços de fluxos construídos através de relações sociais. É uma nova forma de interação do cidadão com o espaço urbano com base na utilização das redes digitais que flexibilizam a noção de espaço dos lugares e, ao mesmo tempo, expressam a desarticulação das sociedades e culturas baseadas num local físico, transitando, assim, para uma cultura de rede e para um espaço de fluxos. Mas, em que medida a emergência dos fluxos e das redes virtuais podem alterar os fluxos e as redes materiais que configuram o espaço urbano nas suas diversas escalas de estruturação?

Castells (2010) procura identificar a lógica que fundamenta as novas formas e os novos processos espaciais que expressam as práticas dessa sociedade em rede, inclusive as tendências contraditórias derivadas de conflitos e estratégias entre atores sociais representantes de interesses e valores que se opõem. A característica das práticas sociais que dominam e moldam essa sociedade é o espaço de fluxos¹¹ concebido como organização material das práticas sociais de tempo compartilhado, que funcionam por meio de fluxos, como, por exemplo, fluxos de capital, fluxos de informação, fluxos de tecnologia, fluxos de interação organizacional, fluxos de imagens, sons e símbolos. Ressalta, entretanto, que o espaço de fluxos não é a única lógica de nossa sociedade, mas é a dominante porque é a lógica dos interesses e funções nela dominantes.

O espaço de fluxos não é desprovido de lugar, mas sua estrutura lógica, sim; os lugares não desaparecem, mas sua lógica e seu significado são absorvidos na rede. “[O espaço de fluxos] está localizado em uma rede eletrônica, mas essa rede eletrônica conecta lugares específicos com características sociais, culturais, físicas e funcionais bem definidas” (CASTELLS, 2010, p. 502). Nessa rede, nenhum lugar existe por si mesmo, pois são os intercâmbios de fluxos da rede que definem suas posições e, conseqüentemente, a rede de comunicação é a configuração espacial fundamental.

Castells (2010) oferece um melhor entendimento do que é espaço de fluxos ao descrever seu conteúdo como resultado da combinação de pelo menos três camadas de suportes materiais. A primeira constitui a base material dos processos, ou seja, o conjunto dos circuitos eletrônicos cuja arquitetura e conteúdo são determinados pelas diferentes formas de poder existentes em nosso mundo. É um suporte material de práticas simultâneas, portanto,

é uma forma espacial do mesmo modo que poderia ser ‘a cidade’ ou a ‘região’ na organização da sociedade mercantil ou da sociedade industrial. A articulação espacial das funções dominantes ocorre em nossas sociedades na rede de interações, possibilitadas pelos equipamentos de tecnologia da informação. [...] A infraestrutura tecnológica que constrói a rede define o novo espaço [da mesma forma] como as ferrovias definiam as ‘regiões econômicas’ e os ‘mercados nacionais’ na economia industrial; ou as regras institucionais de cidadania específicas das fronteiras (e seus

¹¹ Por fluxos entendem-se as seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade (CASTELLS, 2010, p. 501).

exércitos tecnologicamente avançados) definiam as 'cidades' nas origens mercantis do capitalismo e da democracia (CASTELLS, 2010, p. 501).

A segunda camada é composta por centros de importantes funções estratégicas, os nós, e por centros de comunicação e ambos seguem uma hierarquia organizacional correspondente ao seu peso relativo na rede, *status* esse variável em função da evolução das atividades processadas. Se algum lugar perder a conexão com a rede, a consequência é o declínio imediato e a deterioração econômica, social e física.

Os nós, ou centros da rede “constroem uma série de atividades e organizações locais em torno de uma função chave na rede” (CASTELLS, 2010, p. 502) e suas características dependem do tipo de função desempenhada por uma rede determinada. Os centros de comunicação, ou lugares intercambiadores, desempenham um papel coordenador para a perfeita interação entre todos os elementos integrados na rede, sendo que cada rede define seus locais de acordo com suas funções e com a hierarquia de cada local, segundo as características do produto ou serviço a ser nela processado.

A terceira camada refere-se à organização espacial das elites gerenciais dominantes (e não de classes) que exercem as funções direcionais em torno das quais esse espaço é articulado. “A teoria do espaço de fluxos parte da suposição implícita de que as sociedades são organizadas de maneira assimétrica em torno de interesses dominantes específicos a cada estrutura social” (CASTELLS, 2010, p. 504). A dominação, entretanto, não é apenas estrutural, mas estabelecida por atores sociais que integram a elite empresarial tecnocrática e financeira, cujas exigências espaciais específicas para suportar material e espacialmente seus interesses e práticas constituem outra dimensão fundamental do espaço de fluxos. “A articulação das elites e a segmentação e desorganização da massa parecem ser os mecanismos gêmeos de dominação social em nossas sociedades” (CASTELLS, 2010, p. 505). E pelo fato de as elites serem cosmopolitas, e as pessoas serem locais, o espaço de poder e riqueza projeta-se pelo mundo, enquanto a vida e a experiência das pessoas enraízam-se em lugares.

A nova economia globalizada e a sociedade informacional emergente são responsáveis pelo surgimento de grandes aglomerações humanas com função de “nós” de articulação da economia globalizada, ligando as redes informacionais e concentrando o poder mundial, mas

também são depositárias de todos esses segmentos da população que lutam para sobreviver, bem como daqueles grupos que querem mostrar sua situação de abandono, para que não morram ignorados em áreas negligenciadas pelas redes de comunicação. (CASTELLS, 2010, p. 493).

Mesmo considerando os poucos registros empíricos sobre o tema, Castells (2010) observa que os locais de trabalho vêm sendo diversificados e flexibilizados, especialmente no segmento mais dinâmico de profissionais, os autônomos liberais, que caminham para o que se pode conceituar de escritório móvel. Ao mesmo tempo, nota que as compras por meio eletrônico passam a realizar-se, alternativamente, *online* e também que o desenvolvimento dessa modalidade de serviço vem crescendo e se diversificando (ver o caso das compras coletivas), impulsionada pela concorrência permitida pela *Internet*. Nesse contexto, os serviços bancários vêm sendo prestados cada vez mais por meio eletrônico, mediante serviços *online*, de caixas eletrônicos que proliferam em substituição às agências tradicionais, que permanecem nos casos em que se consolidam nas funções de centrais de venda de produtos e de atendimento personalizado aos clientes (CASTELLS, 2010).

O fato de que um número crescente de pessoas passa a trabalhar e a administrar serviços de suas casas. Conforme pesquisa realizada em 1993 pela Fundação Europeia para a Melhoria da Qualidade de Vida e Ambiente e Trabalho, citada por Castells (2010, p. 487), a “centralidade na casa” é uma tendência importante na nova sociedade, o que não significa o fim da cidade. Para Castells (2010), locais de trabalho, de recreação, *shopping centers*, equipamentos de saúde e escolares, e outros que permanecem, vão continuar demandando o acesso físico das pessoas que os utilizam, agora, porém, com mobilidade crescente a partir de fluxos de deslocamento mais flexíveis, decorrentes da maior desconcentração desses equipamentos no espaço.

Como resultados, verificam-se processos simultâneos de concentração e dispersão, tanto no âmbito mundial e regional quanto no local, ou seja, tanto na escala da rede de cidades quanto na escala intraurbana.

A diversidade de contextos histórico, cultural, territorial e institucional, segundo Castells (2010), condiciona os diferentes padrões que as formas urbanas adquirem nesse momento. A ênfase na interatividade entre os lugares rompe os padrões espaciais de comportamento na rede fluida de intercâmbios e forma a base para o surgimento de um novo espaço, o espaço de fluxos.

Para Lemos (2004), a cidade sempre foi uma estrutura artificial, híbrida e complexa, entretanto, o advento das novas tecnologias faz surgir a cidade-ciborgue que “é a forma atual do espaço urbano, da pólis contemporânea, na sociedade das redes telemáticas, da cibercultura e da era pós-industrial” (LEMOS, 2004, p. 132). Para esse autor, “o espaço de fluxos reestrutura as cidades e dá forma às cidades contemporâneas. A rede telemática é a infraestrutura central da cidade-ciborgue” (LEMOS, 2004, p. 134). E continua:

diversos autores entendem que as mudanças geradas pelo impacto das tecnologias são inevitáveis e que a todo tempo estamos vivenciando essas transformações em direção a um processo de desmaterialização. Essa desmaterialização estaria reconfigurando a sociedade, envolvendo e entrelaçando os seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Cidades-ciborgues encaixam-se bem no que alguns autores denominam de “desmaterialização” da sociedade. As telecomunicações fornecem sistemas técnicos que permitem ação à distância sem movimento físico e essas novas formas de ação vão determinar uma nova vivência do espaço urbano, sem exterminá-lo. As redes telemáticas ampliam essa volatilidade, dando apoio ao fluxo em tempo real do capital financeiro e dos serviços em torno do mundo globalizado (LEMOS, 2004, p. 137).

William Mitchell apud Stangl (2004) afirma que muitos dos aspectos da nova urbanidade, nascidos com as redes digitais, já são visíveis e que desses aspectos os cinco principais são: a desmaterialização, a desmobilização, a personalização, as operações inteligentes e as transformações suaves.

Para Santos (1997) apud Firmino (2005), tanto os aspectos sociais e culturais, quanto os físicos e virtuais devem ser considerados no processo de atualização das cidades. Ao mencionar processos históricos na cidade, o tempo aparece de forma relevante, assim como a distância, ambos bastante alterados em função do papel atual das TICs na diminuição desta e na relativização daquele.

Cuff (2003) apud Firmino (2005) destaca que o espaço urbano faz parte de um ambiente que passou a ser extremamente controlado, levando a uma nova percepção do que seja público, privado ou semipúblico e também das noções de civilidade e vida pública. Destaca também que a “invisibilidade” das TICs, isto é, da infraestrutura das tecnologias telemáticas – as fibras óticas são subterrâneas, as ondas de rádio são invisíveis e os satélites estão fora do nosso alcance visual – traz dificuldades à assimilação desse novo espaço. Afirma também que “este novo

espaço cibernético e pervasivo¹² é a essência do espaço pós-moderno, e que esta simbiose espacial entre elementos tradicionais e elementos eletrônicos pode ser chamada de *cyborg*¹³ (CUFF, 2003, apud FIRMINO, 2005, p. 3).

Lemos (2004, p. 130) identifica que na cidade-ciborgue as redes telemáticas que suportam as novas tecnologias (e as tecnologias daí derivadas, *Internet* fixa, *wireless*, celular, satélites etc.) somam-se às de energia, de transporte, de iluminação, constituindo um híbrido complexo das diversas redes tecnossociais, ou seja, das redes sociais, das redes infraestruturais físicas e das redes imaginárias. O autor também adverte que a cibercidade (ou cidade-ciborgue) não deve ser compreendida como uma novidade radical, como o surgimento de uma nova cidade ou como a destruição das velhas formas urbanas, o que representaria um determinismo tecnológico. A cibercidade resulta da instauração de uma nova dinâmica de reconfiguração socioespacial a partir das novas tecnologias e das redes telemáticas.

Lévy (2000) designa as cibercidades como Cidades Digitais e considera que a relação mais viável entre as cidades e o ciberespaço é a articulação entre o funcionamento urbano e as novas formas de inteligências coletivas: por meio da reorganização do espaço urbano em torno do ciberespaço, é possível fortalecer a troca de informações entre os habitantes deste espaço urbano e entre esses habitantes e o governo e o capital. Acredita que a articulação entre os espaços tecnológicos do ciberespaço com o espaço físico da cidade contemporânea apresenta maiores possibilidades para o desenvolvimento sociourbano.

A dinâmica de fluxos informacionais, ao redefinir o tempo e o espaço, transforma o conceito de cidade “permitindo que uma série de atividades

¹² Pervasivo é o termo utilizado para designar a computação que se relaciona à capacidade de obter informações e dados relativos ao ambiente. A computação pervasiva, combinada com a computação móvel – que se baseia na capacidade de mover fisicamente serviços computacionais –, origina o conceito de computação ubíqua, concebida por Mark Weiser (1991). Segundo este autor, “The most profound Technologies are those that disappear. They weave themselves into the fabric of everyday life until are indistinguishable from it.” Ou seja, numa tradução livre: as tecnologias mais perfeitas e duradouras são aquelas que desaparecem; são as que se dissipam nas coisas do dia a dia até se tornarem indistinguíveis. O desenvolvimento dessa tecnologia busca a construção de modelos computacionais para ambientes nos quais os usuários se locomovem e as aplicações se adaptam, automaticamente, de acordo com as necessidades dos usuários (ARAUJO, 2003).

¹³ Cyborg: *cy.borg n Eng* - organismo ou máquina modificados ciberneticamente para funcionar num ambiente hostil, como o espaço sideral, por exemplo (MICHAELIS, 2011).

fundamentais agora possa ser realizada independente do deslocamento físico”. (LISSONGER; RODRIGUES, 2004, p. 257). Esses autores detalham que a convergência de bases tecnológicas, também referidas por outros autores, corresponde às três redes de comunicação: telefonia, TV e rede de dados, formando o seguinte conjunto de bens e serviços ligados à *Internet*: telefonia sem fio, distribuição de TV a cabo e equipamentos públicos de autoatendimento. A parte visível da infraestrutura que suporta esses serviços são as antenas (nos topos dos prédios ou em torres próprias), quiosques de informações, cabines com caixa de banco 24 horas, *outdoors* eletrônicos ou mesmo os aparelhos celulares e outros equipamentos eletrônicos portados/utilizados pelas pessoas. A essa infraestrutura acrescenta-se a parte não visível, constituída de canais microondas, linhas de fibra ótica, cabos submarinos e transmissões via satélite.

Autores como Araújo (2009) e Ascher (2010) afirmam que a cidade está se transformando em razão da utilização das tecnologias da informação e comunicação e que essa cidade em transformação

pode ser problematizada a partir de diferentes parâmetros, tais como finanças, capacidade informacional e de conexão planetária, nós e redes, fluxos de informações, quantidade de *bits*, densidade demográfica, virtualização, experiência sensorial etc., e passa a ser definida a partir dos mais diversos neologismos (ARAÚJO, 2009, p.8).

Para Ascher (2010), existe uma revolução urbana (a terceira) que se iniciou há três décadas e já causou consideráveis mudanças nas práticas dos cidadãos. Essa revolução é expressa no processo de metapolização¹⁴, em que as cidades mudam de escala e de forma. Afirma que uma das cinco grandes mudanças nas formas das cidades é a transformação dos sistemas urbanos de mobilidade, de bens, de informações e de pessoas (sistema bip). O uso dos meios de transportes rápidos e as TICs, segundo Ascher (2010), afetam também os antigos sistemas de centralidade e as organizações urbanas radioconcêntricas. A dificuldade de acesso ao centro, principalmente para os veículos particulares, resultou em uma multiplicação das polarizações.

¹⁴ Metapolização é um duplo processo de metropolização (como busca da concentração de riquezas humanas e materiais nas aglomerações mais importantes) e de formação de novos tipos de territórios urbanos, as metápoles, constituídas de vastas conturbações, extensas e descontínuas, heterogêneas e multipolarizadas (ASCHER, 2010, p. 62).

Essas mudanças contribuem para uma profunda modificação no território das cidades, porém, afirma Ascher (2010), não haverá geração de uma cidade virtual, imóvel e controvertida, mas sim a de uma cidade

que se move e se comunica, constituída de novas decisões de deslocamento das pessoas, bens e informações, animada pelos eventos que exigem a copresença, e na qual a qualidade dos lugares mobilizará todos os sentidos, inclusive o toque, o gosto e o cheiro. (ASCHER, 2010, p. 67).

A respeito das novas decisões de deslocamento, Ascher (2010) cita o comércio eletrônico. Em sua avaliação, este substitui parte da mobilidade dos consumidores pelo transporte de informações via internet e pelo deslocamento comercial e profissional do entregador, o que pode acarretar modificações importantes na localização de uma parte do comércio. Bens de consumo não precisam mais estar disponíveis nos centros comerciais de aluguéis caros, mas sim em entrepostos próximos a plataformas logísticas. O autor cita, também, o caso dos serviços bancários, em que a mercadoria é o dinheiro e o dinheiro-crédito. Nesse caso, verifica-se que as transações envolvendo essa “mercadoria” são cada vez mais virtuais.

Haesbaert (2011) afirma que o ciberespaço é central na compreensão da fluidez financeira e que a ruptura entre a economia e a base territorial, sugerida pelo capitalismo financeiro, é visível no caso do sistema bancário. Para ele, a globalização dos mercados se dá por meio de fluxos comerciais e financeiros cada vez mais independentes de bases territoriais e

a tecnologia informacional torna mais evidente tanto a imaterialidade quanto a instantaneidade (e a superação do entrave distância) nas transações, permitindo assim a circulação de capital (puramente especulativo) em ‘tempo real’ (HAESBAERT, 2011, p. 174).

Mas antes de aprofundar o debate sobre o papel das TICs na estruturação do espaço urbano nas escalas regional e intraurbana, para fins do estudo empírico, necessário se faz entender melhor como as TICs se manifestam no setor bancário, em geral, e brasileiro, em particular.

3 AS NOVAS TICS E OS SERVIÇOS BANCÁRIOS NO BRASIL

Segundo Albertin (1999) as novas tecnologias permitiram o desenvolvimento de novos produtos e formas de interação entre os bancos e os consumidores. Essa afirmativa é uma importante referência para a obtenção da resposta à primeira questão apresentada nesta dissertação, ou seja, qual o tipo de impacto que as novas TICS causaram na prestação dos serviços bancários. Para melhor esclarecer esse impacto, será estudada a evolução recente do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e o processo de automação bancária no Brasil, assim como analisados os novos serviços e veículos que passaram a ser oferecidos à população brasileira.

Considerou-se importante investigar também teorias de localização da firma bancária para avaliar possíveis relações entre as premissas dessas teorias e as novas TICS. Foram encontrados apenas dois estudos baseados em teorias e conceitos da economia que procuram identificar fatores locacionais de agências bancárias no espaço regional. Buscou-se, então, uma aproximação do espaço urbano por meio da análise das premissas locacionais de agências bancárias apresentadas, nesses dois estudos, em relação ao espaço urbano.

3.1 AS NOVAS TICS NO BRASIL

Segundo Takahashi (2000), a informática e as telecomunicações, mesmo consideradas similarmente estratégicas para o desenvolvimento nacional, tiveram, em princípio, evolução relativamente independente no Brasil. O setor das comunicações foi considerado pelo governo brasileiro como estratégico para o desenvolvimento e a integração do país na década de 1960. A criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. (EMBRATEL)¹⁵, inicialmente dedicada à telefonia de longa distância e, em seguida, a criação da Telecomunicações

¹⁵ A EMBRATEL S.A. foi constituída como empresa pública em 16 de setembro de 1965 e, em 16 de março de 1966, adquiriu o controle acionário da CTB (Cia. Telefônica Brasileira). Em 04 de maio de 1967, foi contratada para o levantamento da rota do Tronco Sul e, em 22 de dezembro do mesmo ano, assinou contrato para a instalação da Estação Terrena de Comunicações por Satélite, localizada em Tanguá, no Estado do Rio de Janeiro (EMBRATEL, 2011).

Brasileiras S.A. (TELEBRÁS)¹⁶, evidenciaram essa política. Entre fins dos anos 1960 e início dos anos 1970 houve grandes avanços em comunicação televisiva e, na década de 1970, foi notável a ampliação dos serviços de telecomunicações que receberam grandes investimentos em infraestrutura física, garantindo que essa expansão se desse com qualidade, tanto na instalação quanto na operação dos serviços (TAKAHASHI, 2000).

É considerada igualmente importante a criação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD) da TELEBRÁS, em 1976, para “reunir (e verticalizar) em um só lugar projetos de pesquisa e desenvolvimento de equipamentos e serviços para a infraestrutura de telecomunicações do País” (Takahashi, 2000, p. 121). Esse centro propiciou a geração de diversas tecnologias, particularmente em fibras óticas e em comutação e, com a privatização da TELEBRÁS, tornou-se uma fundação de direito privado, ampliando a sua atuação, tanto no escopo como na abrangência do mercado.

Até essa década, a área de ciência e tecnologia não era abrigada em nenhuma pasta ministerial que concentrasse e conduzisse as ações do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, instituído em 1975 sob a coordenação do Conselho Nacional de Pesquisa – hoje Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) –, vinculado ao Ministério do Planejamento. Em 1985 foi criado o Ministério da Ciência e Tecnologia¹⁷ e realizada a Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia¹⁸, à qual se seguiram outras três.

¹⁶ A Telecomunicações Brasileiras S. A. (TELEBRAS) é uma sociedade anônima aberta, de economia mista, constituída em 09 de novembro de 1972, nos termos da autorização inscrita na Lei n.º. 5.792, de 11 de julho de 1972, vinculada ao Ministério das Comunicações (TELEBRÁS, 2011).

¹⁷ Ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), criado em março de 1985, competem: a política nacional de pesquisa científica, tecnológica e inovação; o planejamento, a coordenação, a supervisão e o controle das atividades da ciência e tecnologia; a **política de desenvolvimento de informática e automação**; a política nacional de biossegurança; a política espacial e a política nuclear e controle da exportação de bens e serviços sensíveis, conforme Decreto n.º. 5.886, de 6 de setembro de 2006 (BRASIL, 2011).

¹⁸ Em 2001 realizou-se a 2ª edição dessa conferência, a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI), que enfatizou a importância da inovação tecnológica como instrumento para a competitividade. O ciclo dessa 2ª Conferência foi iniciado com a preparação e a publicação do Livro Verde e concluído com a publicação do **Livro Branco** (BRASIL, 2002, p. ix), em que constam “as linhas de uma política de longo prazo, no contexto das rápidas e profundas transformações por que passam Brasil e o mundo e das demandas e desafios que a sociedade brasileira terá que enfrentar nesta década”. Nessa conferência foi discutido o novo modelo de financiamento, baseado nos Fundos Setoriais, que viria a ter enorme impacto sobre a ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) do país; também foi criado o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), destinado a prover o

Na última, a 4ª CNCTI, realizada em maio de 2010¹⁹, foram apresentadas, entre outras, recomendações referentes à política de desenvolvimento das novas TICs no Brasil e, em especial, à inclusão digital.

Em meados da década de 1980 tem início uma grande crise no setor de telecomunicações no Brasil e, de acordo com Takahashi (2000), essa crise ocorreu porque, enquanto nos países centrais acelerava-se o processo de digitalização de linhas e sistemas e surgiam novas tecnologias, produtos e protocolos, no Brasil o setor era desacelerado e os recursos de investimento de base não eram suficientes para promover as necessárias expansão e melhoria dos serviços. Essa crise estendeu-se até 1995 quando o processo de privatização²⁰ atingiu o setor das telecomunicações, um dos seus principais alvos, sendo que o desmonte do Sistema Telebrás remonta ao governo Collor, com a aprovação do Programa Nacional de Desestatização (Lei n. 8.031/90).

Uma nova Lei de Telecomunicações estabeleceu diretrizes para a privatização do Sistema TELEBRÁS, redefiniu as obrigações dos serviços, concebeu um novo modelo de mercado, competitivo, e criou a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)²¹, instalada em novembro de 1997. No bojo dessa lei, foi estabelecido um regime de duopólio para todos os serviços de telecomunicações durante um período de transição, até o final de 2001, e preconizada uma competição “crescentemente ampla”, a partir de 2002 (TAKAHASHI, 2000, p. 121).

Takahashi (2000) informa que, em 1998, em meio a intenso debate, foram privatizadas as 27 empresas de telefonia estatais e que, no ano que se seguiu às privatizações, houve um acréscimo de mais de 37% na quantidade de linhas. Em

sistema de mecanismos de prospecção, acompanhamento e avaliação. A 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação ocorreu em 2005 e nela foram discutidos temas estratégicos, marcos reguladores e cooperação internacional, além de terem sido apresentadas propostas e sugestões que subsidiaram a formulação do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional 2007-2010 (RITLA, 2011).

¹⁹ A síntese dos grandes temas discutidos na 4ª CNCTI, bem como as recomendações nela produzidas, consta do Livro Azul (BRASIL, 2010).

²⁰ Durante a década de 1990 os países da Europa, América Latina e África passaram por processos de desregulamentação e liberalização de setores estratégicos da economia, abrindo as portas para a privatização de empresas estatais e a entrada de capital internacional (INSTITUTO..., 2011).

²¹ No novo modelo, reservou-se à Anatel o papel de regulação operacional, com a missão de monitorar a qualidade dos serviços ao consumidor e o cumprimento dos contratos com as operadoras. Destacam-se, ainda, as competências do órgão para a adoção de medidas para impedir a monopolização do mercado e reprimir as infrações à ordem econômica (INSTITUTO..., 2011).

1998 foram registrados 20,2 milhões de acessos telefônicos fixos e, em 1999, esse número passou para 27,8 milhões. Incrementos semelhantes verificaram-se com relação a telefones públicos e celulares²².

Quanto ao desenvolvimento do setor de informática no Brasil, Takahashi (2000) avalia que o setor evoluiu, nas décadas de 70 e 80, segundo modelo centralizado na concepção, mas, comparativamente, mais descentralizado no seu funcionamento²³ em relação ao setor das comunicações. A criação da Secretaria Especial de Informática²⁴, em 1984, foi um instrumento de exercício do controle do setor pelo governo federal. A política nacional defendia a criação de uma indústria de informática doméstica forte, “capaz de fabricar e aprimorar equipamentos e *software*, além de produzir localmente boa parte dos insumos necessários, tais como circuitos integrados, placas, componentes discretos etc.” (TAKAHASHI, 2000, p. 123). Para viabilizar essa política o Governo Federal dispôs de mecanismos dentre os quais Takahashi (2000) destaca o controle de importação de bens e serviços de informática.

Em meados de 1980, as ações estratégicas governamentais voltaram-se para a fabricação de microcomputadores e equipamentos periféricos, levando ao surgimento de várias empresas. A automação bancária, desenvolvida no mesmo período e sob forte influência dos grandes bancos, representou um grande nicho de oportunidades para o setor que viu surgir empresas como a Procomp e a Itautec.

²² Após a quebra do monopólio das telecomunicações, seguiu-se a abertura do mercado de telefonia celular, por meio da Lei Mínima (Lei n. 9.295/96), e também o processo de reestruturação do Sistema TELEBRÁS. Neste sentido foi aprovada e sancionada em 1997 a Lei Geral das Telecomunicações, ou LGT (Lei nº 9.472), que redefiniu as obrigações dos serviços e estabeleceu um novo modelo de mercado, competitivo, além de criar a ANATEL. Revogou-se parcialmente o Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962, mantendo-se somente aquilo que se referia aos serviços de radiodifusão (TV aberta e rádio) (INSTITUTO..., 2011).

²³ A lei n. 7.232, de 29 de outubro de 1984, que dispôs sobre a Secretaria Especial de Informática (SEI) e sobre a Política Nacional de Informática, estabeleceu princípios, objetivos e diretrizes para essa política, seus fins e mecanismos de formulação. Criou o Conselho Nacional de Informática e Automação (CONIN), os Distritos de Exportação de Informática, autorizou a criação da Fundação Centro Tecnológico para Informática (CTI), atual Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer, e instituiu o Plano Nacional de Informática e Automação e o Fundo Especial de Informática e Automação (BRASIL, 2011).

²⁴ Em outubro de 1979, após ampla reestruturação dos órgãos governamentais responsáveis pelo setor de informática, foi criada a Secretaria Especial de Informática (SEI) em substituição à Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico (Capre), que havia sido criada em abril de 1972 com o objetivo inicial de promover o uso mais eficiente dos computadores na administração pública e traçar uma política tecnológica para a área de informática (BRASIL, 2011).

Takahashi (2000) reporta ainda que houve consolidação do setor de *software* e serviços ao longo da década de 1980, explorado por milhares de pequenas empresas.

Na década de 1990, o governo federal estabeleceu um modelo mais aberto para o setor de informática, de um lado, reduzindo significativamente as alíquotas de importação para diversos itens e, de outro, contemplando a indústria local com a sanção da Lei nº. 8.248, de 23 de outubro de 1991, que dispôs sobre a capacitação e competitividade do setor.

Ainda no início da mesma década, o MCT lançou uma série de iniciativas para dinamizar a informática no país. Foram elas:

a) a criação da Rede Nacional de Pesquisa (RNP)²⁵, com o objetivo de implantar uma *Internet* para educação e pesquisa, e que teve papel fundamental na montagem de serviços *Internet*, não só para a área acadêmica, mas também na transição para um modelo de serviços abertos em *Internet* no País;

b) instituição do Programa Técnico de Pesquisa em Computação (Protem-CC), com a finalidade de estruturar e apoiar um modelo de pesquisa consorciada entre entidades acadêmicas e o setor privado;

c) a instituição do Programa Nacional de *Software* para Exportação (SOFTEX), que visava estruturar e coordenar um esforço nacional para incrementar, significativamente, a exportação de *software* produzido no país;

d) a instituição do Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho (SINAPAD), com o objetivo de implantar um conjunto de centros prestadores de serviços de supercomputação no País.

Segundo Takahashi (2000), em 1996, o modelo dos Programas Prioritários em Informática (PPI), instituídos pela Lei nº. 8.248 já referida, principiava a se

²⁵ A Rede Nacional de Pesquisa (RNP) foi criada em 1989, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), com o objetivo de construir uma infraestrutura de rede *Internet* nacional para a comunidade acadêmica e de disseminar o uso de redes no país. Começou a ser montada em 1991 e, em 1994, já atingia todas as regiões do país. Estimulou a formação de uma consciência acerca da importância estratégica para o país e tornou-se referência em aplicação de tecnologias *Internet*. Em maio de 1995, com o início da abertura da *Internet* comercial no país, a RNP passou por uma redefinição de seu papel, estendendo seus serviços de acesso a todos os setores da sociedade, tornando-se um importante apoio à consolidação da *Internet* comercial no Brasil. Inúmeras empresas fabricantes de bens de informática, tais como Compaq, Equitel, IBM, Philips etc., passaram a oferecer apoio concreto à RNP, fornecendo equipamentos, *software* e também financiando atividades diretas do projeto e, por meio do Centro de Informações *Internet*/BR, foi fornecido suporte aos provedores e usuários da rede (RNP, 2011).

exaurir, provavelmente por conta de problemas de financiamento ou de institucionalização, ou ainda pela necessidade de redefinição de rumos estratégicos. Para esse autor, o governo brasileiro, entendendo que o conhecimento havia se tornado, mais do que no passado, um dos principais fatores de superação de desigualdades, de agregação de valor, criação de emprego qualificado e de propagação do bem-estar, buscou implementar o Programa Sociedade da Informação no Brasil.

Assim, em setembro de 2000, o MCT lançou o Livro Verde que reunia as metas de implantação do Programa, uma súmula de possíveis aplicações de Tecnologias da Informação, além de um conjunto de ações para impulsionar a Sociedade da Informação no Brasil, envolvendo ampliação do acesso, meios de conectividade, formação de recursos humanos, incentivo à pesquisa e desenvolvimento, comércio eletrônico e desenvolvimento de novas aplicações. O objetivo do Programa era

integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do País tenha condições de competir no mercado global (TAKAHASHI, 2000, p. 10).

Durante o VI Encontro Nacional da Ciência da Informação, Fábio Silva discutiu as iniciativas governamentais referentes à gestão da Informação Científica e Tecnológica (ICT) brasileira, no âmbito da Sociedade da Informação, com base em quatro publicações oficiais, entre elas o Livro Verde. Suas críticas apoiavam-se em três aspectos citados por Takahashi (2000). O primeiro concerne o fato de que “a motivação de iniciativas nacionais na linha do que hoje denominamos ‘Sociedade da Informação’ foi explicitamente econômica ou industrial, com um forte viés econômico” (TAKAHASHI, 2000, p. 108). A esse respeito, Silva (2005) destaca o fato de os Estados Unidos da América (EUA) terem tomado a iniciativa de construir uma rede mundial de computadores e, ao denominarem esse movimento de “*Information Infrastructure*”, terem dado ênfase ao aspecto infraestrutural que eles já dominavam.

Um segundo aspecto refere-se ao fato de o Brasil ter se aproximado das políticas adotadas pela Comunidade Europeia, cujos países também não apresentavam infraestrutura adequada para receber essa “Sociedade”. Na Comunidade Europeia, a denominação adotada para o movimento foi “*Information*

Society” para “ênfatisar o viés da Europa em favor de aplicações envolvendo aspectos multiculturais e multilinguísticos, uso social das tecnologias etc.” (TAKAHASHI, 2000, p. 107) e, assim como na Europa, a saída encontrada pelo Brasil foi promover privatizações, sobretudo nas áreas relacionadas às telecomunicações.

Como terceiro aspecto relevante, Silva (2005) menciona que, em países com a infraestrutura pronta, como EUA e Canadá, o interesse em consolidar as áreas de informática, redes, telecomunicações etc. foi demonstrado através do movimento **P&D ⇒ INDÚSTRIA ⇒ SERVIÇOS**. Nos países que não dispunham dessa infraestrutura, “houve um claro movimento no sentido de abrir os serviços de telecomunicações como forma de encurtar o período de ‘acomodação’ aos novos tempos. Nesse grupo a sequência foi então **SERVIÇOS ⇒ INDÚSTRIA ⇒ P&D**” (TAKAHASHI, 2000, p. 109).

Silva (2005), ao apresentar os destaques acima, não questiona a unilateralidade tecnológica, mas aponta a inconsistência do discurso de que vivemos numa Sociedade da Informação, pois acredita que

uma sociedade abarca valores, costumes, hábitos, culturas e não apenas uma infraestrutura. Senão, a Sociedade Industrial seria chamada da Sociedade do Tear ou das Máquinas. E sabemos que “industrial” era o contexto sociopolítico, ideológico e econômico que vigorava naquele momento. Para sermos uma sociedade fundamentada na informação, não bastaria o acesso à *Internet*, mas condições de uso e geração de fluxos informacionais em diversos setores da sociedade, que contribuíssem para o bem-estar social de uma maneira geral (SILVA, 2005, p. 8).

A preocupação de Silva (2005) tem relação com as discussões havidas por ocasião da 4ª CNCTI (BRASIL, 2011) realizada em maio de 2010, que, traduzindo a preocupação da sociedade brasileira com o tema contemplara o tema da inclusão digital com uma série de recomendações referentes à inclusão digital e que são as seguintes:

- a) implantação do Plano Nacional de Banda Larga de modo a aumentar a conectividade e massificar o acesso à internet, tornando-o universal, com prioridade para as famílias de menor renda e tornando possível a inserção de todos os municípios brasileiros;
- b) incentivo à criação de uma infraestrutura pública de acesso à banda larga;

c) agilização e fortalecimento das redes estaduais de banda larga e a conexão ou expansão das cidades digitais (programas estaduais para Cidades Digitais, telecentros, entre outros);

d) estímulo à implantação de Cidades Digitais nas regiões menos desenvolvidas do país, popularizando o acesso à internet a toda a população, com grandes reflexos positivos sobre ensino, construção do conhecimento e educação, em todos os níveis;

e) estímulo à implantação de Centros de Inclusão Digital nas escolas na zona rural, possibilitando o acesso das classes mais humildes a conhecimentos existentes no mundo virtual, como parte do resgate da cidadania para muitas comunidades existentes no campo;

f) implantação de Programas Regionais de Inclusão Digital, para proporcionar à população menos favorecida, especialmente das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o acesso aos meios e facilidades das tecnologias de informação e comunicação;

g) ampliação da Plataforma de Inclusão Digital acessível a todos os municípios da Região Amazônica, incorporando novos conteúdos e tecnologias de convergência a essa rede eletrônica;

h) priorização dos sistemas de bandas largas por meio de consórcios entre o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério de Comunicações, os governos estaduais e municipais e a iniciativa privada;

i) fomentar a implantação de programas utilizando os telecentros comunitários em uma rede única, visando o aprimoramento nos sistemas de ensino básico, médio e superior; utilização das redes de CVTs para ampliar o alcance dos Centros Digitais de Cidadania, por meio da ampliação da disponibilidade de acesso a banda larga; e

j) promoção de uma revisão de objetivos e funções dos Centros Digitais de Cidadania (CDC).

A exclusão digital relaciona-se a esta pesquisa, tendo em vista que a prestação de serviços bancários está cada vez mais sendo intermediada pelas novas TICs. Sem inclusão digital, a exclusão financeira, definida por Gloukoviezoff apud Crocco, Santos e Figueiredo (2010, p. 6) como sendo “o processo onde pessoas estão excluídas ou encontram dificuldades em suas práticas financeiras de

forma que não possam ter uma vida normal dentro da sociedade em que vivem”, pode ser agravada.

Crocco, Santos e Figueiredo afirmam que existe um padrão de estilo de vida que torna os instrumentos financeiros parte integrante do cotidiano das pessoas, “fazendo com que o não acesso a tais instrumentos torne a vida das pessoas mais difícil” (2010, p. 7), uma das razões pelas quais, segundo os autores, o tema da exclusão financeira vem ganhando força nos estudos e pesquisas sobre pobreza e desigualdade social e regional a partir da segunda metade dos anos 1990.

A discussão teórica desenvolvida por Crocco, Santos e Figueiredo (2010) contempla o debate sobre os tipos de exclusão sintetizados no Quadro 1, elaborado por Anderloni et al. (2006).

Quadro 1 - Sumário dos diferentes tipos de exclusão financeira.

Dificuldades de Acesso		
Práticas do Lado da Oferta	Prospecção Direta	Políticas Bancárias: recusa em fornecer serviços devido ao perfil.
	Prospecção Indireta	Políticas de localização de postos e/ou agências em áreas sem degradação socioeconômica.
Práticas do Lado da Demanda	Autoexclusão	Recusa em utilizar determinados serviços.
Dificuldades de Uso		
Práticas do Lado da Oferta	Perfil do Consumidor avaliado como “muito custoso para servir”	Forçar um maior uso de serviços (pacote de serviços, ligar um serviço a outro etc.); Taxas elevadas para aqueles serviços que são mais frequentemente utilizados por consumidores indesejados.
	Perfil do Consumidor avaliado como “muito arriscado para servir”	Usar cláusulas, taxas e condições punitivas para o não pagamento de forma a aumentar a lucratividade ou afastar consumidores não pagadores; Beneficiar-se da falta de conhecimento dos clientes sobre seus direitos.
Práticas do lado da Demanda	Evitar relacionamento bancário	Não informar ao banco as dificuldades experimentadas; Buscar soluções fora do relacionamento bancário.

Fonte: Anderloni et al., apud Crocco, Santos e Figueiredo (2010, p. 7) com adaptações.

Os resultados do estudo exploratório desenvolvido por Crocco, Santos e Figueiredo (2010) evidenciaram que

tanto os indicadores de exclusão por acesso quanto da exclusão por serviços apontam que nas regiões menos desenvolvidas a intensidade deste fenômeno é superior à observada em regiões mais desenvolvidas. Este resultado evidencia o fato da exclusão financeira ter um componente territorial marcante (CROCCO; SANTOS; FIGUEIREDO, 2010, p. 27).

Crocco, Santos e Figueiredo (2010) destacam ainda que os estudos mostraram um sistema bancário incapaz de atender ao território de forma

equilibrada (exclusão financeira por acesso) e, também, de fornecer produtos que se adéquem às características específicas do território onde atua (exclusão por serviço). Finalizam afirmando que a questão da exclusão financeira se coloca em patamar similar ao de outras formas de exclusão, o que

reforça a necessidade de considerar este fenômeno não apenas como um problema de ineficiência do sistema bancário, gerado por assimetrias de informação e custos de transação, mas sim um fenômeno mais geral de exclusão social, no qual a postura adotada pelo sistema bancário é mais um componente em uma dinâmica mais geral [...e que] outras dimensões devem ser analisadas em pesquisas posteriores (CROCCO; SANTOS; FIGUEIREDO, 2010, p.27).

Em estudo denominado “A Reprodução Digital das Desigualdades: acesso e uso da *Internet*, posição de classe e território”, apresentado no 35º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Ribeiro et al. (2011) afirmam que o Brasil está sendo velozmente inserido na dinâmica de mudanças societárias produzida pelas TICs e, com esse trabalho, buscaram avaliar se o caráter democratizador dessas mudanças é condicionado ou não pelas históricas desigualdades sociais.

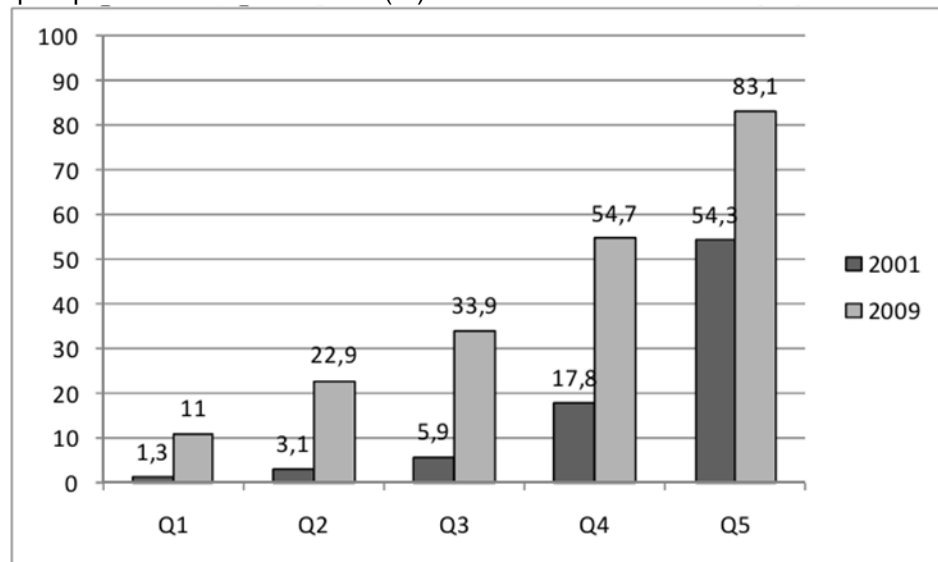
Tendo por base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) elaborada pelo IBGE, relativos às Regiões Metropolitanas brasileiras, os estudos de Ribeiro et al. consideram que

o pleno aproveitamento das oportunidades oferecidas pela rede [*Internet*] dependeria de condições materiais (renda, localização geográfica etc.) e imateriais (disposições culturais, conhecimento, informações), que são desigualmente distribuídas entre a população (RIBEIRO et al., 2011, p.9).

A essas condições materiais, para esses autores, estão relacionados a posse do computador e o acesso à *Internet* que ainda apresentam custo elevado e dificultam a integração de pessoas de menor renda a essa sociedade em transformação.

O gráfico a seguir mostra o percentual de domicílios que possuíam microcomputador em 2001 e em 2009. O resultado aponta para expressivas taxas de crescimento, que alcançaram 846%, 739%, 575%, 307% e 53% para os quintis de renda domiciliar Q1, Q2, Q3, Q4 e Q5, respectivamente. O aumento é muito expressivo no intervalo de tempo analisado (08 anos) e inversamente proporcional o quintil de renda, ou seja, quanto menor o quintil de renda, maior foi o crescimento.

Gráfico 1 - Brasil Metropolitano: domicílios que possuem microcomputador, por quintil de renda domiciliar* (%) – 2001 e 2009.



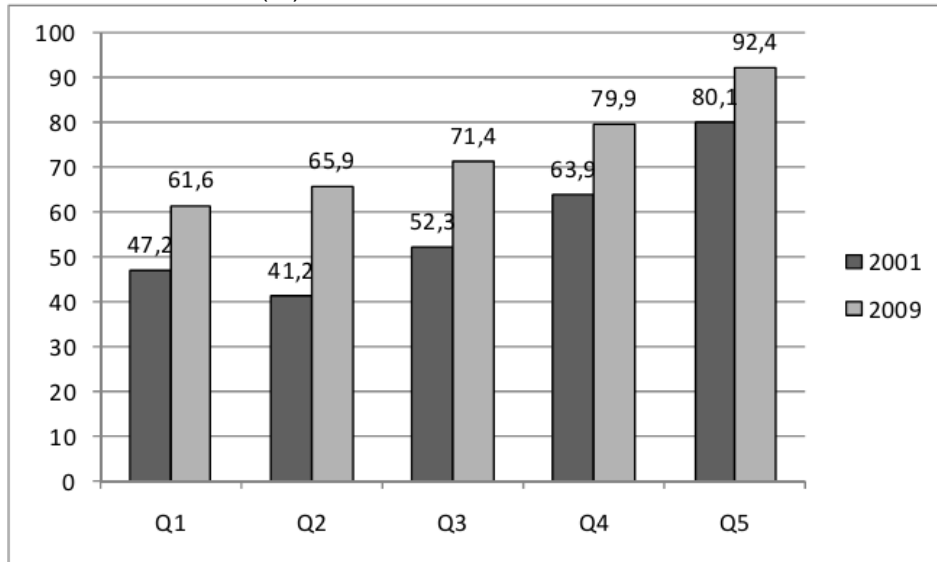
Fonte: Ribeiro et al. (2011, p. 12).

* Renda domiciliar de todas as fontes.

Mesmo assim, apesar do grande crescimento percentual da posse de computadores nos quintis de menor renda, ainda se verificam proporções muito desiguais desse indicador entre os domicílios dos quintis de maior renda e os de menor renda.

Quanto ao acesso à *Internet*, o Gráfico 2 apresenta o percentual de domicílios que possuíam computador com acesso em 2001 e em 2009, por quintil de renda. O resultado indica que houve crescimento de 31%, 60%, 37%, 25% e 15% para os quintis de renda Q1, Q2, Q3, Q4 e Q5, respectivamente. Semelhante ao resultado anterior, observa-se que, para os quintis de renda mais baixos, o crescimento foi maior, com destaque para os domicílios correspondentes ao quintil de renda Q2, seguido do quintil Q3 que apresentaram valores superiores às taxas de crescimento dos demais quintis.

Gráfico 2 - Brasil Metropolitano: domicílios com acesso à *Internet*, por quintil de renda domiciliar* (%) – 2001 e 2009.



Fonte: PNAD/IBGE, 2001 e 2009. Elaboração Observatório das Metrôpoles.

* Renda domiciliar de todas as fontes.

Ribeiro et al. consideraram, também, questões relacionadas à localização do domicílio, se periférica ou não, e à classe de renda do chefe da família e concluíram que

a classe do chefe do domicílio exerce efeito sobre a chance de ter computador, mas, dada a posse do mesmo, não influencia nas chances de ter acesso à *Internet*. Em relação à localização no território, domicílios em periferias e, especialmente em favelas, sofrem desvantagem em relação à posse de computador; domicílios em periferias também sofrem grande desvantagem sobre acesso à *Internet* (RIBEIRO et al., 2011, p.17).

Utilizando uma tipologia própria, criada a partir dos tipos de uso da *Internet* informados no Suplemento da PNAD 2008 (IBGE), Ribeiro et al. (2011) analisaram os comportamentos tendenciais das pessoas de acordo com sua cor, gênero, idade, região geográfica, escolaridade, renda, classe e local de moradia (favela e periferia), mas preocuparam-se, basicamente com as quatro últimas variáveis. Concluíram que, quanto maiores a renda e a escolaridade²⁶ dos indivíduos, maiores suas chances de participar do grupo de pessoas que realizam atividades de natureza mais complexa na *Internet*, como compras *on-line*, transações bancárias e interação com órgãos governamentais. Observaram, inclusive, que “a capacidade de utilização

²⁶ Em relação à escolaridade, os autores destacam que tem grande influência o fato de o indivíduo ter de 9 a 11 e, sobretudo, mais de 12 anos de estudo, o que aumenta consideravelmente suas chances de pertencer às categorias que fazem uso da *Internet* de maneira mais complexa.

dos recursos presentes na rede está relacionada também ao local onde o acesso costuma ser realizado” (RIBEIRO et al., 2011, p. 26), sobretudo o que é feito por meio de banda larga e a partir dos domicílios.

Na conclusão do estudo, os autores corroboram a hipótese de que o acesso à *Internet* e a capacidade de uso da *web* ainda são estratificados no Brasil Metropolitano e discutem as consequências desse fato. Retomam Castells e consideram o surgimento do novo tipo de organização social – a sociedade em rede, mais aberta e horizontal que a sociedade industrial, mas destacam

a emergência de novas modalidades de estratificação social em muitos aspectos mais poderosos na constituição de barreiras de classe. [...] Castells (2007) menciona a possibilidade de uma ‘info-exclusão’ (p. 287) – resultante de ‘uma nova tecno-exclusão’ (p. 297) e da ‘nova fratura do conhecimento’ (p. 299) (RIBEIRO et al., 2011, p. 3).

Para Ribeiro et al., o acesso às tecnologias deve ser priorizado porque não se trata apenas de disponibilizar uma tecnologia, mas, um “instrumento tecnológico e uma forma organizativa que distribui o poder da informação, a geração de conhecimento e a capacidade de ligar-se em rede a qualquer âmbito da atividade humana” (2011, p. 30). A infoinclusão deve ser estimulada com o aumento do acesso à *Internet* e com a promoção de uso mais adequado porque, diferentemente do que ocorre com as outras tecnologias, os usuários da *Internet* são, ao mesmo tempo, receptores e produtores das informações que circulam na rede e, quanto mais tempo os segmentos sociais infoexcluídos se mantiverem afastados da rede, mais ela será moldada pelos segmentos infoincluídos, os quais, atualmente pertencem às camadas sociais de mais alta renda e escolaridade no Brasil.

Recentemente foi instituído pelo Governo Federal o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)²⁷ com o objetivo de fomentar e difundir o uso e o fornecimento de bens e serviços de tecnologias de informação e comunicação. De acordo com o artigo primeiro do decreto que o instituiu, o PNBL deve promover, entre outras medidas, a massificação do acesso a serviços de conexão à *Internet* em banda

²⁷ O Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), instituído pelo Decreto nº 7.175/2010, de 12 de maio de 2010, será implementado por meio das ações fixadas pelo Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital - CGPID, instituído pelo Decreto nº. 6.948, de 25 de agosto de 2009 (BRASIL, 2011).

larga²⁸, promover a inclusão digital, reduzir as desigualdades social e regional, ampliar os serviços de Governo Eletrônico, facilitando aos cidadãos o uso dos serviços do Estado, e promover a capacitação da população para o uso das tecnologias de informação.

Outra iniciativa governamental foi a do BACEN que passou a considerar a promoção da inclusão financeira²⁹ um de seus objetivos estratégicos, elegendo-o como “um dos caminhos para cumprir sua missão institucional no tocante a assegurar a solidez e a eficiência do Sistema Financeiro Nacional (SFN)” (BACEN, 2010, p. 4). Essa decisão deu origem ao Projeto Inclusão Financeira que, em seu primeiro relatório, consolidou os dados e as informações disponíveis sobre o tema para facilitar o diagnóstico da questão e constatou que o SFN apresenta boa capilaridade para o atendimento à população: agências bancárias, cooperativas, além dos postos de atendimento das instituições financeiras e dos correspondentes bancários no país. No caso destes últimos, ressaltou que contribuíram para ampliar os pontos de atendimento, levando serviços a pessoas anteriormente excluídas do sistema financeiro, sendo, atualmente, o canal mais utilizado para pagamento de contas, tributos e transferência de crédito.

O I RIF também identificou que o acesso remoto (*Internet*) e os terminais eletrônicos em quantidade considerável, em comparação com países desenvolvidos, vêm contribuindo para a expressiva ampliação no uso de serviços financeiros nos

²⁸ “Banda larga – Conexão à Internet com capacidade acima daquela usualmente conseguida em conexão discada via sistema telefônico. Não há uma definição de métrica de banda larga aceita por todos, mas é comum que conexões em banda larga sejam permanentes – e não comutadas, como as conexões discadas. Mede-se a banda em bps (*bits* por segundo) ou seus múltiplos, Kbps e Mbps. Banda larga, usualmente, compreende conexões com mais de 256 kbps. Porém esse limite é muito variável de país para país e de serviço para serviço. No caso das pesquisas TIC, banda larga refere-se a todas as conexões diferentes da conexão discada. Ver Conexão discada” (CGI.br, 2011, p. 554).

²⁹ No I Relatório de Inclusão Financeira (RIF), o BACEN (2010, p. 18) definiu inclusão financeira como sendo “o processo de efetivo acesso e uso pela população de serviços financeiros adequados às suas necessidades, contribuindo com sua qualidade de vida”. Esta definição procurou abarcar a ideia de que a inclusão financeira não é um estado único (ou seja, se está ou não incluído), mas apresenta níveis, é um processo, que ocorre de forma gradual e dinâmica. Ademais, segundo o BACEN (2010, p. 18) esta definição buscou “expressar a ideia de que a inclusão financeira almejada é aquela que contribui, em alguma medida, para a qualidade de vida do cidadão, ou seja, ‘adequada’ para o desenvolvimento sustentável. Para tanto, a formulação de políticas voltadas à promoção da inclusão financeira deve ter em vista alguns elementos-chave, como a regulação, a educação financeira e a proteção ao consumidor (CNBV, 2010)”. Para o BACEN (2010), Desenvolvimento Sustentável é aquele que, de acordo com o Relatório Nosso Futuro Comum (Relatório Brundtland, 1987), atende às necessidades da geração presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras em prover as próprias necessidades.

últimos anos e que o mesmo ocorre para a quantidade de *Points of Sale* (POS) no Brasil, embora ainda seja baixo o nível de interoperabilidade. Contudo, no Relatório ressalta-se que ainda persiste um grande contingente da população e das unidades econômicas excluídas financeiramente e que será necessária uma fotografia mais precisa a respeito do panorama da exclusão de modo a evidenciar as carências no acesso aos serviços financeiros básicos por parte de trabalhadores assalariados, pequenos negócios próprios (autoemprego ou mão de obra familiar), unidades mistas etc., além de informações mais completas sobre o mercado de microcrédito.

O aprimoramento dos dados sobre a inclusão financeira mostra-se, segundo o I RIF, como o primeiro e mais imediato desafio a ser vencido, uma vez que, sem dados de qualidade, não se pode construir indicadores para nortear uma agenda, nem fazer planos estratégicos visando à inclusão financeira de que o país necessita. A construção do mapa da inclusão financeira é considerada fundamental pelo BACEN (2010) para que seja possível categorizá-la e medi-la de modo que, a partir do mapa, seja possível estabelecer políticas públicas efetivas, com metas e indicadores associados.

Sobre as novas TICs no Brasil, o Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br)³⁰ vem publicando pesquisas sobre a disponibilidade e uso da *Internet* no Brasil desde o ano de 2005 e, recentemente, disponibilizou a pesquisa TIC Domicílios e Empresas 2010, realizada com o objetivo de medir a posse, o uso, o acesso e os hábitos da população brasileira em relação às tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Os resultados da pesquisa confirmam a tendência ao aumento da posse das TICs nos domicílios brasileiros, apresentada desde o início da série histórica da pesquisa, porém o acesso à rede não vem acompanhando esse aumento, o que demonstra, segundo a CETIC.br (2010), que o custo do acesso à rede ainda é elevado no Brasil. As regiões do país têm realidades socioeconômicas distintas e

³⁰ O Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br) criado em 2005 é o órgão responsável pela coordenação e publicação de pesquisas sobre a disponibilidade e uso da Internet no Brasil. Esses estudos são referência para a elaboração de políticas públicas que garantam o acesso da população às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), assim como para monitorar e avaliar o impacto socioeconômico das TICs. Os estudos conduzidos pelo CETIC.br fazem parte das atribuições do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), criado pela Portaria Interministerial n.º 147, de 31 de maio de 1995, e alterada pelo Decreto Presidencial n.º 4.829, de 3 de setembro de 2003, para coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços Internet no país, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados (CETIC.br, 2011).

apresentam crescimento proporcionalmente desigual de acesso às TICs e ao uso dessas tecnologias. As populações das regiões Sudeste e Sul apresentam maiores percentuais de posse de equipamentos e de uso de serviços de *Internet*, sendo seguidas pelas das regiões Centro-Oeste, Norte e, por último, da região Nordeste. Há exceção no caso da posse individual de celular, aparecendo a região Centro-Oeste, em 2010, com o maior percentual (75%), seguida das regiões Sul (68%), Sudeste (65%), Norte (59%) e Nordeste (57%). A participação por classe social e por nível de instrução evidencia que as classes de mais alta renda e com melhor nível de instrução são as que mais possuem equipamentos e as que mais utilizam os serviços de *Internet*.

Nas Tabelas 1, 2 e 3 são expostos os dados sobre a proporção de domicílios com computador, de domicílios com acesso à *Internet* e da população que é usuária da *Internet* para a área urbana e para o total do Brasil. Nessas séries históricas a Região Norte apresenta percentuais sempre situados abaixo da média nacional, sendo que na proporção da população usuária da *Internet* essa distancia é reduzida para quatro (04) pontos percentuais em 2010.

Tabela 1 - Domicílios com computador (%) na área urbana (2005 a 2010) e Total Brasil (2008 a 2010).

REGIÃO	Proporção de domicílios com computador (%)								
	Área urbana						Total Brasil (urbano + rural)		
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Brasil	17	20	24	28	36	39	25	32	35
Norte	10	10	13	18	23	27	15	19	23
Nordeste	9	9	11	14	18	19	11	14	14
Sudeste	20	24	30	34	45	47	33	43	45
Sul	20	25	31	33	43	44	30	40	42
Centro-Oeste	17	19	26	32	36	43	30	34	40

Fonte: Pesquisa TIC Domicílios (CGI.br, 2010).

Tabela 2 - Domicílios com acesso à *Internet* (%) na área urbana (2005 a 2010) e Total Brasil (2008 a 2010).

REGIÃO	Proporção de domicílios com acesso à Internet (%)								
	Área urbana						Total Brasil (urbano + rural)		
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Brasil	13	14	17	20	27	31	18	24	27
Norte	5	6	5	9	13	17	7	10	14
Nordeste	7	6	7	9	13	15	7	10	11
Sudeste	16	19	22	26	35	39	25	33	36
Sul	15	17	21	23	32	32	20	29	30
Centro-Oeste	14	13	16	23	28	35	21	25	33

Fonte: Pesquisa TIC Domicílios (CGI.br, 2010).

Tabela 3 - Proporção da população que é usuária de *Internet* (%) na área urbana (2005 a 2010) e Total Brasil (2008 a 2010).

REGIÃO	Proporção da população que é usuária de Internet (%)								
	Área urbana						Total Brasil (urbano + rural)		
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Brasil	24	28	34	38	43	45	34	39	41
Norte	19	22	28	30	36	41	25	30	34
Nordeste	17	18	28	30	36	37	25	30	28
Sudeste	27	31	37	41	47	49	40	45	47
Sul	26	29	37	37	46	44	34	43	42
Centro-Oeste	28	34	38	44	48	53	41	45	50

Fonte: Pesquisa TIC Domicílios (CGI.br, 2010).

Em 2010, o percentual de domicílios urbanos brasileiros com computador e com acesso à *Internet* cresceu 8% e 18%, respectivamente, traduzindo um crescimento menor do que nos anos anteriores. As médias compostas anuais de crescimento para o período de 2005-2010 foram de 18% – para o caso do crescimento de domicílios com computador – e 19%, para os domicílios com conexão à *Internet*. De acordo com a análise do CETIC.br, esse fato “evidencia a necessidade de se investigar ainda mais, e de diferentes formas, fatores que podem interferir ou favorecer esse crescimento, visando à universalização das TIC nos domicílios brasileiros” (CETIC, 2010, p. 137).

Dados da União Internacional de Telecomunicações (UIT)³¹, apresentados pelo CETIC.br, indicam que, em 2008, o percentual de domicílios em países da América do Sul com *Internet* era o seguinte: Uruguai, com 35%, Argentina, 38%, e Chile, 40%. Na Europa, a Alemanha tinha 82% de seus domicílios com acesso à *Internet*, a Dinamarca 86% e a Suécia 87%. No continente asiático, a Coreia apresentava 81% e o Japão, 86% dos domicílios conectados à *Internet*. A comparação permitida por essas informações dá conta da diferença de acesso à *Internet* que os domicílios brasileiros apresentam em relação aos de outros países, indicando a necessidade da ampliação desse acesso.

Quanto ao uso da *Internet* para a obtenção de serviços financeiros, a pesquisa TIC Domicílios aponta que esse indicador teve comportamento estável nos últimos quatro anos, iniciando em 2007 com 18%, caindo nos dois anos seguintes para 16% e 14%, respectivamente, e alcançando 17% em 2010. Também foi

³¹ A União Internacional de Telecomunicações (UIT) é o organismo especializado das Nações Unidas para as tecnologias da informação e comunicação (TIC) e responsável pela *Measuring the Information Society 2010*.

destacado na pesquisa que o brasileiro passou a acessar a *Internet* mais no domicílio e menos nas *LAN houses*. Entre os que ainda acessam as *LAN houses*, 70% indicaram que o fazem por não terem computador em casa, e 72%, por não disporem de *Internet* em casa.

Quanto à frequência do acesso individual à *Internet*, observou-se crescimento na classe C, que registrou, nos anos de 2008, 2009 e 2010, percentuais sobre o total de usuários de *Internet* nos valores de 46%, 51% e 53%, respectivamente, enquanto que nas demais classes esses percentuais mostraram-se estáveis.

Do exposto até aqui, nota-se que, no território brasileiro, pesquisas sobre a absorção e os impactos das novas TICs apontam para um processo acelerado de assimilação que ainda se mostra estratificado, em termos de renda e espaço, mas que já apresenta expressivos incrementos de participação dos segmentos populacionais de renda mais baixa e alguns tímidos movimentos de inserção de regiões que, inicialmente, tinham sido alijadas desse processo. Ademais, foi possível identificar um conjunto de políticas públicas de infoinclusão que vêm sendo estabelecidas, porém, o fato de terem sido implementadas há pouco tempo dificulta prognósticos quanto à efetividade e aos resultados dessas políticas. A seguir, será analisada a relação entre as novas TICs e os serviços bancários no Brasil.

3.2 O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E A AUTOMAÇÃO BANCÁRIA

Um sistema financeiro resulta de uma série de fatores interrelacionados, envolvendo aspectos de diversas naturezas. Ao tratar da evolução dos bancos brasileiros no Relatório consolidado de 1988 a 2000 o Banco Central (jul. 2011) afirma que:

As condições para o desenvolvimento de um tipo particular de sistema financeiro envolvem **aspectos estruturais**, como a natureza dos mercados e relacionamentos entre as instituições, os demais agentes econômicos e o arcabouço regulamentar. Envolve também **aspectos funcionais**, tais como os métodos de captação de recursos e concessão de crédito, os serviços oferecidos e a segmentação da clientela. Por último, envolve, também, **aspectos instrumentais** relativos aos tipos de papéis utilizados nas transações financeiras e as políticas monetárias utilizadas. Todos estes aspectos, inter-relacionados, geram o formato sob o qual o sistema financeiro se apresenta em determinado ponto no tempo [e no espaço]. (grifos nossos).

No histórico recente do Sistema Financeiro Nacional (SFN), destacam-se duas grandes reformas que impactaram o sistema no seu tríplice aspecto, ou seja, na sua estrutura, no seu funcionamento e nos seus instrumentos: a de 1964 e a de 1988.

Dados os objetivos da presente dissertação, o interesse maior incide sobre o funcionamento do sistema e sobre os instrumentos e políticas relacionados diretamente às formas e aos meios de prestação de serviços os quais, por sua vez, definem os locais e os fluxos de deslocamento dos usuários que os demandam. Os outros aspectos estruturais do SFN, como a natureza dos mercados, o relacionamento entre as instituições, os agentes econômicos e suas respectivas estratégias financeiras e o arcabouço regulamentar serão tratados como dados de contexto, embora se reconheça a riqueza de debates que eles oportunizam.

Para Accorsi (1992, p. 40), a automação do SFN “caminha paralela à sua racionalização, iniciada em 1964”, no governo militar que procedeu à reforma bancária, patrocinou e permitiu aos bancos que, até então, apresentavam baixo volume de operações e de capital, introduzir a automatização em seus serviços, o que começou efetivamente com a presença de computadores nos bancos, a partir da segunda metade da década de 1960.

Ainda segundo Accorsi (1992), o governo brasileiro, por meio do Banco Central (BACEN), assegurou o crescimento e a concentração do setor financeiro, concedendo uma série de benefícios fiscais e legais, levando à expansão física das respectivas redes no território nacional e ampliando a utilização dos serviços bancários para mais segmentos da sociedade. O conseqüente aumento do volume das movimentações financeiras foi tratado por políticas governamentais voltadas à padronização de rotinas, atividades e normas contábeis, o que levou o autor a afirmar que “a atual configuração do sistema financeiro não existiria, em especial no caso dos bancos privados nacionais, sem a firme e decisiva atuação do governo” (Accorsi, 1992, p. 41).

Para Jinkings,

a expansão do mercado interno exigia o aperfeiçoamento do sistema de crédito e o fortalecimento dos bancos nacionais em face dos estrangeiros que detiveram nas primeiras décadas do século o monopólio dos financiamentos à agricultura cafeeira, devido à insuficiente poupança interna no mercado de capitais. (JINKINGS, 1995, p. 27).

Especificamente com relação à automação bancária, o governo federal subsidiou a aquisição de computadores de grande porte e, em seguida, em consonância com a política de reserva de mercado, concedeu benefícios aos fabricantes nacionais de equipamentos de informática de pequeno porte, muitos deles ligados a instituições bancárias, o que “propiciou as condições para produção e disseminação dos microcomputadores em agências e administrações dos bancos” (ACCORSI, 1992, p. 41). As diretrizes para o SFN permaneceram vigentes no governo militar que consolidou o enfoque, “assentado na visão de um sistema financeiro formado por instituições especializadas, condicionadas pela regulamentação a praticarem uma faixa restrita de operações” (BACEN, 2011),

A partir da década de 1980, com a indústria nacional de *software* florescendo graças à política de reserva de mercado, foram desenvolvidas aplicações específicas nas áreas de automação de serviços de telecomunicações e de automação bancária (ROCHA et al. 2010). Foi adotado, a partir de então, o sistema *on-line* para processamento dos créditos e débitos das diversas contas e surge a figura do caixa *on-line*, seguido de outros serviços automatizados, como os terminais de saque/extrato e os caixas automáticos (ACCORSI, 1992). Essa fase, em que a automação bancária estende-se às atividades de atendimento, é denominada de segunda fase do processo de automação. Nela “a crescente conglomeração no sistema e a intensa concorrência interbancária, num quadro de altos índices inflacionários, seriam seus principais elementos propulsores” (JINKINGS, 1995, p. 51). Jinkings (1995) acrescenta:

Diante da gravidade dos problemas enfrentados pela economia brasileira no período (a inflação havia alcançado a taxa aproximada de 234% ao ano em 1985) o governo implementou um programa de estabilização econômica em fevereiro de 1986, o Plano Cruzado, que congelava os preços, extinguiu a correção monetária e proibia os contratos com prazos inferiores a um ano, dentre outras medidas que atingiam imediatamente os altos índices inflacionários. Aparentemente as expectativas do programa eram de que fossem eliminados os mecanismos especulativos de rentabilidade dos bancos, retornando o sistema financeiro à sua função econômica tradicional de captação de recursos e concessão de empréstimos. (JINKINGS, 1995, p 55).

Depois do Plano Cruzado, outros planos foram postos em execução pelo governo brasileiro que, à época, se defrontava com reformas políticas internas,

notadamente o processo de redemocratização em curso no país e, ao mesmo tempo, era afetado pelas grandes transformações dos mercados financeiros mundiais. Veio, então, a segunda reforma no SFN, cujo marco legal foi a edição das Resoluções do BACEN de número 1.524, de 21.09.1988, e a de número 1.649, de 25.01.1989. As mudanças introduzidas por esses marcos legais, segundo Contel (2011), refletiram o processo de “mundialização financeira” no território brasileiro e tiveram amplas consequências, em especial para os intermediários financeiros, ou seja, para os bancos. Para o BACEN (2011), foi nessa década que ocorreu o início das grandes mudanças legais e normativas no âmbito do SFN determinadas, em grande medida, pelo processo de combate à inflação.

Em 1994, com o Programa de Estabilização Econômica (ou Plano Real, como também tem sido chamado), tem início o processo de estabilização da moeda que promoveu profundas alterações no sistema bancário e na relação dos intermediários financeiros com o espaço geográfico no Brasil. Para Contel,

o processo de estabilização da moeda trouxe, fundamentalmente, a melhoria do chamado ‘ambiente de investimento’ para os grandes atores do cenário econômico globalizado. Esse raciocínio permite que pensemos no Plano Real como uma estratégia para aumentar a funcionalidade do território brasileiro para os grandes atores da economia global (CONTEL, 2011, p. 121).

De acordo com o BACEN,

o longo período de convivência com o processo inflacionário permitiu que ganhos proporcionados pelos passivos não remunerados, como os depósitos à vista e os recursos em trânsito, compensassem ineficiências administrativas e, até mesmo, concessões de crédito de liquidação duvidosa (BACEN, 2011).

Houve necessidade, então, de reduzir o risco sistêmico ao qual a economia estava exposta e garantir um sistema financeiro forte, que desse suporte ao desenvolvimento econômico nacional, protegendo os usuários depositantes. A instituição do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), por meio da Medida Provisória nº. 1.179 e da Resolução nº. 2.208, ambas de 03 de novembro de 1995, respondia a essa necessidade.

O Programa de Incentivo à Redução do Estado na Atividade Bancária (PROES) veio em seguida, com a edição da Medida Provisória nº. 1.514, de 07 de agosto de 1996, objetivando reduzir ao mínimo a presença de instituições

financeiras controladas pelos governos estaduais no sistema financeiro. Esse programa permitia ao Governo Federal financiar, a longo prazo, o saneamento ou a redução do endividamento dos bancos estaduais.

Houve, portanto, mudança de enfoque, de estrutura e composição e, também, de modo de atuação do sistema financeiro e das instituições que o compõem. Esse movimento acompanhou o desenvolvimento da economia nacional como um todo e o movimento internacional do capital, bem como respondeu ao direcionamento dado pelo aparelho regulador (BACEN, 2011).

Posteriormente, houve uma atuação mais intensiva do BACEN no sentido de

promover o desenvolvimento dos sistemas de pagamentos de varejo, visando, sobretudo, a ganhos de eficiência relacionados, por exemplo, com o maior uso de instrumentos eletrônicos de pagamento, com a melhor utilização das redes de máquinas de atendimento automático (ATM) e de transferências de crédito a partir de ponto de venda (PDV), bem como com a maior integração entre os pertinentes sistemas de compensação e liquidação (BACEN, 2011).

As inovações tecnológicas continuaram a ser introduzidas nos sistemas operacionais dos bancos, o que resultou, segundo a Associação para a Promoção da Excelência do Software Brasileiro³²,

- a) em pagamentos cada vez menos realizados por meio de papel-moeda;
- b) na substituição dos processos baseados em papéis para processos eletrônicos;
- c) na substituição das retiradas realizadas nos caixas de agências por retiradas em caixas eletrônicos;
- d) no surgimento ainda hesitante do “dinheiro eletrônico” (SOFTEX, 2006).

O subitem seguinte tratará de forma mais detalhada dessas inovações, traduzidas em novos serviços bancários e, também, em novas formas de oferecê-los.

3.3 NOVOS SERVIÇOS E NOVOS VEÍCULOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS

³² A Associação para a Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFTEX), criada em 1996, é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sediada na cidade de Campinas/SP, com escritório em Brasília/DF. Ela é gestora do Programa para a Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFTEX), programa prioritário do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), cujo foco é o desenvolvimento de mercados e o aumento sustentável da competitividade da Indústria Brasileira de Software e Serviços de TI (IBSS) (SOFTEX, 2011).

A automação bancária propiciou grandes transformações nos serviços bancários: os produtos foram diversificados e a maneira de prestá-los também; as agências deixaram de ser o principal meio pelo qual os serviços bancários poderiam ser obtidos; a oferta virtual dos serviços tornou-se possível. Pela modalidade virtual, o cliente acessa o banco por meio de equipamentos que oferecem conectividade (caixas eletrônicos, telefone convencional ou celular e computador) e dispõe de serviços financeiros.

As **agências** representam a forma mais característica (e mais antiga) de prestação de serviços bancários. Até a década de 1960, elas eram pouco numerosas e bastante autônomas, refletindo, segundo Accorsi (1992), a realidade do sistema que era constituído de empresas de médio e de pequeno porte. “A administração central era reduzida e as agências agrupavam dois a três caixas, pequena área de atendimento, um ou dois gerentes que ficavam isolados e retaguarda para realizar todo o serviço contábil” (ACCORSI, 1992, p. 41).

Com a reforma de 1964, veio a automação, acompanhada da expansão do atendimento, e as agências passaram a funcionar como loja de grandes dimensões, com um número maior de caixas, tendo à frente os gerentes para atender ao público crescente. A retaguarda, responsável pelos serviços contábeis, foi por vezes deslocada para outra unidade e passou a ser responsável pelos serviços prestados por um conjunto de agências. O surgimento dos centros de processamento de dados (CPDs) reforçou a centralização dos serviços de retaguarda, principalmente os de lançamento dos movimentos das contas-correntes que se tornaram muito volumosos. Posteriormente, os CPDs passaram a processar também os serviços de cobrança e demais serviços internos e, ainda segundo Accorsi (1992), a autonomia das agências foi sensivelmente reduzida.

O avanço da automação bancária teve como marco o ano de 1980, quando o processamento *on-line* possibilitou a oferta de serviços automatizados, como os saques e obtenção de extratos em ATMs, também chamados de caixas automáticos ou eletrônicos. Além desses serviços, verifica-se uma série de aperfeiçoamentos na transmissão de dados inter e intrabancos, aumentando a velocidade e a confiabilidade dos serviços e criando possibilidades crescentes de maior autonomia e segurança na efetivação das transações.

Accorsi (1992) afirma que, na década de 1990, com as agências completamente informatizadas, o trabalho dos bancários passa a dividir-se entre a área comercial, vinculada às atividades de atendimento aos clientes, e a área operacional, responsável pelos serviços de retaguarda, assim chamados os que davam suporte ao atendimento.

Na década de 2000, de acordo com informação do ex-presidente do Banco do Estado do Pará (BANPARÁ) e ex-presidente da Associação de Bancos da Amazônia (ASBAN)³³, as agências passaram a dispor de espaços cada vez menores e, via de regra, locados. Com essa medida, os bancos buscam a redução de custos e o aumento de liquidez, haja vista que não precisariam comprometer recursos financeiros em investimentos imobiliários. Observa também que houve a segmentação do atendimento, em resposta ao aumento da participação de segmentos populacionais de renda mais baixa no sistema bancário que, dessa forma, cria formas alternativas de atendimento diferenciado à clientela de mais alta renda, com a instalação de novas agências e a redefinição de áreas localizadas no interior de antigas agências, que se tornaram fisicamente distintas e segregadas mediante o uso de ambientação diferenciada (em geral, com logística de atendimento mais sofisticada) em função do padrão de renda da clientela para a qual se direciona.

O Banco Brasileiro de Desconto (BRADESCO) criou as agências EMPRESA e implantou agências PRIME destinadas a clientes de mais alta renda. Na mesma linha, o Banco do Brasil implantou o atendimento direcionado ao SETOR PÚBLICO e vários espaços denominados agência ESTILO para a clientela de mais alta renda. O Itaú-Unibanco denominou agências PERSONNALITÉ aquelas destinadas ao atendimento de sua clientela mais abastada. A Caixa Econômica Federal (CEF) dispôs de Salas das Prefeituras em suas superintendências regionais com as quais presta um serviço diferenciado aos prefeitos oferecendo-lhes assessoria e infraestrutura física e tecnológica.

As agências continuaram a oferecer todos os tipos de serviços bancários, entretanto, em sua maioria, esses serviços também são oferecidos pelos canais de

³³ Na década de 2000, as agências passaram a dispor de espaços cada vez menores e, via de regra, locados. Informações obtidas de Mário Ribeiro em comunicação verbal a Rosa M. C. Cunha e Souza. Belém, 18 maio 2011.

autoatendimento parcial e integral, respeitados os limites estabelecidos por cada instituição para alguns tipos de operação como, por exemplo, saques em ATMs e transferências de crédito. Nas agências bancárias, os usuários buscam os serviços que ali são oferecidos com exclusividade como, por exemplo, os que transacionam com cheques³⁴ (saques, pagamentos e, em alguns casos, obtenção de talonários), os que dependem de decisões gerenciais e da apresentação e recepção de documentos (abertura de contas, contratações de empréstimos, de financiamentos, de cartões bancários e de crédito e de algumas operações a eles relacionadas, como obtenção e cadastro de senhas, bloqueios e desbloqueios, e outros).

Observa-se que existe pequena variação entre as instituições bancárias pesquisadas³⁵ em relação ao canal de atendimento para operações, como fornecimento de talonário de cheques, bloqueio de cheques, senhas e cartões, a maioria delas oferecendo opções via ATM ou acesso remoto.

Quanto aos ATMs, informações apresentadas pelo BACEN no Diagnóstico do Sistema de Pagamentos de Varejo do Brasil (2005) e no Adendo estatístico (2011) indicam que, no período de 1999 a 2010, o número de ATMs no Brasil cresceu de 86.170 para 174.920 unidades, o que representa um incremento percentual de 103%. A quantidade total de transações saiu de um patamar da ordem de 3.817 milhões de transações em 2001, para 8.558 milhões de transações em 2010, o que representa um aumento de 124,2% no volume de transações no período.

³⁴ Segundo o BACEN (2005), pode-se observar a nítida evolução dos instrumentos eletrônicos de pagamento no período de 1999 a 2004. Em 1999, o cheque era o instrumento mais utilizado e representava 63,4% de todos os pagamentos feitos não em espécie. Em 2004, a participação do cheque (35,4%) foi superada pelos cartões de pagamento (crédito e débito) que representaram 47,3% do total de pagamentos. Ainda segundo o BACEN (2010) permanece a tendência de redução de uso do cheque, que teve seu valor médio aumentado em 6% no período de 2008 para 2009, Verificou-se redução na liquidação interbancária e aumento na liquidação intrabancária: “o valor médio dos cheques intrabancários foi 181% superior àquele verificado para os cheques interbancários, o que parece indicar que se trata principalmente de documentos emitidos por pessoas jurídicas, para pagamento de contas e saques na própria instituição financeira em que mantém conta de depósitos. A utilização de cheques nesses casos dá-se em função de o instrumento facilitar o controle por meio da exigência de mais de uma assinatura e, à vista disso, é possível concluir que existe espaço para o desenvolvimento, no canal *internet banking*, de facilidades que possibilitem o controle de pagamentos via exigência de autorização eletrônica conjunta dos responsáveis pela movimentação da respectiva conta. Outra possível ação é a disseminação da possibilidade de débito direto mediante autorização conjunta” (BACEN, 2010, p. 7).

³⁵ As instituições bancárias pesquisadas são o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Estado do Pará (BANPARÁ), o Banco Itaú-Unibanco, o Banco Santander e o Banco Brasileiro de Descontos (BRADESCO) que compõem uma amostra constituída a partir de critérios indicados no item 5.2 do Capítulo 5.

De 2001 a 2005 a quantidade de transações por habitante cresceu 57,3% e a de transações por terminal cresceu 29,5%. Para o BACEN (2005, p. 64),

o crescimento de 119% nas consultas de saldo e extrato e de 117,6% em 'outras funções' [...] reflete a incorporação de novas funções aos terminais, tais como a realização de aplicações financeiras, resgates, fornecimento de cheques e contratação de Crédito Direto ao Consumidor (CDC).

Esta fonte ressalta, porém, que a maior parte das operações realizadas por meio dos terminais ATM continua sendo o saque e as consultas de saldo de extrato de contas.

As centrais telefônicas dos bancos pesquisados prestam serviços de atendimento eletrônico e personalizado, com pequenas diferenças entre elas, o que não impossibilita afirmar, para o conjunto desses bancos, que os seus respectivos atendimentos telefônicos eletrônicos funcionam 24 horas por dia, todos os dias, mas não realizam todos os serviços disponibilizados via atendimento telefônico personalizado, que têm limitação de horário para ser utilizado. Também são oferecidos por esse canal serviços para não correntistas, relativos a cartões, consórcios, previdência e consultoria de investimentos, seguros e capitalizações. A maioria dos serviços entre os bancos pesquisados oferece acessibilidade com adaptações para atendimento a deficientes visuais e auditivos.

Os serviços oferecidos por meio de telefones celulares aos clientes permitem que o usuário receba mensagens informando acerca da movimentação da conta corrente, inclusive de agendamentos e de transações efetivadas com cartões de crédito. No caso em que o celular permite conexão com a internet e está habilitado junto ao respectivo banco, o usuário pode utilizar todos os serviços oferecidos pela rede – com exceção de saques em dinheiro, podem acessar os sites dos bancos e realizar todas as transações dentro dos limites estabelecidos pela instituição financeira para cada tipo de operação, os quais também variam de acordo com o tipo de cliente.

Foi na década de 2000 que se intensificou a oferta e o uso de novos produtos e serviços bancários com base informática e foi também nessa década, mais precisamente em março de 2000, por meio da Resolução nº. 2.707/00, do Conselho Monetário Nacional, que surgiram, nos moldes atuais, os correspondentes bancários. A utilização desse serviço, entretanto, teve início na década de 1970, com a Circular do BACEN nº. 220, de 15 de outubro de 1973, permitindo que os

bancos firmassem contratos com empresas prestadoras de serviços para a execução de cobrança de títulos e execução, ativa ou passiva, de ordens de pagamento, sob a responsabilidade da instituição financeira contratante.

A partir de 1979, com o crescimento econômico e o aumento na complexidade das transações, foi facultada a alguns tipos de instituições a contratação de sociedades para a prestação de serviços de encaminhamento de pedidos de financiamentos, de análises de crédito e de cadastro, de cobrança amigável e de gestão das operações de crédito.

Ao longo da década de 2000, outras resoluções foram editadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) com vistas ao aperfeiçoamento desse serviço (Resolução nº. 3.110, de 31 de julho de 2003, alterada pelas Resoluções nº. 3.156, de 17 de dezembro de 2003, e nº. 3.654, de 17 de dezembro de 2008), sendo a mais recente a Resolução nº. 3.954, de 24 de fevereiro de 2011. Segundo esta última resolução, os correspondentes bancários são as sociedades empresárias e as associações, definidas na Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil –, e os prestadores de serviços notariais e de registro de que trata a Lei nº. 8.953, de 18 de novembro de 1994, que, contratados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, fornecem produtos e serviços de responsabilidade da instituição contratante a seus clientes e usuários. Ainda de acordo com a Resolução nº. 3.954, os correspondentes bancários, geralmente instalados em casas lotéricas, correios, farmácias, mercadinhos e supermercados, podem atender aos clientes e usuários dos bancos contratantes para fornecer os seguintes produtos e serviços:

- a) receber e encaminhar propostas de abertura de conta de depósitos à vista, a prazo e de poupança mantidas pela instituição;
- b) realizar recebimentos, pagamentos e transferências eletrônicas visando à movimentação de contas de depósitos de titularidade de clientes mantidas pela instituição bancária;
- c) realizar recebimentos e pagamentos de qualquer natureza, e outras atividades decorrentes da execução de contratos e convênios de prestação de serviços mantidos pela instituição contratante com terceiros;
- d) executar ativa e passivamente, por solicitação de clientes e usuários, ordens de pagamento cursadas por intermédio da instituição contratante;

- e) receber e encaminhar propostas referentes a operações de crédito e de arrendamento mercantil de concessão da instituição contratante;
- f) realizar recebimentos e pagamentos relacionados a letras de câmbio de aceite da instituição contratante;
- g) executar serviços de cobrança extrajudicial, relativa a créditos de titularidade da instituição contratante ou de seus clientes;
- h) receber e encaminhar propostas de fornecimento de cartões de crédito de responsabilidade da instituição contratante;
- i) realizar operações de câmbio de responsabilidade da instituição contratante restritas a compra e venda de moeda estrangeira em espécie, cheque ou cheque de viagem, execução ativa ou passiva de ordem de pagamento relativa à transferência unilateral do ou para o exterior e recepção e encaminhamento de propostas de operações de câmbio.

Pode também ser incluída no contrato a prestação de serviços complementares de coleta de informações cadastrais e de documentação, bem como os de controle e processamento de dados. Para o vice-presidente de Meios do Santander e Diretor de Tecnologia Bancária da FEBRABAN³⁶, a facilidade de acesso e os baixos custos de manutenção são as principais vantagens desse tipo de canal, que tem conseguido atingir populações que anteriormente não tinham acesso a agências bancárias tradicionais.

A prestação de serviços bancários por meio dos correspondentes bancários é uma questão que apresenta controvérsias, sobretudo no aspecto da legislação trabalhista. O Sindicato dos Bancários, a CUT e outras instituições têm questionado o fato de que os trabalhadores que neles atuam desempenham serviços bancários e por isso fariam jus à equiparação dos direitos trabalhistas assegurados aos bancários. O Projeto de Lei nº. 1.417/07 tramita na Câmara Federal objetivando equiparar à categoria de bancários os empregados das empresas e instituições que atuam como correspondentes bancários.

Tramita também na Câmara dos Deputados o Projeto de Decreto Legislativo 214/11³⁷, de autoria do Deputado Ricardo Berzoini (PT-SP), que objetiva sustar a

³⁶ Gustavo Roxo. Declaração disponível em: <<http://economia.ig.com.br>>. Acesso em: 11 jul. 2011.

³⁷ Para Berzoini, “com a nova Resolução, os direitos trabalhistas dos bancários deixam de ser respeitados e os serviços ofertados pelos correspondentes bancários passam a não oferecer garantias de segurança”. (BRASIUL, 2011).

Resolução 3.954/11 do Conselho Monetário Nacional (CMN) para evitar que instituições financeiras autorizadas pelo BACEN repassem parte de suas atribuições aos correspondentes bancários. O I Relatório de Inclusão Financeira do Banco Central do Brasil (BACEN, 2010) apresenta uma evolução na disseminação desse serviço que alcançou a totalidade dos municípios brasileiros, com exceção de apenas 33 entre os 5.564³⁸ existentes. São 151.958 postos de correspondentes bancários em todo o país, superando o número de agências bancárias que totalizam 19.830.

Na Tabela 4, elaborada pelo BACEN, são apresentados os dados comparativos de transações por canal de acesso apenas para o período de 2006-2010, o que não possibilitou verificar a evolução da utilização dos canais de acesso desde o início da década de 2000. Nessa tabela pode ser verificado o grande crescimento do uso do acesso remoto (107%) e dos correspondentes bancários (61%) para realizar transações. O crescimento do uso de agências (postos tradicionais) para realização de transações em geral vem em terceiro lugar, com de 38%.

Tabela 4 - Quantidade de transações por canal de acesso no Brasil, 2006-2010.

Canal de acesso	2006	2007	2008	2009	2010	2006- 2010 (%)
Acesso remoto (Internet, Home e Office Banking)	5.107	6.413	7.309	8.358	10.593	107
ATM	7.158	7.553	8.235	8.124	8.558	20
Agências - postos tradicionais	5.427	5.598	5.844	6.501	7.481	38
Correspondentes bancários	1.806	2.166	2.318	2.591	2.905	61
Centrais de atendimento (<i>call center</i>)	1.246	1.607	1.636	1.613	1.562	25
Telefones celulares e PDAs (<i>Wireless</i>)	48	37	65	96	61	28

Fonte: BACEN (2011).

Analisando-se exclusivamente as transações realizadas para pagamento de contas e de tributos e para transferir créditos, mostradas na Tabela 5, constata-se que o uso das agências para essa finalidade vem decrescendo. Em 2006, respondia por 35,35% do total de transações e, em 2010, essa proporção caiu para 24,62%. Os canais mais acessados e que respondem por 65% do total das transações em 2010 são os remotos (*Internet, Home e Office Banking*) e os correspondentes bancários.

³⁸ Verifica-se uma pequena diferença entre os dados apresentados no texto do relatório e os apresentados nos mapas. No texto são 5.565 municípios brasileiros oficialmente divulgados (IBGE, 2010) e 6 distritos municipais para os quais as instituições financeiras cadastraram postos de atendimento na base de dados do BACEN. Nos mapas que compõem o anexo II do Relatório, o somatório dos municípios totaliza 5.564.

Tabela 5 - Pagamento de conta/tributo e transferência de crédito – canal de acesso utilizado pelo usuário, Brasil 2006-2010.

Canal de acesso	2006	2007	2008	2009	2010	2006– 2010 (%)
Correspondentes Bancários	1.338	1.612	1.704	1.932	2.157	61
Internet, Home e Office Banking	869	1.070	1.260	1.470	1.782	105
Agências-Postos tradicionais	1.428	1.432	1.517	1.466	1.493	5
ATM	383	470	503	513	598	56
Centrais de Atendimento (call center)	22	23	25	29	30	34
Telefones Celulares e PDAs (Wireless)	0	2	3	3	3	1.022

Fonte: BACEN (2011).

Ressalte-se que, como o objetivo desta pesquisa diz respeito a questões locais relacionadas diretamente à prestação de serviços bancários, não serão consideradas nas análises informações sobre as operações que envolvem a utilização de cartões de crédito e de débito, embora seja necessário reconhecer que elas contribuem para reduzir, de forma expressiva, a utilização de dinheiro em espécie e, por conseguinte, o deslocamento de pessoas às agências e aos ATMs para retirar previamente o dinheiro necessário para efetuar pagamentos. Ou seja, de forma indireta, o uso dos cartões de crédito e débito contribui para a redução do fluxo de deslocamentos para os pontos de atendimento bancário.

Tabela 6 - Uso dos Instrumentos de Pagamento*, no Brasil 2005-2010- quantidade de transações (milhões).

Instrumentos de pagamentos interbancários	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2005 – 2010 (%)
Total:	5.510	6.174	6.819	7.709	8.167	9.417	71
Cheque	1.839	1.622	1.449	1.373	1.233	1.109	-40
Cartão de débito ^{1/}	1.141	1.428	1.700	2.097	2.309	2.929	157
Cartão de crédito ^{1/}	1.501	1.814	2.160	2.520	2.777	3.321	121
Débito direto	1,9	1,3	0,7	0,6	0,5	0,1	-95
Transferência de crédito	1.027	1.309	1.509	1.718	1.848	2.058	100

Fonte: BACEN (2011)

*Considerando, no caso de cheque, débito direto e transferência de crédito, apenas transações com liquidação interbancária.

A Tabela 6 possibilita visualizar a grande redução observada no uso dos cheques (-40%) e do débito direto (-95%), no período de 2005 a 2010, como instrumentos de pagamento e o crescimento da quantidade de transações nas quais foram utilizados cartões de débito (157%) ou de crédito (121%) com a mesma finalidade. Certamente que para esse resultado devem ter contribuído os programas de incentivo, como aqueles que concedem milhagens para serem trocadas por passagens aéreas, dentre muitos outros.

Os principais canais e veículos para transações bancárias ofertados atualmente no Brasil, classificados conforme a natureza do serviço, o período de prestação e necessidade de copresença do usuário podem ser visualizados no Quadro 2.

Quadro 2 - Canal de atendimento bancário segundo as características do acesso.

CANAL DE ATENDIMENTO	características do acesso			
	quanto ao local de atendimento	quanto à necessidade de deslocamento	quanto aos dias e horários de atendimento	quanto à autonomia do usuário
Agência - postos tradicionais	único (1)	presente (4)	restrito (6)	copresencial (8)
Correspondente Bancário	múltiplo (2)	presente	restrito	copresencial
Posto de Atendimento Eletrônico (PAE)	múltiplo	presente	flexível (7)	autoatendimento parcial (9)
Banco 24 Horas	múltiplo	presente	flexível	autoatendimento parcial
Atendimento telefônico personalizado	indefinido (3)	ausente (5)	restrito	autoatendimento parcial
Atendimento telefônico eletrônico	indefinido	ausente	flexível	autoatendimento integral (10)
Acesso Remoto	indefinido	ausente	flexível	autoatendimento integral
Fonte: sites dos bancos selecionados.				
Elaboração da autora.				
Nota:				
■ (1) único - o atendimento só é possível em um endereço.				
■ (2) múltiplo - o atendimento é possível em mais de um endereço.				
■ (3) indefinido - o atendimento é possível a partir de qualquer endereço que ofereça acesso à rede virtual de serviços bancários.				
■ (4) presente - o deslocamento faz-se necessário para que o usuário acesse aos serviços.				
■ (5) ausente - o deslocamento é desnecessário para que o usuário acesse aos serviços.				
■ (6) restrito - o atendimento é possível dentro de limites horários.				
■ (7) flexível - o atendimento é possível em qualquer horário.				
■ (8) copresencial - o atendimento é realizado com a participação de funcionário(s) do banco (caixas, atendentes, gerentes etc.) ou por empregados de estabelecimentos por estes contratados para essa finalidade.				
■ (9) autoatendimento parcial - o usuário se autoatende, mas ainda depende de pessoa (atendente ao telefone, por exemplo) ou equipamento (caixa eletrônico ou ATM) oferecido pelo estabelecimento bancário.				
■ (10) autoatendimento integral - o usuário se autoatende, ou seja, obtém os serviços bancários sem a participação direta de recursos humanos ou materiais dos bancos, acessando os serviços oferecidos virtualmente, por meio de veículos (telefones fixos e celulares e computadores) próprios ou de terceiros, excluídos os de propriedade dos bancos ou contratados por estes, disponibilizados em ambientes públicos ou privados, de maneira particular (residências, quiosques, escritórios, cybers etc.).				

Como se pode constatar após a análise do Quadro 2, as modificações nas formas, nos canais e nos veículos de transações bancárias que acompanharam o desenvolvimento das TICs implicaram um conjunto de alterações na lógica de localização espacial do serviço bancário, conforme se verá no próximo item.

4 ESPAÇO URBANO E LOCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS: EXPRESSÃO DE RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS

Neste capítulo será feita uma revisão da literatura sobre premissas de estruturação do espaço urbano, especialmente do intraurbano no Brasil e sobre teorias de localização da firma bancária, considerando as duas escalas de tratamento do espaço urbano.

Os estudos de estruturação do espaço urbano têm enfatizado duas dimensões espaciais: a interurbana e a intraurbana. A primeira trata as cidades como pontos distribuídos num território mais amplo, de uma região ou país, e verifica como elas se articulam. É a **escala interurbana** que interessa, então, aos estudos sobre a relação entre o setor bancário e o espaço urbano para análise da distribuição espacial dos equipamentos prestadores de serviços bancários entre as cidades das diversas regiões do país, bem como dos processos socioespaciais que as engendram.

A segunda escala, a **intraurbana**, enfoca as características internas da cidade, ou seja, as maneiras como os diferentes elementos que compõem o espaço urbano se distribuem (como objetos fixos) e se articulam (por meio de fluxos), gerando continuidades e descontinuidades e distintos padrões de ocupação. Nessa perspectiva, onde se insere mais diretamente o estudo desenvolvido nesta dissertação, importa compreender o modo como os elementos da estrutura intraurbana se distribuem no espaço interno da cidade, especialmente os que se referem às atividades de serviços, aí incluídos os bancários, e como estes se relacionam dialeticamente com os demais aspectos dessa estrutura.

4.1 PREMISSAS DE ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Para Gottdiener (1993), formas espaciais são produtos contingentes da articulação dialética entre ação e estrutura e não manifestações puras de forças sociais profundas que constituem um mundo de aparências a ser analisadas. É a abordagem denominada produção social do espaço que mantém premissas

transformadoras de análise derivadas do marxismo, mas que, ao atualizar o marxismo frente ao espaço, termina por transcendê-lo.

Ao situar a produção do espaço dentro do contexto geral de uma teoria emergente de organização social que estuda o papel da ação, de um lado, e da estrutura, de outro, na produção de fenômenos e formas espaciais, Gottdiener se localiza no estruturacionismo de Giddens e enfatiza que a visão sintética da produção do espaço requer

um entendimento integrado tanto da natureza tridimensional da organização sócio-espacial, na medida em que desenvolve ligações hierárquicas com lugares, quanto das relações contextuais ou interativas [*as ligações horizontais, muitas vezes de natureza contenciosa entre grupos*], como as que promovem a aglomeração [*fenômenos globais tais como a corporação multinacional ou a “nova divisão internacional do trabalho*]. Além disso, esse arranjo tridimensional, a matriz espaço-temporal de atividades sociais que circunda os lugares, implica um entrosamento inter-relacionado de forças culturais, políticas e econômicas. Não pode ser esmiuçado pelos argumentos reducionistas de economistas políticos marxistas ou de ecologistas convencionais (GOTTDIENER, 1993, p.198).

De acordo com Gottdiener (1993), as novas transformações socioestruturais, associadas à fase contemporânea de desenvolvimento capitalista, modificam totalmente a base da sociedade, anteriormente envolvida em dicotomias socioespaciais de análise convencional do espaço, entre elas a do contraste entre o urbano e o rural. Diferentemente dos marxistas, que interpretam as mudanças socioespaciais como fenômenos essencialmente econômicos, causados por mudanças na localização de empregos e indústria, Gottdiener (1993) considera que essas mudanças são

um resultado dialético de fatores políticos, culturais e econômicos que se manifestam através da linha de frente dos padrões de desenvolvimento imobiliário que congregam a intervenção do Estado, formas de acumulação de capital e a manipulação dos mercados de terra (GOTTDIENER, 1993, p. 235).

Gottdiener (1993) relaciona as formas contemporâneas do espaço de assentamento às transformações socioestruturais das sociedades capitalistas que se verificam mais intensamente no período pós-segunda guerra mundial, mas que não são específicas desse período. São elas:

a organização da produção e da administração em estruturas complexas e burocráticas de tomada de decisões [...] que ajudou a integrar todo o globo num sistema mundial de produção, marketing e finança que elimina as fronteiras nacionais até mesmo entre o Leste

e o Oeste; [...] a intervenção ativa do Estado em todos os níveis da sociedade; [...] e a emergência da ciência, da tecnologia e de uma indústria do conhecimento – envolvendo organizações especializadas de pesquisa e desenvolvimento científico – como as forças dominantes da produção, especialmente dada a aplicação de técnicas avançadas de automação ao desenvolvimento dos meios de trabalho, isto é, de matéria prima e agricultura (GOTTDIENER, 1993, p. 200).

Segundo Gottdiener (1993, p. 18), a essas transformações corresponde um novo modo de organização social que ainda não pode ser verificado “em sentido qualitativo” em outros países, nem mesmo nas áreas industrializadas da Europa. O autor busca compreender a origem desses novos padrões espaciais discutindo

a dinâmica dos atuais processos sociais de desenvolvimento metropolitano e regional, o papel do Estado na construção e manutenção do crescimento da cidade dispersa, o papel da ideologia e dos campos semânticos no ofuscamento e mascaramento dos processos reais que atuam na reestruturação do espaço de assentamento e os padrões de organização social responsáveis pela produção de espaço na sociedade moderna (GOTTDIENER, 1993, p. 16).

Gottdiener utiliza o termo desconcentração para descrever os padrões contemporâneos de desenvolvimento urbano capitalista e afirma que uma desconcentração de âmbito regional caracteriza os padrões de crescimento do espaço de assentamentos, envolvendo ao mesmo tempo aglomeração e descentralização, “dispersas numa escala regional em expansão” (1993, p. 229). Afirma também que “se o momento atual possui uma forma fenomenal de capital – a corporação multinacional, então a forma fenomenal de espaço correlata do capitalismo tardio é a metrópole desconcentrada” (GOTTDIENER, 1993, p. 230).

No entendimento de Gottdiener (1993), desconcentração se refere “ao aumento absoluto de população e densidade de atividades sociais em áreas fora das tradicionais regiões citadinas e dos centros populacionais” (GOTTDIENER, 1993, p. 19), constituindo-se, simultaneamente, em uma forma e em um processo. Reafirma, assim, sua visão de que “padrões espaciais e processos sociais estão mais relacionados dialeticamente que ligados através de ciclos de causa e efeito” (GOTTDIENER, 1993, p. 19).

Gottdiener (1993) analisa a evolução da concepção acadêmica de desconcentração segundo quatro estágios, sendo o primeiro correspondente àquele em que, por meio da ação conjunta do Estado e da economia, áreas suburbanas são

providas de habitações para atender às necessidades “da população branca no pós-guerra”, resultando na primeira imagem do subúrbio como bairro-dormitório do centro da cidade, associando a seus moradores *status* de classe média e alta. Gottdiener (1993, p. 242) destaca que a posse da casa própria é muito popular nos EUA, onde as pessoas são incentivadas a participar do mercado imobiliário e a suburbanização das cidades é quase, por si mesma, a consequência da intervenção ativa do Estado.

Prosseguindo na análise, Gottdiener (1993) identifica que, no segundo estágio da pesquisa, verificou-se a quebra da visão monolítica dessa área suburbana, que passa a ser analisada segundo a noção de diferenciação funcional. Foi nesse estágio que a região metropolitana passou a ser concebida em termos de área, e a complexidade interna da divisão de trabalho entre espaços de assentamento foi trazida à superfície de análise. Citando trabalho de Schnore (1965) que, por sua vez, seguiu a obra de Douglas (1925), Gottdiener (1993) afirma que foi a partir da aplicação do conceito de relação emprego-residência que três categorias de comunidade, assentadas fora da cidade central, foram classificadas: “a comunidade residencial ou dormitório, o subúrbio industrial e um tipo intermediário que mescla moradia e comércio ou indústria” (GOTTDIENER, 1993, p. 21).

A pesquisa sobre a morfologia das regiões metropolitanas, evidenciando diferenciações funcionais correspondentes à complexidade funcional da sociedade moderna, coloca “a ordenação espacial de pessoas e atividades no centro de uma grande quantidade de problemas contemporâneos associados com a vida metropolitana” (GOTTDIENER, 1993, p. 23).

Em comentário adicional, Gottdiener afirma:

A perspectiva produção social de espaço, especificada pela articulação dialética entre ação e estrutura, difere da perspectiva convencional num sentido fundamental, qualitativamente único. Em sua essência, a teoria convencional vê o ambiente construído como o resultado de milhares de decisões de demanda tomadas por grandes quantidades de atores urbanos separados: comerciantes, banqueiros, proprietários de casa própria e semelhantes. A meu ver, as formas de espaço são produzidas, ao contrário, pelo que se convencionou especificar como de articulação entre estruturas capitalistas tardias e as ações do setor da propriedade, especialmente os efeitos de grupos escolhidos e do Estado na canalização do fluxo de desenvolvimento social para lugares e modelos específicos. É este último processo – até agora negligenciado como tópico de estudo – que constitui a essência das ‘novas’ investigações engendradas pela idéia de que o espaço é

produzido por um processo social de estruturação de modo que, se no momento não é guiado senão pelo ganho pessoal insensível, pode não obstante ser utilizado no futuro, para o bem geral. (GOTTDIENER, 1993, p. 226).

Portanto, para Gottdiener, a interseção dessas forças sociais envolve um processo contingente, muitas vezes com resultados contenciosos, em que a produção do espaço é mais bem apreendida como a complexa articulação entre estrutura e ação, que está sempre em movimento, constituindo-se, portanto, numa proposta de análise dialética das relações espaço-sociedade.

Villaça (2001) posiciona-se afirmando que, embora exista uma tendência generalizada a se acreditar numa interrelação profunda entre espaço e formação social, “as relações entre, de um lado, a produção, a circulação e o consumo do espaço e, de outro, os efeitos do espaço sobre o social – ou melhor, das relações dialéticas entre espaço e sociedade – constituem o desafio ainda a ser enfrentado pelos estudos socioespaciais.” (VILLAÇA, 2001, p.47).

Villaça (2001) agrupa os estudos socioespaciais em três esferas, sendo a primeira, a dos estudos procedentes da escola de Chicago, continuados pelos neo-ecologistas ou revisados criticamente no início dos anos 70 a partir de uma base marxista. Esses estudos revolucionaram a sociologia urbana, depois a economia política e a geografia e “hoje criam campos interdisciplinares de estudo do espaço, agora já filiados a, ou afastados de, diferentes ‘marxismos’” (VILLAÇA, 2001, p. 45). A crítica básica do autor a essa corrente é o fato de analisarem as transformações sociais sob forte influência da economia, tanto que se referem muito à *produção* do espaço, mas deixam ausente o aspecto do *consumo*. Também critica o fato de pouco se referirem ao *valor produzido* e ao efeito do espaço sobre o social.

A segunda esfera refere-se aos estudos dos efeitos do espaço sobre o social e é com esse fundamento que o autor desenvolve seu trabalho quando afirma “que a segregação é uma determinada geografia, produzida pela classe dominante, e por meio da qual essa classe exerce sua dominação – através do espaço urbano. A segregação é um processo necessário para que haja tal dominação” (VILLAÇA, 2001, p. 46).

A terceira esfera constitui-se de estudos socioespaciais com base nas relações dialéticas entre espaço e sociedade, já referida anteriormente. Para Villaça (2010), talvez seja a esfera mais correta, mas se encontra num estágio

extremamente rudimentar e tanto Soja (1980) quanto Gottdiener (1985) discorrem sobre a necessidade dessa análise dialética das relações espaço-sociedade, mas ressalta que poucos avanços obtiveram nesse campo.

Villaça realizou estudos sobre seis áreas metropolitanas³⁹ brasileiras (São Paulo-SP, Rio de Janeiro-RJ, Belo Horizonte-MG, Salvador-BA, Recife-PE e Porto Alegre-RS), procurando compreender “as localizações intra-urbanas, a constituição e os movimentos do espaço intra-urbano das metrópoles brasileiras [destacando que inexistem] estudos sobre os aspectos comuns aos espaços urbanos das diversas metrópoles” (2001, p. 11). Partiu do pressuposto de que essas áreas apresentam aspectos comuns em seus espaços, pois “vêm sendo produzidos num mesmo país, pela mesma formação social, num mesmo momento histórico – os últimos 150 anos – sob o mesmo modo de produção, através das mesmas relações sociais e sob o mesmo Estado” (VILLAÇA, 2001, p. 11).

Em seu estudo, Villaça (2001) apoia-se em Bastide (1971) e conceitua estrutura territorial intraurbana:

um todo constituído de elementos que se relacionam entre si de tal forma que a alteração de um elemento ou de uma relação altera todos os demais elementos e todas as demais relações. [...] são considerados elementos dessa estrutura o centro principal da metrópole (a maior aglomeração diversificada de empregos, ou a maior aglomeração de comércio e serviços) os subcentros de comércio e serviços (aglomerações diversificadas de comércio e serviços, réplicas menores do centro principal), os bairros residenciais, ou melhor, os conjuntos de bairros residenciais segundo as classes sociais e as áreas industriais (VILLAÇA, 2001, p. 12).

Villaça (2001) afirma ainda que existem, imbricadas a esta, outras estruturas territoriais, como os sistemas de transportes e de saneamento, a seu ver menos importantes, e que o conjunto dessas estruturas articula-se com outras não territoriais como a econômica, a política e a ideológica.

Os estudos de Villaça (2001) mostram processos similares de estruturação e segregação em todas as áreas metropolitanas, processos esses admitidos como verificáveis nas outras metrópoles brasileiras. Tendo por base a análise comparativa de um grande período histórico, Villaça (2001) afirma ter captado os elementos que

³⁹ Villaça considera que áreas metropolitanas são “[...] assentamentos, ou compartilhamentos territoriais estruturados pelos deslocamentos dos seres humanos enquanto consumidores ou portadores de mercadoria força de trabalho: são por isso cidades – por maiores e mais importantes e globais que sejam e por mais que incluam vários municípios. São um tipo particular de cidades, mas são cidades. Não são regiões” (VILLAÇA, 2001, p. 26).

seriam efetivamente estruturais na formação dessas áreas e concluiu que um traço comum e excepcionalmente importante para a compreensão das suas estruturas espaciais é a segregação espacial das burguesias, definida como sendo “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais* ou *conjuntos de bairros* da metrópole” (VILLAÇA, 2001, p. 142).

Para Villaça (2001), o padrão mais conhecido de segregação é o de centro x periferia, onde o centro é ocupado pelas classes de mais alta renda e é dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados e a periferia, “subequipada e longínqua, é ocupada predominantemente pelos excluídos. O espaço atua como um mecanismo de exclusão” (VILLAÇA, 2001, p.143).

A estruturação do espaço intraurbano resulta da busca pela melhor condição de deslocamento, preferentemente em direção ao centro; é o que organiza e fundamenta esse processo. Villaça afirma que a estruturação interna das metrópoles reflete o domínio de forças representantes dos interesses de consumo das camadas de mais alta renda da sociedade que, em relação conflituosa com as classes sociais menos favorecidas, apropria-se das vantagens do espaço urbano.

Dentre essas vantagens a mais decisiva é a otimização dos gastos de tempo despendido nos deslocamentos dos seres humanos, ou seja, a acessibilidade às diversas localizações urbanas, especialmente o centro urbano. [...] O benefício ou o recurso fundamental que se disputa no espaço urbano é o tempo de deslocamento (VILLAÇA, 2001, p.328).

O deslocamento é necessário à realização das atividades produtivas e reprodutivas das condições de vida material do homem urbano e este, ao deslocar-se, depende energia e tempo. Como a energia é recuperável e o tempo não, resulta que o interesse em “comprimi-lo” é determinante nos processos de estruturação do espaço urbano. Ou seja, para otimizar os tempos gastos nos deslocamentos, os transportes adquirem importância determinante nas mudanças estruturais das metrópoles.

A força dominante da estruturação espacial urbana atua “dentro de um quadro de relações sociais, as quais, por sua vez definem as necessidades e condições de deslocamento” (VILLAÇA, 2001, p. 180), que são diferentes de acordo com a classe social. Para as populações mais pobres que residem em bairros distantes de seus locais de emprego, o recurso disponível para seu deslocamento é o transporte

público de passageiros e, para as classes de renda mais alta, detentoras dos recursos necessários à obtenção das melhores localizações, o transporte é o automóvel particular que lhes oferece acessibilidade aos seus locais de interesse.

Villaça (2001) enfatiza que todas as atividades – por mais distintos que sejam seus requisitos locacionais – têm interesse na acessibilidade ao centro e que esse interesse na centralidade é a própria razão de ser das cidades como organismos espaciais. Para Villaça (2001) o espaço intraurbano

é estruturado, fundamentalmente pelas condições do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho, seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc. Exatamente daí vem, por exemplo, o enorme poder estruturador intra-urbano das áreas comerciais e de serviços, a começar pelo próprio centro urbano. Tais áreas, mesmo nas cidades industriais, são as que geram e atraem a maior quantidade de deslocamentos (viagens), pois acumulam os deslocamentos de força de trabalho – os que ali trabalham – com os de consumidores – os que ali fazem as compras e vão aos serviços (VILLAÇA, 2001, p. 20).

O autor critica os vários estudos que citam, além dos transportes, as comunicações como elementos estruturadores do espaço urbano ou metropolitano, ressaltando que o custo da energia e das comunicações é o mesmo ou difere muito pouco entre si, em qualquer parte do território intraurbano ou intrametropolitano, o que torna esses espaços “uniformes ou homogêneos do ponto de vista da disponibilidade de energia e das comunicações” (VILLAÇA, 2001, p. 21), não podendo, por isso, ser considerados elementos estruturadores desse espaço.

Segundo Villaça (2001), o espaço regional é que é estruturado de acordo com o deslocamento das informações, da energia, do capital constante, das mercadorias em geral e até, eventualmente, da força de trabalho. Afirma ainda que o deslocamento das informações teria um efeito profundo na estruturação dos espaços regionais, semelhante ao dos transportes, não fossem os avanços tecnológicos que “libertaram” as comunicações da dependência, pelo menos a grandes distâncias, do transporte da mensagem: transporte do jornal, transporte da carta.

A respeito da análise feita por Harvey (1982) sobre a mobilidade do capital dinheiro, que toma a forma de dinheiro-crédito com os avanços tecnológicos nas comunicações, Villaça afirma:

Nesse momento dá-se ênfase às comunicações e ao dinheiro-crédito, já que esse tipo de deslocamento é o mais usual e essa forma de dinheiro, aquela que mais se desloca espacialmente. Só que isso, novamente, é significativo apenas para analisar o espaço regional. Como já dissemos, não se tem notícia de nenhum estudo empírico ou teórico que mostre a influência das transformações nas comunicações sobre a estruturação do espaço intraurbano. Os deslocamentos de pessoas dominam tão violentamente essa estruturação que os efeitos dos progressos nas comunicações tornam-se imperceptíveis – se é que existem (VILLAÇA, 2001, p. 44).

Em relação ao centro, Villaça assegura:

os centros não são centros porque neles se localizam os palácios, as catedrais ou os **bancos**. Vimos que o oposto também não é verdadeiro. Não é verdade que os palácios, catedrais ou **bancos** se localizam nos centros porque eles são centros? E porque eles são centros? Fica claro o círculo vicioso. Qual a origem ou a fonte da centralidade? Está na possibilidade de minimizarem o tempo gasto e os desgastes e custos associados aos deslocamentos dos seres humanos (VILLAÇA, 2001, p. 242) (grifo nosso).

Villaça (2001) comenta o surgimento dos *shoppings centers* no Brasil⁴⁰, afirmando que sua concepção se baseia na economia de aglomeração segundo a qual “quanto maior a variedade de comércio e serviços existentes num centro, menor o número de viagens que um consumidor precisa fazer para ter todas suas necessidades atendidas” (VILLAÇA, 2001, p. 302). Observa, assim, que, do mesmo modo que as áreas comerciais tradicionais, os *shoppings centers* evidenciam o poder estruturador dos deslocamentos das pessoas e que, assim “como os supermercados e os hipermercados, representam uma grande força de concentração e rentabilidade espacial” (VILLAÇA, 2001, p. 306). Para o autor,

por maior que tenha sido o desenvolvimento dos *shoppings centers* e hipermercados, eles não tiveram ainda um impacto significativo sobre nossas estruturas metropolitanas, em face da hegemonia dos sub-centros tradicionais. Os *shoppings* vêm apresentando, entretanto, uma participação significativa no prosseguimento do esvaziamento dos centros principais de nossas metrópoles, embora o declínio desses centros tenha se iniciado antes da vulgarização dos *shoppings*. Como os centros principais tradicionais atraíam clientela de alta renda e os *shoppings* também, os últimos têm contribuído mais para o prosseguimento do esvaziamento dos centros principais que os sub-centros. Por outro lado, o reforço de sub-centros

⁴⁰ O primeiro *shopping center* brasileiro foi o Iguatemi, na cidade de São Paulo, no ano de 1966 e a partir da década de 1970 começaram a se vulgarizar em todas as metrópoles brasileiras. Inicialmente localizavam-se em região de elevada concentração das camadas de alta renda, mas a partir do final da década de 1980 passaram a ser construídos também em regiões populares (VILLAÇA, 2001, p. 302).

populares por *shoppings* [...] ainda é pequeno, mas representa uma tendência salutar de contenção de uma eventual tendência à suburbanização e dependência do automóvel. O mesmo pode ser dito com relação à construção de *shoppings* nos centros principais, como vem ocorrendo em Salvador (VILLAÇA, 2001, p. 307).

Villaça conclui que “a mais poderosa força que atua sobre a estruturação do espaço urbano é o controle do tempo de deslocamento do ser humano” (VILLAÇA, 2001, p. 357) e que

é necessária uma certa geografia, uma certa *configuração espacial* (a segregação) para viabilizar a dominação através do espaço. Sem essa configuração, seriam talvez impossíveis – ou extremamente difíceis – a dominação e a desigual apropriação dos frutos do trabalho despendido na produção do espaço. [...] A segregação é um processo necessário para que haja domínio. A segregação consiste, pois, numa determinada espacialidade sem a qual esse domínio não poderia ocorrer (VILLAÇA, 2001, p.359).

Pelo que foi exposto sobre as premissas de estruturação do espaço intraurbano apresentadas por Villaça (2001), é possível concluir:

- a) os efeitos das novas TICs sobre a estruturação do espaço intraurbano podem nem existir porque esse processo é dominado pelo deslocamento das pessoas;
- b) as novas TICs “libertaram” as comunicações da dependência dos transportes, tornando-as sem efeito sobre a estruturação do espaço regional;
- c) a ênfase dada às comunicações e ao dinheiro-crédito só é significativa para analisar o espaço regional.

As novas TICs, com suas redes digitais, ao flexibilizar a noção de espaços, reduzindo ou mesmo substituindo fluxos que tradicionalmente colaboravam para a estruturação do espaço intraurbano, não teriam efeito sobre esse processo? Ao referir que as novas TICs anularam o efeito estruturador que as comunicações teriam sobre o espaço regional, não se estaria admitindo um efeito delas, das novas TICs, pela razão inversa? Quanto à ênfase às comunicações e ao uso do dinheiro crédito, como esta dissertação trata especificamente de serviços bancários no espaço intraurbano, essa e as outras questões serão retomadas no Capítulo 5, quando se apresentam os dados da pesquisa empírica.

Outra contribuição para esta dissertação vem do estudo sobre o espaço urbano feito por Corrêa (1999). Ele identifica e detalha os processos socioespaciais que traduzem as forças através das quais o movimento de transformação da

estrutura social se efetiva espacialmente. Esses processos podem ser simultâneos e suas respectivas formas são as seguintes: “centralização e a área central; descentralização e os núcleos secundários; coesão e as áreas especializadas; segregação e as áreas sociais; dinâmica espacial da segregação; e inércia e as áreas cristalizadas” (CORRÊA, 1999, p. 37).

Corrêa identifica nos proprietários fundiários e dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, nos promotores imobiliários, no Estado e nos grupos sociais excluídos, os agentes sociais concretos⁴¹ que fazem e refazem a cidade, por meio de uma ação complexa, que deriva “da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que dela emergem” (CORRÊA, 1999, p. 11).

Destacam-se nos estudos de Corrêa (1999) os processos e formas referentes aos processos socioespaciais observados mais recentemente (a partir de meados do século XX) e os que envolvem o setor de atividades terciárias, em atenção ao recorte temporal e ao objeto de estudo deste trabalho, que se relacionam à localização dos serviços bancários nas últimas três décadas. Os processos de natureza tipicamente social (a segregação e as áreas sociais; a dinâmica espacial da segregação; e a inércia e as áreas cristalizadas), mesmo considerando a interessante discussão que Corrêa (1999) suscita sobre eles, serão mencionados apenas nos seus aspectos locais e relacionados às atividades terciárias.

Para Corrêa (1999), até a segunda metade do século XX o processo de centralização levou ao estabelecimento de uma área central, configurada de modo segmentado, constituída de dois setores: o núcleo central, também chamado de *core*, *Central Business District* (CBD), e a zona periférica do centro também referida como *frame*, *zone in transition* ou zona de obsolescência.

A partir da segunda metade do século XX, o núcleo central, segundo Corrêa (1999), passa a ser intensivamente utilizado, sobretudo por atividades terciárias, o que elevou o valor da terra e desencadeou um processo de verticalização. O entorno dessa área apresenta uso semi-intensivo do solo e é ocupado por atividades de comércio atacadista, de armazenagem e de indústrias leves, que se relacionam a

⁴¹ Com a expressão “agentes sociais concretos” Corrêa (1999) reforça o entendimento de que os agentes sociais existem de fato, produzem e consomem efetivamente o espaço urbano, não sendo, portanto, “um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato” (CORRÊA, 1999, p. 11).

atividades realizadas na própria área central e com a cidade como um todo. Nesse entorno, de ampla escala horizontal, encontram-se áreas residenciais de baixo *status* social e também grandes terrenos que, em muitos casos, transformam-se em áreas de estacionamento.

Corrêa (1999) afirma que o processo de descentralização, mais recente que o da centralização, é complexo e ocorre quando a excessiva centralização da área principal passa a gerar deseconomias como, por exemplo, a constante elevação do preço da terra aliada ao congestionamento e ao alto custo do sistema de transporte⁴² e das comunicações. À descentralização da área central, afirma esse autor, está associado o crescimento demográfico e espacial da cidade e, conseqüentemente, a ampliação das distâncias entre a área central e as novas áreas residenciais.

Para Corrêa (1999), essas novas áreas representam um potencial mercado consumidor porque demandam serviços mais próximos que lhe proporcionem economias de transporte e tempo. Verifica-se também a competição entre firmas, estimulando o estabelecimento de filiais em várias localizações descentralizadas. Esse processo corresponde à centralização do capital, característica básica da fase monopolista do capitalismo que, diferentemente da fase anterior, em que a dispersão do capital levava à concentração espacial para viabilizar a concorrência, promove a centralização do capital e a dispersão espacial. Corrêa afirma que

é preciso considerar, entretanto, a própria dinâmica capitalista que, de modo ponderável atua subjacentemente aos fatores de repulsão e atração acima mencionados. Nesta dinâmica também estão presentes os interesses da indústria e do setor de transporte (CORRÊA, 1999, p. 47).

Para o autor, a descentralização das atividades de comércio e de serviços ocorre de acordo com as seguintes características de seletividade:

- a) de atividades – umas são mais propensas que outras a descentralizar-se, como, por exemplo, as indústrias em comparação às atividades de direção dos negócios;
- b) temporais – no caso das atividades industriais, as mais poluentes e consumidoras de espaço descentralizam-se mais rapidamente do que as que não

⁴² O desenvolvimento de meios de transporte mais flexíveis, como ônibus, caminhão e automóvel, não mais presos aos trilhos, soma-se aos fatores que conduziram ao processo de descentralização (CORRÊA, 1999, p. 46).

possuem essas características. Quanto às atividades terciárias, as mais demandadas e menos especializadas deslocam-se mais rapidamente para subcentros;

c) de divisão territorial do trabalho – entre as atividades empresariais industriais e comerciais que têm funções complementares, demandam diferentes espaços e possuem diferentes capacidades de pagamento pelas terras que ocupam, as de natureza fabril e de armazenagem deslocam-se para fora do centro, nele permanecendo apenas suas respectivas sedes;

d) em termos de tamanho da cidade – a descentralização somente se verifica a partir de um determinado tamanho de cidade, o que pode apresentar variações de acordo com o sítio urbano, o sistema de transporte, as funções urbanas e o nível de renda da população;

e) em termos de território – as indústrias se realocizam em áreas populares, especialmente as dotadas de grandes vias de tráfego, ao passo que as atividades terciárias optam pela localização em áreas onde residem populações de mais alta renda.

Outro processo espacial observado por Corrêa (1999) é o de coesão, presente tanto no movimento de concentração quanto no de descentralização, que resulta na formação de áreas especializadas. Na área central, o movimento de coesão toma a forma de setores especializados (distritos varejistas, escritórios em geral, bancos e sedes sociais de empresas, diversões e hotéis). Na zona periférica do centro também são observadas atividades que se apresentam espacialmente coesas, como “o comércio atacadista e os depósitos, além dos serviços ligados à circulação e as pequenas indústrias” (CORRÊA, 1999, p. 58).

Fora da área central, o movimento de coesão gera distritos e ruas especializados que não correspondem a uma organização hierárquica, mas que representam mais uma forma de articulação entre áreas que, pelo fato de coexistirem na mesma cidade, a tornam ainda mais complexa e fragmentada. A coesão é, portanto, o “movimento que leva as atividades a se localizarem juntas. É sinônimo de economias externas de aglomeração. A coesão ou magnetismo funcional, como referia Colby, verifica-se em relação às [seguintes] atividades” (CORRÊA, 1999, p. 56):

a) de varejo, de mesma linha de produto, gerando monopólio espacial e facilitando a escolha do produto pelo consumidor. São exemplos típicos as ruas especializadas (de móveis, de autopeças, de confecções etc.);

b) de varejo, de diferentes produtos, formando um conjunto coeso que estimula o consumidor a comprar outros produtos além dos que planejava adquirir inicialmente. É característico do núcleo central, dos subcentros espontâneos e dos *shoppings centers*;

c) complementares entre si, representadas pela associação funcional entre atividades fabris, atacadistas, companhias de seguros, bancos, sedes de empresas e indústrias com ligações entre si “tanto a montante (matérias-primas) como a jusante (mercado consumidor)” (CORRÊA, 1999, p. 57);

d) as que buscam localização próxima umas das outras para gerar economias de escala para produtores de bens e serviços intermediários de interesse de todos. É o que o autor exemplifica com o caso de pequenas indústrias que, ao se localizarem próximas, conseguem atrair, no conjunto, empresas transportadoras, firmas de serviços de reparação de máquinas etc.;

e) as que exigem contatos face a face e se agrupam em áreas cuja boa condição de acessibilidade é fundamental.

Sobre o movimento de coesão, Corrêa (1999) levanta a possibilidade de que as áreas especializadas venham a se constituir numa forma espacial mais importante do que as hierarquizadas, considerando que “a circulação individual tende a se ampliar mais e mais sobre um espaço cujos entraves são cada vez mais reduzidos” (CORRÊA, 1999, p. 58), mas pondera que, nesse aspecto, a argumentação só faz sentido em relação à população de médio e alto *status*. Nesse mesmo sentido, acrescenta o fato de que em muitas capitais brasileiras foram e continuam sendo criados centros administrativos, exemplificando com o caso da cidade de Brasília, onde o “Plano Piloto é, em termos de espaço de atividades, um agregado de setores especializados” (CORRÊA, 1999, p. 58).

O Quadro 3, baseado em proposição de Berry apud Corrêa (1999, p. 50), descreve o que esses autores chamam de complexo conjunto de núcleos secundários⁴³. Nele são evidenciadas as relações entre as formas espaciais (áreas

⁴³ O conceito de núcleos secundários utilizado por Corrêa (1999) equivale, nesta dissertação, ao de subcentros.

ou eixos) e suas respectivas funções, conforme se apresentem hierarquizadas ou especializadas.

Quadro 3 - Os núcleos secundários de comércio e serviços.

<i>Função</i> <i>Forma</i>	<i>hierarquizada</i>	<i>especializada</i>
<i>áreas</i>	subcentros: regional de bairros de bairro lojas de esquina	distritos médicos distritos de diversões etc.
<i>eixos</i>	rua comercial de bairros rua comercial de bairro	ruas de autopeças ruas de móveis ruas de confecções etc.

Fonte: Corrêa (1999, p. 50).

O Quadro 3 será utilizado na análise dos resultados da pesquisa empírica desta dissertação apresentados no capítulo 5, porque permite que se verifique o extensão do processo de descentralização dos serviços financeiros de acordo com a hierarquia das subcentralidades.

Em relação à dinâmica do processo de descentralização, Corrêa (1999) acrescenta que ainda estão por serem verificados os efeitos dos *shoppings centers* na estrutura das cidades. Afirma que esses empreendimentos surgiram no período posterior à 2ª Guerra Mundial e se implantaram em áreas de fácil acesso, cujos moradores tinham elevado *status* social. A respeito dos *shoppings*, lembre-se a observação de Villaça (2010) sobre o poder estruturador dessas empresas, baseado na economia de aglomeração. Acrescente-se que, atualmente, os *shoppings centers* apresentam também características de comércio popular, localizam-se em bairros periféricos e, em todos eles, os serviços bancários estão presentes, via de regra por meio de canais de autoatendimento (ATMs).

Até aqui se tratou dos processos e formas espaciais que, segundo Corrêa (1999), resultam da divisão econômica do espaço, ou seja, da localização de indústrias, comércio e serviços. A seguir, serão analisados os processos que tratam da formação espacial de áreas residenciais, resultantes de processos de

segregação social característicos das cidades, mas que assumem novas dimensões na cidade capitalista:

A segregação residencial é, em realidade, um processo que origina a tendência a uma organização espacial em áreas de “forte homogeneidade social interna e de forte disparidade entre elas”, conforme aponta Castells (1983). É um produto da existência de classes sociais, sendo a sua espacialização no urbano (CORRÊA, 1999, p. 60).

O rebatimento no espaço urbano das classes sociais fragmentadas verifica-se, basicamente, devido às diferentes capacidades que cada grupo social tem de pagar pela residência que ocupa e isso leva à ausência de autonomia na escolha de suas respectivas residências. Corrêa (1999) ressalta a importância das ações do Estado e do mercado imobiliário – que se movem, neste aspecto, pelos interesses da classe dominante – na definição das condições em que a habitação e a terra urbana, consideradas mercadorias especiais, tornam-se instrumentos de segregação social.

Uma característica da segregação socioespacial da cidade capitalista é “o dinamismo, onde uma determinada área social é habitada durante um período de tempo por um grupo social e, a partir de um dado momento, por outro grupo de *status* social inferior ou, em alguns casos, superior, através do processo de renovação urbana” (CORRÊA, 1999, p. 70). Neste aspecto, a cidade capitalista difere da pré-capitalista onde o imobilismo socioespacial era uma das características marcantes.

Para analisar as cidades latino-americanas, Corrêa (1999) recorre ao trabalho de Yujnovsky que identifica três padrões distintos de desenvolvimento. O primeiro, compreendido entre o século XVI até meados do século XVII, corresponde ao período denominado genericamente de colonial, quando as elites residiam junto ao centro em obediência à Lei das Índias, que definia, entre outros aspectos, a organização socioespacial das cidades. O segundo período, que se inicia, aproximadamente, nos anos 1850 e se estende até por volta de 1930, é marcado pela independência das colônias e a expansão das atividades de exportação. Esses fatos vão impactar diretamente as principais cidades latino-americanas que, dentre outras transformações, veem surgir a classe média e a formação de uma classe dominante ligada à propriedade da terra, ao grande comércio e à indústria. Os

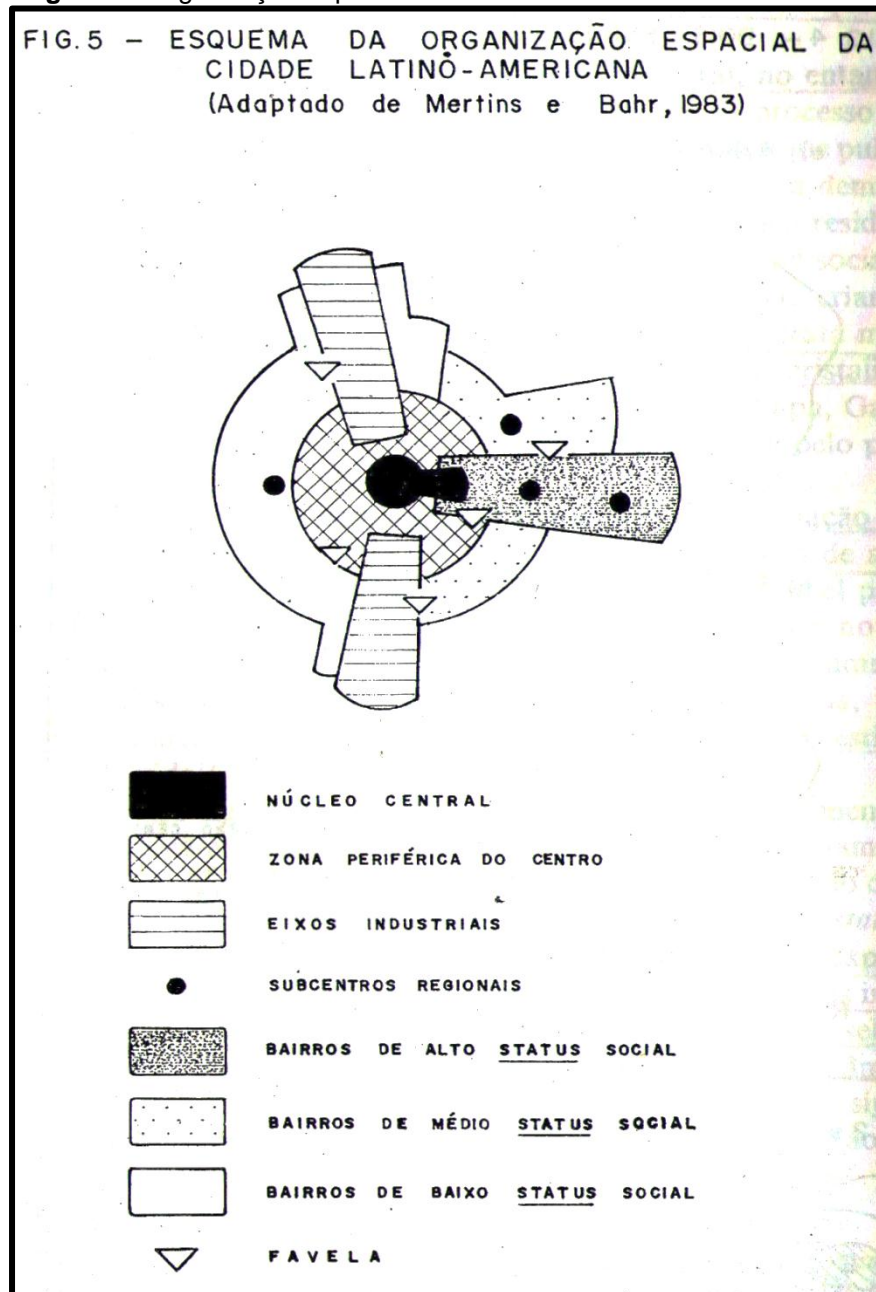
bondes e trens ampliam as possibilidades de locomoção e facilitam o desenvolvimento de novas áreas residenciais, bem como a reformulação de outras.

No terceiro período, que se inicia nos anos 1930, “acentuam-se os setores preferenciais das populações de *status*” (CORRÊA, 1999, p. 64), assim como o processo migratório cidade-campo, dando origem a outro processo denominado de periferização, resultante da localização, em áreas periféricas das cidades, de conjuntos habitacionais construídos pelo Estado, de loteamentos populares e autoconstrução, e de favelas que apresentam uma notável expansão.

Por meio do esquema ilustrado na Imagem 1, Corrêa (1999, p. 76)

procura retratar o padrão básico da organização espacial da grande cidade latino-americana na segunda metade do século XX. [Ressalta que] é um padrão complexo, que comporta a concretização de várias possibilidades teóricas de organização do espaço.

Imagem 1 - Organização espacial da cidade latino-americana.



Fonte: Corrêa (1993, p. 75).

Esse esquema remeteu o autor à questão das relações entre processo e forma espacial e às questões da inércia espacial, que se traduz na preservação simultânea da forma e do conteúdo de certos usos verificados na organização espacial intraurbana e que pode ocorrer em função

- a) dos custos elevados da realocização, não compensados pelos ganhos auferíveis com a nova localização;
- b) do surgimento de novos fatores de permanência através do aparecimento de economias de aglomeração;

- c) da inexistência de conflitos com outros possíveis usuários daquela porção do espaço ou ausência de poder, por parte destes, para forçar a remoção;
- d) da relação sentimental e simbólica atribuída aos conteúdos e às formas do uso verificados na porção do espaço.

Os estudos apresentados neste item oferecem base teórica para se compreender a estruturação do espaço intraurbano como um processo dialético, em que pese as observações divergentes de Villaça (2011) quanto a essa concepção. As premissas estudadas correspondem ao período que antecede a disseminação do uso das novas TICs e são utilizadas para referenciar o processo histórico de estruturação da RMB, conforme será visto no Capítulo 4 desta dissertação.

A seguir, apresenta-se o resultado dos estudos que buscaram identificar uma teoria de localização da firma bancária.

4.2 A LOCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS NA ESCALA DO ESPAÇO URBANO REGIONAL

Foram identificados dois estudos (SILVA, 2009; SICSÚ e CROCCO, 2003) que abordam o tema da localização da firma bancária e, em ambos, afirma-se categoricamente que não existe teoria específica de localização da firma bancária. Silva (2009, p. 6) desenvolve uma teoria e um modelo a partir da literatura tradicional de localização industrial e competição espacial, em função de que admite semelhanças entre a firma industrial e bancária. Sicsú e Crocco buscam “auxílio de teorias da localização da indústria presentes na literatura de Economia Regional” (2003, p. 85). Outra observação é que as duas abordagens, quando analisam as estratégias locacionais, consideram exclusivamente a localização das agências – postos tradicionais, sendo que Silva (2009) considera também os correspondentes bancários. Essas observações serão retomadas ao final deste item por ocasião da breve análise sobre as contribuições destes estudos para a pesquisa que se objetiva.

O estudo de Silva (2009) aborda a estratégia de localização bancária, a dinâmica microeconômica da firma bancária e as implicações macroeconômicas das estratégias bancárias. O autor ressalta que se trata de três artigos que guardam

certa independência entre si, tanto que a análise integrada dos três é feita somente na parte final da tese. Para fins da presente dissertação será considerado apenas o primeiro artigo, intitulado “Estratégia de Localização Bancária”, no qual o autor se propõe a contribuir para a compreensão da estratégia de localização dos serviços bancários e do padrão locacional das agências bancárias no Estado de Minas Gerais, utilizando informações de número de agências bancárias, aplicações bancárias, depósitos bancários do setor privado e do setor público, referentes ao ano de 2000 para esse estado.

Silva (2009) considera que existem evidências de que, além dos fatores econômicos, os fatores espaciais, políticos e regulamentares também são importantes na estratégia de obtenção dos retornos esperados pelo banco. Observa também, empiricamente, que existe um processo crescente de concentração das agências bancárias no Estado de Minas Gerais, que acentua as desigualdades regionais em nível estadual.

Através do estudo de processos verificáveis na Região Metropolitana de Belo Horizonte e nas demais regiões do Estado de Minas Gerais, o autor testa as seguintes hipóteses: uma inicial, segundo a qual os bancos, antes de se definirem pela localização de uma agência em determinado município, observam a presença de concorrentes nos municípios vizinhos. As outras duas hipóteses são:

- a) a localização bancária depende de fatores políticos e regulamentares, além dos fatores econômicos;
- b) quanto maior a concentração de renda em determinado município ou região, maior será o mercado consumidor potencial e a competição nesse espaço geográfico.

Silva (2009) considera que os bancos, assim como as firmas industriais, decidem a melhor estratégia de localização com base no potencial de mercado e no retorno esperado (ou lucro esperado). Com base nesse pressuposto, desenvolve uma teoria e um modelo de localização de agências bancárias a partir da literatura tradicional de localização industrial e competição espacial, utilizando-se dos princípios da econometria espacial neoclássica⁴⁴.

⁴⁴ Econometria espacial é uma subárea da econometria que trata da dependência espacial e da heterogeneidade espacial dos modelos econométricos.

Segundo o modelo utilizado por Silva (2009), a decisão de localizar uma agência bancária leva em conta uma série de fatores, dentre os quais destaca:

- a) os fatores macroeconômicos (população, renda, concentração e distribuição de renda);
- b) Os fatores microeconômicos que incluem os estruturais e espaciais (número de concorrentes, taxas de juros dos depósitos e dos empréstimos, autocorrelação espacial⁴⁵ etc.);
- c) os fatores políticos e regulamentares (contrapartidas dadas pelos governos e estratégias de crescimento dos bancos).

O autor parte do princípio de que, obtendo os dados do perfil dos clientes do próprio banco e informações sobre o mercado local, é possível modelar o potencial de retorno socioeconômico da abertura da sede de um banco ou de uma nova agência. Para Silva (2009), com as variáveis espaciais, econômicas e demográficas apropriadas, as informações sobre o volume (e o tempo) de movimentação, além de uma análise cuidadosa da competitividade do setor, é possível:

- a) alcançar os melhores clientes;
- b) desviar o negócio de seus concorrentes;
- c) descobrir novos (e mais rentáveis) mercados.

Fundamentado em Leme (1982), Silva (2009) considera que os fatores espaciais relevantes utilizados para indicar o tipo de avaliação a que os bancos procedem para definir sua localização dependem das respostas dadas às seguintes perguntas:

- a) Existem agências bancárias no mercado, isto é, no local de instalação?
- b) Que produtos (serviços bancários) são comercializados nesse mercado? São produtos competitivos? Quais seus preços?
- c) Quem são os clientes locais e qual o perfil dessas pessoas? Quais as maiores demandas e onde estão?
- d) Qual a área e a dimensão do mercado atendido (quantidade de contas-correntes, volume de depósitos e aplicações etc.)?
- e) Existe inovação, tanto no produto quanto no processo, que seja mais exigida pelos clientes?

⁴⁵ Autocorrelação espacial é um termo da econometria espacial utilizado para designar o grau de associação espacial das estratégias locacionais (SILVA, 2009).

f) Quais são os produtos e serviços e em que quantidade são demandados pelos mercados?

Os fatores macroeconômicos de localização bancária apontados por Silva (2009) resultam das teses de dois autores por ele indicados: Martin (1999) e Leme (1982). O primeiro autor apresenta uma tese simples: a de que a firma bancária que oferece serviços financeiros básicos⁴⁶ tende a se localizar próximo aos locais com maior população. Isto porque a população é a potencial detentora de poupança e, por conseguinte, ofertante dos depósitos (insumos) e é, também, ao mesmo tempo, a consumidora dos empréstimos (produtos) comercializados pelos bancos. Diferentemente de Martin (1999), Leme (1982) apud Silva

ressalta a importância da distribuição espacial da população consumidora e do comportamento (variação) espacial da demanda individual na dimensão do mercado bancário, cujo efeito é determinado com base na hipótese do mercado local saturado (SILVA, 2009, p. 20).

Após testar vários modelos e revisar teorias relacionadas, Silva (2009) chega a conclusões gerais, dentre as quais são destacadas aquelas mais diretamente relacionadas às análises que se pretende produzir nesta dissertação:

a) os fatores espaciais, macroeconômicos e políticos afetam significativamente a estratégia locacional dos bancos;

b) o fator político é destacado porque os resultados econométricos utilizados demonstraram que as contrapartidas políticas dadas pelos governos (como a folha de pagamento ou a oficialização do banco como agente arrecadador de tributos municipais) afetam de maneira positiva a decisão de localização dos bancos, sobretudo quando se trata de municípios de pequeno porte⁴⁷;

c) quanto ao setor privado, foi também observado que, em função do volume de depósitos promovidos por esse setor, as empresas acabam por exercer algum poder de atração da atividade bancária.

⁴⁶ Na ausência de definição por parte do autor, serão considerados serviços bancários básicos aqueles prestados pelos postos de atendimento bancário eletrônico (PAE), conforme definido pela Resolução CMN 2.099, de 17 de agosto de 1994. São eles: saques, depósitos, pagamentos, saldos de contas, extratos de conta, transferência de fundos e fornecimento de talonário de cheques.

⁴⁷ Entende-se que os municípios de pequeno porte, para o autor, são os que possuem população inferior a 20.000 habitantes e com PIB inferior a R\$ 50 milhões, pois representaram o ponto de corte na estratégia dos bancos no caso da tese em análise.

O segundo estudo mencionado, realizado por Sicsú e Crocco (2003), foi motivado pela

constatação da necessidade de retomar a discussão acerca do papel da moeda, sistema financeiro e política monetária no desenvolvimento das regiões, não somente em virtude da observação empírica da diversidade – de desenvolvimento econômico e institucional – entre regiões e seus respectivos sistemas financeiros, mas também da crença de que em uma sociedade capitalista, a moeda é capaz de afetar, de forma permanente, as variáveis reais da economia⁴⁸ (SICSÚ; CROCCO, 2003, p. 85).

Assim, concentrando-se na discussão da distribuição espacial, que é um dos aspectos do papel do sistema financeiro no desenvolvimento regional, os autores mantêm o foco nos bancos de varejo⁴⁹, cuja parte mais relevante da estratégia de expansão é a decisão locacional de novas agências.

Os autores reclamam que as variáveis monetárias e financeiras sempre foram negligenciadas nos estudos de comportamento das variáveis reais da economia e a razão para isso poderia ser, segundo Amado (1998) apud Sicsú e Crocco (2003, p. 87), o fato de a moeda ser considerada um elemento neutro, apenas um intermediário entre poupadores e investidores e, portanto, incapaz de afetar as variáveis reais da economia. Como uma variante desse primeiro fato, a oferta da moeda é tomada como acomodativa das pressões reais, capaz de variar para atender a qualquer padrão de demanda e também por este motivo, sem capacidade de afetar a dinâmica real da economia. Como última justificativa, o mesmo autor sinaliza para a ausência de dados satisfatórios que permitam analisar a questão regional sob a ótica financeira e monetária. Para Sicsú e Crocco (2003), essa seria a única justificativa considerada plausível para que análises monetárias e financeiras não sejam admitidas como variáveis nos estudos dos problemas regionais, até porque, segundo eles, existem teorias alternativas para os primeiro e segundo fatores.

⁴⁸ Os autores consideram variáveis reais da economia a produção, o emprego e o salário, dentre outras.

⁴⁹ Os autores referem que não procederam à separação entre agências de bancos privados e agências de bancos públicos pelo fato de o Banco Central não disponibilizar dados desagregados para esse tipo de análise. Ressaltam ainda que a análise em separado poderia revelar aspectos interessantes uma vez que os critérios de localização desses tipos de banco são diferentes entre si em função da missão de cada tipo de banco.

Os autores referem-se a três transformações recentes que estariam reforçando a tendência a não considerar as variáveis financeiras e monetárias nos estudos de desenvolvimento regional. São elas: o processo crescente de desregulamentação financeira, o surgimento das tecnologias de informação que “transformaram a moeda em cada vez mais *pedaços de informações* transferidas através de sofisticadas redes de telecomunicações” (SICSÚ; CROCCO, 2003, p. 87) e, por fim, a globalização, para a qual contribuíram de forma decisiva as duas primeiras transformações citadas. Com o processo de globalização, os mercados financeiros estão cada vez mais integrados, extrapolando fronteiras nacionais e territórios econômicos.

Partindo da definição de que os fatores locais para a firma industrial são o transporte, os aglomerativos e os desaglomerativos, Sicsú e Crocco (2003) analisam cada um deles, relacionando-os às especificidades da firma bancária.

O fator transporte é determinante na localização da firma industrial porque esta leva em conta o menor custo, tanto para transportar insumos para a produção, quanto para levar o produto final até os locais de consumo. No caso da localização da firma bancária, Sicsú e Crocco (2003) concluem que o fator transporte é importante, mas não é determinante, porque tanto a captação dos insumos (poupança), quanto a comercialização e a entrega dos produtos (empréstimos, seguros e outros serviços) aos clientes ocorrem simultaneamente, no mesmo local, ou seja, na própria agência. Esquecem, contudo, que os usuários ainda têm que se deslocar até a agência para o atendimento de alguns serviços.

Os autores discutem a aplicação dos fatores aglomerativos, estabelecendo uma diferença quando se trata da localização de agência bancária em cidades isoladas e quando localizada em grandes centros⁵⁰. Parteous (1999) apud Sicsú e Crocco (2003, p. 94) apresenta uma lista de forças que causariam aglomeração de qualquer atividade econômica relevante para o desenvolvimento de centros

⁵⁰ Os autores não apresentam definição do que consideram cidades isoladas e grandes centros. Depreende-se do texto que os grandes centros representam as cidades onde estão situados os centros financeiros e os serviços afins; as cidades isoladas corresponderiam às cidades de pequeno e médio porte, sem a presença dos serviços especializados disponíveis nos grandes centros.

financeiros. São elas: as externalidades do mercado de trabalho, a demanda por serviços intermediários e os *spillovers*⁵¹ tecnológicos e os de informação.

Para os autores, o comportamento dessas forças tem importância quando se trata da localização de *headquarters*⁵² bancários, porém, quando se trata da localização de agência bancária em cidades isoladas, eles perdem importância como fatores aglomerativos pelos motivos relacionados a seguir.

a) o mercado de trabalho: as agências bancárias localizadas em cidades isoladas podem funcionar com mão de obra menos especializada, obtida por meio de treinamento ou mediante a transferência de pessoal oriundo de outra agência, a custos reduzidos.

b) o mercado: os serviços intermediários (sistemas sofisticados de comunicação - *software* e *hardware* - e assessorias especializadas) não precisam ser disponibilizados diretamente para as agências, que são atendidas de maneira indireta pelos respectivos *headquarters*.

c) os efeitos dos *spillovers* tecnológicos e de informação: são transmitidos pelos escritórios (sedes) bancários às agências localizadas em cidades isoladas com a habilidade, a velocidade e a eficiência em processar informações, características do setor financeiro.

Assim, mais uma vez, os autores não atribuem poder explicativo a essas forças aglomerativas, no caso da localização de agências bancárias.

Como terceiro e último fator locacional, Sicsú e Crocco (2003) analisam os chamados fatores desaglomerativos, aqueles resultantes, por exemplo, do aumento do custo de produção, do aumento do grau de sindicalização dos trabalhadores, do aumento do custo de vida, da redução das amenidades urbanas etc. Mencionam que esses fatores ainda não foram capazes de desencadear um processo de realocação das atividades nos grandes centros financeiros. Pelo contrário, apontam evidências de que existem vantagens cumulativas que terminam por fortalecer esses

⁵¹ *Spillover* é um conceito cunhado na década de 1960 pela teoria neofuncionalista para explicar o processo de integração europeia. Refere-se à dinâmica pela qual os membros de um bloco regional são incentivados a alargar o alcance ou incrementar o nível dos seus compromissos mútuos, ou ambas as coisas. Disponível em: <<http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/155>>. Acesso em: 13 mai. 2011.

⁵² *Headquarter* é o local de onde uma firma controla suas atividades espalhadas por um território. Uma organização financeira é estruturada, para efeito da análise aqui desenvolvida, com um escritório central e agências (SICSÚ; CROCCO, 2003, p. 94).

centros financeiros como, por exemplo, a concentração localizada de *expertise* e de instituições especializadas, de redes de informação e, sobretudo, a confiança gerada por esse conjunto de vantagens que, por sua vez, promove a confiança generalizada em que tais vantagens permanecerão.

O raciocínio dos autores leva-os a concluir que, no âmbito do espaço regional

[se] as forças desaglomerativas ainda não foram suficientemente fortes para redistribuir os centros financeiros, maiores seriam os motivos para acreditar que não seriam suficientes para explicar o fechamento de agências, bem como a decisão de não abertura de novas agências em diferentes localidades. Estas ainda não apresentariam as dimensões urbanas necessárias para gerarem os chamados custos de congestionamento (SICSÚ; CROCCO, 2003, p. 96).

Antes de dar continuidade às análises de Sicsú e Crocco (2003), é oportuno fazer algumas breves considerações acerca do estudo sobre a aplicação de fatores locacionais de firmas industriais utilizados para explicar a localização da firma bancária, especificamente quanto aos fatores desaglomerativos.

Observa-se que os elementos apontados como garantidores do não fechamento ou redistribuição de agências nos grandes centros financeiros não teriam condições de ser utilizados para analisar a localização de agências bancárias em cidades isoladas, pelo simples fato de que, nessas cidades, não existem instituições especializadas, nem a concentração de *expertise* que pudessem formar um cenário geral de causação cumulativa, geradora da confiança e da credibilidade necessária para evitar os efeitos dos fatores desaglomerativos. Entende-se que o fechamento de agências bancárias, em cidades outras que não sejam as que contêm os serviços verificados nos centros financeiros, deve ter uma explicação de outra ordem.

Voltando ao estudo desses autores: tendo constatado que os fatores locacionais de firmas industriais não explicavam a localização de firmas bancárias, foram buscar outros possíveis fatores locacionais. Para isso, analisaram empiricamente a evolução da localização das agências bancárias em todas as regiões do Brasil, tomando por base os fatores população, renda e distribuição da renda no período de 1988 a 2000.

O fator populacional seria importante pelo fato de que os bancos, como intermediários financeiros, estabeleceriam suas agências onde também estivessem

localizados os potenciais detentores de poupança. Ao fazer esta consideração, os autores apresentam em nota de rodapé a seguinte observação:

As agências bancárias são instituições que devem ser consideradas como *intermediárias financeiras*, já que são captadoras de depósitos e concessoras de empréstimos. Tal afirmação, contudo, não deve levar o leitor a crer que as agências bancárias ou, de forma genérica, os bancos são meros intermediários entre agentes superavitários (poupadores) e agentes deficitários (investidores). A atividade de intermediação passiva não deve ser confundida com a atividade de intermediação ativa. No primeiro caso, estaria caracterizado um banco na visão clássica, em que um depósito deve necessariamente anteceder a um empréstimo; no segundo caso, estaria caracterizado um banco na visão keynesiana, que possui preferência pela liquidez e cria depósitos (moeda) ao ofertar crédito, mas que será sempre um agente intermediador financeiro. Para uma apresentação mais detalhada desta diferenciação, ver Cardim de Carvalho et al. (2000, caps. 14, 15 e 16) (SICSÚ; CROCCO, 2003, p. 97).

Os dados levantados pelos autores evidenciaram uma grande disparidade entre a evolução do número de agências e o crescimento populacional, o que fragiliza a utilização desse fator para explicar a localização de agências bancárias.

O segundo fator diz respeito à renda e pressupõe que as agências bancárias tendem a localizar-se nas regiões cuja população apresenta maior nível de renda.

A racionalidade econômica que explica este movimento é simples: o sistema bancário obtém maiores lucros quando recebe um volume maior de depósitos e, simultaneamente, aumenta o volume do seu ativo, com operações de crédito, aquisição de títulos etc., e isto é mais provável que ocorra onde o PIB é maior (SICSÚ; CROCCO, 2003, p. 104).

Os autores procederam à análise tomando por base o PIB de cada estado da federação e região relativamente ao PIB do Brasil. Observaram de forma bastante clara que, no período analisado (1988 a 2000), houve um movimento de convergência das trajetórias de todos os estados e regiões, que pode ser interpretado como um “movimento de harmonização espacial do número de agências de acordo com a renda de cada região ou estado” (SICSÚ; CROCCO, 2003, p. 104). No ano de 2000, “existe uma alta correlação entre o percentual do PIB do estado ou região relativamente ao PIB nacional e o percentual de agências que um estado ou região possui em relação ao total de agência do país” (SICSÚ; CROCCO 2003, p. 104).

Os autores afirmam, ainda, ter verificado indícios de que existia um PIB-piso, pois 40% dos municípios brasileiros não apresentavam, no ano de 2000, nenhuma

agência bancária e apenas 25% dos demais apresentava uma (01) única agência bancária. Destacam que menos de quarenta e cinco (45) municípios brasileiros possuíam, no mesmo ano, mais de dez (10) agências.

O fator distribuição de renda foi o terceiro fator analisado pelos autores que partiram do pressuposto, confirmado ao final, de que, quanto mais elevada a concentração da renda, menor a quantidade de agências bancárias necessárias para atender à população, isto porque poucos teriam possibilidade de oferecer os insumos necessários para a atividade bancária, bem como para demandar seus serviços. Por outro lado, quando a região apresenta menor concentração de renda, ou seja, um número maior de pessoas possui poupança suficiente para movimentar as agências bancárias, estas deveriam existir em maior número.

O Quadro a seguir, foi construído com um resumo dos dois estudos referidos para facilitar a abordagem dos principais aspectos de cada um deles.

Quadro 4 - Resumo dos estudos desenvolvidos por Silva (2009) e Sicsú e Crocco (2003).

Autores	Silva (2009)	Sicsú e Crocco (2003)
Objetivo	Desenvolver discussão teórica e empírica alternativa da estratégia de localização bancária.	Retomar a discussão acerca do papel da moeda, do sistema financeiro e da política monetária no desenvolvimento das regiões e contribuir com a discussão acerca da distribuição espacial de agências bancárias, identificando as variáveis explicativas dessa localização.
Hipóteses	<ol style="list-style-type: none"> Os bancos, à semelhança das firmas industriais, decidem a melhor estratégia de localização com base no potencial de mercado e no retorno (ou lucro) esperado. Há dependência espacial das estratégias bancárias. A localização de agências bancárias depende de fatores econômicos e de fatores políticos e regulamentares. Quanto maior a concentração de renda em determinado município ou região, maior será o mercado consumidor potencial e a competição nesse espaço geográfico. 	<ol style="list-style-type: none"> Em uma sociedade capitalista a moeda é capaz de afetar, de forma permanente, as variáveis reais da economia. A parte mais relevante da estratégia de expansão dos bancos de varejo é a decisão locacional de novas agências. As premissas de localização da firma industrial não atendem às especificidades da firma bancária. Existem outros fatores que podem explicar a localização da firma bancária.
Objeto de estudo	A localização das agências bancárias no Estado de Minas Gerais no ano de 2000.	A evolução espacial das agências bancárias no Brasil no período de 1988 a 2000.
Metodologia	Desenvolvimento de uma teoria e de um modelo a partir da literatura tradicional de localização industrial e competição espacial.	Revisão da literatura sobre teorias da localização da firma industrial, reflexão sobre a pertinência destas para o caso da firma bancária e análise empírica do objeto de estudo.

Resultados	<p>1. Os fatores espaciais, macroeconômicos, estruturais, regulamentares e políticos afetam significativamente a estratégia locacional dos bancos, com destaque para o último fator, sobretudo no caso de municípios de pequeno porte.</p> <p>2. A presença de bancos nos municípios vizinhos afeta negativamente a decisão locacional dos bancos.</p> <p>3. Os correspondentes bancários foram importantes na estratégia de localização das agências nos municípios maiores, sinalizando os locais com demandas reprimidas.</p> <p>3. As empresas do setor privado exercem algum poder de atração da atividade bancária em função do volume de depósitos que promovem.</p> <p>4. As variáveis população e renda apresentaram coeficientes significativos para as duas categorias de municípios estudadas confirmando que as regiões espaciais têm probabilidades diferentes para receber novas agências bancárias.</p>	<p>1. Os critérios de localização da indústria, consagrados na literatura de Economia Regional não auxiliaram na identificação de critérios explicativos da localização da rede de agências bancárias.</p> <p>2. O volume de renda monetária, sua distribuição espacial e pessoal são as variáveis capazes de explicar em grande medida a localização das agências bancárias no Brasil.</p> <p>3. Volume e distribuição da população não são boas variáveis para explicar a localização de agências bancárias.</p>
------------	---	--

Fonte: Silva (2009), Sicsú e Crocco (2003).
Elaboração da autora.

Os dois estudos, tanto o de Silva (2009) quanto o de Sicsú e Crocco (2003), referem-se exclusivamente a canais de atendimento do tipo copresencial, excluindo-se, no caso de Sicsú e Crocco (2003), o atendimento oferecido por correspondentes bancários, que são considerados por Silva (2009). Ressalta-se que os ATMs, os correspondentes bancários e o acesso remoto são canais cujo uso apresentou expressivo crescimento na década de 2000, e sua existência nos municípios deve motivar reflexões sobre a nova dinâmica locacional verificada no setor de atendimento dos serviços bancários.

Colocam-se, portanto, as seguintes questões: é pertinente adotar algumas das premissas e dos resultados dos dois estudos analisados para a realidade intraurbana, ainda que fossem consideradas válidas apenas para o caso das agências – postos tradicionais? Tratar-se-ia apenas de uma questão de escala? Em caso positivo quais poderiam ser essas premissas e de que forma se aplicariam ao espaço urbano?

Não se vislumbra possibilidade de responder a essas questões sem abordar aspectos que contemplem a complexidade a elas inerente. Um deles seria a atualização da discussão acerca das características e diferenças entre os espaços inter e intraurbanos a partir dos recentes parâmetros de análise espaço-temporal trazidos pelas novas TICs e os canais de atendimento bancário que a tecnologia tornou possível. Como esse e outros aspectos não constituem objetos desta

dissertação, não serão aqui aprofundados. Entretanto, por ocasião da apresentação dos resultados da pesquisa empírica no Capítulo 5, este assunto será retomado com a realização de um exercício de verificação do comportamento das variáveis população e renda, utilizadas nos trabalhos de estudos regionais para a realidade urbana, com as devidas adaptações.

5 A ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Neste capítulo focaliza-se o processo de estruturação do espaço intraurbano da Região Metropolitana de Belém (RMB) em dois momentos: o primeiro aborda de maneira resumida o período compreendido entre a fundação da cidade de Belém, no século XVII, até a década de 1980, e o segundo momento corresponderá ao corte temporal da pesquisa (1980 a 2010), ou seja, aquele em que as novas TICs foram aplicadas aos serviços bancários e estes tiveram alterada sua localização no espaço urbano metropolitano de Belém.

5.1 O HISTÓRICO DO PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DA RMB ATÉ A DÉCADA DE 1980

O principal núcleo urbano da RMB surgiu em 1616, com a fundação da Vila de Santa Maria de Belém do Grão Pará pelos portugueses, às margens do Rio Guamá e da Baía do Guajará. Segundo Corrêa (1989), esse núcleo expandiu-se evitando as áreas de “baixadas”⁵³, cuja existência decorre da presença de bacias hidrográficas em seu território, conforme mostra a Imagem 2.

⁵³ “Essa denominação decorre das condições topográficas originais de certas frações da área urbana de Belém, correspondentes ao nível da planície de inundação, constantemente alagadas ou sujeitas a inundações durante determinadas épocas do ano e que chegavam a compor cerca de 40% do sítio urbano, correspondente hoje à área mais adensada do espelho urbano. Um atributo desses espaços é que eles passaram a desfrutar, no contexto metropolitano, de uma localização privilegiada, relativamente próxima ao núcleo central da metrópole” (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 5).

Imagem 2 – Belém: Bacias hidrográficas.



Fonte: LEME ENGENHARIA (2002).

Em meados do século XIX já se fazia presente a segregação socioespacial no espaço intraurbano de Belém.

O tamanho assumido pela cidade, relativamente grande para a época, conduziu à diversificação progressiva das localizações em termos de acessibilidade, fenômeno que foi acompanhado e acentuado pela implantação, também locacionalmente diferenciada, de equipamentos e infraestruturas. Cabe destacar também, o peso do fator “status” no processo de segregação, em função do ambiente sócio-cultural da época, no qual abundavam o elitismo e a pretensão de nobreza (CORRÊA, 1989, p. 110).

Essa segregação aumenta com a assunção do intendente Antônio Lemos ao poder em 1897 porque ele amplia os melhoramentos em espaços privilegiados e determina a extinção de residências de baixo padrão construtivo existentes nessas áreas, obrigando as famílias proprietárias de menor poder aquisitivo a se deslocar para a periferia da cidade (SEDURB, 2006).

Segundo Corrêa (1989), a crise ocasionada pela queda da economia seringueira⁵⁴, ocorrida na segunda década do século XX, repercutiu diretamente no desenvolvimento da cidade que acolhe em seu território grande contingente populacional, anteriormente trabalhando na extração da borracha, no interior do estado. Corrêa informa que a interrupção do comércio de produtos manufaturados da Europa faz surgir, nos anos 1920 e 1930, um pequeno parque industrial para suprir não só as necessidades do mercado “residenciário” (voltado para a demanda local), mas também a exportação de matérias-primas regionais (couro, essências, juta, madeira etc.). Corrêa destaca que as indústrias menores localizaram-se nas ruas secundárias do Bairro da Campina e as de maior porte ocuparam áreas disponíveis principalmente no Bairro do Reduto, conforme indicado na Imagem 3.

Imagem 3 – Belém: Áreas industriais dos bairros da Campina e do Reduto.



Fonte: Teixeira (1995) apud SEDURB (2006).

Nota: áreas localizadas no mapa de Belém em 1919, elaborado por Theodoro Braga.

⁵⁴ A economia seringueira caracterizou o Ciclo da Borracha ou “Era da Borracha” que teve início com “a descoberta dos processos de vulcanização da borracha, o que permitia a sua utilização em indústrias diversificadas. [...] nessa época Belém converteu-se numa praça comercial febril, centro do comércio mundial da borracha. A prosperidade era tão grande que esse período ficou conhecido como uma Belle Époque Amazônica. No imaginário burguês do período, a capital do Pará era a ‘*petit Paris*’ ou a ‘Paris n’ América’. Grandes lojas e magazines foram abertos, bem como **bancos, casas seguradoras, empresas de crédito** e firmas de toda sorte” (PARÁ, 2011) (grifo nosso).

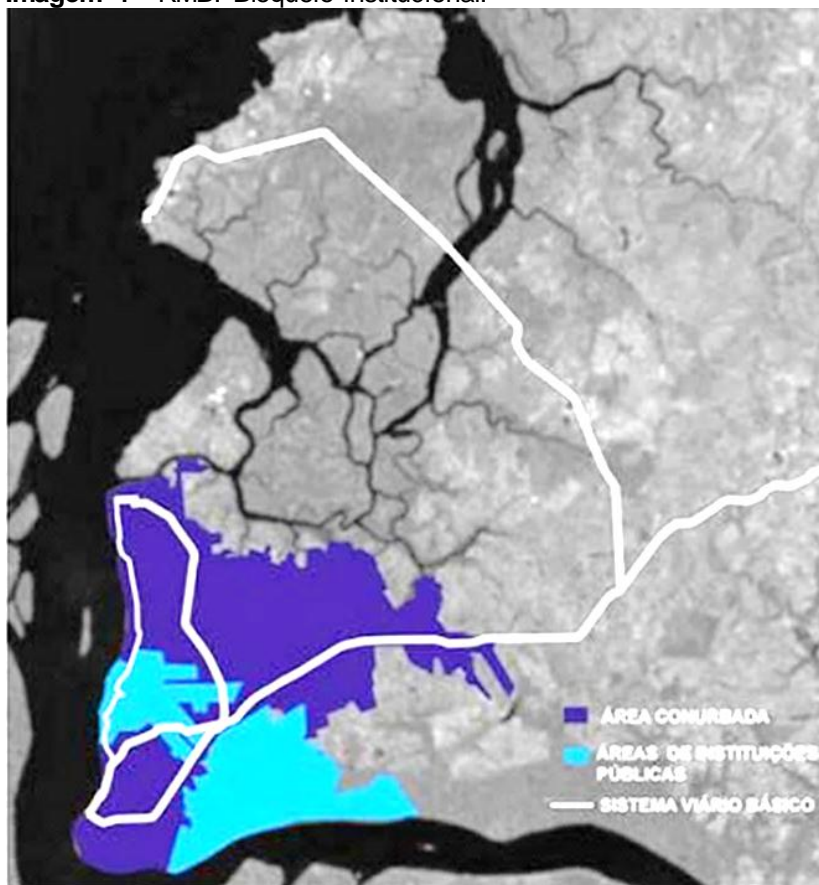
As principais atividades terciárias da cidade de Belém estavam localizadas no quadrilátero delimitado pelas seguintes vias: Rua Manoel Barata, Avenida Quinze de Agosto (atual Presidente Vargas), Travessa João Corrêa e pelo *Boulevard* da República (hoje Avenida Castilhos França) e, segundo Penteado (1968) apud SEDURB (2006, p. 35), já era possível observar em 1948 uma expansão desse centro de comércio e serviços para a Avenida Quinze de Agosto. O restante da cidade estendia-se pelas áreas de cota mais alta e tinha uso predominantemente residencial.

Na década de 1940, grandes lotes de terras situadas nos limites da 1ª Léguas Patrimonial de Belém⁵⁵ foram apropriados para servir de bases militares e de sede de instituições federais, entre elas a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), o Museu Emílio Goeldi e as Forças Armadas. A Imagem 4 mostra que essa localização conjunta de instituições, ocupando vários hectares de terra, constituiu-se numa espécie de

muralha invisível a dificultar, sobremaneira, o crescimento da malha urbana, caracterizando o que ficou conhecido, através de estudos e planos, como o 'cinturão institucional', ou ainda como o 'bloqueio institucional' de Belém (CORRÊA, 1989, p. 125).

⁵⁵ A Primeira Léguas Patrimonial de Belém é a faixa de terra doada, em 01.09.1627, pela Coroa Portuguesa ao Conselho da Câmara da Cidade de Belém por meio da Carta de Doação e Sesmaria firmada por Francisco Coelho de Carvalho, então governador e capitão-geral do Estado do Maranhão. (CRUZ, 1963).

Imagem 4 – RMB: Bloqueio institucional.



Fonte: Corrêa (1989) e Tourinho et al. (2001) apud SEDURB (2006).

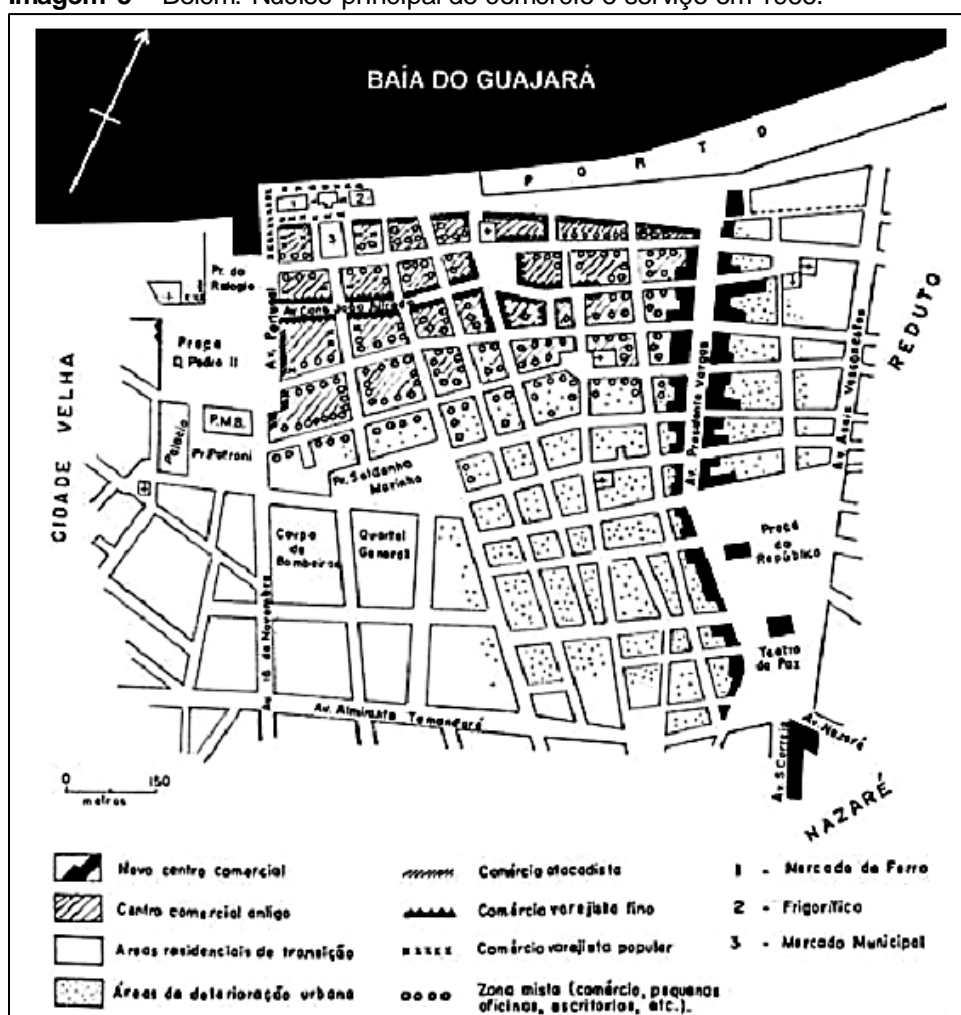
A partir da segunda metade do século XX houve o recrudescimento do processo de urbanização de Belém, marcado pela concepção e implantação de políticas desenvolvimentistas do governo federal que provocaram transformações profundas na organização da cidade e que até hoje repercutem no seu processo de estruturação socioespacial. Corrêa (1989) destaca a inauguração da Rodovia Belém-Brasília, em 1960, que, embora tendo sua conexão “dificultada nos primeiros momentos pelas péssimas condições de trafegabilidade da rodovia, resultou na intensificação dos vínculos da região com os demais espaços integrantes do território nacional, principalmente com o Centro-Sul” (CORRÊA, 1989, p. 138). Destaca também a criação, em 1964, do Serviço Federal e Urbanismo (SERFHAU), do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Banco Nacional da Habitação (BNH) pelo governo federal, preocupado, àquela altura, com a “veloz e descontrolada urbanização brasileira” (CORRÊA, 1989, p. 145).

Para Corrêa (1989), a partir de meados da década de 1960, intensifica-se e acelera-se o fluxo migratório campo-cidade e os processos socioespaciais, tanto em

nível regional quanto local, tornam-se cada vez mais dependentes de eventos que ocorrem no contexto nacional. Constatam-se nova fase no desenvolvimento da cidade de Belém, onde repercutem medidas como o incentivo à indústria automobilística e de bens de consumo durável, e o grande incremento ao setor da construção civil para o qual foram direcionadas vultosas parcelas de recursos financeiros.

Segundo Penteadó apud Corrêa (1989, p. 127), o centro comercial polariza-se cada vez mais e se expande ao longo da Avenida Presidente Vargas e faz surgir um centro eminentemente financeiro na Rua Quinze de Novembro.

Imagem 5 – Belém: Núcleo principal de comércio e serviço em 1966.



Fonte: Penteadó (1968) apud SEDURB (2006).

De acordo com Corrêa (1989), o vertiginoso crescimento populacional experimentado por Belém nos anos 1960 e 1970, 4,58% ao ano e 4,29% ao ano, respectivamente, provocava o agravamento dos problemas relativos à ocupação do espaço urbano. Os serviços urbanos tornam-se precários, há escassez na oferta de habitações e os transportes públicos são preteridos em função do interesse

governamental em atender as classes motorizadas, tornando crítica a situação do tráfego intraurbano. Devido ao crescimento acelerado da força de trabalho, desproporcionalmente à oferta de emprego, um grande contingente de pessoas excluídas do mercado de trabalho vai desenvolver atividades informais.

A carência de condições urbanas tendeu a generalizar-se nos fins dos anos 60, atingindo amplos segmentos dos espaços intra-urbanos, fenômeno que foi diretamente provocado por duas outras políticas governamentais. A primeira delas, corporificada na repressão a toda e qualquer forma de reivindicação popular, teve início logo após a instauração do governo golpista, intensificando-se entre 67 e 73, anos de ferro e fogo nos quais forjou-se o espoliativo “milagre” econômico brasileiro. A outra política decorreu da repressão constitutiva da primeira, pois foi o silêncio imposto aos movimentos populares, que possibilitou que a maior parte dos recursos estatais aplicados em infra-estrutura, fossem direcionados para o apoio direto do processos de acumulação de capital, sobretudo através de grandes obras como rodovias, aeroportos, hidrelétricas, portos, telecomunicações etc., e para a produção voltada para o atendimento das elites, como construção de vias de apoio à automobilização privada, equipamentos urbanos de padrão sofisticado etc. (CORRÊA, 1989, p. 147).

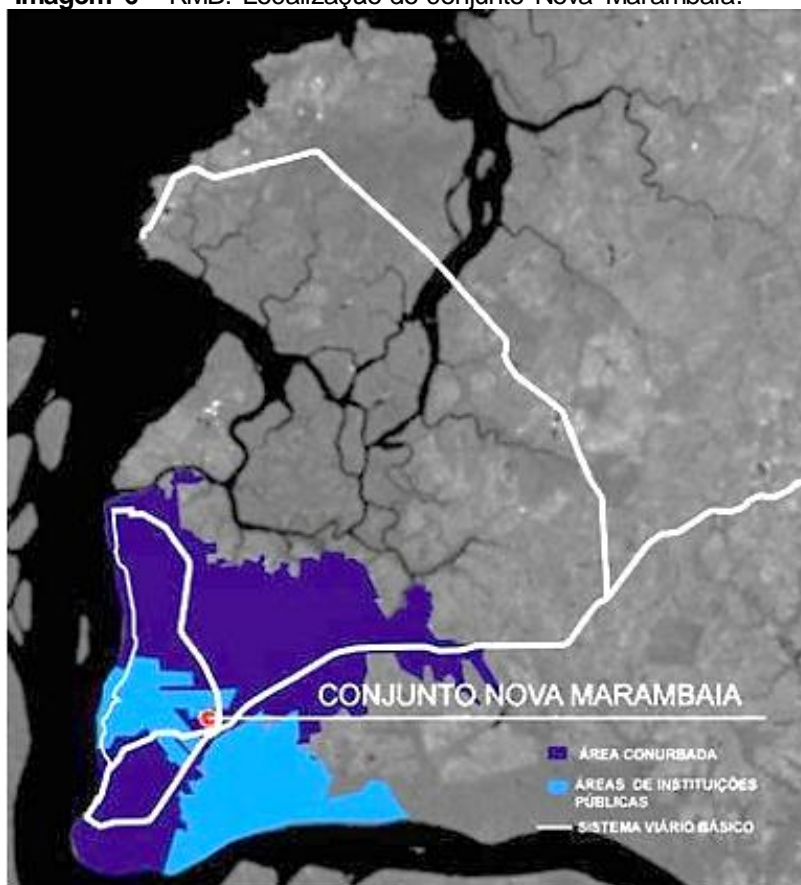
As camadas sociais de renda mais elevada ocuparam progressivamente as áreas de cotas mais altas e mais centrais, providas de infraestrutura e serviços de transporte e que sofreram processo de verticalização. Evidencia-se o processo de segregação identificado por Villaça (2010), em que as camadas sociais de mais alta renda, num exercício de dominação por meio do espaço urbano, apropriam-se das vantagens, dos frutos e dos recursos desse espaço.

Já as parcelas da população de mais baixa renda e, sobretudo, os migrantes pobres que se deslocaram para a capital do estado em busca de emprego e melhor qualidade de vida, direcionam-se para as áreas de “baixadas”. A razão dessa ocupação estava na proximidade dessas áreas ao centro urbano, associada ao baixo valor comercial das terras, que também ofereciam condições ambientais que permitiam de certa forma, a reprodução do modo de vida ribeirinho desses migrantes oriundos, na sua grande maioria, do interior do estado.

Segundo Corrêa (1989), o processo de favelização e o adensamento dessas áreas na década de 1970 agravaram ainda mais as já precárias condições de qualidade de vida de seus moradores, que veem intensificar-se os problemas das mais variadas naturezas, com destaque para os relativos a saneamento e transportes urbanos. Nessa década, de acordo com Corrêa, Tourinho e Corrêa

(2004), dá-se a ultrapassagem do Cinturão Institucional como decorrência da implantação do conjunto habitacional Nova Marambaia e esse fato é considerado o início do processo de periferação belenense. A esse primeiro conjunto seguiram-se vários outros construídos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, caracterizados por grandes dimensões territoriais e baixas densidades, na sua grande maioria desprovidos de equipamentos e serviços urbanos e quase sempre desarticulados da malha viária existente.

Imagem 6 – RMB: Localização do conjunto Nova Marambaia.



Fonte: Corrêa (1989) e Tourinho et al. (2001) apud SEDURB (2006).

Sobre os conjuntos habitacionais, Lima (2002) assim se manifesta:

A partir da construção dos primeiros conjuntos habitacionais em Belém na década de 1960, a periferia da cidade vernácula da Primeira Léngua Patrimonial passa por uma transformação radical. A transição de um passado rural para um presente urbano é feita de forma dissociada da identidade do passado do lugar. A situação fundiária antecedente é o elemento mais ativo nesta transformação. A divisão de propriedades é responsável inclusive pela continuidade das formas de ocupação de glebas anteriormente rurais. As grandes propriedades haviam cunhado glebas que se mantinham devido à impossibilidade de ter um valor de troca aceitável para as iniciativas de ocupação. A política habitacional que se inicia, nos final dos anos 60, é a força motivadora para as mudanças. Na periferia, glebas de

frentes amplas voltadas para os únicos prolongamentos viários da Primeira Léngua Patrimonial servem como antecedente do desenho da nova cidade além dos limites ocupados. (LIMA, 2002, p. 39).

Tem-se que a conclusão da Rodovia BR-010 (a Belém-Brasília) em 1960 foi determinante para ratificar e incrementar um dos dois vetores de expansão⁵⁶ do município de Belém já estabelecido desde a construção da Estrada de Ferro de Bragança⁵⁷ que partia da estação ferroviária de São Brás em Belém e alcançava o município de Bragança no nordeste paraense. Ao longo do traçado dessa ferrovia – que foi seguido pela Rodovia BR-316⁵⁸ - foram criados vários núcleos populacionais que, posteriormente, tornaram-se municípios, dentre os quais se destaca o de Ananindeua, contíguo ao de Belém, com o qual foi composta a RMB, em 08 de Junho de 1973 por meio da Lei Complementar nº. 14.

A Imagem 7 mostra a evolução do processo de conurbação, com base nos avanços das manchas urbanas nos anos de 1965, 1977, 1986 e 1998, onde fica evidente a existência de espaços vazios, não somente entre os municípios metropolitanos, mas dentro do próprio município de Belém, especificamente entre o núcleo urbano de Belém e o Distrito de Icoaraci⁵⁹, localizado às margens do Rio Maguari e da Baía de Guajará.

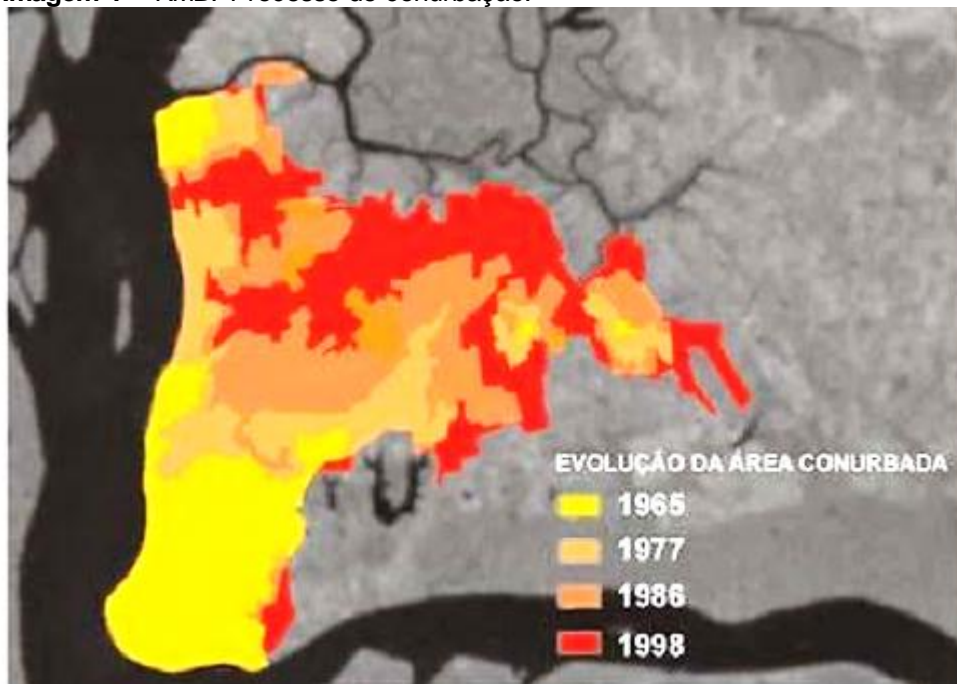
⁵⁶ O outro eixo de expansão do município de Belém é o da Rodovia Augusto Montenegro na direção dos Distritos de Icoaraci e Outeiro.

⁵⁷ A Estrada de Ferro de Bragança teve sua construção iniciada em 1883 e concluída em 1908. Com o intuito de fazer de Bragança um grande celeiro para Belém, teve importância vital para o progresso do município e de toda a Zona Bragantina. Graças a ela e à colonização de suas margens, o Pará sofreu menos com o declínio da borracha. O fato de Bragança ser ponto final da Estrada de Ferro constituía importante papel na economia estadual, porque, além de tudo, era o ponto intermediário com o Maranhão. Em 1955, no governo de Castelo Branco, tendo como Ministro da Aviação o Marechal Juarez Távora, a Estrada de Ferro de Bragança foi extinta sob a alegação de déficit. (PARÁ, 2011).

⁵⁸ A Rodovia BR-316 liga Belém à Rodovia BR-010, cujo km-0 se encontra no município de Santa Maria do Pará, na região nordeste do Estado do Pará.

⁵⁹ A Lei 7.682, de 05 de janeiro de 1994, dispôs sobre a regionalização administrativa do Município de Belém e definiu os seguintes espaços territoriais administrativos: 1º Distrito Administrativo - Mosqueiro - DAMOS; 2º Distrito Administrativo - Outeiro - DAOUT; 3º Distrito Administrativo - Icoaraci - DAICO; 4º Distrito Administrativo - Bengui - DABEN; 5º Distrito Administrativo - Entroncamento - DAENT; 6º Distrito Administrativo - Sacramento - DASAC; 7º Distrito Administrativo - Belém - DABEL; 8º Distrito Administrativo - Guamá - DAGUA.

Imagem 7 – RMB: Processo de conurbação.



Fonte: Corrêa (1989) e Tourinho et al. (2001) apud SEDURB (2006).

É possível observar nesta Imagem que a área mais densamente ocupada representa a conurbação iniciada na década de 70 entre as áreas urbanas de Belém e de Ananindeua e que foram intensificadas na década de 1980 quando se verifica a expansão da mancha urbana na direção dos municípios de Marituba e Benevides, só alcançando o município de Santa Bárbara do Pará nos anos 1990.

Corrêa (1989) observa que nas décadas de 1960 e 1970 o quadro urbano brasileiro passa por grandes transformações decorrentes da plena vigência do “milagre” econômico, quando as medidas econômicas proporcionaram o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, mas a contrapartida veio com o arrocho salarial e a elevada concentração de renda, repercutindo “em brutal declínio no quadro da qualidade de vida da grande maioria da população brasileira” (1989, p. 160). As especificidades urbanas brasileiras refletem esse processo, sobretudo as metrópoles recém-criadas em 1973, que passam a concentrar ainda mais a população. Em 1960, 21% da população brasileira concentravam-se nessas metrópoles e, em 1980, esse percentual chega a 29%. O autor afirma também que “as nucleações centrais das aglomerações metropolitanas tiveram aumentado seu poder polarizador” (CORRÊA, 1989, p. 163) e que a verticalização e a concentração de investimentos públicos nessas áreas intensificou a valorização dos terrenos

alcançados por esses investimentos, “provocando, de um lado, uma grande elevação na retenção especulativa da terra urbana e, de outro, expansão seletiva de atividades econômicas e de grupos sociais de baixos rendimentos” (CORRÊA, 1989, p. 165).

Com relação à RMB, Corrêa (1989) considera que os determinantes regionais e locais, decorrentes do acelerado processo de expansão capitalista na Amazônia, promovem a intensificação do fluxo migratório e provocam “a acentuação das tendências básicas de ocupação e de expansão urbanas” (CORRÊA, 1989, p. 176) identificadas no plano nacional.

Para Corrêa apud SEDURB (2006), são as seguintes as conclusões sobre o processo urbano da RMB na década de 1970⁶⁰:

- a. a intensiva ocupação das baixadas, detectada em 1974, acentuou-se em 1978, ficando claro, nos dois momentos, que estas áreas possuíam densidades muito mais elevadas que as dos bairros de Nazaré e de Batista Campos, apesar da expressiva verticalização que neles já se fazia notar;
- b. os segmentos populacionais de renda mais alta, mostraram-se grandemente concentrados nos bairros localizados no entorno imediato do núcleo principal de comércio e serviços, ou nas proximidades do mesmo;
- c. a periferização belenense, precocemente distanciada das áreas mais antigas e centrais da cidade, dada a existência do “cinturão institucional”, foi, em grande parte, acionada pela atuação dos organismos integrantes do SFH, pois dados da COHAB/PA mostram que, de 1965 até 1978, foram construídas 4.460 unidades habitacionais nos espaços que passaram a constituir, então, a periferia da RMB;
- d. o processo de periferização decorreu, também, do incremento de loteamentos promovidos por proprietários de grandes áreas e da ocorrência de ocupações de terrenos de terceiros, as denominadas “invasões”, que começaram a se fazer notar no final dos anos 70;
- e. os núcleos urbanos de Icoaraci, Ananindeua e Marituba que, na década de 60, mantiveram grande autonomia em relação a Belém, chegaram, ao final dos anos 70, praticamente transformados em aglomerações dormitórios de populações que trabalhavam em Belém;
- f. os empregos de cunho terciário, localizados no espaço delimitado, pelas águas da Baía do Guajará e do Rio Guamá, bem como pelo “cinturão institucional”, que totalizaram em 1974, 49.686 unidades, aumentaram para 69.780 unidades em 1978, significando uma variação média de 8,86% ao ano, mais do que o dobro do

⁶⁰ Essas conclusões foram formuladas por Corrêa a partir da análise de dados quantitativos levantados ao longo dessa década para fundamentar as elaborações do Plano de Desenvolvimento da Grande Belém (PDGB), em 1974; do Plano de Transportes Coletivos da Região Metropolitana de Belém – TRANSCOL, em 1980; e do Plano de Estruturação Metropolitana – PEM em 1980. (SEDURB, 2006, p. 38).

crescimento médio da população empregada que, segundo o PEM, foi de 3,80% ao ano no período 70-78, o que revela a força polarizadora desta área em relação ao espaço metropolitano como um todo;

g. a concentração terciária em Belém, neste período, além de praticamente absoluta, pela inexistência de subcentros de porte significativo, encontrava-se em posição espacial extremamente desfavorável, em função de sua localização excêntrica em relação ao restante do espaço urbano belenense, condição agravada pela existência das “baixadas”, que impediram a implantação de canais viários alternativos; e,

h. em decorrência desta polarização e da periferização progressivamente distanciada do núcleo terciário principal, aumentaram os problemas relativos aos congestionamentos de tráfego e aos tempos desperdiçados em deslocamentos casa-trabalho (CORRÊA apud SEDURB, 2006, p. 38).

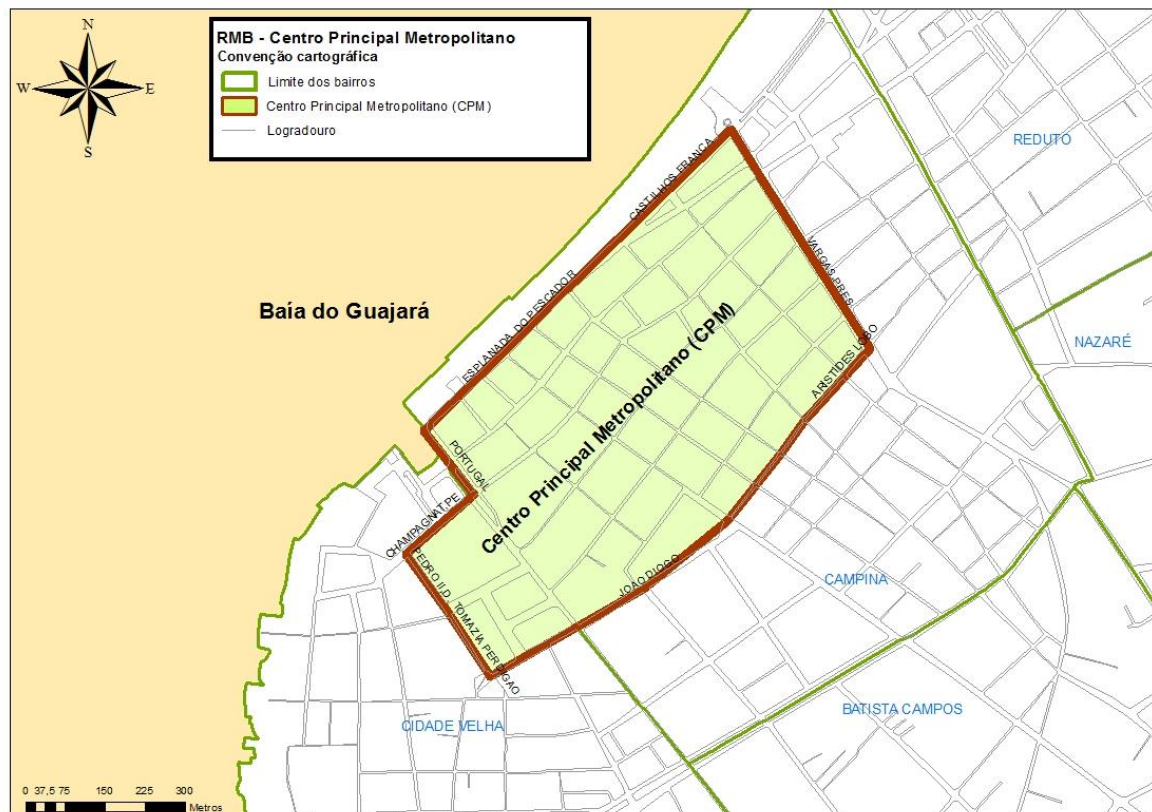
Das conclusões acima, depreende-se que, no final da década de 1970, a RMB, segundo os elementos definidos por Villaça (2001), estava assim estruturada:

a) **bairros residenciais** de renda mais alta ocupando áreas centrais de cotas elevadas e verticalizadas e os bairros residenciais de renda mais baixa localizados nas áreas mais desfavoráveis, quais sejam, as “baixadas” e as periféricas;

b) **centro principal**, para o qual convergia a dinâmica socioespacial da RMB, como indicado no Mapa 1 e definido por meio de observação empírica, com base nas referências bibliográficas (VILLAÇA, 2010; CORRÊA, 1999), visto que não foi objeto deste trabalho defini-lo e identificá-lo a partir de pesquisas de campo específicas para esta finalidade. Situado em área contígua à histórica, remanescente do início da colonização, apresenta-se dotado de infraestrutura e de serviços públicos, notadamente de sistema viário e de transportes, que se integram à estrutura portuária ali existente (Doca do Ver-o-Peso e adjacências).

c) A RMB não apresentava **áreas industriais** nem **subcentros** que se constituíssem em elementos estruturadores da região.

Mapa 1 – RMB: Centro Principal Metropolitano (CPM), 2011.



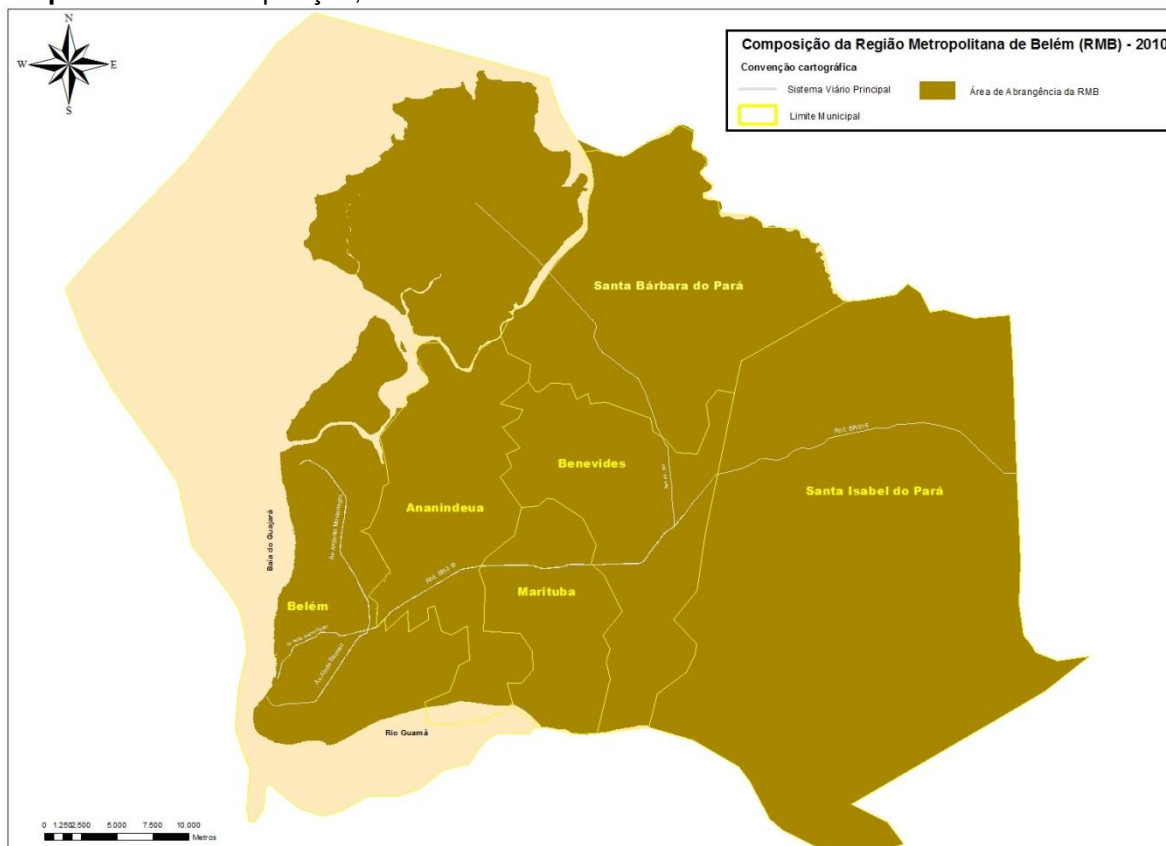
Fonte: COHAB (1998).

Elaboração: Rosa M. C. Cunha e Souza. Execução: Raul Ventura Neto.

5.2 O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO RECENTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (1980-2010)

A composição da RMB, inicialmente constituída pelos Municípios de Belém e Ananindeua, foi acrescida dos municípios de Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará, por meio da Lei Complementar Estadual nº. 5.907, de 19 de outubro de 1995, e do município de Santa Isabel do Pará, em 20 de abril de 2010, com a Lei Complementar Estadual nº. 072. A configuração atual da RMB é apresentada no Mapa 2.

Mapa 2 – RMB: Composição, 2010.



Fonte: COHAB (1998); IBGE (2010).

Elaboração: Rosa M. C. Cunha e Souza. Execução: Raul Ventura Neto.

A população da RMB, conforme demonstrado no Quadro 5, mais que triplicou no período de 1970 a 2010 e, neste último ano, o somatório da população dos quatro (04) municípios que mais recentemente passaram a integrá-la (Benevides, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Isabel do Pará) é pouco mais que 11% do total da população da RMB. A grande concentração populacional da RMB permanece no município de Belém, mesmo com o incremento de 446,5% observado no município de Ananindeua entre os anos de 1991 e 2000.

Quadro 5 – RMB: Evolução da população dos municípios da Região Metropolitana de Belém 1970-2010.

município	anos					observações	
	1970	1980	1991	2000	2010	ano de criação do município	instrumento legal de constituição / composição da RMB
Ananindeua	22.527	65.878	88.151	393.569	471.980	1943	Lei Complementar nº 14, de 8 de Junho de 1973
Belém	633.374	933.280	1.244.689	1.280.614	1.393.399	1616	Lei Complementar nº 14, de 8 de Junho de 1973
Bnevides	13.867	22.315	68.465	35.546	51.651	1961	Lei Complementar Estadual nº 027 de 19 de outubro de 1995
Marituba				74.429	108.246	1994	Lei Complementar Estadual nº 027 de 19 de outubro de 1995
Santa Bárbara do Pará				11.378	17.141	1991	Lei Complementar Estadual nº 027 de 19 de outubro de 1995
Santa Isabel do Pará	15.848	24.044	33.329	43.227	59.466	1961	Lei Complementar Estadual nº 072 de 20 de abril de 2010
Total RMB	685.616	1.045.517	1.434.634	1.838.763	2.101.883		

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950/2010. Até 1991, dados extraídos de Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário estatístico do Brasil, 1994, vol. 54, 1994.

Elaboração da autora.

Nota:

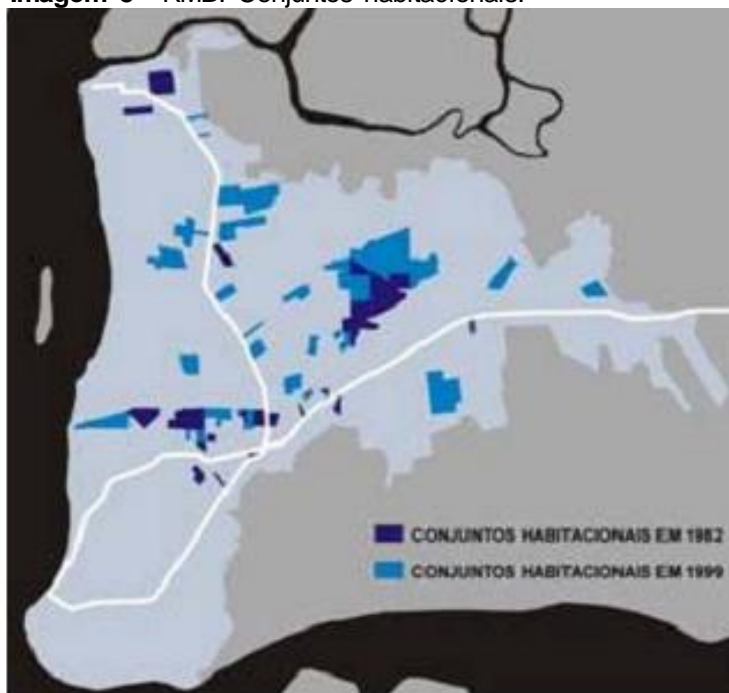
■ Municípios que integraram a RMB em 1973.

■ Municípios que integraram a RMB em 1995.

■ Município que integrou a RMB em 2010.

Segundo Corrêa, Tourinho e Corrêa (2004), o adensamento do município de Belém, que já se havia processado no interior da área urbana nas décadas de 1960 e 1970, aliado à implantação de conjuntos habitacionais, a partir da década de 1980 no município de Ananindeua e no Distrito de Icoaraci, levou à conurbação metropolitana. Esses autores afirmam também que os conjuntos habitacionais, construídos de acordo com a política habitacional do governo federal, destinaram-se às camadas de baixa renda, mas, por força dos interesses do mercado imobiliário, foram paulatinamente sendo apropriados pela população de renda média.

Imagem 8 – RMB: Conjuntos habitacionais.



Fonte: AMPLA TERRA (2003) apud SEDURB (2006)

O movimento de invasões e ocupações irregulares de terras públicas e privadas, notadamente as disponíveis nas áreas lindeiras aos dois eixos de expansão da cidade, a Rodovia Augusto Montenegro e a BR-316, também contribuíram, de acordo com Corrêa, Tourinho e Corrêa (2004), para o processo de periferização da RMB. Afirmam também que, por meio desse segundo eixo de expansão, as ocupações irregulares de terras atingiram os municípios de Marituba e Benevides nas décadas de 1990 e 2000.

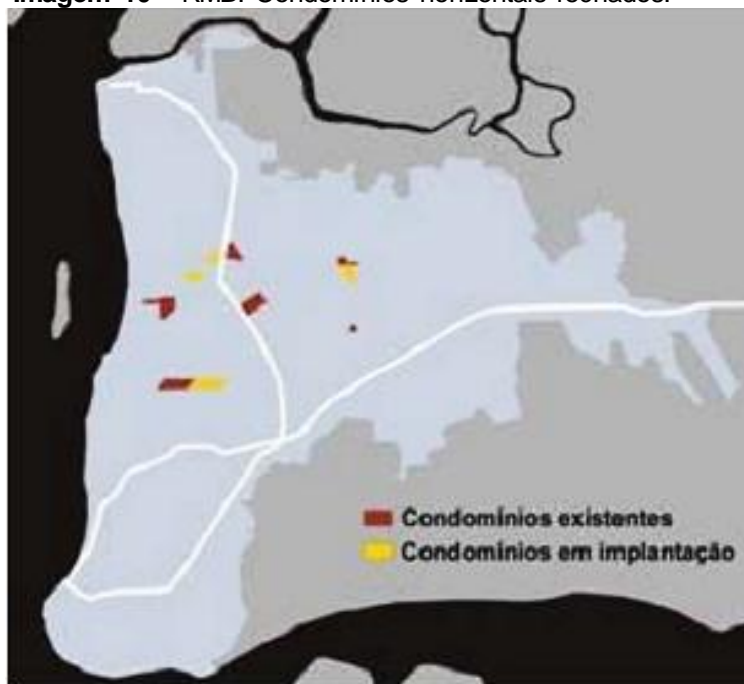
Imagem 9 – RMB: Invasões na área conturbada da RMB.



Fonte: AMPLA TERRA (2003).

Nessas mesmas décadas (1990 e 2000), a implantação de condomínios fechados – expressão do movimento de autosegregação das camadas de mais alta renda nas metrópoles brasileiras, segundo Villaça (2001) – incrementou o processo de periferização de Belém. De acordo com Corrêa, Tourinho e Corrêa (2004), esses condomínios, destinados às camadas de média e alta renda e constituídos de lotes para residências unifamiliares, ocuparam grandes áreas lindeiras aos eixos de expansão (Rodovias Augusto Montenegro e BR-316) ocasionando, inicialmente, a fragmentação do tecido urbano. Porém, na sequência, atraíram investimentos públicos e privados que promoveram a valorização dos terrenos próximos e a consequente ocupação da área fragmentada.

Imagem 10 – RMB: Condomínios horizontais fechados.



Fonte: AMPLA TERRA (2003).

Sobre os condomínios fechados, Lima observa:

Enquanto nos anos 70, os novos conjuntos habitacionais representaram a oportunidade para arquitetos e planejadores desenvolverem a periferia, no final dos anos 80, condomínios de luxo apresentaram uma segunda tendência deste processo, porém a partir de uma especulação formal na unidade arquitetônica e não no parcelamento. Naquela altura, os fragmentos formados pelos conjuntos são marcantes na ocupação do território com toda a sorte de problemas advindos da falta de acessibilidade no interior da periferia (LIMA, 2002, p. 40).

Os conjuntos habitacionais, as ocupações e as invasões, os condomínios fechados e as aglomerações urbanas vizinhas, localizados na periferia metropolitana tiveram, a princípio, segundo Corrêa, Tourinho e Corrêa (2004), a função de dormitório⁶¹ para a maioria de seus moradores, que desenvolviam grande parte de suas atividades no núcleo mais adensado de Belém. Entretanto, a localização, sobretudo dos condomínios fechados, foi fundamental para atrair investimentos em infraestrutura para essas áreas, proporcionando maior dinamismo e favorecendo a

⁶¹ Nas análises sobre a concepção acadêmica de desconcentração, Gottdiener identifica, a partir de Schnore (1965) que, por sua vez, seguiu a obra de Douglas (1925), comunidades assentadas fora da cidade central que, de acordo com a aplicação do conceito de relação emprego-residência, foram classificadas “comunidade residencial ou dormitório” (1993, p. 21).

formação de três subcentros metropolitanos: Icoaraci, Cidade Nova e Entroncamento.

Na RMB, em que a atividade terciária é predominante, não se verificou a existência de subcentros industriais, apenas a existência de dois Distritos Industriais localizados em Ananindeua e em Icoaraci, e a localização de atividades industriais ao longo da Rodovia Arthur Bernardes, mas que não apresentam características de subcentralidade.

Neste trabalho foram identificados os subcentros descritos a seguir.

a) **Icoaraci**, que teve como embrião o núcleo de comércio e serviços localizado na área central do Distrito de mesmo nome, cuja grande distância para o centro de Belém demandava atendimento mais próximo à sua população. Com o movimento de periferização registrado nas décadas de 1990 e 2000 e a conurbação com a cidade de Belém, as atividades lá desenvolvidas adquiriram maior dinâmica, o que acabou por caracterizá-lo como subcentro metropolitano de Belém. Para a SEDURB, esse subcentro é constituído “pelo núcleo terciário tradicional e pela aglomeração varejista da Rua 8 de Maio, articulados entre si pela Travessa Cristóvão Colombo, um indubitável corredor de comércio e serviços” (SEDURB, 2006, p. 40).

b) **Cidade Nova**, surgido em decorrência da implantação do conjunto habitacional de mesmo nome no município de Ananindeua, para onde foi deslocado grande contingente populacional na década de 1970, e que hoje representa a maior concentração urbana desse município. Segundo a SEDURB, esse subcentro é “integrado por trechos das vias Arterial 18, SN-1 e SN-17, articulados entre si de forma tentacular” (SEDURB, 2006, p. 40).

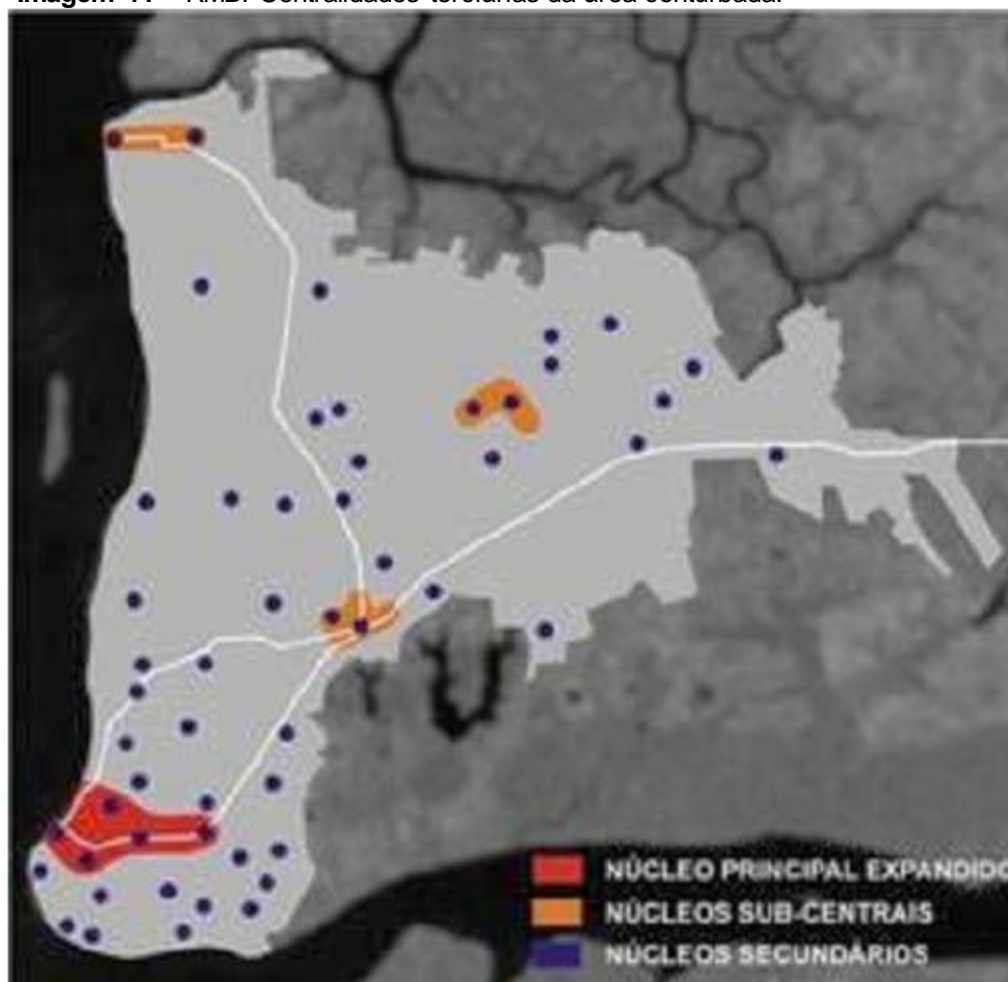
c) **Entroncamento**, localizado na confluência dos quatro eixos viários mais importantes da RMB, as Avenidas Almirante Barroso e Pedro Álvares Cabral, e as Rodovias Augusto Montenegro e BR-316. Essa localização favoreceu o surgimento de um entreposto de comércio atacadista e varejista e de serviços que contava também com uma feira livre, atualmente deslocada para as proximidades em razão do complexo viário ali implantado. O processo de expansão da RMB na direção das Rodovias Augusto Montenegro e BR-316, que têm seu marco zero nessa confluência, incrementou as atividades originalmente ali instaladas, culminando com construção de um *shopping center* (o Castanheira *Shopping*

Center). De acordo com a SEDURB, além do *Shopping*, esse subcentro é “formado pelo comércio varejista que se expandiu em forma tentacular, pelo trecho inicial da Avenida Augusto Montenegro e na direção da Avenida Dalva” (SEDURB, 2006, p. 40).

Nesta dissertação, a nucleação terciária de **São Brás** também é considerada um quarto subcentro metropolitano. Aí foram construídos, entre os anos finais do século XIX e iniciais do século XX, um Mercado Municipal e a Estação da Estrada de Ferro de Bragança, equipamentos de grande importância na atração de fluxos, que motivaram a instalação de atividades comerciais e de serviços, consolidadas ao longo do século.

Para a SEDURB (2006), conforme indicado na Imagem 11, o subcentro metropolitano de São Brás é considerado uma nucleação integrante do Centro Expandido de Belém – termo equivalente a Centro Expandido Metropolitano, utilizado nesta dissertação –, pois o adensamento de atividades terciárias ao longo e no entorno das Avenidas Nazaré e Magalhães Barata, integrando-o às áreas pericentrais, permitiu considerá-lo dessa forma.

Imagem 11 – RMB: Centralidades terciárias da área conturbada.



Fonte: AMPLA TERRA (2003) apud SEDURB (2006).

Para Corrêa, Tourinho e Corrêa (2004), o processo de periferização e o surgimento dos subcentros metropolitanos não tiveram impacto significativo, até 2001, na intensidade da dinâmica verificada no centro principal metropolitano, que continuou sendo o principal e mais importante concentrador de postos de trabalho e emprego e das condições de reprodução da força de trabalho, sobretudo se for considerada sua pericentralidade.

Percebe-se, entretanto, que, nas três últimas décadas, ocorreram transformações significativas no centro principal metropolitano, entre elas a expansão física. De acordo com Villaça (2010), esse crescimento, que pode-se dar de forma contínua ou descontínua, tende a seguir a direção em que se deslocam as classes sociais de mais alta renda. A expansão do centro principal da RMB ocorreu de forma contínua na direção dos bairros de Nazaré e Batista Campos, e de forma descontínua na direção do bairro do Umarizal, bairros concentradores das camadas

da população de média e alta renda. Essas áreas são denominadas, nesta dissertação, de áreas pericentrais e, ao conjunto formado por elas e pelo COM, chama-se centro metropolitano expandido⁶² (CME).

Mais recentemente, o bairro do Reduto⁶³ passou a apresentar características de área pericentral em função de transformações no uso de frações da área, com a instalação de equipamentos de várias naturezas⁶⁴, para atender à população de média e alta renda residente nas áreas pericentrais, mas também a usuários que se deslocam de outras áreas da cidade. A esse fluxo é acrescido o da população trabalhadora, que desenvolve suas atividades laborais nesses equipamentos, fluxos estes que vêm “irrigando” a área, imprimindo-lhe nova dinâmica.

⁶² Sobre o crescimento do centro principal metropolitano e a constituição do centro principal expandido resultante desse processo, não foram encontrados conceitos ou referências teóricas que permitissem defini-lo. Identificaram-se aplicações do termo em trabalhos da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA) e em dissertações e teses que tiveram por objeto de estudo o centro da cidade de São Paulo. Dentre as teses, destaca-se a de Cordeiro (1980), que analisou as profundas transformações observadas na cidade de São Paulo no último quarto do século XX e, especialmente, no seu Centro. Essa autora registra que, no centro paulistano, observou-se “o desaparecimento ou a mudança de alguns dos seus principais pontos referenciais urbanos, o deslocamento das instituições de encontros culturais, dos cinemas e estabelecimentos de entretenimento”, bem como o fato de as “sedes dos bancos e empresas destacarem-se do seu reduto nas ruas do Triângulo e circunvizinhas para novas paragens” (CORDEIRO, 1980, p. 7). No caso desta dissertação, é notória a transferência da maior parte das sedes de bancos localizados na Rua Quinze de Novembro e no centro principal para outros locais, seja para o centro expandido ou para outros subcentros, como se demonstra no Capítulo 5.

⁶³ No decorrer do processo de centralização da cidade de Belém, por volta da década de 1950, O bairro do Reduto caracterizou-se como zona periférica do centro, segundo conceituação de Corrêa (1999, p. 40). Localizada no entorno do núcleo central, era usada semi-intensivamente e ocupada com atividades de comércio atacadista, de armazenagem e de indústrias leves, que se relacionavam com atividades realizadas no próprio centro principal e com a cidade como um todo. Apresentava ampla escala horizontal, grandes terrenos que, em muitos casos, serviam de estacionamento e áreas residenciais de baixo *status* destinadas a trabalhadores empregados nas atividades ali desenvolvidas, o que atraía atividades de comércio varejista e serviços para atender a essa população (CORRÊA, 1999, p. 42). A integração de Belém ao mercado nacional, propiciada pela construção da Rodovia Belém-Brasília causou, de acordo com Corrêa (1989), o progressivo debilitamento do parque industrial local, grande parte do qual situado no bairro do Reduto, fazendo com que essa área da cidade chegasse à década de 1990 em situação de decadência e indefinição funcional. Atualmente, com as transformações que ocorrem em seu interior, considera-se que o bairro do Reduto integra o grupo de áreas pericentrais, junto com os bairros de Nazaré, Batista Campos e Umarizal, contíguas ao centro principal metropolitano, com o qual conforma a área denominada, nesta dissertação, de centro expandido da RMB.

⁶⁴ Podem ser citados, dentre outros equipamentos: o Pronto Socorro da UNIMED, localizado na Avenida Visconde de Souza Franco e a Central de Atendimento da mesma empresa, na esquina da Travessa Rui Barbosa com a Rua Manoel Barata; uma academia (Companhia Atlética), duas Faculdades particulares (Faculdade de Belém – FABEL, localizada da Rua Aristides Lobo, 897 – Reduto, e Faculdade do Pará – FAP, localizada à Rua Municipalidade, n. 839) e um *shopping center*(o *Boulevard Shopping* Belém, localizado na Av. Visconde de Souza Franco, 776).

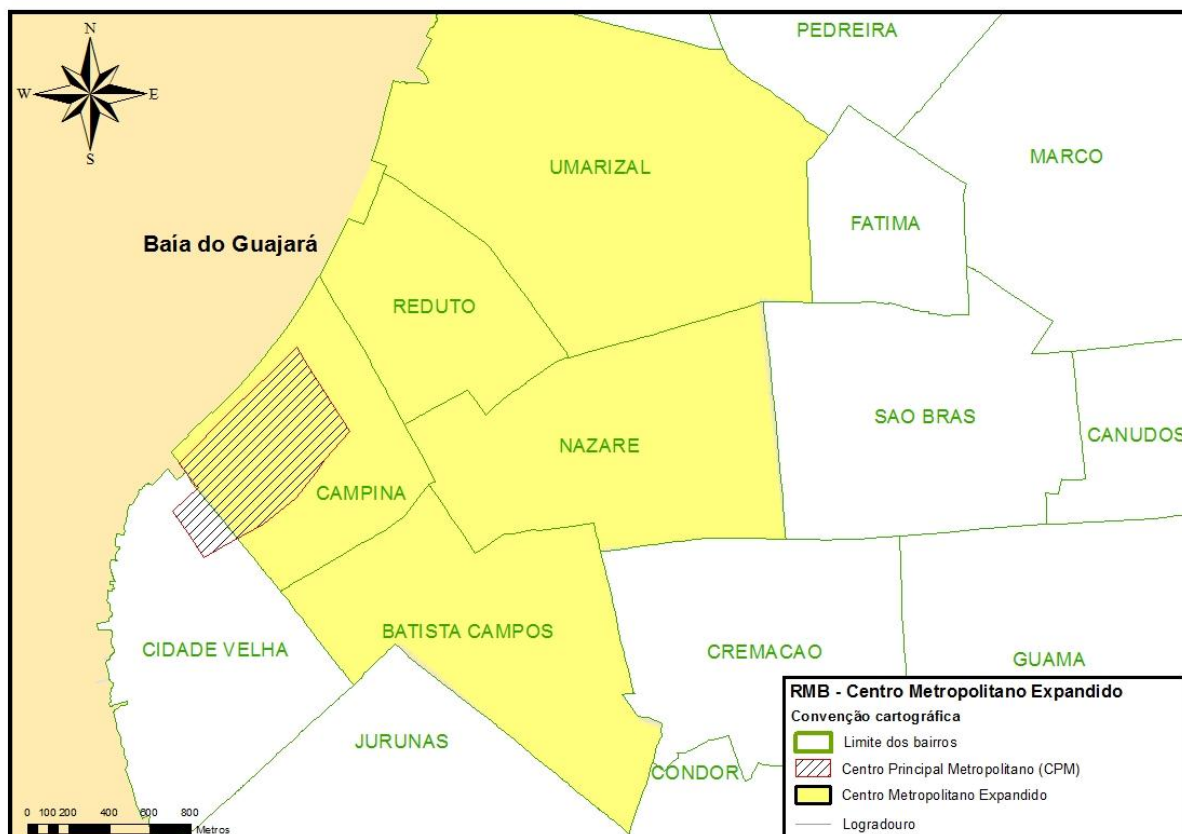
Além da expansão da área do centro principal da RMB, observa-se a popularização de seu uso, com a proliferação de comércio (inclusive de ambulantes) e serviços destinados às camadas sociais de menor renda. Sobre o tema, Villaça (2001) comenta que,

na década de 1980, os centros principais [das metrópoles brasileiras] já estavam quase totalmente tomados pelas camadas populares. Aquilo a que se chama ideologicamente de 'decadência' do centro é tão-somente sua tomada pelas camadas populares, justamente sua tomada pela maioria da população. Nessas condições, sendo o centro realmente da maioria, ele é o centro *da cidade* (VILLAÇA, 2001, p. 283).

Constatou-se que, no centro principal metropolitano de Belém, também houve a transferência de consultórios e escritórios de profissionais liberais para outros bairros próximos, que ofereciam condições mais favoráveis de acesso ao automóvel. Nesse caso, segundo Villaça (2001), essa transferência se deu para atender ao “aumento da mobilidade espacial motivada pelo aumento da taxa de motorização das classes de mais alta renda de nossas cidades e pela nova forma de produção do espaço coerente com os novos padrões de mobilidade territorial que tais classes passaram a apresentar” (VILLAÇA, 2001, p. 279).

Vê-se, pois, que o **centro expandido metropolitano** resulta de um processo deflagrado a partir do centro principal, que causa, entre outras, a substituição do uso residencial pelo de comércio e serviços em áreas contíguas ou próximas a esse centro, as quais passam a gozar das economias de aglomeração por ele propiciadas, tornando-se extensão deste, porém com acessibilidade mais conveniente às camadas de média e alta renda. O centro principal expandido, para efeito deste trabalho, é definido pelos bairros de Nazaré, Batista Campos, Umarizal e Reduto, conforme mostra o Mapa 3.

Mapa 3: RMB - Centro Metropolitano Expandido (CME), 2010.



Fonte: COHAB (1998).

Elaboração: Rosa M. C. Cunha e Souza – Execução: Raul Ventura Neto.

Os outros componentes da estrutura intraurbana da RMB, consolidados nas três últimas décadas e destacados neste trabalho, foram definidos, como anteriormente referido, por meio de observação empírica e de autores que já se debruçaram sobre o assunto. Além disso, a definição que se propõe apoia-se nos conceitos dos teóricos da estruturação urbana considerados neste estudo. São eles:

- a) os **subcentros de bairros** da Pedreira e do Telégrafo, ambos no município de Belém, situados nos eixos e nas imediações das Avenidas Pedro Miranda e Senador Lemos, respectivamente;
- b) as **áreas centrais municipais** correspondentes à nucleação de comércio e serviços presentes nos demais municípios metropolitanos (Ananindeua, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Isabel do Pará);
- c) os **corredores de atividades múltiplas** correspondentes aos eixos viários, ao longo dos quais estão localizadas atividades de comércio e serviços de

porte variado, configurando áreas contínuas⁶⁵. Os identificados neste trabalho foram os corredores da Avenida Almirante Barroso e o das Rodovias Augusto Montenegro e BR-316.

⁶⁵ Corredores de atividades múltiplas é a designação adotada no Plano Diretor do Município de Belém, instituído pela Lei nº. 8.655, de 30 de julho de 2008, para designar os eixos viários ao longo dos quais são desenvolvidas atividades predominantemente de comércio e serviços de porte variado, configurando áreas contínuas.

6 AS NOVAS TICs, A REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS E A ESTRUTURA URBANA DA RMB

Com o avanço da pesquisa empírica, observou-se que outros canais de atendimento bancário passaram a ser dinamizados (os ATMs⁶⁶) ou criados (os correspondentes bancários e o acesso remoto⁶⁷), a partir do ano de 2000. Isso levou a que se definisse uma amostra cujo critério foi a seleção de três dos bancos privados e de três dos bancos públicos com a maior rede de atendimento em dezembro de 2010, entre os existentes na RMB. A Tabela 7 mostra o resultado desse processo.

Tabela 7 – RMB: Bancos com maior número de agências e de postos de atendimento em dezembro de 2010.

municípios metropolitanos	Ananindeua			Belém			Benevides			Marituba			Santa Bárbara do Pará			Santa Isabel do Pará			total geral
	agências	postos	total	agências	postos	total	agências	postos	total	agências	postos	total	agências	postos	total	agências	postos	total	
bancos / número de agências e postos (*1)																			
bancos públicos																			
Banco do Brasil	2	9	11	23	130	153	1	1	2	1	1	2				1	1	2	171
Banco do Estado do Pará	3	3	6	9	82	91										1			98
Caixa Econômica Federal	3	2	5	12	10	22				1		1							28
Banco da Amazônia (*2)	2	1	3	5	11	16													19
total parcial (A)	10	15	25	49	233	282	1	1	2	2	1	3				1	1	2	316
bancos privados																			
Banco Bradesco	3	25	28	17	68	85	1	3	4							2	2	4	121
Itau Unibanco	4	6	10	20	38	58													68
Banco Santander	1	5	6	9	43	52													58
HSBC Bank Brasil (*2)	2	4	6	8	17	25													31
total parcial (B)	10	40	50	54	166	220	1	3	4							2	2	4	278
total geral	20	55	75	103	399	502	2	4	6	2	1	3				3	3	6	594

Fonte: Banco Central do Brasil - DICAD-DESIG - Divisão de Gestão de Informações Cadastrais.

Bancos selecionados.

(*1) - postos avançados de atendimento bancário (PAB) + postos de atendimento eletrônico (PAE).

(*2) - banco excluído da amostra.

Com os endereços desses pontos de atendimento foram construídas tabelas e elaborados mapas que, como no caso das agências, permitiram analisar

⁶⁶ **ATM** é a abreviatura de *Automated Teller Machine* e constitui-se de equipamento eletromecânico de autoatendimento que permite a seus usuários, por meio do uso de um cartão de pagamento, realizar saques, pagamentos, consultas e outras operações bancárias. Podem ser de acesso aberto, quando permitem que clientes de determinado banco realize operações em terminal de propriedade de outro banco (**Banco 24 Horas**) ou de acesso fechado [Postos de Atendimento Eletrônico (**PAEs**)] quando são utilizados somente pelos clientes do banco proprietário do terminal (BACEN, 2005).

⁶⁷ Define-se **acesso remoto** como o canal por meio do qual os usuários se autoatendem acessando virtualmente os serviços disponibilizados pela instituição bancária.

informações quantitativas e visuais acerca da dinâmica locacional desses canais de atendimento bancário e relacioná-los aos elementos estruturais da RMB.

Os dados secundários utilizados nesta pesquisa tiveram como fontes principais a Biblioteca da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os sites do Banco Central do Brasil (BACEN), da Tecnologia Bancária S.A (TecBan), da Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex), e dos bancos pesquisados.

Os resultados da pesquisa sobre a evolução da distribuição espacial da rede de atendimento bancário no espaço metropolitano de Belém e sua articulação com os elementos representativos da estrutura intraurbana são apresentados neste capítulo. Nele são respondidas as questões apresentadas na Introdução, de acordo com as duas linhas traçadas para o desenvolvimento da pesquisa: uma sobre a evolução da localização da rede de agências bancárias no período de 1980 a 2010, e outra que analisa a localização dos vários canais de atendimento bancário em 2010 na RMB. As questões que orientaram este trabalho são:

a) Os serviços bancários tiveram sua rede física de atendimento alterada por conta das novas TICs? Em caso positivo, quais foram essas alterações e de que forma elas ocorreram?

b) Qual a relação entre essa nova localização da rede de atendimento bancário e a estrutura intraurbana da RMB?

Neste item também são analisadas as premissas de localização da firma bancária no espaço regional referidas no Capítulo 3, a fim de verificar a possibilidade de estabelecer uma aproximação entre essas premissas e o espaço intraurbano.

6.1 O SISTEMA BANCÁRIO NA RMB: AS AGÊNCIAS BANCÁRIAS DE 1980 A 2010

Antes de iniciar a discussão sobre as mudanças, na RMB, da localização da rede de atendimento oferecida pelas agências bancárias, é interessante observar a evolução da quantidade de bancos, das agências e da relação entre elas. A Tabela a seguir mostra que no período de 1980 a 2010 houve uma redução da ordem de 54,8% no número de bancos e, por outro lado, o número de agências triplicou. A concentração de agências por banco foi notável, posto que em 1980 cada banco não

chegava a ter, em média, duas agências e em 2010 essa proporção chega a quase dez.

Tabela 8 - RMB: Quantidade de Bancos e Agências em 1980 - 2010.

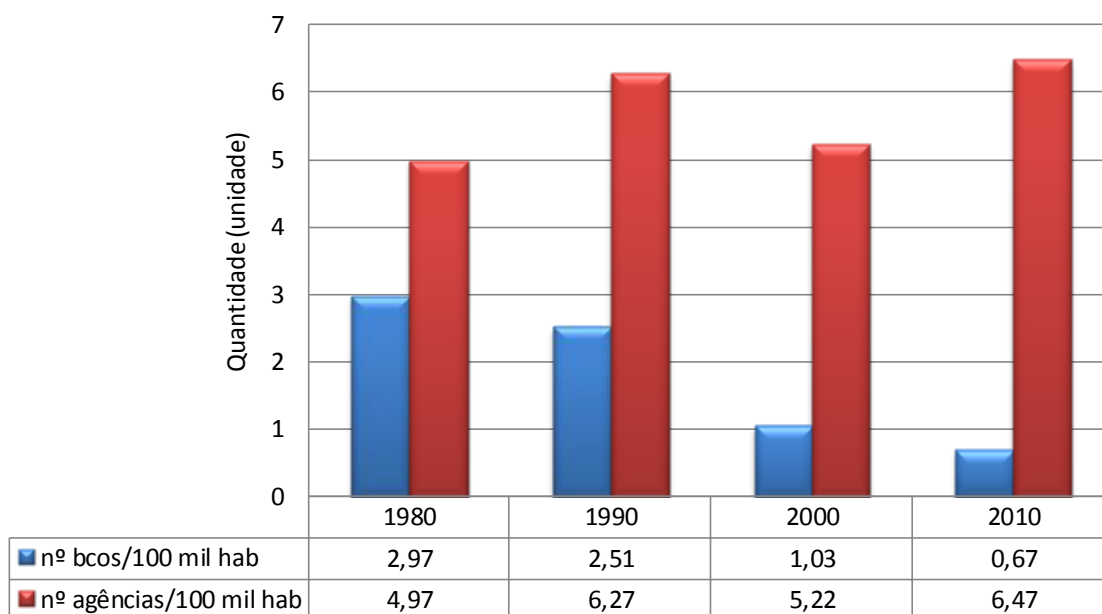
ANO	1980	1990	Evolução 1980/1990	2000	Evolução 1990/2000	2010	Evolução 2000/2010	Evolução 1980/2010
Nº de bancos	31	36	16,1%	19	-47,2%	14	-26,3%	-54,8%
Nº de agências bancárias	52	90	73,1%	96	6,7%	136	41,7%	161,5%
Nº de agências/banco	1,7	2,5	49,0%	5,1	102,1%	9,7	92,3%	479,1%

Fonte: FEBRABAN (2010).

Elaboração da autora.

Atribuem-se essas alterações aos efeitos das fusões e aquisições entre bancos ocorridas na década de 1990, conforme referido no Capítulo 2, que também ocasionaram a queda, no ano de 2000, na proporção de agências em relação à população da RMB, mantida constante, conforme ilustra o Gráfico 3.

Gráfico 3 - RMB: Relação entre o número de bancos e agências em 1980, 1990, 2000 e 2010 e o crescimento da população.



Fonte: FEBRABAN (2010); IBGE (2010).

Elaboração da autora.

A análise da evolução do número de agências e de sua localização na estrutura urbana da RMB foi realizada considerando-se as agências existentes em todos os municípios que constituíam a RMB em 2010, independentemente do pertencimento formal ou efetiva conurbação à época do levantamento de dados. Uma visão geral dessa evolução é dada pelas Tabelas 9 e 10 e pelo Gráfico 4.

Tabela 9 – RMB: Agências bancárias na estrutura intraurbana nos anos 1980, 1990, 2000 e 2010.

Ano	1980	1990	2000	2010
Elementos da Estrutura Intraurbana da RMB	nº agências	nº agências	nº agências	nº agências
	52	90	96	136
1. centro metropolitano expandido	40	50	46	59
1.1 centro principal metropolitano (CPM)	38	42	23	22
Rua 15 de novembro	14	14	8	5
Outras ruas do CPM	24	28	15	17
1.2 áreas pericentrais	2	8	23	37
Nazaré	1	5	14	19
Batista Campos	0	3	5	9
Umarizal	1	0	4	9
2. subcentros metropolitanos	5	14	21	26
são bras	2	4	8	10
entroncamento	1	4	7	4
icoaraci	2	6	5	7
cidade nova	0	0	1	5
3. subcentros de bairros	2	9	10	14
pedreira	1	5	5	7
telegrafo	1	4	5	7
4. áreas centrais municipais	1	9	10	14
área central de ananindeua	0	2	5	6
área central de marituba	0	0	0	3
área central de benevides	0	3	2	2
área entral de santa isabel	1	4	3	3
5. corredor de ativ múltiplas	0	3	3	9
BR-316	0	3	2	3
Av. Almte. Barroso	0	0	1	6
6. outras localizações / bairros	4	5	6	14
val-de-cães	1	1	0	1
curió-utinga / CEASA	2	1	1	0
cidade velha	1	1	1	1
condor	0	2	2	0
reduto	0	0	1	1
fátima	0	0	0	1
marambaia	0	0	0	1
guamá	0	0	1	2
dist. Mosqueiro	0	0	0	1
cremação	0	0	0	1
sacramenta	0	0	0	2
atalaia	0	0	0	2
coqueiro	0	0	0	1

Fonte: FEBRABAN (2010).

Elaboração da autora.

Tabela 10 – RMB: Agências bancárias na estrutura intraurbana nos anos 1980, 1990, 2000 e 2010, resumo e participação percentual.

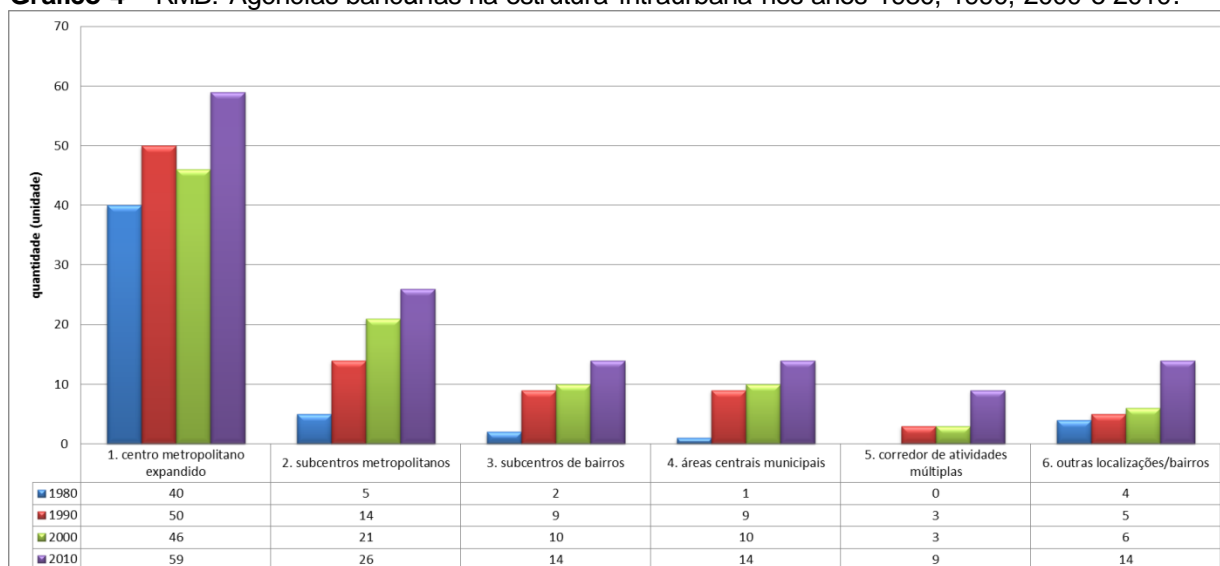
Elementos da Estrutura Intraurbana da RMB	1980		1990		2000		2010		EVOLUÇÃO 1980-2010
	nº agências		nº agências		nº agências		nº agências		
	52	100,00%	90	100,00%	96	86,46%	136	100,00%	161,5%
1. centro metropolitano expandido	40	76,92%	50	55,56%	46	47,92%	59	43,38%	47,5%
1.1 centro principal metropolitano (CPM)	38	95,00%	42	84,00%	23	50,00%	22	37,29%	-42,1%
1.2 áreas pericentrais	2	5,00%	5	11,90%	19	41,30%	37	62,71%	1750,0%
2. subcentros metropolitanos	5	9,62%	14	15,56%	8	8,33%	26	19,12%	420,0%
3. subcentros de bairros	2	3,85%	9	10,00%	10	10,42%	14	10,29%	600,0%
4. áreas centrais municipais	1	1,92%	9	10,00%	10	10,42%	14	10,29%	1300,0%
5. corredor de ativ múltiplas	0	0,00%	3	3,33%	3	3,13%	9	6,62%	
6. outras localizações / bairros	4	7,69%	5	5,56%	6	6,25%	14	10,29%	250,0%

Fonte: FEBRABAN (2010).

Elaboração da autora.

Entre as informações contidas nas Tabelas 8 e 9, destaca-se o crescimento do número de agências, entre 1980 e 2010, nas áreas pericentrais e nas áreas centrais municipais, em taxas superiores a 1.000%, e o crescimento negativo das agências no CPM e na Rua 15 de Novembro⁶⁸. Esses movimentos traduzem a evolução da nova espacialização das agências, que se apresentam mais desconcentradas em 2010 que em 1980.

Gráfico 4 – RMB: Agências bancárias na estrutura intraurbana nos anos 1980, 1990, 2000 e 2010.

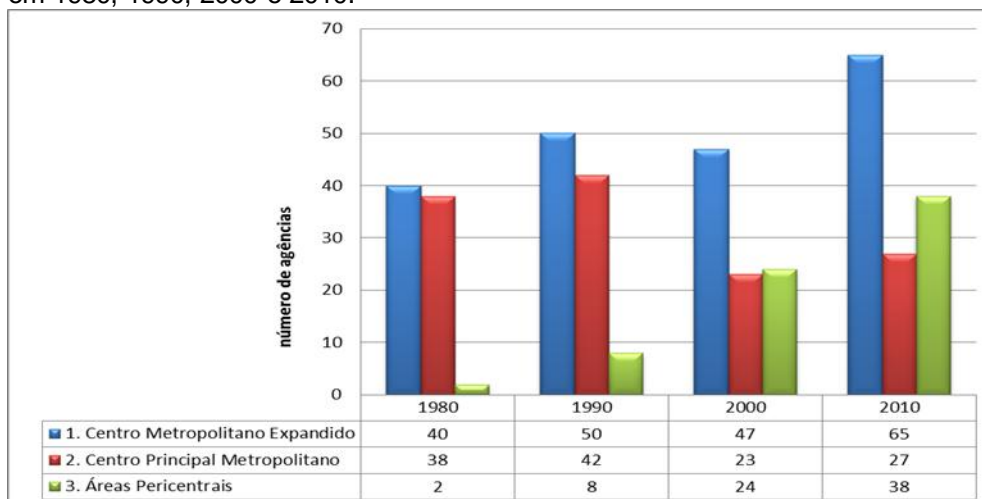


Fonte: FEBRABAN (2010).

Elaboração da autora.

⁶⁸ Segundo Antônio Rocha Penteadó, a Rua 15 de Novembro “ainda era atacadista, mas já possuía vários bancos, sendo o centro financeiro de Belém” (PENTEADO, 1968, p. 218-219).

Gráfico 5 – RMB: Agências bancárias no Centro Metropolitano Expandido (CME) em 1980, 1990, 2000 e 2010.

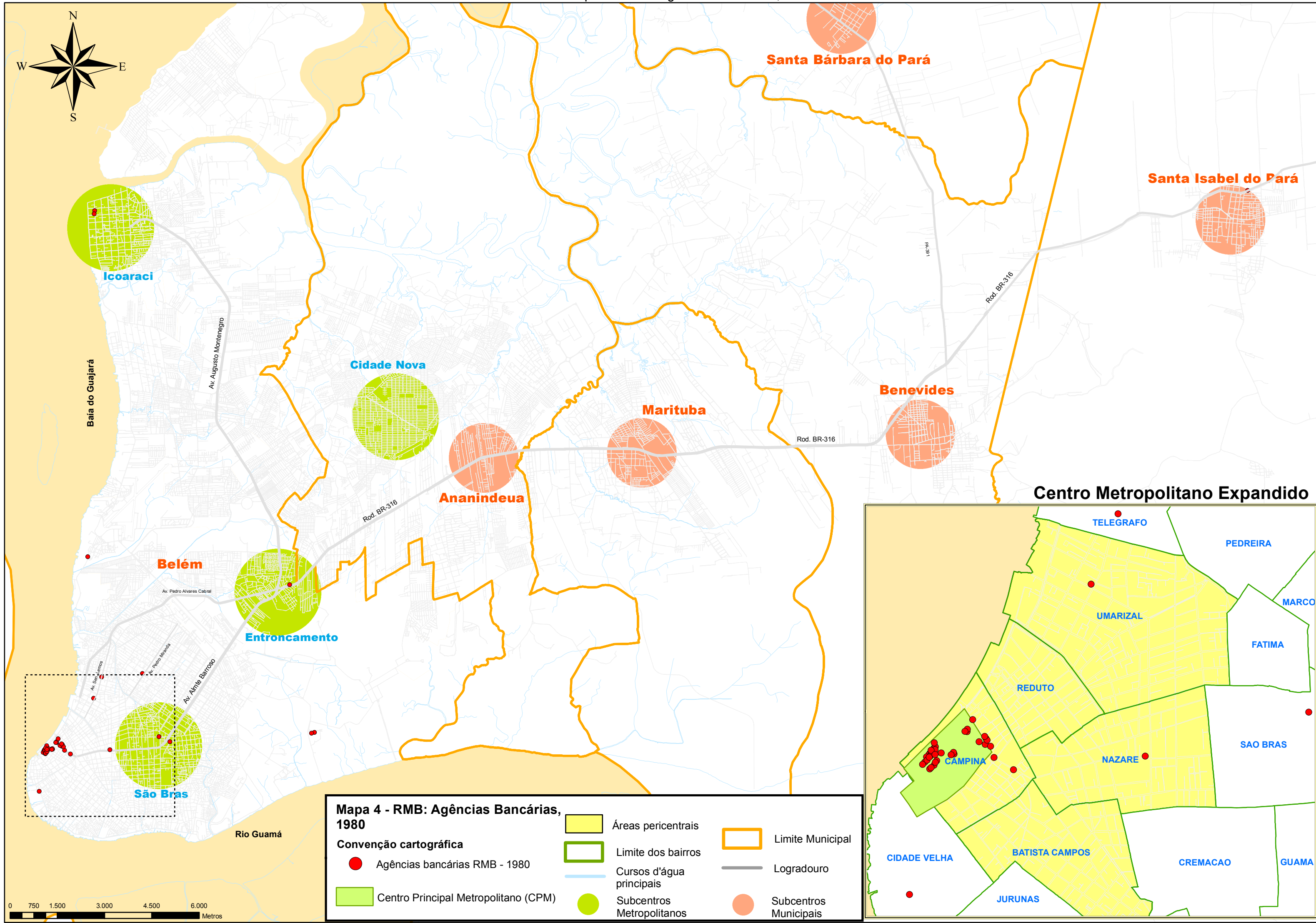


Fonte: FEBRABAN (2010).
Elaboração da autora.

Em 1980, 73% das agências bancárias localizavam-se no centro principal metropolitano (CPM), evidenciando que a concentração espacial do atendimento bancário correspondia à concentração das atividades de comércio e serviços na RMB, com destaque para a Rua 15 de Novembro onde estavam situados mais de um terço (36%) das agências do centro principal.

Nesse ano já havia indicativo da formação dos subcentros metropolitanos de Icoaraci e do Entroncamento e a subcentralidade de São Brás já estava consolidada. O atendimento aos bairros afastados do centro e não pertencentes a áreas de significativa concentração de comércio e serviços (Cidade Velha, Curió-Utinga/CEASA e Val-de-Cães) era realizado por bancos públicos, Banco da Amazônia S.A. (BASA), Banco do Brasil S.A. (BB) e Banco do Estado do Pará S.A. (BANPARÁ), respectivamente, refletindo interesse governamental no atendimento, sem corresponder exatamente à lógica de aglomeração.

A existência de uma agência bancária na área central do Município de Santa Isabel do Pará, o mais distante do Município de Belém e o último a integrar a RMB, é atribuída a uma dinâmica socioeconômica própria, não relacionada ao processo de metropolização (Mapa 4).

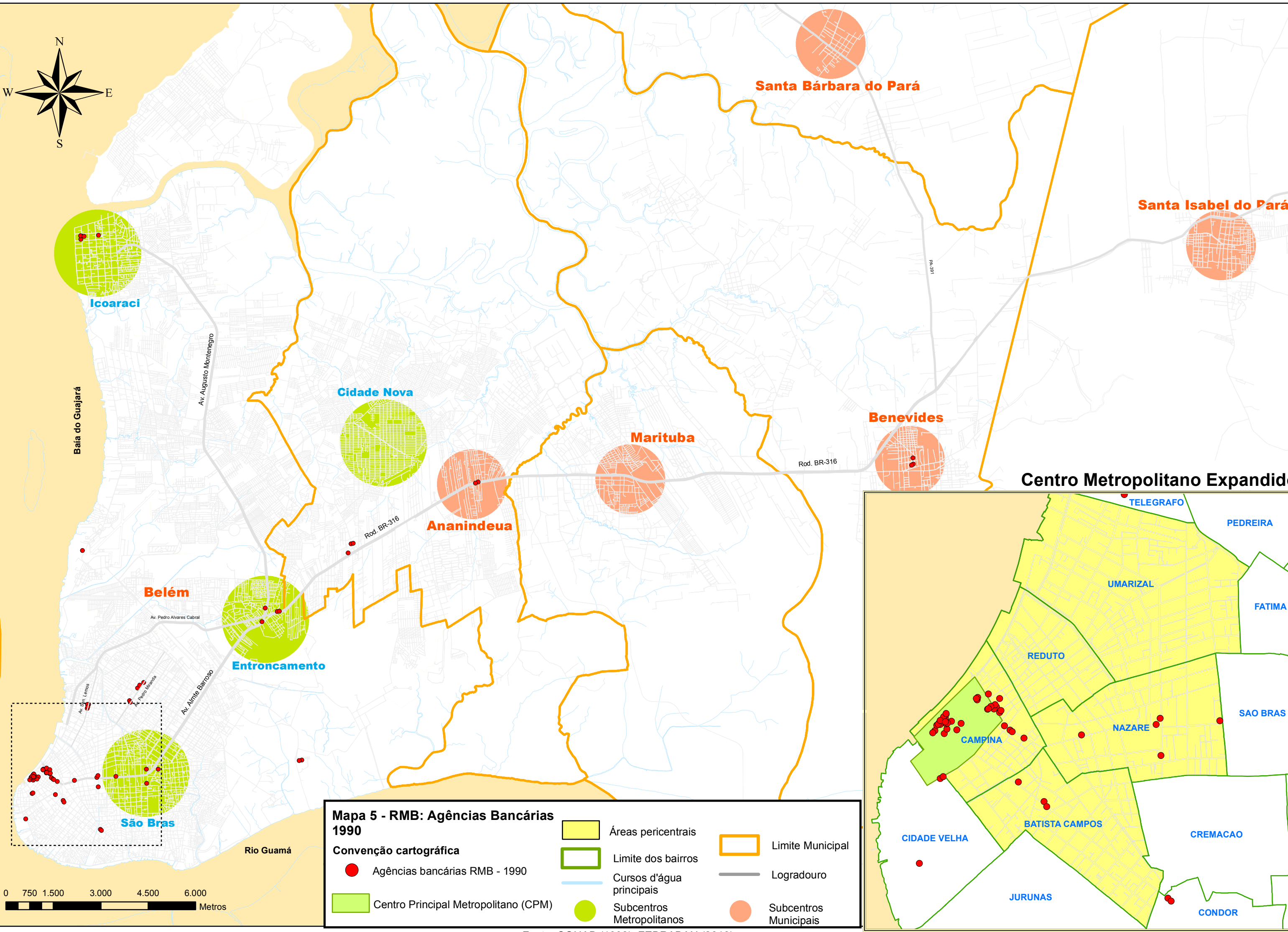
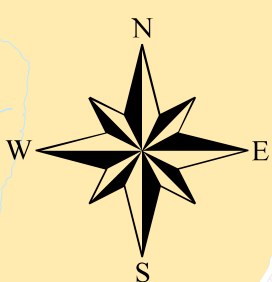


Fonte: COHAB (1998); FEBRABAN (2010)
 Elaboração: Rosa M. C. Cunha e Souza. Execução: Raul Ventura Neto.

No ano de 1990, surgem mais cinco bancos na RMB e o número de agências amplia-se de 52 para 90, o que significa incrementos de 16% e de 73%, respectivamente, aumentando a média de agências por banco para 2,5. Acredita-se que o processo de automação bancária, ocorrido na década de 1980, facilitou a expansão do número de agências.

As agências ainda se concentravam no CPM, mas a proporção que era de 73%, em 1980, cai para 46,7%, em 1990. A Rua 15 de Novembro permanece com 14 agências, mas a concentração que ela apresenta, em relação ao total das agências localizadas na área central, sofre uma pequena redução. No conjunto das demais áreas da estrutura metropolitana, houve um expressivo crescimento de 243%, indicando que as agências bancárias acompanharam o movimento de desconcentração das atividades comerciais e de serviços do CPM na direção das subcentralidades que começam a se formar na RMB.

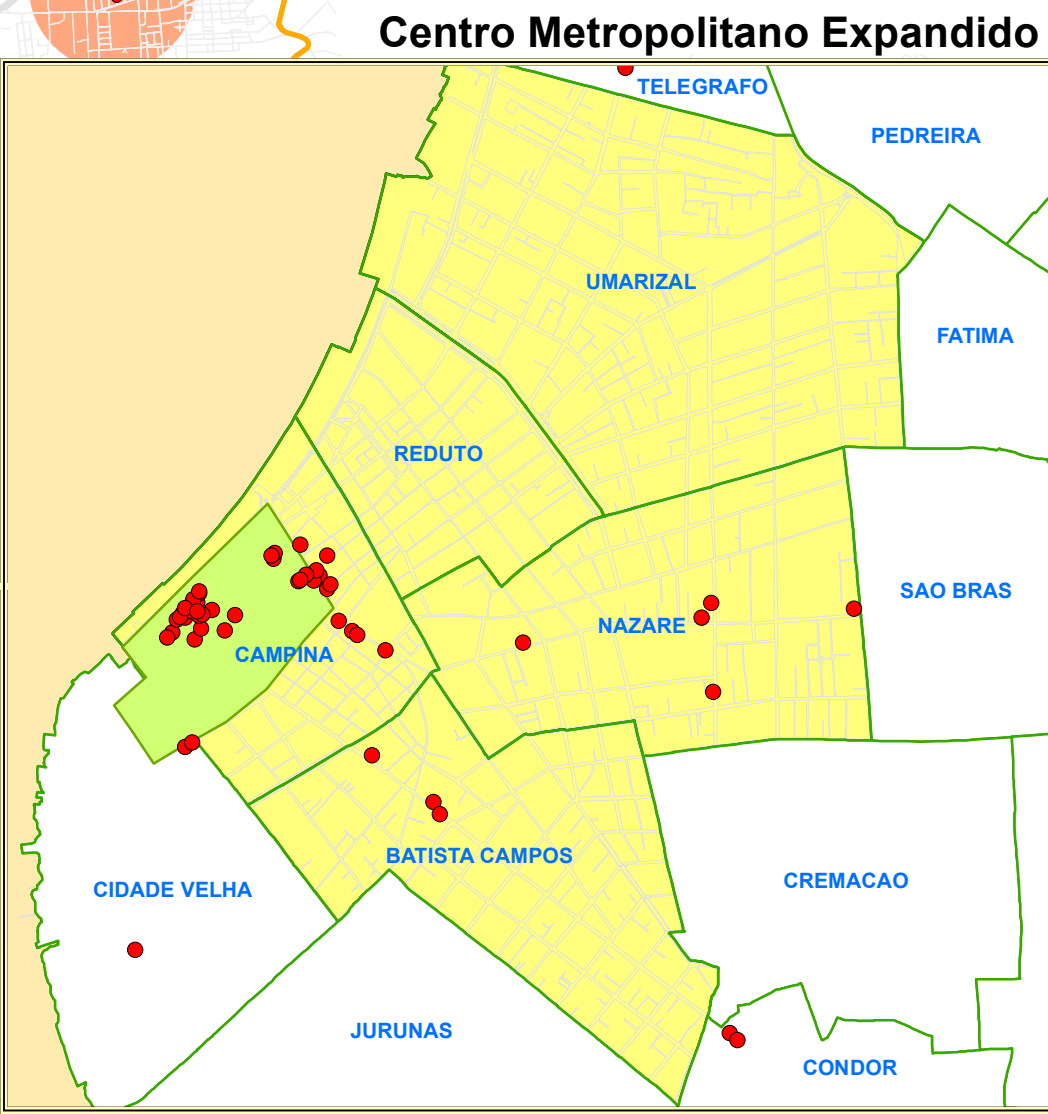
Os subcentros de bairros da Pedreira e do Telégrafo apresentam um crescimento significativo do número de agências, assim como ocorre nos bairros de Nazaré e Batista Campos, onde se observa uma discreta intensificação de usos comerciais e de serviços e de agências bancárias. (Mapa 5).



Mapa 5 - RMB: Agências Bancárias 1990

Convenção cartográfica

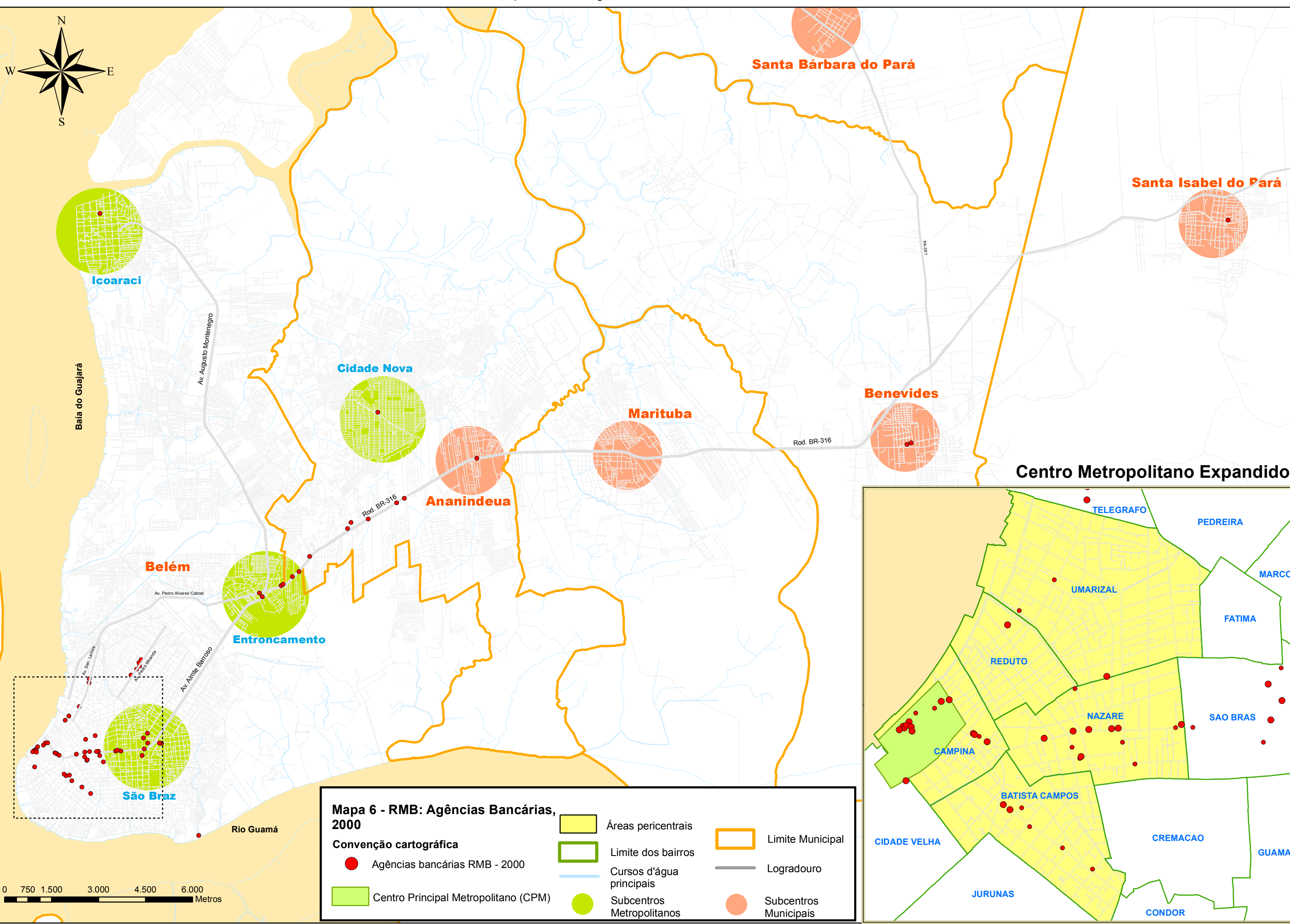
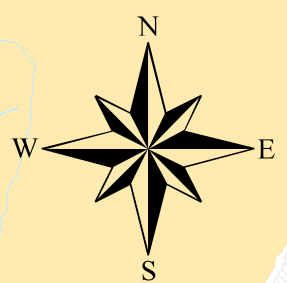
- Agências bancárias RMB - 1990
- Áreas pericentrais
- Limite dos bairros
- Cursos d'água principais
- Centro Principal Metropolitano (CPM)
- Limite Municipal
- Logradouro
- Subcentros Municipais
- Subcentros Metropolitanos



Fonte: COHAB (1998); FEBRABAN (2010)
 Elaboração: Rosa M. C. Cunha e Souza. Execução: Raul Ventura Neto.

No ano de 2000, o número de bancos na RMB e no Brasil (BACEN, 2011) apresenta uma grande redução em relação a 1990, reflexo das medidas do governo federal no final da década de 1980 e no início dos anos 1990, referidas no Capítulo 3 desta dissertação. O número de bancos existentes na RMB apresenta um decréscimo de quase 50% no período e o número de agências cresce apenas 5,5%. O número de agências por banco sobe para 5,1, dando prosseguimento a um crescimento verificado em 1990, quando a média subiu para 2,5. Entretanto, esse aumento se deve à grande redução do número de bancos, uma vez que o número de agências cresce muito pouco na década de 1990.

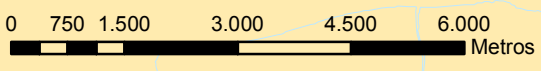
Com apenas 24% das agências existentes na RMB, o CPM não mais concentra os serviços bancários. Porém, a Rua Quinze de Novembro, embora conte com apenas oito agências, mantém 35% do total das localizadas no CPM. As precárias condições de acessibilidade ao CPM fizeram com que as camadas de mais alta renda tenham deixado de frequentá-lo, substituídas pela população de mais baixa renda. À semelhança do que ocorre com outras atividades de comércio e serviços, como os escritórios e consultórios de profissionais liberais, as agências se realocizam, em sua grande maioria, em áreas pericentrais. Segundo Villaça, esse movimento traduz a “nova forma de produção do espaço coerente com os novos padrões de mobilidade territorial que tais classes [as de mais alta renda] passaram a apresentar” (2001, p. 279). (Mapa 6).



Mapa 6 - RMB: Agências Bancárias, 2000

Convenção cartográfica

● Agências bancárias RMB - 2000	 Áreas pericentrais	 Limite Municipal
 Centro Principal Metropolitano (CPM)	 Limite dos bairros	 Logradouro
 Subcentros Metropolitanos	 Cursos d'água principais	 Subcentros Municipais



Fonte: COHAB (1998); FEBRABAN (2010)
 Elaboração: Rosa M. C. Cunha e Souza. Execução: Raul Ventura Neto.

No final da década de 2000, é notória a participação dos outros meios de prestação de serviços bancários, que tornam as agências proporcionalmente menos frequentadas para a prestação de serviços rotineiros, como saques, consultas, transferência de créditos etc. As agências passam a ser utilizadas para serviços exclusivos e também menos frequentes, como os procedimentos finais de abertura de contas, concessão de senhas e os que dependem do poder decisório de gerentes, como para a concessão de crédito excedente a limites pré-estabelecidos para o cliente e outros.

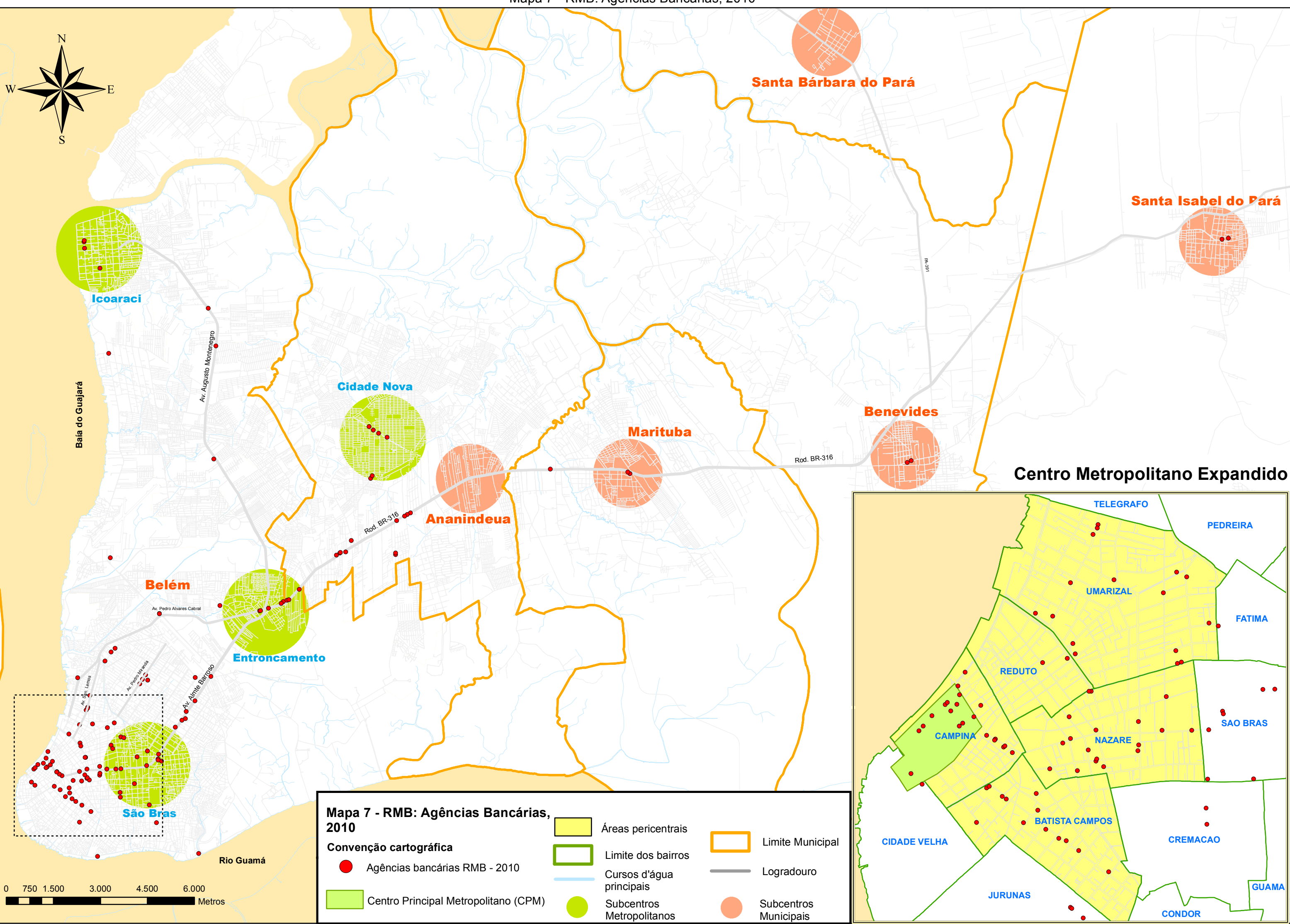
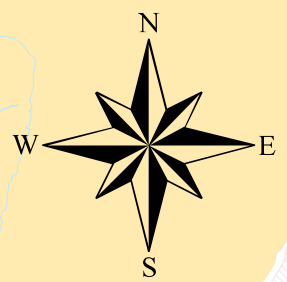
No ano de 2010, o número de bancos reduz-se ainda mais, caindo de 19, em 2000, para 14, um crescimento negativo de 36% em relação a 2000. O número de agências, ao contrário, cresceu mais que 42% e a média por banco disparou, alcançando cerca de 10 agências por banco. É interessante observar que, se desse universo fossem retirados os seis bancos que possuem somente uma agência (bancos especializados no segmento empresarial ou de crédito)⁶⁹, essa média atingiria 16,3 agências por instituição bancária, representando quase dez vezes mais que a média registrada em 1980, que era de 1,7 agências por banco.

O CPM perde uma agência, porém merece destaque o fato de que sete dessas agências encontravam-se instaladas em três endereços⁷⁰, ou seja, se for utilizado o critério de ponto de atendimento, seriam 17 endereços diferentes localizados no centro e não 22, o número de agências. Na década de 2000, os bancos promovem a segmentação do atendimento como recurso para aperfeiçoar seus sistemas competitivos e definem espaços para atendimento específico de clientelas distintas. Verifica-se o aproveitamento do espaço disponível no mesmo endereço para localizar mais agências e essa possibilidade advém, dentre outras, do uso das TICs nas rotinas operacionais dos bancos, que passaram a requerer menos espaço físico para desenvolver as atividades inerentes aos serviços bancários, conforme referido no item 3.1 do Capítulo 3. (Mapa 7).

⁶⁹ Os seis (06) bancos que possuíam somente uma agência em 2010 na RMB são: Banco BMG, Banco Daycoval, Banco Safra, Banco Rural, Banco Sofisa e Banco Triângulo.

⁷⁰ O Banco Bradesco instalou na Rua Santo Antônio, nº 301, duas agências, uma convencional e outra destinada ao funcionamento do Banco Bradesco de Financiamento S.A. Na Av. Presidente Vargas, nº 988, o mesmo banco instalou, além da agência tradicional, mais duas agências, a Agência Empresas e Agência PRIME. Do mesmo modo, o Banco do Brasil S.A. instalou no 3º pavimento do prédio localizado na Av. Presidente Vargas, nº 248, outra agência destinada ao Setor Público.

A principal centralidade da RMB dispunha de 22 agências bancárias e suas áreas pericentrais, 37 agências, o que identificava o centro metropolitano expandido (CME) como a parte da estrutura intraurbana com a maior concentração (43%) do total de agências existentes na RMB. Outras 63 agências localizavam-se em subcentralidades (metropolitanas e de bairros) e em áreas de concentração (áreas centrais municipais e corredores de atividades múltiplas), acompanhando o processo de descentralização verificado na RMB. Apenas 10% das agências bancárias existentes na RMB em 2010 achavam-se localizadas fora de áreas de concentração de atividades de comércio e serviços.



Mapa 7 - RMB: Agências Bancárias, 2010

Convenção cartográfica

- Agências bancárias RMB - 2010
- Limite dos bairros
- Limite Municipal
- Cursos d'água principais
- Logradouro
- Centro Principal Metropolitano (CPM)
- Subcentros Metropolitanos
- Subcentros Municipais



Fonte: COHAB (1998); FEBRABAN (2010)
 Elaboração: Rosa M. C. Cunha e Souza. Execução: Raul Ventura Neto.

Depois das análises sobre as agências na RMB, retoma-se a questão relativa à pertinência de se adotar, para o caso das agências, algumas das premissas e resultados dos estudos, anteriormente referidos, realizados para a realidade intraurbana. Propôs-se também, em caso afirmativo, verificar quais seriam essas premissas e de que forma se aplicariam ao espaço urbano.

Silva (2009) e Sicsú e Crocco (2003) elegeram, dentre outras, as variáveis população e renda para desenvolver seus estudos de localização da firma bancária, sendo a renda correspondente ao Produto Interno Bruto (PIB) das regiões analisadas. Para efeito de análise na escala intraurbana, estabeleceu-se correspondência com a população do setor censitário e a renda média *per capita* do mesmo setor, representada, exclusivamente, pela renda auferida pelas pessoas físicas residentes nos domicílios ali situados. Para esta dissertação, foram considerados os dados censitários do IBGE para os anos de 1991 e 2000, tanto para população quanto para a renda.

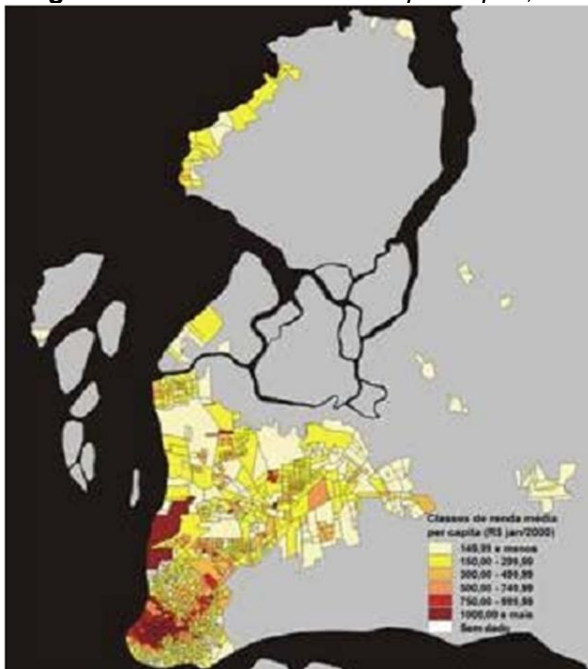
Silva (2009) testou a hipótese de que, quanto maior a concentração de renda em determinado município ou região, maior seria o mercado consumidor potencial e a competição nesse espaço geográfico, porém, ao final dos estudos, concluiu que, tanto a população quanto a renda foram significativos para ambos os regimes espaciais estudados⁷¹ (SILVA, 2009, p. 55).

Sicsú e Crocco (2003) concluíram que o volume e a distribuição da população não são boas variáveis para explicar a localização das agências bancárias. As variáveis capazes de, em grande medida, explicar essa localização são o volume de renda monetária e sua distribuição espacial e pessoal.

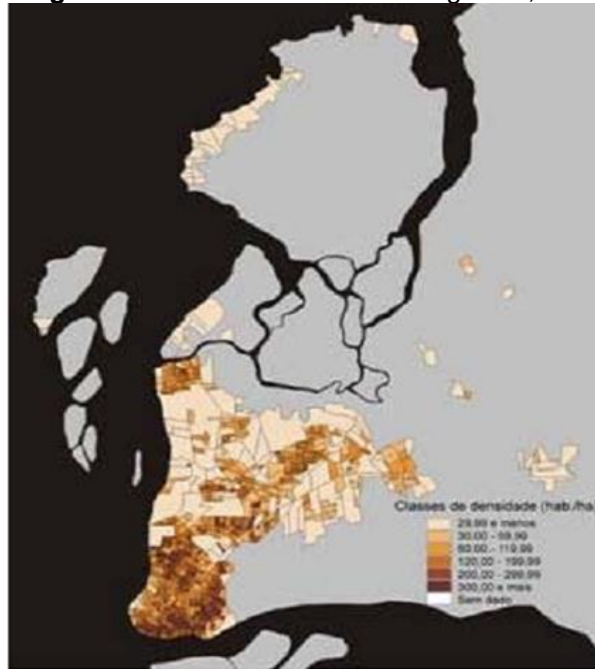
As Imagens 14, 15, 16 e 17 permitem visualizar as informações sobre a densidade de renda e de população na RMB, por setor censitário, nos anos de 1991 e 2000, respectivamente. Em ambos os anos observa-se que, na área de maior concentração de agências bancárias (o CME), as variáveis renda média *per capita* e densidade populacional mostraram comportamentos diferenciados em termos espaciais, pois os setores censitários com maior renda média *per capita* não correspondem aos de maior densidade populacional e vice-versa.

⁷¹ Silva definiu dois “regimes espaciais” para testar suas hipóteses, o primeiro correspondente a Região Metropolitana de Belo Horizonte e o segundo, às demais regiões do Estado de Minas Gerais (SILVA, 2009, p. 6).

Imagem 12 – RMB: Renda média *per capita*, 1991. **Imagem 13** – RMB: Densidade demográfica, 1991

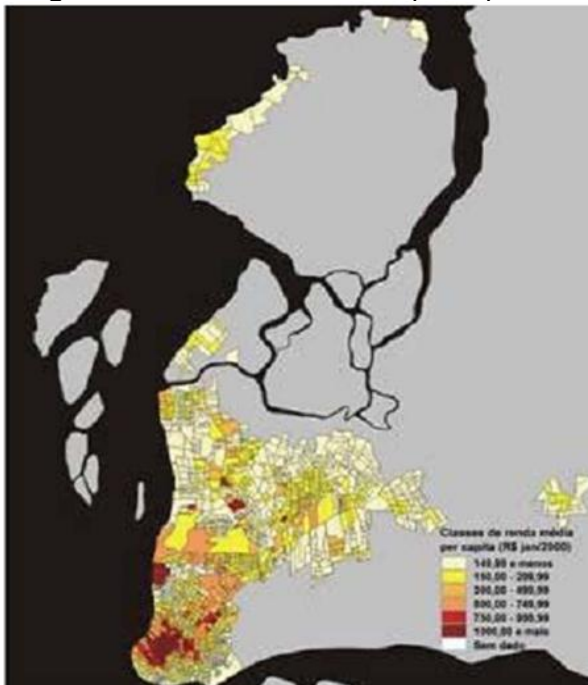


Fonte: Tourinho et al. (2001) apud SEDURB (2006).



Fonte: Tourinho et al. (2001) apud SEDURB (2006).

Imagem 14 – RMB: Renda média *per capita*, 2000. **Imagem 15** – RMB: Densidade demográfica, 2000.



Fonte: Tourinho et al. (2003) apud SEDURB (2006).

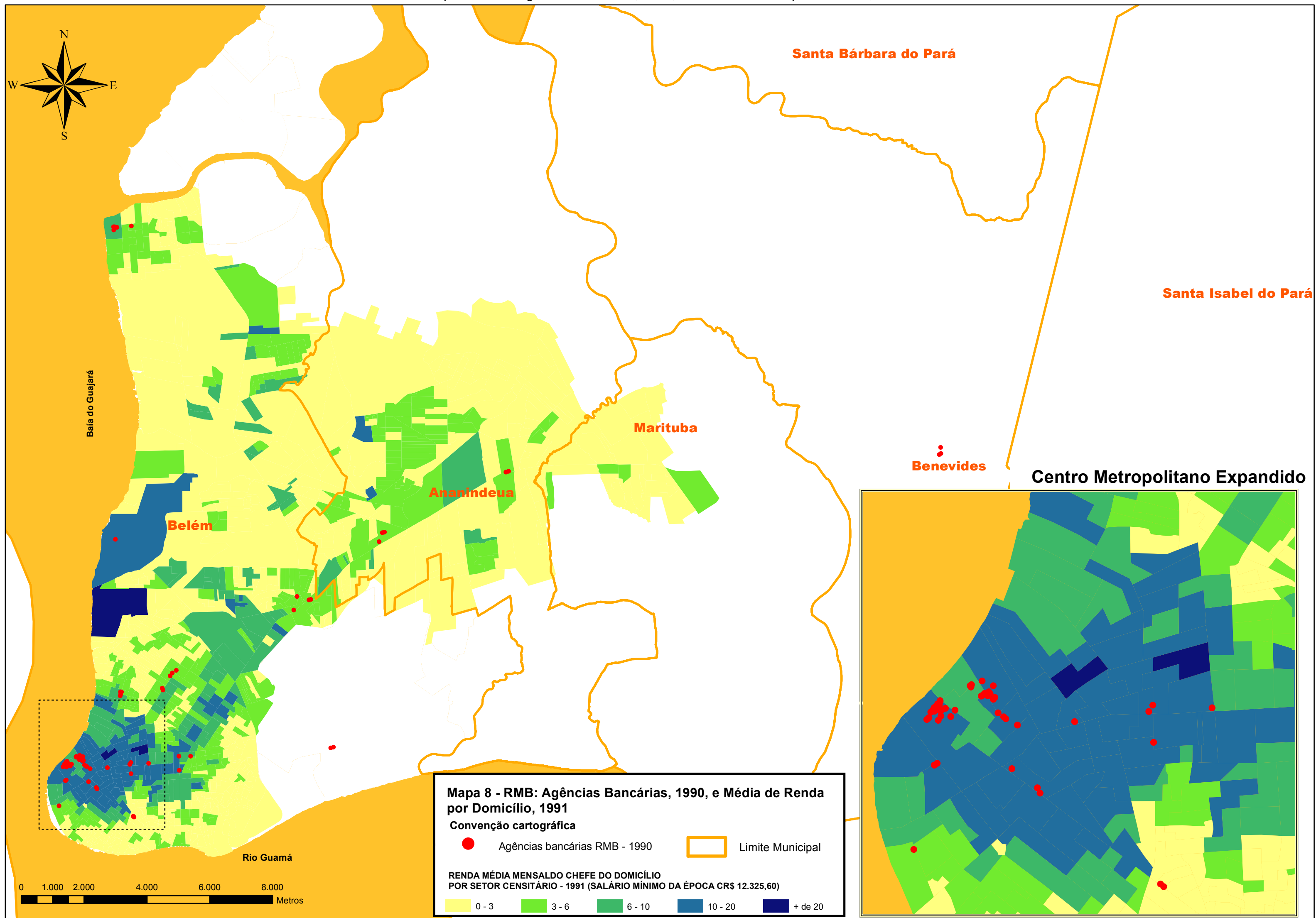


Fonte: Tourinho et al (2003), apud SEDURB (2006).

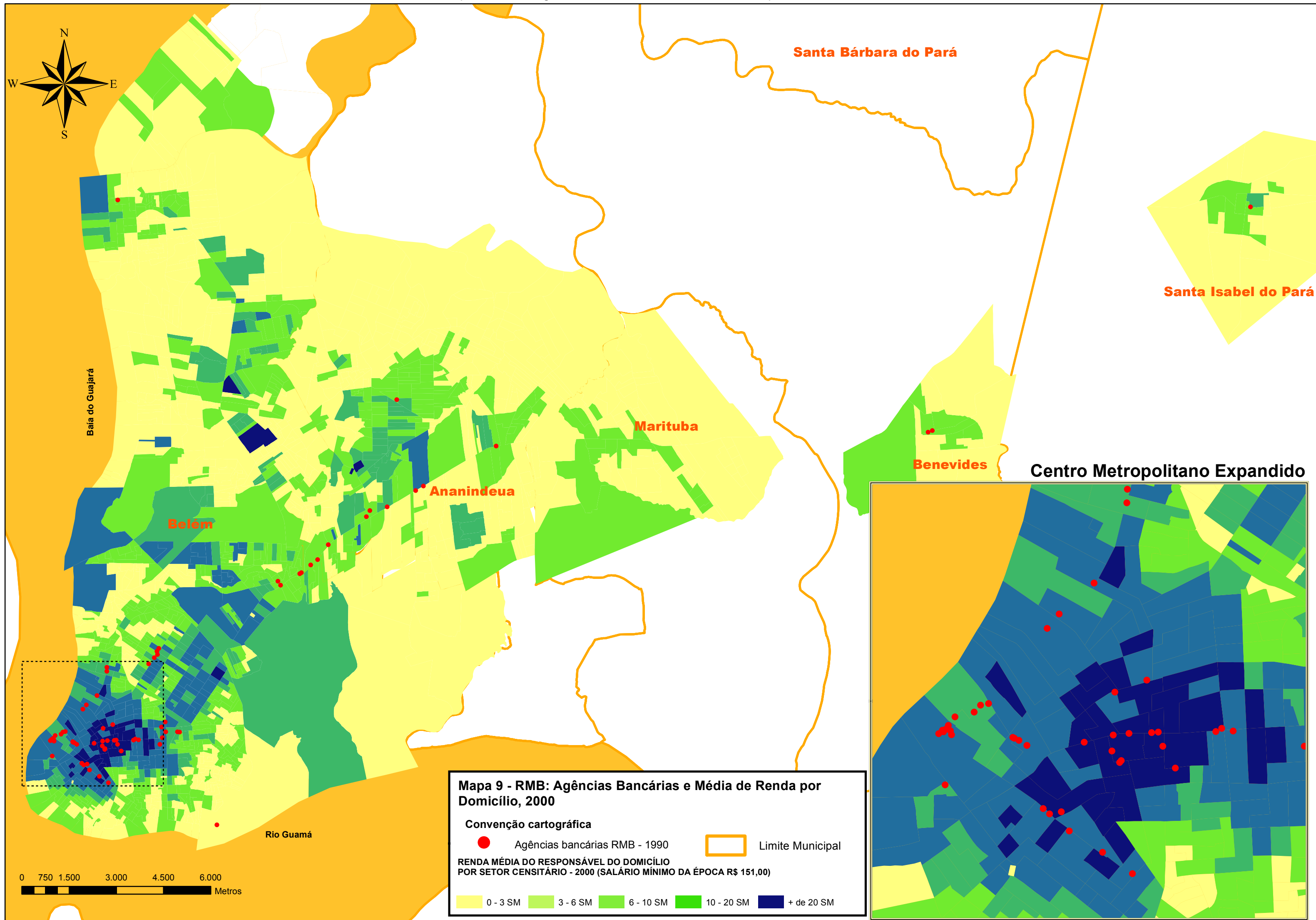
Para melhor testar a aproximação entre os dois estudos e o espaço intraurbano da metrópole belenense, foram construídos os Mapas 8 e 9 com as informações da renda média *per capita* dos domicílios por setor censitário e a

localização das agências bancárias existentes na RMB nos anos de 1990⁷² e 2000, respectivamente. A análise visual dos mapas permite inferir que, no período analisado, os serviços bancários estavam presentes, de forma predominante, nas áreas onde também se verificavam as maiores médias de renda *per capita* domiciliar, que não correspondiam às maiores densidades populacionais.

⁷² Pressupõe-se não ser relevante o fato de a informação censitária ser de 1991 e o das agências ser de 1990, pois se considera que a mobilidade, tanto dos padrões de renda dos domicílios quanto o da localização das agências, não apresentaram dinamismo capaz de causar divergências significativas no interstício de um ano.



Fonte: COHAB (1998); FEBRABAN (2010); IBGE (1991)
 Elaboração: Rosa M. C. Cunha e Souza. Execução: Raul Ventura Neto.



Fonte: COHAB (1998); FEBRABAN (2010); IBGE (1991)
 Elaboração: Rosa M. C. Cunha e Souza. Execução: Raul Ventura Neto.

Sem aprofundar questões decorrentes da correspondência que se estabeleceu para a variável renda, e sem o apoio de dados tratados estatisticamente, considera-se que as análises espaciais não são conclusivas, porém acredita-se que elas oferecem indícios de que, no caso do estudo de Silva (2009), é a hipótese e não o resultado que pode corresponder à escala intraurbana e que, no caso de Sicsú e Crocco (2003), a concentração de rendas médias *per capita* mais elevadas corresponde, em grande medida, à localização de agências bancárias nos anos analisados.

Sicsú e Crocco chamam a atenção para a importância que a moeda, o sistema financeiro e a política monetária têm em uma sociedade capitalista pelo poder que possuem de “afetar, de forma permanente, as variáveis reais da economia” (2003, p. 88). A essa consideração, aplicada pelos autores à economia regional, atribui-se importância semelhante, pelas mesmas razões, quando aplicada aos aspectos socioeconômicos e intraurbanos da questão. Considera-se importante que o desenvolvimento de trabalhos dessa natureza tenha prosseguimento e que a eles possam ser incorporadas análises das estratégias locais de serviços bancários na escala espacial intraurbana, e consideradas não somente as agências (postos tradicionais), mas também os canais de autoatendimento em ambas as escalas.

6.2 BANCOS SELECIONADOS: SITUAÇÃO ATUAL

Os canais de atendimento dos bancos selecionados⁷³, em 2010, apresentavam-se distribuídos pelos elementos da estrutura intraurbana conforme indicado na Tabela 11.

⁷³ Os bancos selecionados para a amostra foram: Banco do Brasil (BB), Banco do Estado do Pará (BANPARÁ), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Brasileiro de Desconto (BRADESCO), Banco Itaú-Unibanco e Banco Santander.

Tabela 11 – RMB: Canais de atendimento dos bancos selecionados por elementos da estrutura urbana em 2010.

LOCALIZAÇÃO NA ESTRUTURA URBANA	Agência	PAB	PAE	Bacno24 Hs	Corresp Bancário	TOTAL
	108	66	328	201	174	877
1. Centro Metropolitano Expandido	44	25	93	35	54	251
1.1 Centro Principal Metropolitano (CPM)	13	11	20	5	16	86
Rua 15 de novembro	4	0	2	0	0	6
Outras ruas do CPM	9	11	18	5	16	59
1.2 Áreas Pericentrais	31	14	73	30	38	186
Batista Campos	7	1	23	11	6	48
Nazaré	14	4	20	5	17	60
Reduto	1	1	6	4	3	15
Umarizal	9	8	24	10	12	63
2. Subcentros Metropolitanos	21	3	46	30	21	121
São Brás	8	3	16	8	9	44
Entroncamento	4	0	9	7	6	26
Icoaraci	5	0	5	1	1	12
Cidade Nova	4	0	16	14	5	39
3. Subcentros de Bairros	11	2	19	12	10	54
Pedreira	5	1	8	7	6	27
Telegrafo	6	1	11	5	4	27
4. Áreas Centrais Municipais	12	1	17	13	7	50
Ananindeua	5	1	8	6	1	21
Benevides	2	0	2	1	1	6
Marituba	2	0	3	4	2	11
Santa Bárbara do Pará (*)	0	0	2		2	4
Santa Isabel do Pará	3	0	2	2	1	8
5. Corredor de Atividades Múltiplas	7	6	33	9	5	60
BR-316	4	2	17	4	2	29
Av. Alnte. Barroso	3	4	16	5	3	31
6. Outras localizações / Bairros (¹)	13	29	120	102	77	341
Água Boa	0	0	0	1	1	2
Águas Brancas	0	0	0	2	1	3
Águas Lindas	0	0	1	4	5	10
Águas Negras	0	0	1	0	1	2
Agulha	0	0	1	3	0	4
Atalaia	1	0	4	1	0	6
Aurá	0	0	0	2	0	2
Bengui	0	0	0	4	3	7
Brasília	0	0	0	1	0	1
Campina	0	0	5	0	1	6
Canudos	0	0	1	1	1	3
Chapéu Virado	1	0	3	1	0	5
Cidade Velha	1	1	4	2	1	9
Condor	1	0	2	0	1	4
Coqueiro	0	2	7	12	6	27

Cremação	2	0	5	6	7	20
Cruzeiro	0	0	1	5	0	6
Curió-Utinga	0	2	0	0	0	2
Curuçambá	0	0	0	1	0	1
Distrito Industrial de Ananindeua	0	0	0	2	1	3
Distrito de Mosqueiro/centro	0	1	2	0	4	7
Fátima	0	0	5	0	0	5
Guajará	0	0	0	0	1	1
Guamá	2	3	8	6	6	25
Guanabara	0	0	3	1	1	5
Julia Seffer	0	0	0	0	1	1
Jurunas	1	0	8	4	4	17
Maguari	0	0	0	1	0	1
Mangueirão	0	1	5	6	4	16
Maracacuera	0	0	0	3	0	3
Maracangalha	0	0	1	0	0	1
Marambaia	0	0	9	10	4	23
Marco	1	8	15	9	8	41
Paar	0	0	0	1	0	1
Parque verde	0	1	5	1	2	9
Pratinha	0	0	3	1	0	4
Quarenta horas	0	0	0	1	1	2
Sacramenta	1	1	6	3	5	16
Souza	1	0	2	0	0	3
Tapanã	0	2	5	4	1	12
Tenoné	0	0	1	0	0	1
Terra Firme (Montese)	0	2	0	1	2	5
Universitário	0	0	2	0	0	2
Val-de-cães	1	5	5	2	4	17

Fonte: FEBRABAN (2010-2011); TecBan (2011); BB; BANPARA; CEF; BRADESCO; ITAÚ; SANTANDER (2010-2011).

Elaboração da autora.

(¹) Os bairros do Município de Ananindeua não estão definidos oficialmente. Foram considerados os indicados nos sites dos bancos selecionados.

Da Tabela 11 foram extraídos a Tabela-Resumo e o Gráfico que evidenciam a distribuição espacial da rede de atendimento dos bancos selecionados. Deles pode ser destacado o fato de que a rubrica “Outras localizações/bairros” contém a maioria (38,9%) dos pontos de atendimento constituídos por esse grupo de canais dos bancos selecionados, seguidas do CME, com 28,6% da totalidade. Apenas as agências se mantêm concentradas no CME.

Tabela 12 – RMB: Canais de atendimento dos bancos selecionados por elementos da estrutura urbana em 2010. Resumo e participação percentual.

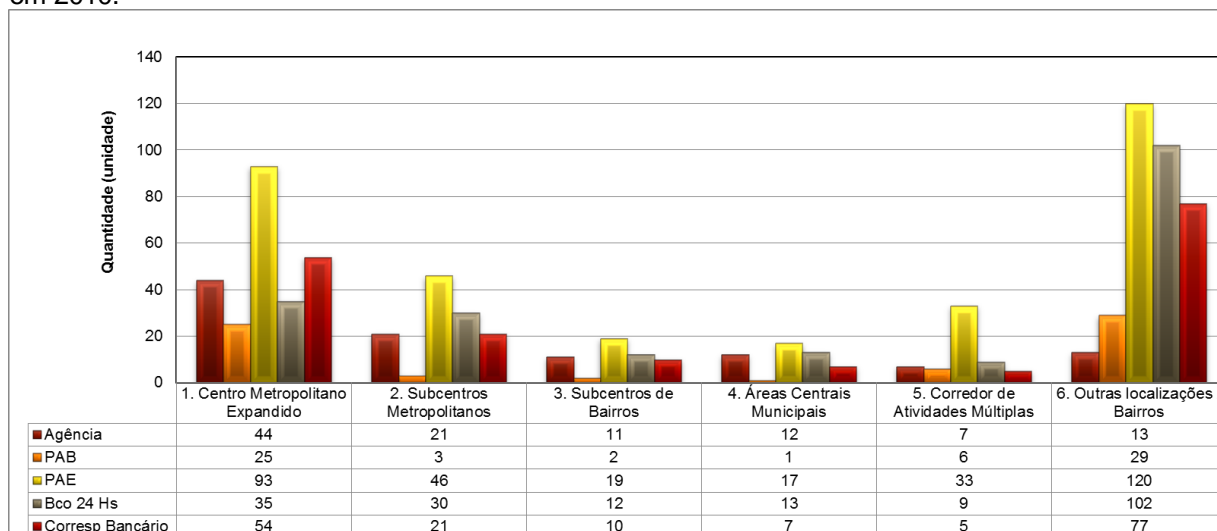
ELEMENTO DA ESTRUTURA URBANA	Agência			PAB			PAE			Bco 24 Hs			Corresp Bancário			total	
	abs	% tot agências	% elem est urb	abs	% tot PAB	% elem est urb	abs	% tot PAE	% elem est urb	abs	% tot Bco 24 Hs	% elem est urb	abs	% tot corresp banc	% elem est urb	abs	%
total	108	100,0%	12,3%	66	100,0%	7,5%	328	100,0%	37,4%	201	100,0%	22,9%	174	100,0%	19,8%	877	100,00%
1. Centro Metropolitano Expandido	44	40,7%	17,5%	25	37,9%	10,0%	93	28,4%	37,1%	35	17,4%	13,9%	54	31,0%	21,5%	251	28,60%
2. Subcentros Metropolitanos	21	19,4%	17,4%	3	4,5%	2,5%	46	14,0%	38,0%	30	14,9%	24,8%	21	12,1%	17,4%	121	13,80%
3. Subcentros de Bairros	11	10,2%	20,4%	2	3,0%	3,7%	19	5,8%	35,2%	12	6,0%	22,2%	10	5,7%	18,5%	54	6,20%
4. Áreas Centrais Municipais	12	11,1%	24,0%	1	1,5%	2,0%	17	5,2%	34,0%	13	6,5%	26,0%	7	4,0%	14,0%	50	5,70%
5. Corredor de Atividades Múltiplas	7	6,5%	11,7%	6	9,1%	10,0%	33	10,1%	55,0%	9	4,5%	15,0%	5	2,9%	8,3%	60	6,80%
6. Outras localizações / Bairros	13	12,0%	3,8%	29	43,9%	8,5%	120	36,6%	35,2%	102	50,7%	29,9%	77	44,3%	22,6%	341	38,90%

Fonte: FEBRABAN (2010-2011); TecBan (2011); BB; BANPARÁ; CEF; BRADESCO; ITAÚ; SANTANDER (2010-2011).

Elaboração da autora.

Nota: os números em vermelho indicam o elemento da estrutura urbana em que se verifica a maior concentração do respectivo canal de atendimento.

Gráfico 6 – RMB: Canais de atendimento dos bancos selecionados por elemento da estrutura urbana em 2010.



Fonte: FEBRABAN (2010-2011); TecBan (2011); BB; BANPARÁ; CEF; BRADESCO; ITAÚ; SANTANDER (2010-2011).

Elaboração da autora.

Em seguida, são apresentados e analisados os resultados da pesquisa empírica sobre o impacto das novas TICs na prestação de serviços bancários, segundo os vários canais de atendimento, que foram agrupados de acordo com o critério da autonomia e da necessidade de deslocamento do usuário para acessar aos serviços bancários. Esses dois aspectos correspondem aos dois principais impactos das TICs nos serviços bancários, quais sejam: a possibilidade de acessá-los sem copresença, e a desnecessidade de deslocamento para esse acesso.

6.2.1 O atendimento copresencial: as agências bancárias, seus postos de atendimento bancário (PABs) e os correspondentes bancários.

As agências bancárias, seus respectivos PABs⁷⁴ e os correspondentes bancários constituem o primeiro grupo a ser analisado. São canais de atendimento copresencial e demandam deslocamento do usuário para obter os serviços bancários por eles oferecidos. A espacialização desses pontos de atendimento⁷⁵ consta dos Mapas 10, 11 e 12, também apresentados em conjunto no Mapa 13. A respeito desse grupo, pode-se afirmar que

a) as **agências** representam 12,3% do total de canais de atendimento e se mantêm nas subcentralidades de maior nível hierárquico, com destaque para o centro metropolitano expandido, com 40,7% do total das agências localizadas na RMB;

b) os **PABs**, localizados no interior de instituições públicas e de empresas privadas, representam o canal de atendimento com menor participação no universo dos existentes na RMB, com apenas 7,5% do total, e sua localização está concentrada em Outras localizações/Bairros e no CME, com percentuais de 43,9% e 37,9%, respectivamente;

c) os **Correspondentes Bancários**⁷⁶ são o terceiro canal de atendimento mais numeroso na RMB, com 174 pontos de atendimento; à semelhança dos PABs,

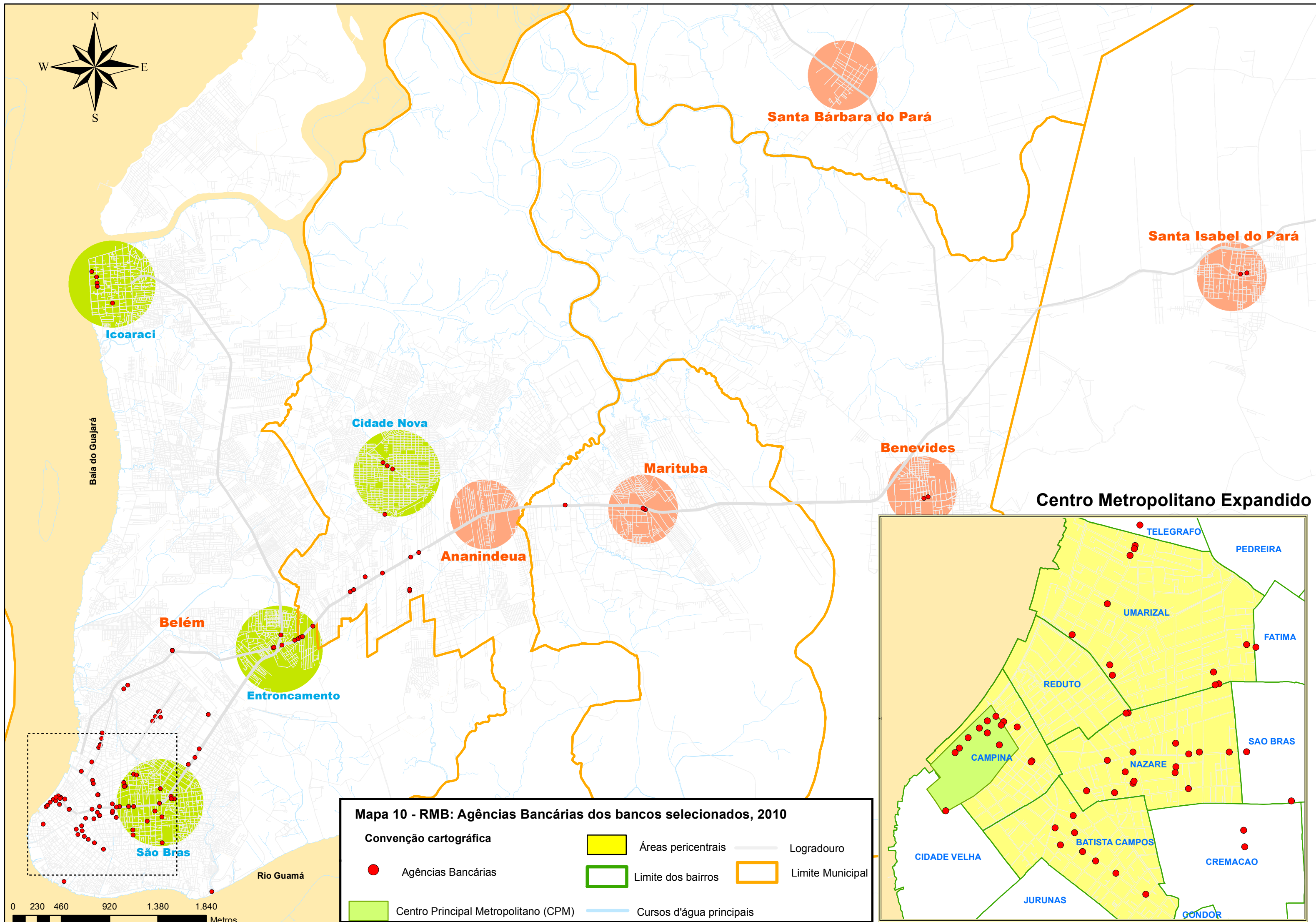
⁷⁴ **Posto de Atendimento Bancário (PAB)**, de acordo com o Art. 4º da Resolução CMN 2.099, de 17 de agosto de 1994, é a dependência de banco múltiplo com carteira comercial, de banco comercial e de caixa econômica, que somente pode ser instalada em recinto interno de entidade da administração pública ou de empresas privadas e destina-se a prestar todos os serviços para os quais a instituição esteja regulamentarmente habilitada, de exclusivo interesse do respectivo governo e de seus funcionários, quando instalado em entidade de administração pública, e da respectiva empresa, de seus empregados e administradores, quando instalado em dependência de empresa privada. Subordina-se à sede ou a uma agência instalada no mesmo Município, a cuja contabilidade seu movimento diário deve ser incorporado na mesma data em que ocorrer. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/e88-2000/texto.asp?idpai=RELSFN19882000>>. Acesso em: 05 mar. 2011. A localização dos PABs, portanto, não tem importância para este estudo porque suas características locais dizem respeito à atividade exercida pela instituição ou empresa que a abriga e não aos aspectos específicos da atividade bancária.

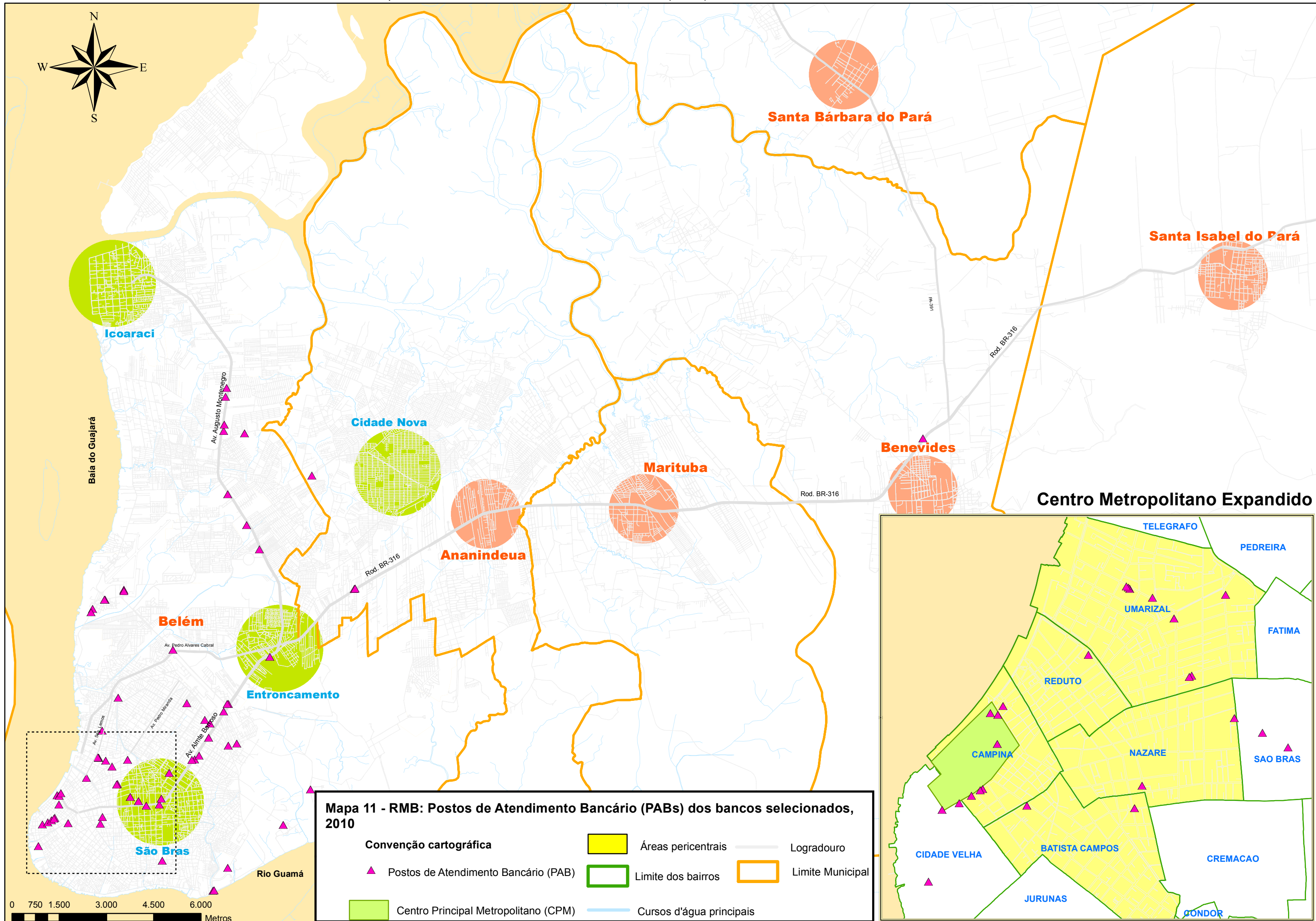
⁷⁵ **Pontos de atendimento**, para efeito desta dissertação, são definidos como os locais onde se situam os prédios e onde estão instalados os equipamentos por meio dos quais os serviços bancários são prestados.

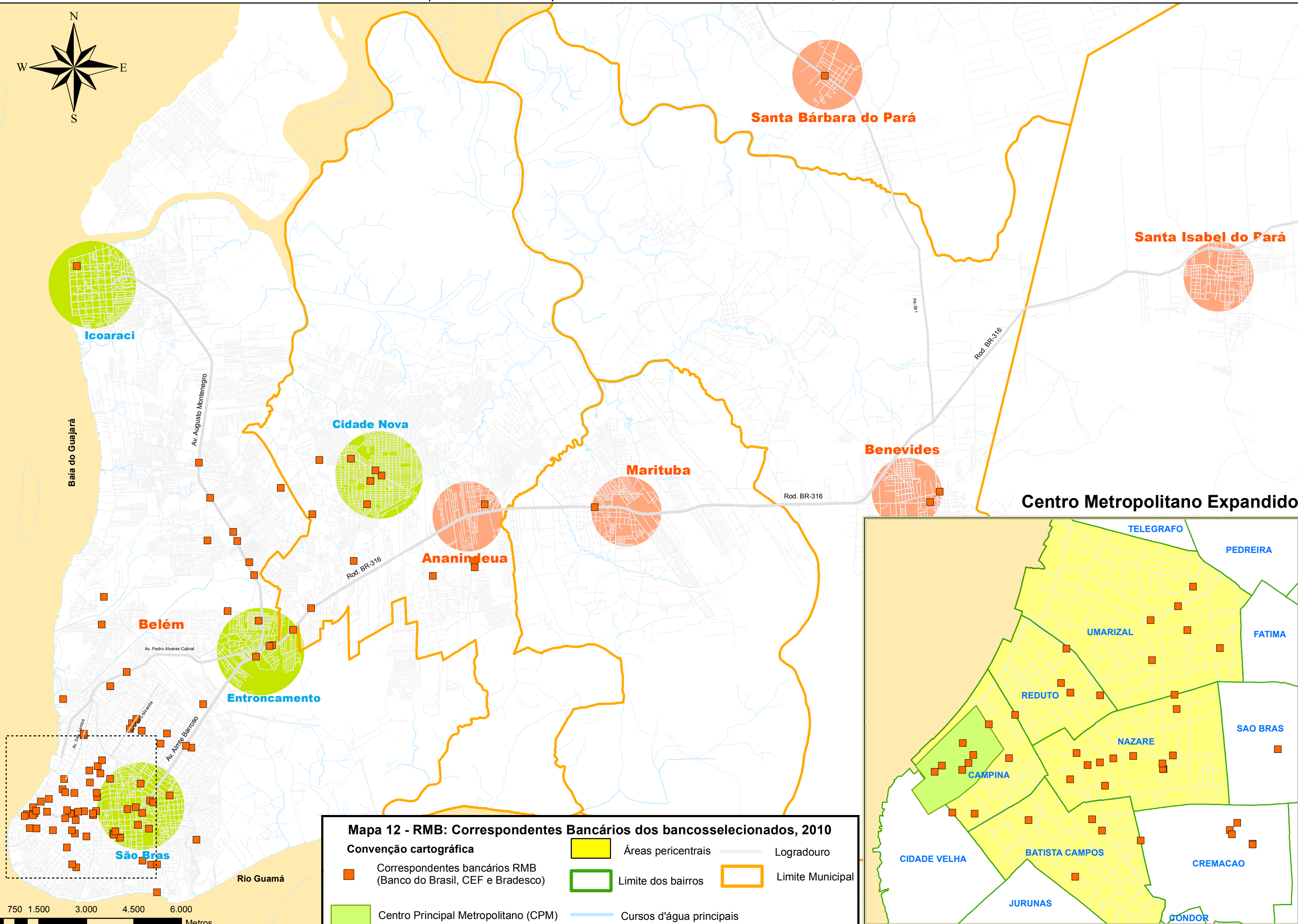
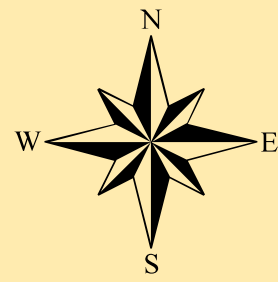
⁷⁶ Ressalta-se que os bancos contratantes aqui referidos são o Banco do Brasil (BB), a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Brasileiro de Desconto (Bradesco), uma vez que os demais que compõem a amostra [Banco do Estado do Pará (Banpará), Itaú-Unibanco e Banco Santander] não oferecem essa modalidade de atendimento.

concentram-se em Outras localizações/ bairros e no CME, com 44,3% e 31,0%, respectivamente.

Interessante observar que a localização dos correspondentes alcança áreas residenciais de baixa renda e oferece a essa população o atendimento copresencial até então prestado, exclusivamente pelas agências que se localizam, preferencialmente, em áreas de expressiva aglomeração. As condições em que os correspondentes bancários prestam serviços não foram objeto desta pesquisa, mas admite-se que apresentam algum nível e de precariedade, tanto pelos aspectos físicos (instalações) e de atendimento (realizado por empregados não habilitados formalmente para o exercício da função), quanto pelos aspectos operacionais. Existem limites operacionais para as transações financeiras e um grande distanciamento do poder decisório para contratações (abertura de conta corrente, crédito etc.).



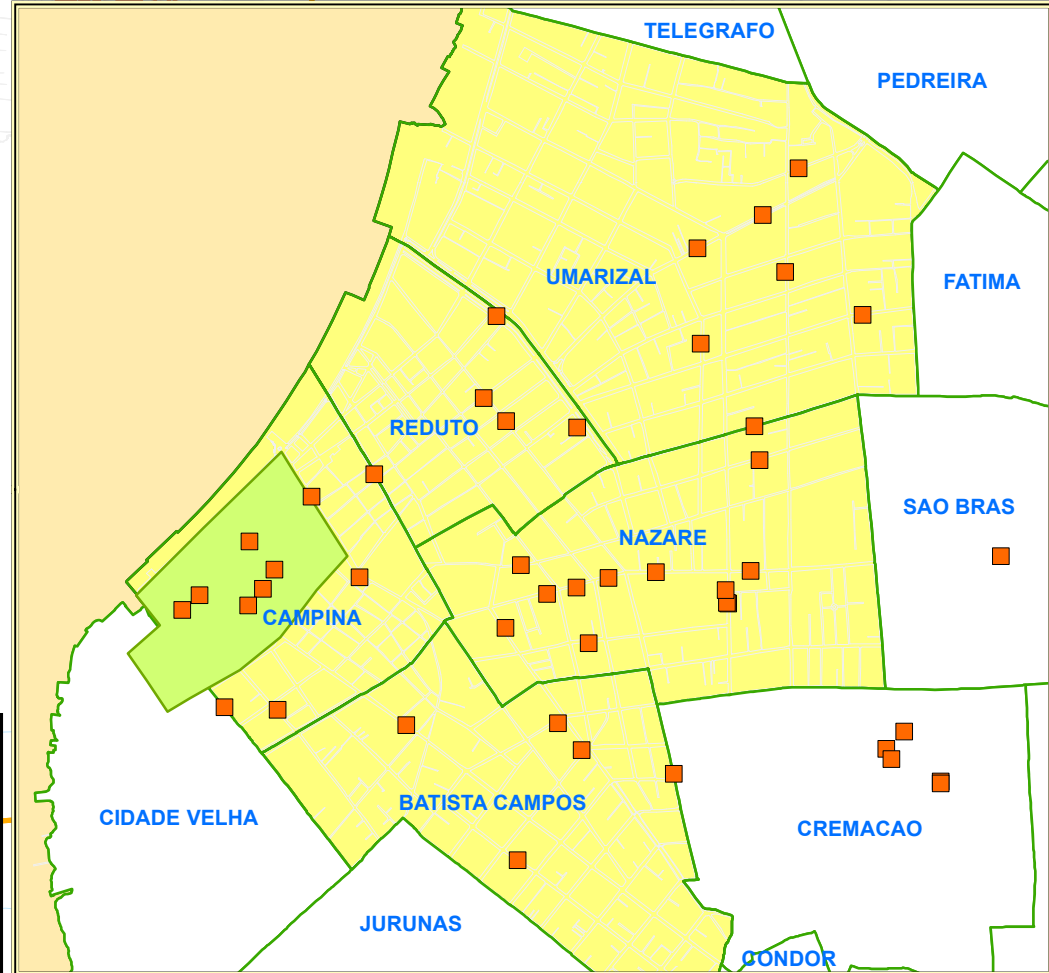




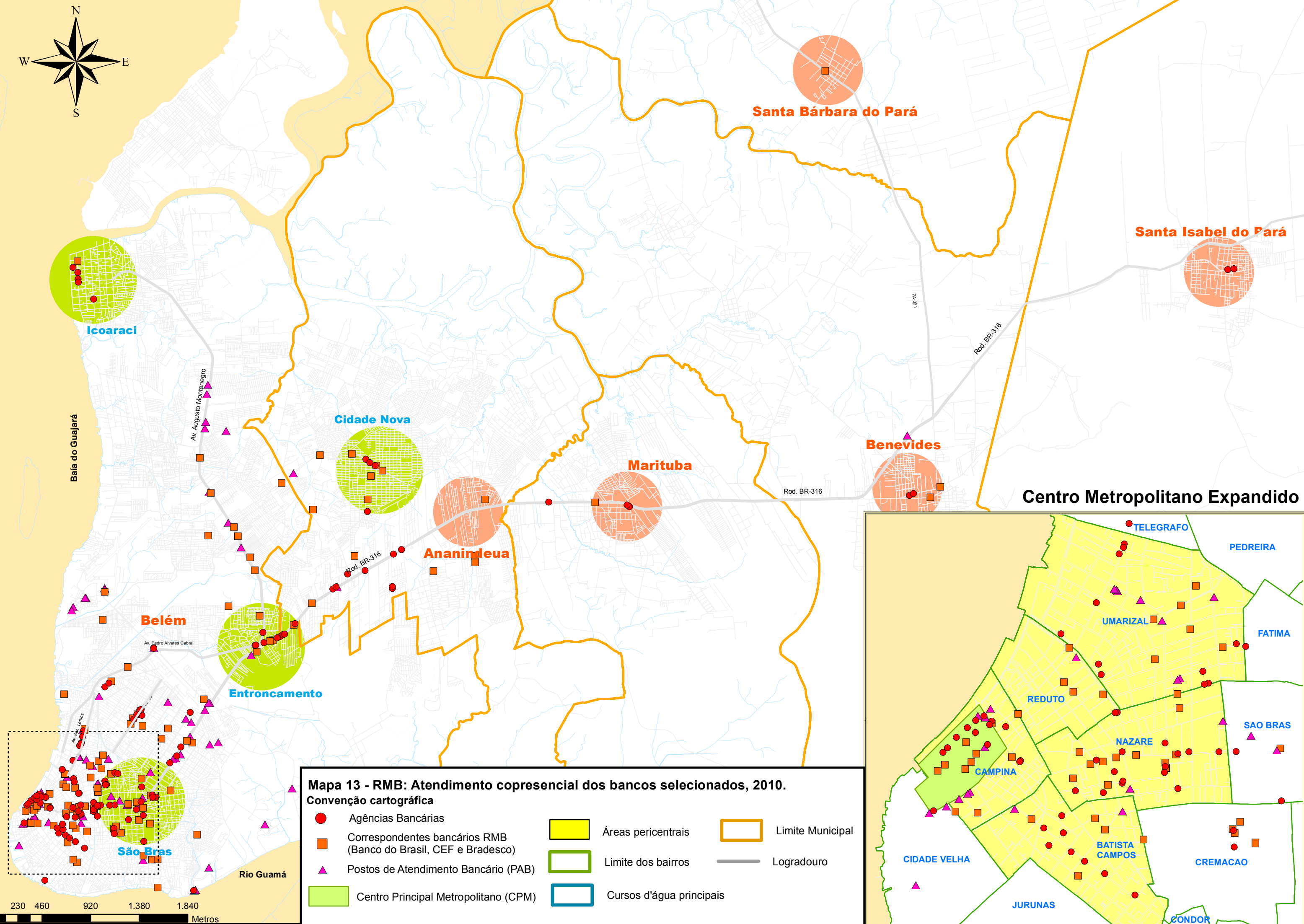
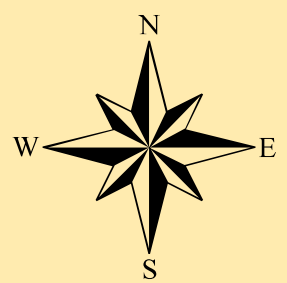
Mapa 12 - RMB: Correspondentes Bancários dos bancos selecionados, 2010

Convenção cartográfica

	Correspondentes bancários RMB (Banco do Brasil, CEF e Bradesco)		Áreas pericentrais		Logradouro
	Limite dos bairros		Limite Municipal		Cursos d'água principais
	Centro Principal Metropolitano (CPM)				



Fonte: COHAB (1998); BB (2011); CEF (2011); BRADESCO (2011)
 Elaboração: Rosa M. C. Cunha e Souza. Execução: Raul Ventura Neto.



Mapa 13 - RMB: Atendimento copresencial dos bancos selecionados, 2010.

Convenção cartográfica

● Agências Bancárias	 Áreas pericentrais	 Limite Municipal
■ Correspondentes bancários RMB (Banco do Brasil, CEF e Bradesco)	 Limite dos bairros	 Logradouro
▲ Postos de Atendimento Bancário (PAB)	 Centro Principal Metropolitano (CPM)	 Cursos d'água principais

Fonte: COHAB (1998); FEBRABAN (2010); BB (2011); CEF (2011); BRADESCO (2011)
 Elaboração: Rosa M. C. Cunha e Souza. Execução: Raul Ventura Neto.

Segundo entrevista realizada com o supervisor de Canais de Atendimento da Caixa Econômica, agência Museu Emilio Goeldi⁷⁷, os correspondentes bancários da CEF⁷⁸ são classificados em lotéricos (casas lotéricas, que atuam nos moldes dos correspondentes bancários dos outros bancos) e não lotéricos. Os correspondentes não lotéricos são as imobiliárias⁷⁹ responsáveis pelo atendimento à demanda por financiamento habitacional – que é uma das características da CEF – e os correspondentes negociais que atuam como seus representantes comerciais no que se refere a empréstimos, cartão de crédito e outros produtos comerciais, mas não transacionam com moeda em espécie (não recebem nem efetuam pagamentos).

A Tabela 13 mostra que o crescimento do volume dos serviços prestados pelos correspondentes bancários foi muito significativo no cômputo geral dos canais de acesso, tanto em termos percentuais quanto em termos absolutos.

Tabela 13 - Pagamento de conta/tributo e transferência de crédito: Canal de acesso utilizado pelo usuário, Brasil.

Canal de acesso	2006	2007	2008	2009	2010	milhões
						2006–2010 (%)
Correspondentes Bancários	1.338	1.612	1.704	1.932	2.157	61
Internet, Home e Office Banking	869	1.070	1.260	1.470	1.782	105
Agências-Postos tradicionais	1.428	1.432	1.517	1.466	1.493	5
ATM	383	470	503	513	598	56
Centrais de Atendimento (call center)	22	23	25	29	30	34
Telefones Celulares e PDAs (Wireless)	0	2	3	3	3	1.022

Fonte: BACEN (2011).

⁷⁷ Nelson Mauricio Lima Jassé. Correspondentes bancários da CEF. Entrevista concedida à autora. Belém, ago. 2011.

⁷⁸ A CEF apresenta um diferencial nos seus serviços em relação aos demais bancos selecionados que é o atendimento aos trabalhadores por meio do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), do Programa de Integração Social (PIS) e do Seguro-Desemprego, além de tradicionalmente atender à demanda por financiamentos habitacionais.

⁷⁹ As imobiliárias são classificadas pela CEF em diferenciadas e automatizadas. As diferenciadas executam todos os serviços atribuídos à Caixa, com exceção da análise final e da assinatura do contrato que é realizada na agência da Caixa à qual a imobiliária está vinculada. Neste caso o usuário dirige-se à Caixa apenas uma vez porque todo o desenvolvimento do processo é realizado na própria imobiliária. No caso das imobiliárias automatizadas o processo inicia e termina nesses correspondentes, que inclusive têm acesso ao sistema informatizado da Caixa para proceder a esse tipo de atendimento, e apenas o processo (documentos em papel) segue para a agência à qual o correspondente está vinculado para avaliação de conformidade, retornando em seguida para a assinatura pelo cliente nas instalações da imobiliária. Neste caso, o usuário não se dirige à agência da CEF para obter os serviços de financiamento habitacional. Segundo o Supervisor da CEF, estes procedimentos vêm reduzindo muito o fluxo de pessoas nas agências e a tendência é a ampliação dos serviços prestados por meio dos correspondentes.

O crescimento do número de pagamentos e transferências de crédito realizados pelos correspondentes bancários foi de 61% no período entre 2006 e 2010, ficando abaixo apenas do crescimento do canal representado pelo acesso remoto, que cresceu 105%. Destaca-se que o menor crescimento no período foi o das agências (5%).

A Tabela 13 mostra que, mesmo tendo crescido percentualmente mais que os correspondentes bancários, as transações por acesso remoto, em números absolutos, ainda são menos numerosas que as realizadas por meio dos correspondentes bancários. Observa-se também que, em 2006, foram realizados pagamentos e transferências de crédito por meio das agências bancárias em quantidade 7% superior às realizadas por meio dos correspondentes no mesmo ano. Em 2010, observa-se uma inversão: os pagamentos e transferências de créditos realizados com a utilização dos correspondentes bancários foram 44,5% superiores aos realizados nas agências.

Fica evidente que as agências bancárias são cada vez menos utilizadas para realizar serviços bancários rotineiros, os mais freqüentes. Anteriormente, os usuários, para ter acesso a esses serviços, eram obrigados a manter um fluxo de deslocamento para as agências; atualmente, graças ao maior número de pontos de atendimento disponíveis, localizados de maneira mais pulverizada no território metropolitano, pode-se supor que os deslocamentos se dão em várias direções e com frequência variada.

6.2.2 O autoatendimento parcial: *Automated Teller Machine* (ATM) e Atendimento Telefônico Personalizado.

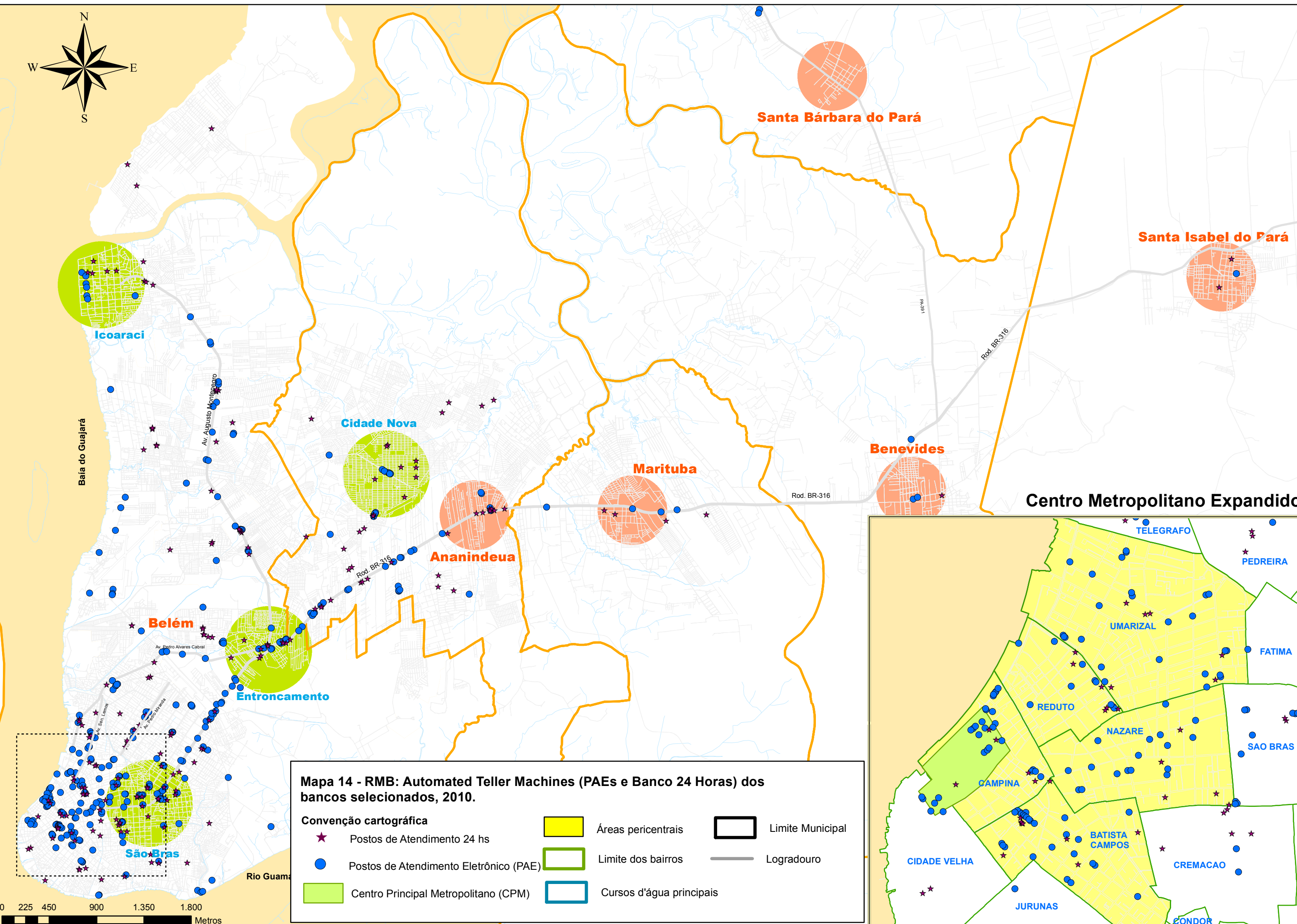
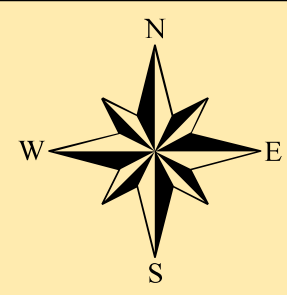
O autoatendimento parcial é aquele em que o usuário tem relativa autonomia para obter os serviços bancários (dia, hora e local), dispensa o atendimento copresencial, mas ainda necessita de algum recurso, material ou humano disponibilizado pelo banco para obtê-lo. O uso dos ATMs⁸⁰ implica em

⁸⁰ Os endereços dos ATMs foram assim obtidos: o dos PAEs, em dezembro de 2010, no site dos respectivos bancos, e o dos Banco 24 Horas, no site da TecBan, no terceiro trimestre de 2011. No caso dos últimos, ressalta-se que os equipamentos considerados atendem de forma não exclusiva aos usuários dos bancos selecionados devido à característica desse tipo de serviço que é o

deslocamento, o que não acontece quando o usuário recorre ao atendimento telefônico personalizado, que, em razão da peculiaridade, não figura nos mapas onde os canais de atendimento são espacializados.

Os ATMs visualizados no Mapa 14 estão localizados em *shoppings centers*, supermercados, aeroportos, farmácias, universidades etc. e, no caso dos PAEs (v. Mapa 15), também se encontram disponíveis nas respectivas agências bancárias, em área planejada para permitir o livre acesso aos usuários, todos os dias e em todos os horários, oferecendo a mesma facilidade de acesso dos equipamentos situados em outros locais. Esses equipamentos localizam-se, predominantemente, em Outras localizações/Bairros, com destaque para os Bancos 24 Horas (v. Mapa 16), que têm 50% de seus equipamentos aí situados.

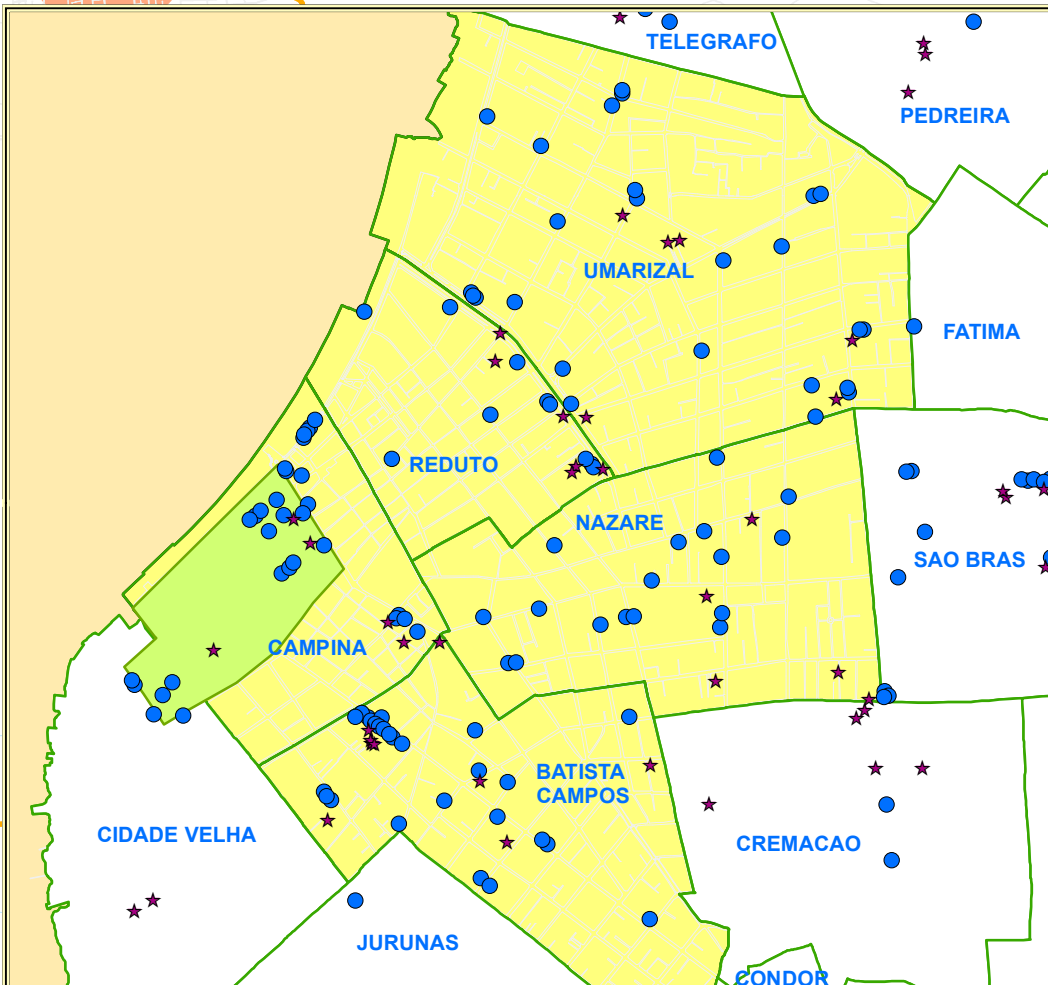
compartilhamento de redes de terminais de autoatendimento, permitindo que clientes de uma instituição financeira (banco emissor) utilizem terminais de autoatendimento de outra instituição financeira (rede proprietária) para realizar operações como saques, saldos, extrato, dentre outras.

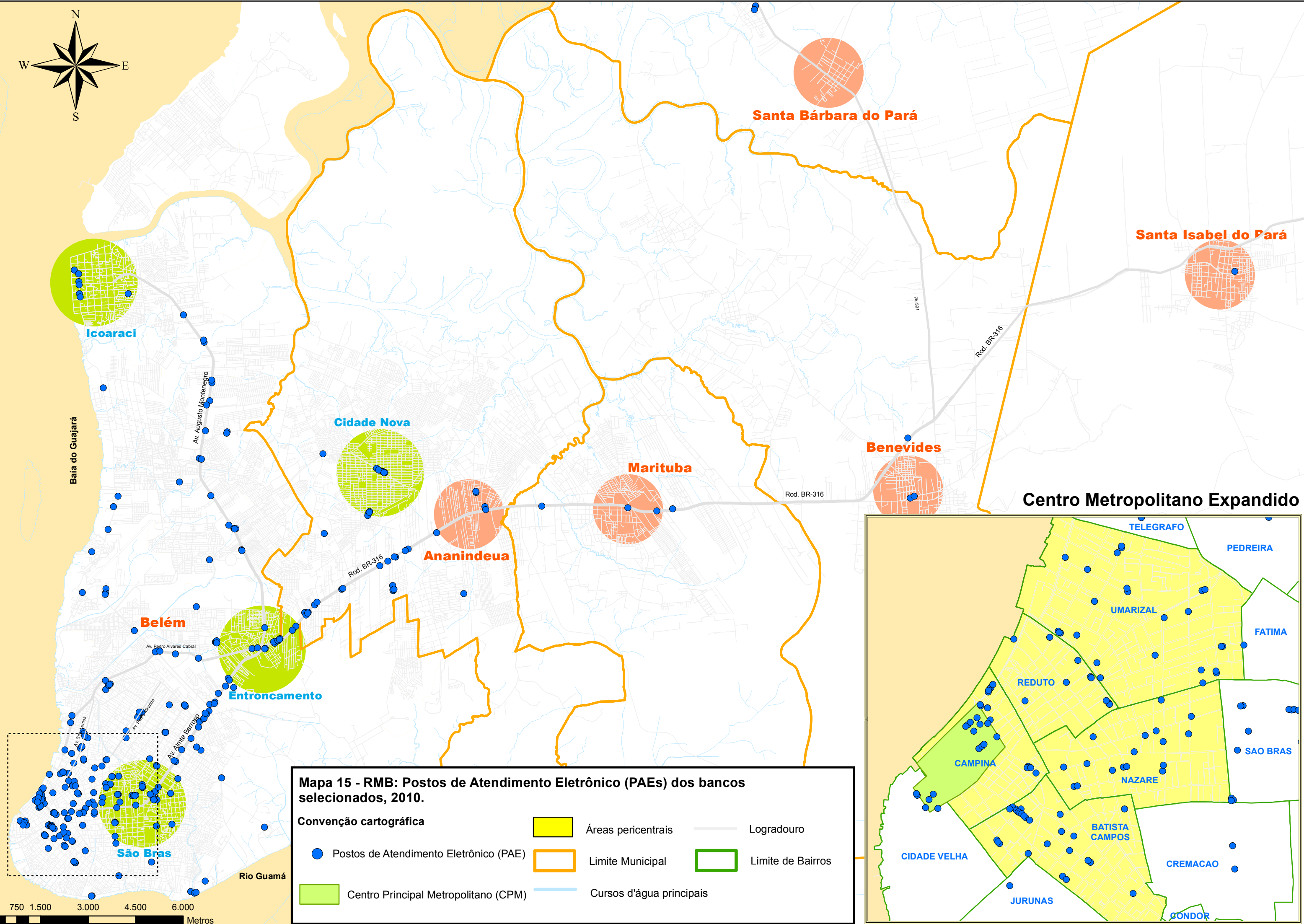
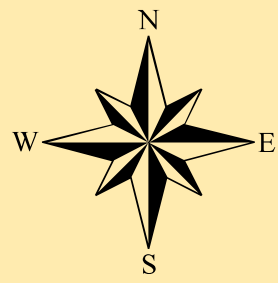


Mapa 14 - RMB: Automated Teller Machines (PAEs e Banco 24 Horas) dos bancos selecionados, 2010.

Convenção cartográfica

★	Postos de Atendimento 24 hs	Áreas pericentrais	▭	Limite Municipal
●	Postos de Atendimento Eletrônico (PAE)	▭	▬	Logradouro
▭	Centro Principal Metropolitano (CPM)	▭	▭	Cursos d'água principais

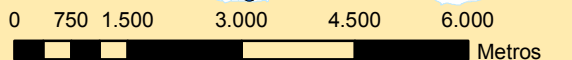




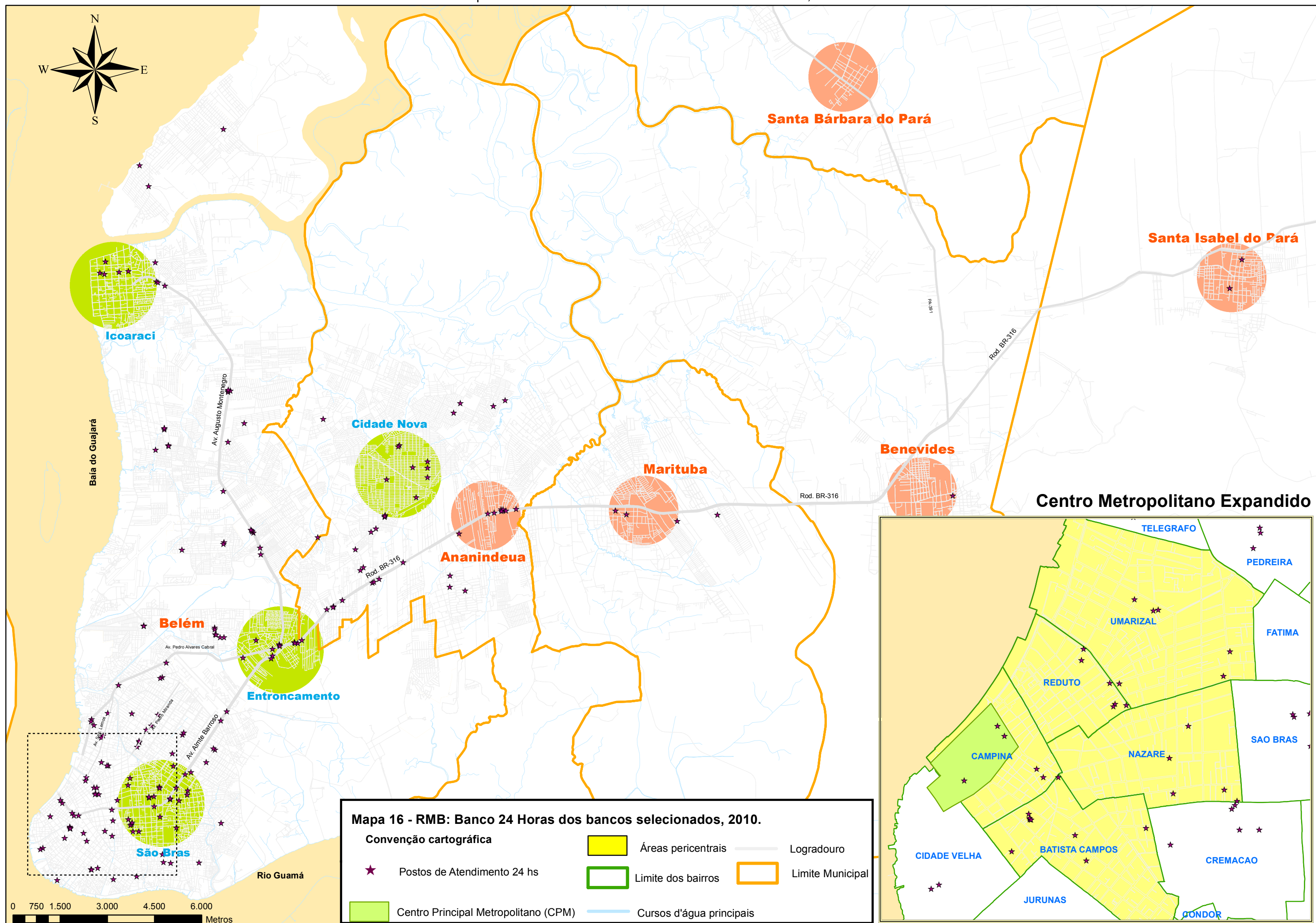
Mapa 15 - RMB: Postos de Atendimento Eletrônico (PAEs) dos bancos selecionados, 2010.

Convenção cartográfica

	Áreas pericentrais		Logradouro
	Postos de Atendimento Eletrônico (PAE)		Limite Municipal
	Centro Principal Metropolitano (CPM)		Limite de Bairros
			Cursos d'água principais



Fonte: COHAB (1998); FEBRABAN (2010)
 Elaboração: Rosa M. C. Cunha e Souza – Execução: Raul Ventura Neto.



Desde 2001 é crescente a utilização dos ATMs para a realização de transações financeiras. Na Tabela 14, os indicadores de utilização, no período de 2001 a 2004, apresentam crescimento, tanto na quantidade total de transações, quanto na quantidade de transações por habitante, expressando, segundo o BACEN, o crescimento da confiança dos usuários nesse canal de atendimento. O terceiro indicador expressa uma referência de otimização do uso do ATM, que o BACEN busca ampliar, fomentando, sobretudo, o compartilhamento do equipamento entre os bancos.

Tabela 14 – ATM: Quantidade de transações, Brasil.

Transações em ATM	2001	2002	2003	2004	2001 – 2004 (%)
Quantidade total de transações (milhões)	3.817	5.021	5.672	6.192	62,2
Quantidade de transações por habitante	22	29	32	35	57,3
Quantidade de transações por terminal	34.274	38.647	41.824	44.400	29,5

Fonte: BACEN (2005).

A Tabela 15 mostra a evolução dos mesmos dados no período de 2005 a 2010, um período maior e mais recente de seis anos de análise. Observa-se que o crescimento continua positivo, porém em um ritmo menor. A quantidade de transações que, no período anterior crescera 62,2%, nesse período cresce menos da metade, ou seja, 26%, o mesmo acontecendo com o crescimento da quantidade de transações por habitante, situado em 18%, cerca de um terço do crescimento verificado no período anterior, de 57,3%.

Acredita-se que a redução nas taxas de crescimento se deva ao ingresso dos correspondentes bancários e do acesso remoto como canais alternativos de atendimento aos usuários de serviços bancários.

Tabela 15 - Rede de terminais ATM: Quantidade de transações, Brasil.

Transações em ATM	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2005 – 2010 (%)
Quantidade total de transações (milhões)	6.782	7.342	7.553	7.954	8.197	8.558	26
Quantidade de transações por habitante	38	40	41	43	43	45	18
Quantidade de transações por terminal	46.203	49.762	49.314	50.210	49.507	48.926	6

Fonte: BACEN (2011).

A localização dos ATMs permite concluir que houve uma ampla distribuição, tanto de PAEs quanto de Banco 24 Horas, no espaço intraurbano da RMB, notadamente em Outras localizações/bairros.

6.2.3 O autoatendimento Integral - Acesso Remoto e Atendimento Telefônico Eletrônico

O autoatendimento integral é considerado aquele em que o usuário obtém os serviços com total autonomia, sem a participação direta de recursos humanos ou materiais dos bancos, ou seja, o usuário acessa serviços que foram virtualizados⁸¹, por meio de veículos (telefones, fixos e celulares, e computadores) próprios ou de terceiros, excluídos os de propriedade dos bancos ou contratados por estes, disponibilizados em ambientes públicos ou privados de maneira particular (residências, quiosques, escritórios, *cybers* etc.).

Já se demonstrou que as novas TICs causaram um grande impacto na prestação dos serviços bancários, pois, além de terem propiciado sua automação, com grandes repercussões no âmbito da gestão, da segurança e dos controles intra e interbancários, favoreceram a descentralização dos serviços e a diversificação das formas e meios de atendimento aos usuários. O maior dos impactos, entretanto, foi a oferta virtual da grande maioria dos serviços que, notadamente a partir de 2000, tiveram participação crescente no cômputo geral das transações bancárias.

Relembre-se que, para efeito de análise dos dados, os serviços oferecidos pelos bancos por meio do canal de atendimento telefônico serão considerados juntamente com os de autoatendimento integral, pois ambas as modalidades não têm localização fixa na RMB. Pensou-se, a princípio, que, a partir da localização de telefones fixos e de computadores existentes nas residências e em *cybers*, seria possível obter referência física e fixa do autoatendimento, porém verificou-se que esses equipamentos, computadores e telefones fixos⁸² também estão presentes em edifícios de outros usos (escritórios, hospitais, indústrias, lojas etc.), o que torna difícil estabelecer e mensurar o tipo e o uso que deles é feito.

De acordo com a Síntese dos Indicadores de 2008-2009 da PNAD (IBGE, 2009), do total de domicílios particulares e permanentes existentes no Brasil em

⁸¹ “Por ‘virtualização’ entende-se a remoção de todos os constrangimentos de tempo, lugar e forma, possibilitados pela convergência de meios de computação, de telecomunicação e visuais” (BALDOCK, 1997 apud PROENÇA; SILVA, 2008, p. 92).

⁸² Acrescenta-se que, de acordo com a Pesquisa TIC - Domicílios e Empresas 2010 (CGI.br, 2011), os computadores e telefones móveis vêm obtendo a preferência na aquisição desses tipos de equipamento.

2001, apenas 27,9% tinham telefones fixos e, em 2009, esse percentual caiu para 5,8%. Computadores com acesso à *Internet* estavam presentes em 8,5% dos domicílios em 2001 e em 2009 existiam em 27,7% deles, o que representa um crescimento da ordem de 326% em nove anos. De acordo com a Pesquisa TIC-Domicílios e Empresas 2010 (CGI.br, 2011), 57% dos usuários da *Internet* acessam-na a partir dos domicílios, mas também são identificados outros locais de acesso, o que reforça a dificuldade no estabelecimento de localização física e fixa para o autoatendimento integral e para o atendimento por meio de *call center*.

Há que se considerar também o fato de que os computadores portáteis e telefones celulares são utilizados para mediar a obtenção dos serviços bancários, em tese, de qualquer ponto do território onde seja possível estabelecer conexão. Neste caso, trata-se de mais um elemento de análise a inviabilizar a identificação de localizações fixas desse tipo de canal e, assim, o estabelecimento de sua relação direta com a estrutura urbana da RMB.

Acredita-se, entretanto, que as informações a seguir apresentadas são interessantes para a discussão que se faz ao final da apresentação dos dados.

A Tabela 16 demonstra que entre os anos de 2001 e 2004 a quantidade de transações por acesso remoto cresceu 158,5% com destaque para as operações de transferência de crédito que atingiu 927,8% no mesmo período.

Tabela 16 - Acesso remoto: Quantidade de transações¹, Brasil.

Transações	2001	2002	2003	2004	Milhões
					2001 – 2004 (%)
Quantidade total:	1.281	1.789	2.819	3.311	158,5
Pagamento	88	144	387	585	566,6
Transferência de crédito ^{2/}	33	45	215	339	927,8
Bloqueio de cobrança e convênios ^{3/}	55	99	172	246	349,0
Não-pagamento:	1.193	1.645	2.433	2.725	128,4
Consultas de saldo e extrato	733	1.083	1.268	1.475	101,3
Outras	460	561	1.164	1.250	171,6

Fonte: BACEN (2005).

¹ Transações intra e interbancárias.

² TED, Doc e transferências entre contas.

³ Impostos, taxas, contribuições, contas de água, luz, telefone etc.

O valor das transações também cresceu no mesmo período (2001-2004) e novamente a transferência de crédito se destaca, com um incremento percentual de 4.116% conforme mostra a Tabela 17.

Tabela 17 - Acesso remoto: Valor das transações¹, Brasil.

Valor das transações	2001	2002	2003	2004	2001 – 2004 (%)
Valor (R\$ bilhões):	175	394	1.473	1.881	976
Transferência de crédito ^{2/}	26	36	776	1.099	4.116
Bloqueto de Cobrança e convênios ^{3/}	149	358	668	737	395
Outras	29	45	–
Valor médio por transação (R\$):	3.505	4.415	7.418	6.297	112
Transferência de crédito ^{2/}	790	803	3.476	3.241	310
Bloqueto de Cobrança e convênios ^{3/}	2.715	3.612	3.913	2.994	10
Outras	29	62	–

Fonte: BACEN (2005).

¹ Transações intra e interbancárias.

² TED, Doc e transferências entre contas.

³ Impostos, taxas, contribuições, contas de água, luz, telefone etc.

Na Tabela 18 verifica-se que, no período de 2001 a 2004, houve crescimento de 86,3% na utilização do acesso remoto por usuário, assim como o do valor movimentado por cada usuário, que aumentou 6,5 vezes.

Tabela 18 - Acesso remoto: Utilização, Brasil.

Transações	2001	2002	2003	2004	2001– 2004 (%)
Número de transações por usuário	77	116	122	143	86,3
Valor movimentado por usuário (R\$)	11.074	26.385	60.530	72.121	551,3

Fontes: BACEN (2005).

A tendência de crescimento do uso do acesso remoto para operações financeiras por usuário e também de seus valores permanece no período de 2005 a 2010, quando o crescimento do número de transações por usuário foi quase dobrado, e o dos valores movimentados por usuário mais que dobrou.

Tabela 19 - Acesso remoto: Transações por usuário, Brasil.

Transações	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2005– 2010 (%)
Número de transações por usuário	127	164	200	235	174	253	99
Valor movimentado por usuário (R\$)	107.227	98.433	162.804	206.882	151.926	235.509	120

Fonte: BACEN (2011).

Na Tabela 5, apresentada no Capítulo 2, verifica-se que a quantidade de transações por acesso remoto foi a que mais cresceu entre os anos de 2006 e 2010, registrando um incremento de 107% no período. A análise da mesma tabela também permite observar que, enquanto em 2006 a quantidade de transações efetuadas por acesso remoto (5.107) era inferior às quantidades transacionadas nos ATMs (7.158) e nas agências (5.427), em 2010 esse quadro é revertido e a quantidade de

transações por acesso remoto alcança 10.593, enquanto que por meio dos ATMs e das Agências, postos tradicionais, as quantidades foram de 8.558 e 7.481, respectivamente.

As transações financeiras para a efetivação de pagamento de conta, tributo e transferência de crédito são realizadas, preferencialmente nos correspondentes bancários, seguida do acesso remoto, conforme a Tabela 20.

A expressão do percentual de crescimento do uso de telefones celulares e PDAs (Wireless), 1.022% no período, não torna esse canal significativo, pois em números absolutos é muito pouco expressivo, o mesmo acontecendo com o volume de pagamentos com o uso das centrais de atendimento (*call center*).

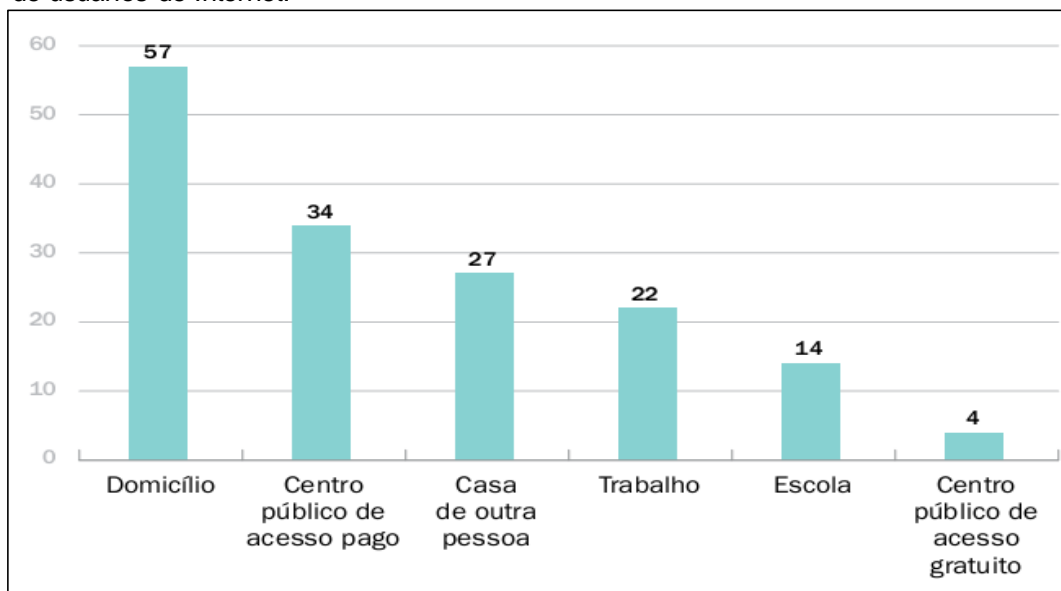
Tabela 20 - Pagamento de conta/tributo e transferência de crédito: Canal de acesso utilizado pelo usuário, Brasil.

Canal de acesso	2006	2007	2008	2009	2010	milhões
						2006– 2010 (%)
Correspondentes Bancários	1.338	1.612	1.704	1.932	2.157	61
Internet, Home e Office Banking	869	1.070	1.260	1.470	1.782	105
Agências-Postos tradicionais	1.428	1.432	1.517	1.466	1.493	5
ATM	383	470	503	513	598	56
Centrais de Atendimento (call center)	22	23	25	29	30	34
Telefones Celulares e PDAs (Wireless)	0	2	3	3	3	1.022

Fonte: BACEN (2011).

Segundo dados da Pesquisa TIC Domicílios 2010, os usuários acessaram a *Internet* nesse ano, dos seguintes locais e segundo as proporções indicadas no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Local de acesso à *Internet*: Área Urbana 2010 (%). Percentual sobre o total de usuários de *Internet*.



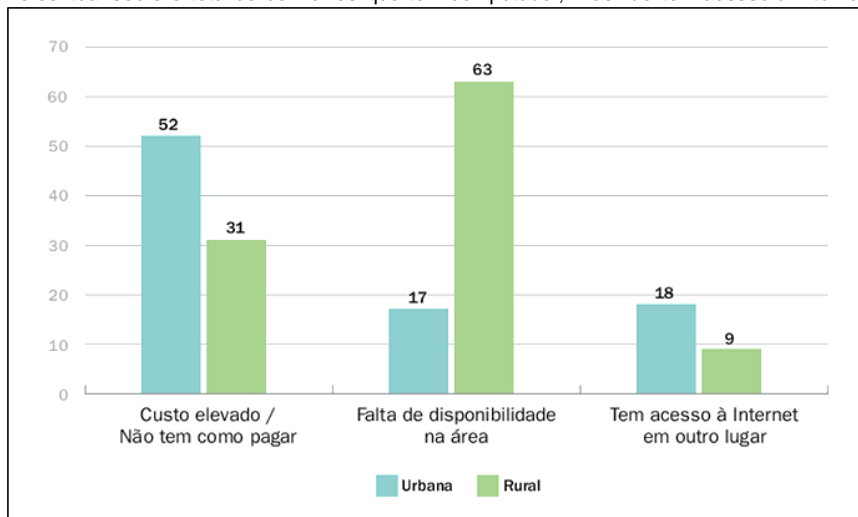
Fonte: Pesquisa TIC Domicílios (CETIC.br, 2010).

A pesquisa destaca que, em 2010, houve expressivo crescimento do acesso à *Internet* nos domicílios na área urbana em relação a 2009, e que a proporção de acesso a partir de outros locais manteve os patamares da edição anterior da pesquisa. Outro destaque referido por CGI.br (2011) foi a queda significativa do uso da *Internet* nos centros públicos de acesso pago nas áreas urbanas, as conhecidas *LAN houses* (*Internet cafés* ou *cybers*): 10 pontos percentuais a menos em relação à edição de 2009. Infere-se que o crescimento do domicílio como local de acesso à *Internet* vem oportunizando a redução do acesso à *Internet* a partir das *LAN houses*.

O Gráfico 8 mostra que o custo elevado do acesso a *Internet* é o motivo mais citado pelas pessoas entrevistadas na Pesquisa TIC-Domicílios 2010 para não dispor desse serviço no domicílio.

Gráfico 8 - Motivos mais citados para a falta de acesso à *Internet* no domicílio: áreas urbana e rural, 2010 (%).

Percentual sobre o total de domicílios que têm computador, mas não têm acesso à *Internet*.



Fonte: Pesquisa TIC Domicílios (CETIC.br, 2010).

Pelos dados expostos, conclui-se que existe uso intenso e uma tendência de crescimento do acesso remoto para realizar transações financeiras, em detrimento de outros, inclusive das Centrais de Atendimento Telefônico (*call center*) cuja frequência de utilização não é expressiva. Esse fato significa que cada vez menos pessoas se deslocam na estrutura intraurbana para obter serviços bancários.

Fazendo uma síntese dos resultados desta pesquisa, pode-se afirmar que os serviços bancários foram enormemente impactados pelas novas TICs: os serviços já ofertados em décadas anteriores à de 2000 foram dinamizados (agências e ATMs) e também se verificou a oferta de novos serviços copresenciais (correspondentes bancários), e a disponibilização dos virtuais (*call center* e acesso remoto).

Também ocorreram alterações significativas na distribuição espacial. Os serviços bancários que, em 1980, eram prestados exclusivamente no interior de agências localizadas, em sua absoluta maioria no CPM, em 2010 encontram-se disponíveis por meio de tradicionais e novos veículos disseminados no espaço metropolitano, em subcentralidades de todos os níveis, alcançando localizações e bairros anteriormente desprovidos desses serviços.

As alterações verificadas nos serviços, localização e usos das agências bancárias, podem ser assim resumidas:

a) o número de agências quase triplicou nas três últimas décadas e a localização acompanhou o processo de descentralização das atividades de comércio

e serviços ocorrido na RMB, em direção às áreas pericentrais, para os subcentros metropolitanos e de bairros e também para os corredores de atividades múltiplas;

b) o tamanho das agências foi reduzido e seu leiaute alterado para se adequar às características da clientela, agora segmentada, com a definição de espaços de atendimento destinados aos usuários de média e alta renda e aos setores público e privado;

c) as atividades antes desenvolvidas com exclusividade nas agências agora são também realizadas por meio de correspondentes bancários, dos ATMs e do acesso remoto, restando-lhes a prestação exclusiva de alguns serviços, como atribuição de senhas, pagamentos com cheques e outros que, dependendo da circunstância, são apenas concluídos nas agências, como é o caso de abertura de contas e contratação de financiamentos. As negociações que demandam poder decisório também permanecem restritas aos gerentes disponíveis nas agências. Observa-se que esses serviços para os quais as agências têm competência exclusiva, não se caracterizam como rotineiros, intensos e nem freqüentes, indicando que esse tipo de fluxo não é estruturador na concepção de Villaça (2001).

Os ATMs e os correspondentes bancários tornaram-se muito numerosos na última década e se disseminaram na estrutura intraurbana da RMB, localizando-se em todos os níveis de subcentralidades e mais notadamente em Outras localizações/bairros, onde estão presentes em lojas de esquina em áreas comerciais locais.

Ressalta-se que, tendo em vista o objetivo desta pesquisa, isto é, questões locais relacionadas diretamente à prestação de serviços bancários, não foram consideradas nas análises as informações sobre as operações que envolvem a utilização de cartões de crédito e de débito, embora seja necessário reconhecer que elas contribuem em grande medida para reduzir de forma expressiva a utilização de dinheiro em espécie e em cheque e, por conseguinte, o deslocamento de pessoas às agências e aos ATMs para retirar previamente o dinheiro para as compras. Em outras palavras, de forma indireta, o uso dos cartões de crédito e débito contribui para a redução do fluxo de deslocamentos para os pontos de atendimento bancário.

No caso da oferta de serviços virtuais por meio do acesso remoto, observou-se que o número de usuários e os valores por eles transacionados foram crescentes na última década e que há “satisfação de quase todas as necessidades do cliente

[do *internet banking*] com intervenção humana mínima” (PROENÇA; SILVA, 2008, p. 88) ao que se acrescenta, sem necessidade de deslocamento.

Acredita-se que as análises feitas fornecem elementos de resposta às questões de pesquisa sobre as alterações na distribuição espacial da rede física de atendimento bancário por conta das novas TICs, assim como sobre a relação entre essa nova localização dos canais de atendimento e a estrutura intraurbana da RMB.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação objetivou-se analisar os impactos das novas TICs na localização dos serviços bancários e sua relação com a estrutura intraurbana da RMB. Para esta finalidade, verificaram-se, primeiramente, as alterações que as novas TICs causaram nos serviços bancários e, em seguida, as alterações na localização dos serviços e as relações percebidas entre essas localizações e a estrutura intraurbana metropolitana de Belém.

Percebeu-se que as mais significativas transformações nos serviços bancários ocorreram na década de 2000, razão pela qual a pesquisa se desenvolveu em duas etapas que, entretanto, resultaram em análises integradas ao final. A primeira etapa diz respeito exclusivamente às transformações ocorridas no âmbito das agências - que, em 1980, representavam a forma tradicional de prestação de serviços bancários -, e permitiu concluir que elas cresceram em quantidade, quase triplicadas no período, contrariamente ao que ocorreu com os bancos que apresentaram crescimento negativo de 55% no mesmo intervalo.

Observou-se que as agências acompanharam o processo de descentralização das atividades de comércio e serviços, anteriormente concentradas no centro principal metropolitano (CPM), indo localizar-se, predominantemente, nas áreas pericentrais, nas subcentralidades metropolitanas (São Brás, Entroncamento, Icoaraci e Cidade Nova), nas áreas centrais municipais (Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Isabel do Pará) e nos corredores de atividades múltiplas (Av. Almirante Barroso e Rodovia BR- 316). Acredita-se que a automação bancária, aperfeiçoando os controles e reduzindo a necessidade de grandes espaços para suas instalações, acrescentou mobilidade e facilitou o processo de (re) localização das agências nessas subcentralidades e nos eixos concentradores de atividades de comércio e serviços.

Os resultados dos estudos procedidos em relação às agências também permitiram concluir que houve uma grande mudança no uso e, por conseguinte, nas características dos fluxos por elas atraídos. Observou-se que a clientela foi segmentada, como mecanismo de aperfeiçoamento concorrencial, fazendo surgir agências destinadas a clientes de mais alta renda, como as Agências PRIME do Banco Brasileiro de Desconto (BRADESCO), as Agências ESTILO do Banco do

Brasil e as Agências PERSONNALITÉ do Itaú-Unibanco. O setor público também recebeu atenção especial, conforme indica a criação, pelo Banco do Brasil, da Agência Setor Público e, pela CEF, das Salas de Prefeitura, instaladas nas Superintendências Regionais, com as quais presta um serviço diferenciado aos prefeitos, oferecendo-lhes assessoria e infraestrutura física e tecnológica. No mesmo sentido, o setor privado foi contemplado, como exemplifica o BRADESCO oferecendo a Agência Empresa a essa clientela específica.

A localização de ATMs no interior das agências também contribuiu para a mudança no perfil de uso, que era limitado ao horário convencional, de 2ª a 6ª feiras, excetuando feriados. Atualmente, as agências são utilizadas para serviços de autoatendimento parcial (graças aos ATMs nelas instalados), em horário integral, todos os dias da semana. Observou-se também que, mesmo continuando a oferecer todos os serviços bancários, a demanda por atendimento copresencial nas agências se reduziu e restringiu-se a serviços exclusivamente realizados por elas como, por exemplo, os que envolvem saques e pagamentos por meio de cheques, concessão de senhas e finalização de processos de abertura de contas, de contratação de financiamentos, ou serviços que dependem de negociação gerencial.

A segunda etapa da pesquisa estudou os seguintes canais de atendimento: os que já existiam antes da década de 2000, por meio dos ATMs (PAE e Banco 24 Horas), mas que adquiriram nova e mais intensa dinâmica nessa década; os correspondentes bancários; os serviços prestados por meio de atendimento telefônico (*call center*); e os realizados por meio de acesso remoto. A utilização desses canais cresceu ao longo da década de 2000, com destaque para os correspondentes bancários e para o acesso remoto, principalmente no que se refere à realização de operações rotineiras e freqüentes, como pagamento de conta/tributo, consulta a saldo e extrato, transferência de créditos etc. O uso dos correspondentes bancários cresceu 61% entre os anos de 2006 e 2010 e apresenta-se como o mais utilizado para essas operações; porém, mantida a tendência, é provável que perca a preferência para o uso do acesso remoto para a mesma finalidade (pagamento de conta/tributo e transferência de crédito) que cresceu 105% no mesmo período.

A distribuição espacial desses serviços foi analisada por meio de mapas, gráficos e tabelas, o que permite afirmar que os ATMs (PAEs e Banco 24 Horas) e os correspondentes bancários, diferentemente das agências, concentram-se

fortemente em outras localizações/bairros, com participações percentuais de 36,6%, 50,7% e 44,3%, respectivamente. As análises dos endereços evidenciaram que esses canais se encontram instalados em pequenos centros comerciais de bairro (“lojas de esquina”), inclusive em bairros onde residem segmentos populacionais de baixa renda. No CME, a subcentralidade que ocupa o segundo lugar na preferência desses canais, a participação dos PAEs, dos Banco 24 Horas e dos correspondentes bancários foi de 28,4%, 17,4% e 31,0%, respectivamente.

Os PABs foram localizados em mapa como pontos de atendimento bancário, porém não foram objeto de análise específica com relação à sua localização na estrutura intraurbana, pois elas resultam das características das atividades desenvolvidas pelas instituições públicas e das empresas privadas no interior das quais se encontram instalados, não apresentando, assim, relação direta com a estrutura intraurbana. Observa-se, entretanto, que, diferentemente das agências às quais se vinculam, os PABs localizam-se da mesma forma que os outros canais de atendimento, ou seja, predominantemente em outras localizações/bairros.

Quanto ao Atendimento Telefônico (Eletrônico e Personalizado) e ao acesso remoto, trata-se de canais que permitem acessar os serviços bancários a partir de pontos fixos diversos (residências, locais de trabalho, *cybers*, escolas etc.) ou com mobilidade espacial (telefones celulares e microcomputadores); por esse motivo, não é possível identificar-lhes a localização e relacioná-la à estrutura intraurbana por meio da relação direta entre os endereços e os elementos da estrutura urbana. Em virtude da reduzida utilização dos Atendimentos Telefônicos, em comparação com os demais canais, canal que, inclusive, apresentou discreto crescimento negativo (-4,5%) entre os anos de 2008 e 2010, as reflexões ensejadas por esse tipo de serviço levaram em conta somente o acesso remoto, cujo uso se mostrou crescente e proporcionalmente significativo no cômputo geral de todos os canais de acesso.

Essas transformações, entretanto, não isentam de críticas os serviços bancários que ainda são considerados serviços socialmente excludentes, de acordo com as conclusões dos estudos exploratórios desenvolvidos por Crocco, Santos e Figueiredo (2010). Para esses autores o sistema bancário brasileiro tem se mostrado incapaz de atender ao território brasileiro de forma equilibrada (exclusão financeira por acesso) e também de fornecer produtos que se adéquem às características específicas do território onde atua (exclusão por serviço).

Afirmam, ainda, os autores que a questão da exclusão financeira no Brasil é um tema que vem ganhando força nos estudos e pesquisas sobre pobreza e desigualdade social e regional a partir da segunda metade dos anos 1990. Trata-se de uma forma de exclusão similar às outras, constatação que reforça a necessidade de que não seja considerada apenas como um problema de ineficiência do sistema bancário, gerado por assimetrias de informação e custos de transação. Na verdade, é mais um componente inserido em uma dinâmica mais geral, com outras dimensões que devem ser analisadas em pesquisas posteriores (CROCCO; SANTOS; FIGUEIREDO, 2010, p.27).

No âmbito desse fenômeno mais geral de exclusão social identifica-se a exclusão digital que, por sua vez, agrava a exclusão financeira, na medida em que é clara a tendência para que cada vez mais as transações financeiras se deem por meio de acessos informatizados. A modernização do sistema bancário brasileiro, objetivada pelo BACEN, vem caminhando em direção ao aumento da participação dos instrumentos eletrônicos de pagamentos. Infere-se, portanto, que se estabelece quase que uma relação de dependência entre o alcance dos objetivos do BACEN e a inclusão digital dos cidadãos brasileiros.

Ribeiro et al. (2011) afirmam que o Brasil está sendo velozmente inserido na dinâmica de mudanças societárias produzida pelas TICs, embora o acesso às novas tecnologias ainda seja muito desigual quando se consideram variáveis como escolaridade, renda e local de moradia. No que respeita à espacialização do fenômeno da exclusão digital, os autores afirmam que os moradores de áreas de favela e de periferias metropolitanas têm reduzidas “chances de possuir computador, de ter acesso à *Internet* (nesse caso, somente periferia produz efeitos significativos), e de fazer uso intermediário ou avançado dessa tecnologia”. Eles advertem que esse tipo de exclusão deve ser considerado mais grave do que a que se observa em relação a outros bens de consumo, como automóvel ou eletrodomésticos, porque o aproveitamento de oportunidades pelos cidadãos depende, cada vez mais, do acesso às novas TICs.

Tem-se então que o acesso às novas TICs é uma necessidade social e, de acordo com Giddens (1991), as necessidades sociais existem como fatores causais implicados na reprodução social, somente quando são reconhecidas como tal, ou seja, como necessidades, pelos que são diretamente afetados por elas. Não se vê,

nem na origem das novas TICs, nem no processo de sua apropriação pela sociedade, nenhum elemento determinístico. Compreende-se que o surgimento das TICs resultou de um processo evolutivo da estruturação de eventos, no tempo e no espaço, a partir da interação entre agentes e estrutura, e as transformações delas decorrentes resultam de circunstâncias e eventos envolvendo a ação reflexiva e monitorada dos agentes sociais na construção e utilização das novas tecnologias.

Giddens (2009) ressalta que as novas TICs ampliam as possibilidades de integração social, pois permitem contato audiovisual em tempo real entre os agentes sociais e não mais necessária ou exclusivamente em contextos de copresença, pois “os meio eletrônicos separam a presença no tempo da presença no espaço, um fenômeno de importância decisiva para as formas contemporâneas de coletividade” (GIDDENS, 2009, p. 239).

Dessa forma, os fluxos virtuais estão inaugurando uma forma de interação entre os cidadãos e destes com o espaço urbano, o que enseja novas categorias de abordagem desse espaço. A interação face a face não é mais, como nas sociedades tradicionais ou regionais, espaço-temporalmente “encaixadas”, a única forma possível de se realizar comunicação. Para ele, a base tecnológica fundada pela informatização, seria a responsável por “desencaixar”⁸³ espaço e tempo impedindo a delimitação de grupos sociais e culturais a partir de uma base territorial bem definida.

Por oportuno, retoma-se aqui a reflexão de Lemos (2004) sobre a cidade contemporânea para em seguida fazer um contraponto com as afirmações de Villaça (2001) sobre o espaço intraurbano das metrópoles brasileiras. Para Lemos (2004), o advento das novas tecnologias faz surgir a cidade-ciborgue que “é a forma atual do espaço urbano, da pólis contemporânea, na sociedade das redes telemáticas, da cibercultura e da era pós-industrial” (p. 132). Para esse autor é o espaço de fluxos que reestrutura e dá forma às cidades contemporâneas e a rede telemática é a infraestrutura central da cidade-ciborgue.

Para Villaça (2001) as metrópoles brasileiras se estruturaram a partir de processos que tinham no controle do tempo de deslocamento do ser humano a força

⁸³ Com a expressão “desencaixe”, Giddens traduz “o ‘deslocamento’ [*lifting out*] das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de espaço-tempo” (GIDDENS, 1991, p. 29).

mais poderosa e atuante. Para ele, esse controle era exercido pelas burguesias quando produziam o espaço e quando desenvolviam os meios de transporte por meio dos quais o homem urbano se deslocava para realizar as atividades produtivas e reprodutivas das suas condições de vida material. Afirma também que “os deslocamentos de pessoas dominam tão violentamente essa estruturação que os efeitos dos progressos nas comunicações tornam-se imperceptíveis – se é que existem” (VILLAÇA, 2001, p. 44).

Os resultados da pesquisa empírica desta dissertação permitiram chegar a algumas constatações: as novas TICs permitiram o incremento quantitativo e qualitativo dos serviços bancários, bem como a diversificação dos canais de atendimento, com destaque para o acesso remoto que permitiu o acesso virtual aos serviços bancários, tornando desnecessário o deslocamento do usuário para obtê-los.

Ademais, a localização espacial dos pontos de atendimento bancário sofreu um significativo processo de descentralização e, por meio dos ATMs e dos correspondentes bancários, foram alcançadas as áreas de comércio e serviços de bairro, onde se acham predominantemente localizadas, em detrimento das subcentralidades identificadas na RMB.

Essas alterações possibilitaram que os fluxos de deslocamento dos usuários fossem redefinidos ou mesmo tornados desnecessários. Questiona-se, então, se a redefinição e a ausência de fluxos de deslocamento desses usuários não seriam capazes de implicar em alterações no processo de estruturação do espaço intraurbano da RMB, segundo as análises de Villaça (2001), principalmente se considerarmos que os usuários pertencentes às classes sociais de maior renda são os que detêm e movimentam mais recursos (inclusive os financeiros) e que em muito maior proporção possuem computador e acessam a *Internet*? Seriam implicações imperceptíveis, pois, no cômputo geral, esse tipo de deslocamento não tem grande participação nos fluxos de deslocamento que estruturam as metrópoles brasileiras?

São questões que estão a demandar pesquisas e análises que devem considerar também:

a) que os estudos realizados restringiram-se aos serviços bancários, inseridos no contexto do capitalismo financeiro que tem sido responsável pelo

desenvolvimento e implementação, de forma pioneira, de inovações tecnológicas mais intensa e rapidamente em comparação com os outros ramos de atividades;

b) que os dados sobre acesso remoto utilizados na pesquisa não se referiram à RMB e sim à realidade brasileira que, sabidamente, é desigual;

c) que não se deve esperar que transformações físico-espaciais se processem concomitantemente às grandes transformações sociais em curso porque o espaço é herança de estruturas socioespaciais cristalizadas no tempo (Castells, 2010).

Entende-se necessário estudar, empiricamente, as repercussões socioespaciais decorrentes do uso das novas TICs na organização das cidades contemporâneas. Esta necessidade leva a crer que corresponde à “convocação” que Santos faz quando afirma que “as novíssimas inovações levam-nos a reconhecer-nos ignorantes e a aprender tudo de novo” ao que acrescentamos, inclusive sobre o urbanismo.

Trata-se de uma escolha cruel e definitiva. Nunca, como nos tempos de agora, houve necessidade de mais e mais saber competente, graças à ignorância a que nos induzem os objetos que nos cercam e as ações de que não podemos escapar (SANTOS, 2008, p. 87).

É oportuno também citar:

A união entre ciência e técnica que, a partir dos anos 70, havia transformado o território brasileiro revigora-se com os novos e portentosos recursos da informação, a partir do período da globalização e sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência, à técnica e à informação, torna-se um mercado global. O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informações, das ordens e dos homens. É a irradiação do meio técnico-científico-informacional (M. Santos, 1985, 1994b, 1996) que se instala sobre o território, em áreas contínuas no Sudeste e no Sul ou constituindo manchas e pontos no resto do país (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p. 52).

Ao observarem que o meio técnico-científico-informacional se impõe desigualmente sobre o território brasileiro, Santos e Silveira (2010, p. 104) afirmam que

na Amazônia, são sobretudo formas “externas” como satélites e radares do SIVAM, que buscam cientificizar a natureza, certamente depois de conhecê-la. Como se torna um espaço informado para os agentes hegemônicos, as ações são pontuais, precisas e pragmáticas, utilizando estradas, hidrovias e sistemas de informação,

enquanto a maior parte da sociedade continua a viver em tempos mais lentos (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p. 104).

É fundamental, portanto, inserir definitivamente o tema das novas TICs em todas as áreas de interesse acadêmico na Amazônia, cujas especificidades físico-territoriais e socioambientais justificaram, até então, que as distâncias, agora relativizadas, representassem um forte entrave ao desenvolvimento da região.

A produção de conhecimento acerca da realidade amazônica, das relações possíveis entre as novas TICs e o planejamento urbano e regional, pode oportunizar o estabelecimento de políticas de desenvolvimento calcadas no interesse regional e que resultem num aproveitamento mais efetivo e mais equânime das possibilidades trazidas pelas novas TICs.

REFERÊNCIAS

ACCORSI, André. Automação bancária e seus impactos: o caso brasileiro. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 39-46, out./dez. 1992.

ALBERTIN, Alberto Luiz. Modelo de comércio eletrônico e um estudo no setor bancário. **Revista de Administração Contemporânea**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 47-70, jan./abr. 1999.

ARAUJO, Rosane. Transformações do conceito de cidade atravessadas pelas inovações tecnológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 13., 2009, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Associação Nacional De Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2009. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=gmail&attid=0.1&thid=12e77a4782338088&mt=application/pdf&url=https://mail.google.com/mail/?ui%3D2%26ik%3Dd25534bbe9%26view%3Datt%26th%3D12e77a4782338088%26attid%3D0.1%26disp%3Dsafe%26realattid%3Df369306ac1b5113c_0.1%26zw&sig=AHIEtbR9hf24FDCiLDmDjDVdX5quuBxYQw&pli=1>. Acesso em: 28 fev. 2011.

ARAUJO, R. B. Computação ubíqua: princípios, tecnologias e desafios. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE REDES DE COMPUTADORES, XXI., 2003, Natal. **Anais...**, Natal: Sociedade Brasileira de Computação (SBC), 2003. Disponível em: <<http://www.sbrc2003.ufrn.br>>. Acesso em: 19 abr. 2011.

ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BANCO BRASILEIRO DE DESCONTO (BRADESCO). Disponível em: <<http://www.bradesco.com.br/>>. Acessos em: maio – jun. 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Diagnóstico do sistema de pagamentos de varejo do Brasil**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/spb/Diagnostico%20do%20Sistema%20de%20Pagamentos%20de%20Varejo%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

_____. **Diagnóstico do sistema de pagamentos de varejo do Brasil**: adendo estatístico 2009. Versão preliminar. Brasília, maio 2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/SPB/Diagnostico-Adendo-2009.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2011.

_____. **Diagnóstico do sistema de pagamentos de varejo do Brasil**: adendo estatístico 2010. Versão preliminar. Brasília, junho 2011. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/SPB/Diagnostico-Adendo-2010.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

_____. **O brasileiro e sua relação com o dinheiro – III**. Brasília, março 2011. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/SPB/Diagnostico-Adendo-2010.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

_____. **I Relatório de inclusão financeira. n. 1.** Brasília: BCB, 2010. Disponível em: <www.bcb.gov.br/?microfin>. Acesso em: 10 ago. 2011.

_____. PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/proer.asp>>. Acesso em: 10 maio 2011.

_____. Sistema Financeiro Nacional - Composição e evolução do SFN. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pre/composicao/ifcdv.asp>>. Acesso em: maio 2011.

_____. Sistema Financeiro Nacional: 1988 a 2000. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/e88-2000/texto.asp?idpai=RELSFN19882000>>. Acesso em: 11 jul. 2011.

_____. Legislação e normas. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=2011&numero=3954>. Acesso em: 05 ago. 2011.

_____. Busca de normativos. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=094163143&method=detalharNormativo>. Acesso em: 05 mar. 2011.

BANCO DO BRASIL (BB). Disponível em: <<http://www.bb.com.br/>>. Acessos em: maio 2011.

BANCO DO ESTADO DO PARÁ (BANPARÁ). Disponível em: <<http://www.banparanet.b.br/>>. Acessos em: maio 2011.

BANCO ITAÚ (ITAÚ). Disponível em: <<http://www.itau.com.br/>>. Acessos em: maio 2011.

BANCO SANTANDER (SANTANDER). Disponível em: <<http://www.santander.com.br/>>. Acessos em: maio 2011.

BRASIL. Câmara Federal. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/ECONOMIA/199748-PROJETO-SUSTA-RESOLUCAO-DO-CMN-SOBRE-CORRESPONDENTES-BANCARIOS.html>>. Acesso em: set. 2011.

_____. Presidência da República – Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7232.htm>. Acesso em: 07 set. 2011.

_____. Presidência da República – Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Decreto/D7175.htm>. Acesso em: 21 abr. 2011.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/>>. Acesso em: 09 set. 2011.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro Branco**: ciência, tecnologia e inovação. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002. 80 p.; 25cm. Resultado da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. ISBN: 85-88063-04-2. Disponível em <<http://www.mct.gov.br/>>. Acesso em: 15 set. 2011.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro Azul** da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia / Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010. 99 p.; il, 26 cm. ISBN 978-85-60755-37-0. Disponível em <<http://cncti4.cgee.org.br/>>. Acesso em: 17 set. 2011.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF). Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/>>. Acessos em: maio – jul. 2011.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação**: economia, sociedade e cultura. Volume I. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO (CETIC.br). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil**: TIC Domicílios e TIC Empresas 2010. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2011. Edição bilíngue: português/inglês.

CONTEL, Fábio Betioli. Espaço geográfico, sistema bancário e a hipercapilaridade do crédito no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 119-134, jan./abr. 2009.

_____. Redes urbanas e mundialização financeira: atores, normas e financeirização do território brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XIV, 2011. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2011. 1 CD-ROM.

CORDEIRO, Helena Kohn. **O centro da metrópole paulistana**: expansão recente. 1980. 184f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

CORRÊA, Antônio José Lamarão. **O espaço das ilusões**: planos compreensivos e planejamento urbano da Região Metropolitana de Belém. 1989. 339.f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1989.

CORRÊA, Antônio J. Lamarão; TOURINHO, Helena Lúcia Z.; CORRÊA, Pedro de O. O que existe (como proposta), mais o que falta: sugestões de política urbana para a RMB a partir do “Via Metrópole”. In: LOBO, Marco A. Arbage (Org.). **Estudo sobre meio ambiente e qualidade de vida urbana na Amazônia**. Belém: UNAMA, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1999.

CROCCO, Marco; SANTOS, Fabiano; FIGUEIREDO, Ana Tereza Lanna. **Exclusão financeira no Brasil**: uma análise regional exploratória. Belo Horizonte: [s.n.], 2010. Disponível em:

<www.bndes.gov.br/.../PDE2009_CEDEPLARufmg_SantosAfonso.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2011.

CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: UFPA, 1963.

EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. (EMBRATEL). Disponível em: <http://www.embratel.com.br/Embratel02/cda/portal/0,2997,PO_P_15,00.html>. Acesso em: 08 set. 2011.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRABAN). Buscabanco. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/buscabanco>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

FIRMINO, Rodrigo José. A simbiose do espaço: cidades virtuais, arquitetura recombinante e a atualização do espaço urbano. In: LEMOS, André (Org.). **Cibercidades II. Ciberurbe. A cidade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2005. Disponível em: <<http://www.arquitetura.eesc.usp.br/pesquisa/grupos/e-urb/producao.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2011.

_____. **Cidade ampliada: desenvolvimento urbano e tecnologias da informação e comunicação**. São Paulo: Hedra, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

_____. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.

GUERREIRO, Evandro Prestes. **Cidade digital: infoinclusão social e tecnologia em rede**. São Paulo: SENAC, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2001.

_____. Anuário Estatístico do Brasil. **Estatísticas do Século XX**. v. 54. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, 2007.

_____. Pesquisa nacional por amostragem de domicílios. **Síntese de indicadores 2009**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC). Disponível em: <<http://www.idec.org.br/telecom/>>. Acesso em: 09 set. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Análise e recomendações para as políticas públicas de massificação de acesso à internet em banda larga**. Comunicados do IPEA, n. 46. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: jul. 2011.

JINKINGS, Nise. **O mister de fazer dinheiro**. São Paulo: Jinkings Editores Associados, 1995.

LEMOS, André. **Cidade-ciborgue. As cidades na cibercultura**. In: Galáxia. Revista Transdisciplinar de Comunicação, Semiótica, Cultura. PUC-SP, São Paulo, EDUC: Brasília. N. 8, p. 129-148, out. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/galaxia/article/viewFile/1414/1206>>. Acesso em: 25 abr. 2011

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 2000.

LIMA, José Júlio F. Conjuntos habitacionais e condomínios de luxo em Belém: duas tipologias em confronto. **Vitruvius**, São Paulo, ano 3, n. 027.07, p.39-45, ago. 2002.

LISSONGER, André; RODRIGUES, Marcos A. Nunes. Do lugar telemático e outros portos do imaterial. In: LEMOS, André. **Cibercidade. As cidades na cibercultura**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004, p. 257-267.

MENEGASSO, Maria Ester. **O declínio do emprego e a ascensão da empregabilidade**: um protótipo para promover a empregabilidade na empresa pública do setor bancário. 1998. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br/teses98/ester/cap3.html#3.5.1>>. Acesso em: 24 fev. 2011.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário Inglês**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/ingles/index.php?typePag=creditos&languageText=ingles-portugues>>. Acesso em: 16 set. 2011.

PARÁ. Secretaria Executiva de Desenvolvimento Urbano e Regional (SEDURB). **Diretrizes de ordenamento territorial para a Região Metropolitana de Belém**. Belém: SEDURB, 2006.

_____. Disponível em: <http://www.pa.gov.br/O_Para/historia.asp>. Acesso em: 26 set. 2011.

_____. Disponível em: <<http://www.iah.iec.pa.gov.br>>. Acesso em 27 set. 2011.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém – Estudos de Geografia Urbana**. Belém: Universidade Federal do Pará (EDUFPA), 1968. (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, 2º volume).

PROENÇA, João F.; SILVA, Marta Martins. Os efeitos da desmaterialização das relações bancárias devido ao uso do Internet “banking” e do marketing relacional. Casos. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**, Lisboa, v.7, n.1, p. 88-102, jan. 2008.

REDE DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA LATINO-AMERICANA (RITLA). Disponível em: <<http://www.ritla.net.br/noticias-e-artigos/confer-ncia-nacional-de-ci-ncia-e-tecnologia>>. Acesso em: 10 out. 2011.

REDE NACIONAL DE PESQUISA (RNP). Disponível em: <<http://www.rnp.br/rnp/>>. Acesso em: 08 set. 2011.

RIBEIRO, Luiz César de Q. et al. A reprodução digital das desigualdades: acesso e uso da internet, posição de classe e território. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 35., 2011, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2007. Disponível em: <<http://www.encontroanpocs.org.br/2011/>>. Acesso em: 28 out. 2011.

ROCHA, Angela da et al. Casos de ensino em administração. Ivia: crescimento e internacionalização. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, ano 6, v.14, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-6552010000700010&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 fev. 2011.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2010.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SICSÚ, João; CROCCO, Marco. Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro. **ECONOMIA**, Niterói (RJ), v. 4, n. 1, p. 85-112, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol14/v4n1p85_112.pdf>. Acesso em: 23 maio 2011.

SILVA, Fábio Mascarenhas. A informação científica e tecnológica brasileira no âmbito da sociedade da informação: uma análise das iniciativas governamentais. In: ENCONTRO NACIONAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. VI. 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação, 2005. Disponível em: <www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/FabioMascarenhasSilva.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2011.

SILVA, Guilherme Jonas Costa da. **Ensaio em teoria da firma bancária: estratégia de localização dinâmica do *spread* bancário e suas implicações em um modelo baseado em agentes**. 2009. 209 f. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/economia/teses/2009/Guilherme_Jonas_Silva.pdf>. Acesso em: 17 maio 2011.

SOFTEX. Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro. **Banking Automation: Brazil in the international scenario / SOFTEX**. Campinas,

2006. Disponível em: <http://www.softex.br/_asoftex/sociedadeSoftex.asp>. Acessos em: set. 2011.

_____. Disponível em: <http://www.softex.br/observatoriosoftex/_pesquisasAntigas/pesquisa.asp?id=571>. Acesso em: jul. 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Redes e Cidades**. São Paulo: UNESP, 2008.

STANGL, André. O policentrismo cultural nas cidades digitais. In: LEMOS, André (Org.). **Cibercidade**. As cidades na cibercultura. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004, p. 222-231.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=177563>>. Acesso em: 07 set. 2011.

TAKAHASHI, T (Org.). **Sociedade da Informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18878.html>>. Acesso em: 11 set. 2011.

TECNOLOGIA BANCÁRIA (TecBan). Disponível em: <<http://www.tecban.com.br/pt-br/home/index.jsp>>. Acessos em abri. - maio 2011.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. (TELEBRÁS). Disponível em: <http://www.telebras.com.br/a_telebras.php>. Acesso em: 07 set. 2011.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **A Cidade Dispersa**: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. 1998. 395 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP: Lincoln Institute, 2001.